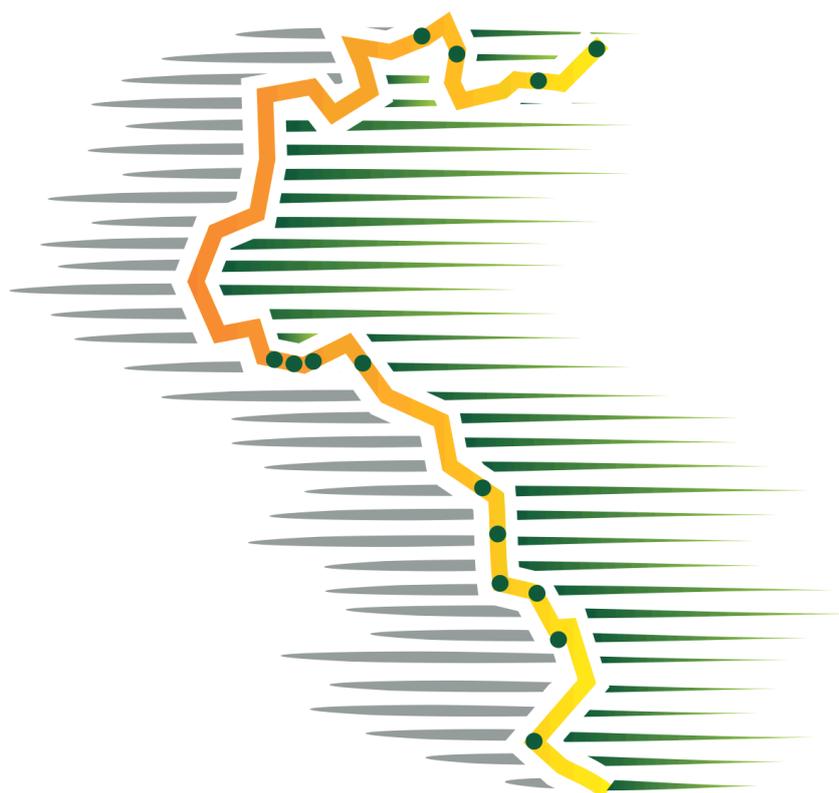


**Municípios de Fronteira: Mobilidade Transfronteiriça,
Migração, Vulnerabilidades e Inserção Laboral**



MT Brasil

Migrações Transfronteiriças

Fortalecendo a capacidade do governo federal
para gerenciar novos fluxos migratórios

Ficha Técnica

International Centre for Migration Policy Development (ICMPD):

Lukas Gehrke, Enrico Ragaglia, Claire Healy, Edgar Federzoni dos Santos

International Centre for Migration Policy Development (ICMPD) – Escritório de Ligação no Brasil:

Daya Hayakawa Almeida e Joana Cavalcanti Barbosa Bezerra

Consultora reponsável pelo relatório: Alline Pedra Jorge Birol

Consultores responsáveis pelas pesquisas de campo nos municípios: Carolina de Abreu B. Claro, Cintia Yoshihara, Márcia Sprandel, Maurício Rebouças

Colaboradores e revisores: Rosana Baeninger & Romeu Bonk Mesquita (UNICAMP) / Duval Fernandes & Maria da Consolação de Castro (PUCMinas)

Ministro de Estado da Justiça e Cidadania

Alexandre de Moraes

Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania:

Gustavo José Marrone de Castro Sampaio

Diretor do Departamento de Políticas de Justiça

Cláudio Péret Dias

Diretora Adjunta do Departamento de Políticas de Justiça

Alessandra Xavier Nunes Macedo

Equipe técnica de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas:

Renata Braz Silva, Alyne Antunes Diogenes Bessa, Danielle de Souza Galdino, Ellen Silva Campos, Johnes dos Santos Salustiano, Natasha Barbosa Mercaldo de Oliveira, Maria Celva Bispo dos Reis, Marina Soares Lima Borges

Copyright:

International Centre for Migration Policy Development (ICMPD), Viena, 2016

Este Relatório foi preparado por Alline Pedra Jorge Birol e pela equipe do ICMPD do projeto MT Brasil – Daya Hayakawa Almeida, Edgar Federzoni dos Santos e Joana Cavalcanti Barbosa, com contribuições dos pesquisadores externos - Carolina de Abreu B. Claro, Cintia Yoshihara, Márcia Sprandel e Maurício Rebouças, responsáveis pelas pesquisas de campo – e dos acadêmicos Rosana Baeninger, Romeu Bonk Mesquita, Duval Fernandes e Maria da Consolação de Castro. Versão original preparada para submissão e discussão em workshop de apresentação dos resultados da pesquisa na área de fronteira, nos dias 07 e 08 de junho de 2015, após o qual o documento foi revisado e editado pelo ICMPD.

ICMPD

Gonzagagasse 1

A – 1010 Vienna

Áustria

www.icmpd.org

Esta publicação foi produzida com a ajuda da União Europeia. Seu conteúdo é de exclusiva responsabilidade dos respectivos autores e não reflete, de forma alguma, as opiniões da União Europeia, do Ministério da Justiça e Cidadania do Brasil ou do ICMPD (*International Centre for Migration Policy Development*) sobre o tema, bem como as conclusões nela contidas não são vinculativas para nenhuma das partes.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, copiada ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotografia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento e recuperação de informação, sem autorização dos proprietários do copyright. Extratos da publicação podem ser reproduzidos, com a citação da fonte

ISBN: 978-3-902880-93-2 (versão impressa)

ISBN: 978-3-902880-94-9 (versão eletrônica)

A terra do sonho é distante
e seu nome é Brasil
plantarei a minha vida
debaixo de céu anil.
Minha Itália, Alemanha
Minha Espanha, Portugal
talvez nunca mais eu veja
minha terra natal.
Aqui sou povo sofrido
lá eu serei fazendeiro
terei gado, terei sol
o mar de lá é tão lindo
natureza generosa
que faz nascer sem espinho
o milagre da rosa.
O frio não é muito frio
nem o calor é muito quente
e falam que quem lá vive
é maravilha de gente.

(Milton Nascimento, Sonho Imigrante)

SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas.....	11
Apresentação.....	15
Capítulo Um – Introdução e Metodologia	19
1. Objetivo da Pesquisa.....	19
2. Metodologia.....	19
3. Campo e Seleção dos Municípios da Pesquisa	22
4. Limitações da Pesquisa.....	24
Capítulo Dois - Mobilidade Humana e Migração: Notas Conceituais, Marco Legal e Estimativas	25
1. A Fronteira Seca Brasileira	30
2. Migração na América do Sul e a posição do Brasil	34
3. Contabilizando Migração no Brasil: Imprecisão e Estimativas	39
4. Migrações fronteiriças entre Brasil e América Latina: os postos de controle nos municípios fronteiriços	43
5. Migração Transfronteiriça e Mobilidade na Área de Fronteira: Revisitando Conceitos	50
Referências Bibliográficas.....	56
Capítulo Três - Mobilidade e Migrações no Arco Norte.....	62
1. Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia (Acre)	62
1.1. Contexto Local e Caracterização dos Municípios	62
1.2. Mobilidade Populacional e Migrações - Caracterização da População Transfronteiriça e Migração Internacional	71
1.2.1. Assis Brasil e os países do Peru e da Bolívia.....	72
1.2.2. Brasiléia, Epitaciolândia e os países do Peru e da Bolívia	77
1.2.3. Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e os países do Peru e da Bolívia.....	82
2. Laranjal do Jari e Oiapoque (Amapá)	89
2.1. Contexto Local e Caracterização dos Municípios	89
2.2. Mobilidade Populacional e Migrações - Caracterização da População Transfronteiriça e Migração Internacional	97

2.2.1. Laranjal do Jari e Guiana Francesa / República do Suriname	98
2.2.2. Migração Interna para Laranjal do Jari.....	99
2.2.3. Oiapoque e a Guiana Francesa	103
2.2.4. Oiapoque e a República do Suriname.....	110
3. Altamira (Pará)	111
3.1. Contexto Local e Caracterização do Município.....	111
3.2. Mobilidade Populacional e Migrações - Caracterização da População Transfronteiriça e Migrações	115
4. Bonfim e Pacaraima (Roraima).....	120
4.1. Contexto Local e Caracterização dos Municípios	120
4.2. Mobilidade Populacional e Migrações - Caracterização da População Transfronteiriça e Migração Internacional	124
4.2.1. Lethem, Bonfim e Boa Vista	124
4.2.2. Pacaraima e Santa Elena do Uairén.....	127
5. Mobilidade e Migrações no Arco Norte – Resumo dos principais achados	131
Referências Bibliográficas	138
Capítulo Quatro - Mobilidade e Migrações no Arco Central.....	140
1. Guajará-Mirim (Rondônia).....	140
1.1. Contexto Local e Caracterização do Município.....	140
1.2. Mobilidade Populacional e Migrações - Caracterização da População Transfronteiriça e Migração Internacional	144
2. Cáceres (Mato Grosso)	146
1.1. Contexto Local e Caracterização do Município.....	146
1.2. Mobilidade Populacional e Migrações - Caracterização da População Transfronteiriça e Migração Internacional	150
1.2.1. Cáceres e San Matias	150
3. Corumbá, Porto Murtinho e Ponta Porã (Mato Grosso do Sul)	155
3.1. Contexto Local e Caracterização dos Municípios	155
3.2. Mobilidade Populacional e Migrações - Caracterização da População Transfronteiriça e Migração Internacional	164
3.2.1. Corumbá, Puerto Quijaro e Puerto Suarez	164
3.2.2. População Fronteiriça em Porto Murtinho	170

3.2.3. Mobilidade transfronteiriça em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero	176
4. Mobilidade e Migrações no Arco Central – Resumo dos principais achados	185
Referências Bibliográficas.....	189
Capítulo Cinco - Mobilidade e Migrações no Arco Sul.....	191
1. Foz do Iguaçú (Paraná)	191
1.1. Contexto Local e Caracterização do Município.....	191
1.2. Mobilidade Populacional e Migrações em Foz do Iguaçú – entre migrantes pendulares e comunidades de estrangeiros	193
2. Uruguaiana (Rio Grande do Sul).....	202
2.1. Contexto Local e Caracterização do Município.....	202
2.2. Mobilidade Populacional e Migrações - Caracterização da População Transfronteiriça e Migração Internacional	205
3. Mobilidade e Migrações no Arco Sul – Resumo dos principais achados	214
Referências Bibliográficas.....	216
Capítulo Seis – Inserção Laboral de Migrantes: estado da arte e obstáculos.....	219
1. Introdução e justificativa da pesquisa	219
2. Metodologia.....	222
3. Relato da situação do imigrante	223
4. Autoridades governamentais e organizações sociais	228
5. Diálogos com empresas.....	231
6. Resumo dos principais achados e considerações finais	238
Referências bibliográficas	241
Capítulo Sete – Considerações Finais e Recomendações.....	242
Referências Bibliográficas.....	253
Anexo I – Indicadores dos Municípios Pesquisados	254
Anexo II – Roteiro para caracterização da Mobilidade Populacional / Fluxos Migratórios.....	262
Anexo III – Roteiro para descrição de equipamentos sociais/rede de assistência	263
Anexo IV – Formulário de Visita.....	264
Anexo V – Atores entrevistados nos municípios de fronteira pesquisados	265
Anexo V.1 – Atores entrevistados em Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia (Acre)	265

Anexo V.2 – Atores entrevistados em Laranjal do Jari e Oiapoque (Amapá)	269
Anexo V.3 – Atores entrevistados em Altamira (Pará)	274
Anexo V.4 – Atores entrevistados em Bonfim e Pacaraima (Roraima).....	277
Anexo V.5 – Atores entrevistados em Guajará-Mirim (Rondônia).....	281
Anexo V.6 – Atores entrevistados em Cáceres (Mato Grosso)	285
Anexo V.7 – Atores entrevistados em Ponta Porã (Mato Grosso do Sul)	288
Anexo V.8 – Atores entrevistados em Foz do Iguaçu (Paraná)	289
Anexo V.9 – Atores entrevistados em Uruguaiiana (Rio Grande do Sul).....	292

Lista de Abreviaturas

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAM – Centro de Atendimento ao Migrante

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAT – Centro de Atendimento ao Trabalhador

CELADE – Divisão de População da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CIE – Cédula de Identidade de Estrangeiro

CIMI – Conselho Indígena Missionário

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNIg – Conselho Nacional de Imigração

COMCEX-MS – Comitê de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes do Mato Grosso do Sul

CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CRAM – Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CREMESP – Conselho Regional de Medicina de São Paulo

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

DAC – Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores

DNV – Declaração de Nascido Vivo

DPE/COPIS – Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE

DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena

EJA – Programa de Educação de Jovens Adultos

ENAFRON – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FOREAS – Fórum de Secretarias de Assistência Social

FTD-ETP - Fórum de Trabalho Decenet e Estudos sobre Tráfico de Pessoas

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBISS – Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável

ICMPD – *International Centre for Migration Policy Development*

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEM – Índice de Eficácia Migratória

IMIF – Índice de Mobilidade Internacional na Fronteira

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IOM – International Organization for Migration

ISA – Instituto Socioambiental

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

MEC – Ministério da Educação

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MJ – Ministério da Justiça e Cidadania

MNMMR - Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua

MPT – Ministério Público do Trabalho

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MT – Ministério do Trabalho

NEPAM – Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da UNICAMP

NEPO – Núcleo de Estudos de População da UNICAMP

NETP – Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

NIS – Número de Identificação Social

NUCRIA – Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Víctima de Violência e Maus-Tratos

OIM – Organização Internacional para as Migrações

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PAAHM – Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante

PAIR-MERCOSUL – Estratégia Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual no Mercosul

PF – Polícia Federal

PIB – Produto Interno Bruto

PRF – Polícia Rodoviária Federal

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RANI – Registro Administrativo de Nascimento de Indígena

RESEX – Reservas Extrativistas

SEDES – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal

SEJUDH – Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos

SEMAS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SEMUTS – Secretaria de Trabalho e Promoção Social

SETRABES – Secretaria Estadual do Trabalho e Bem Estar Social

SINCRE – Sistema de Cadastro e Registro de Estrangeiros

SINE – Serviço Nacional de Emprego

SNJ – Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

SUS – Sistema Único de Saúde

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UnB – Universidade de Brasília

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNICEF – *United Nations Children's Fund*

UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

UNIPAMPA – Universidade do Pampa

UNODC – *United Nations Office for Drugs and Crimes*

USP – Universidade de São Paulo

Apresentação

Este Relatório de Pesquisa foi preparado no contexto do projeto “Migrações Transfronteiriças: fortalecendo a capacidade do Governo Brasileiro para gerenciar novos fluxos migratórios” (MT Brasil).

O que é/foi o projeto MT Brasil ?

O objetivo do projeto MT Brasil é fortalecer a capacidade do Governo Federal brasileiro para melhor gerir os fluxos migratórios, com foco na assistência e integração laboral e social de grupos vulneráveis, como os retornados, migrantes e as potenciais vítimas de tráfico de pessoas. Este objetivo geral pode ser subdividido em três objetivos específicos distintos:

1) Fortalecer a cooperação entre o Brasil e os Estados-Membros da UE, considerando a transferência de competências, capacidades e recursos.

2) Fortalecer a capacidade do Governo Federal para o desenvolvimento de políticas e programas que visam brasileiros retornados, trabalhadores migrantes e vítimas de tráfico de pessoas.

3) Estabelecer a relação entre migração e desenvolvimento através dos benefícios que potencializem as habilidades e qualificações laborais de migrantes e retornados ao país.

O projeto MT Brasil está sendo implementado pelo International Centre for Migration Policy Development (ICMPD), com financiamento da União Europeia, pela Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, Ministério da Justiça e Cidadania do Brasil; pelo Conselho Nacional de Imigração, Ministério do Trabalho e Previdência Social do Brasil; e pelo Escritório Federal para Migrações da Suíça. Os parceiros e associados do projeto também incluem: a Divisão de Direitos Humanos do Departamento de Polícia Federal, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal (SEF), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - Escritório de Ligação e Parceria no Brasil (UNODC); a Organização Internacional do Trabalho - Escritório em Brasília (OIT); e o Ministério de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Quais as atividades do Projeto MT Brasil?

Para viabilizar a implementação do projeto, o MT Brasil foi dividido em dois conjuntos de atividades que estão intimamente interligados, senão vejamos:

1. No primeiro conjunto de atividades, o projeto visa a transferência de conhecimento, capacidade e habilidades para o Governo Federal para apoiar a implementação de equipamentos públicos de atendimento ao migrante (e.g. Postos Avançados de Atendi-

mento Humanizado ao Migrante (Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania), Casas do Migrante (Ministério do Trabalho e Previdência Social), e Centros de Fronteira (Ministério de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos)).

O componente 1 foi dividido em seis sub-atividades.

A atividade 1.1 consistiu em pesquisa exploratória sobre o Atendimento ao Migrante no Brasil. Foi realizada avaliação da Casa do Migrante de Foz do Iguaçu e de outras experiências de atendimento ao migrante, e recomendações foram apresentadas.

A atividade 1.2 consistiu em Workshop de apresentação da pesquisa sobre o Atendimento ao Migrante no Brasil.

As atividades 1.3 e 1.4 consistiram em pesquisa sobre a Rede de Apoio ao Migrante na área de Fronteira e sobre Migração e Tráfico de Pessoas nos municípios fronteiriços de Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia (AC), Laranjal do Jari e Oiapoque (AP), Bonfim e Pacaraima (RR), Corumbá, Ponta Porã e Porto Murtinho (MS), Cáceres (MT), Guajará-Mirim (RO), Foz do Iguaçu (PR) e Uruguaiana (RS), além da cidade de Altamira (PA). Os objetivos específicos desta pesquisa foram identificar fluxos migratórios, causas da migração, grupos vulneráveis ao tráfico de pessoas e à exploração, e obstáculos à integração laboral dos migrantes além de avaliar a capacidade local de sediar futuros equipamentos públicos de atendimento ao migrante.

A atividade 1.5 consistiu em Workshop de Apresentação dos Resultados da Pesquisa sobre a Rede de Apoio ao Migrante na área de Fronteira e sobre Migração e Tráfico de Pessoas nos municípios de fronteira.

E finalmente a atividade 1.6 consiste na Elaboração de Guias de Procedimento dos Equipamentos de Atendimento ao Migrante, relatório que ora se apresenta; além de uma série de oito capacitações sobre atendimento ao migrante que foram realizadas em cidades da área de fronteira, quer sejam: Rio Branco (AC), Oiapoque (AP), Boa Vista (RR), Corumbá (MS), Cáceres (MT), Foz do Iguaçu (PR) e Uruguaiana (RS) e Belém (PA).

2. No segundo conjunto de atividades, o projeto visa prestar apoio especializado para definir normas e orientações para o trabalho de reintegração social e laboral de brasileiros retornados, migrantes e vítimas do tráfico de pessoas, estabelecendo assim a relação entre migração e desenvolvimento.

O componente 2 foi dividido em três sub-atividades.

A atividade 2.1 que consistiu em coleta de dados sobre migração em órgãos do governo federal, proposta de harmonização dos sistemas de coleta de dados e análise quantitativa dos dados de migração da Polícia Federal no período de 2000 a 2015.

A atividade 2.2 consistiu em Workshop de Apresentação dos resultados da pesquisa so-

bre Dados de Migração e realização de Grupo de Trabalho para discutir a harmonização/integração dos sistemas.

A atividade 2.3 consistiu em pesquisa sobre obstáculos a integração laboral de migrantes, tendo o campo sido realizado nos municípios de Criciúma, Forquilha, Chapeco e Florianópolis (SC); Garibaldi, Caxias do Sul e Bento Gonçalves (RS) e São Paulo (SP).

E a atividade 2.4, um Seminário Internacional sobre Migrações Transfronteiriças.

Este relatório é fruto das atividades de pesquisa 1.4, com contribuições das atividades de pesquisa 2.1 e 2.3 do projeto MT Brasil. Estas três atividades de pesquisa se complementam pois explicam o fenômeno da migração transfronteiriça sob óticas distintas: a atividade 1.4 descreve os fluxos migratórios e questões correlatas em 15 municípios fronteiriços; a atividade 2.1 descreve a migração do ponto de vista quantitativo, com a análise dos dados coletados nos postos de fronteira da Polícia Federal; e a atividade 2.3 concentra seus esforços em explicar a integração laboral de migrantes, em municípios da região Sul e São Paulo, onde há uma maior concentração de migrantes. Daí a escolha de se integrar informações numa publicação.

Porquanto, este relatório é composto por um primeiro capítulo, que descreve os objetivos das atividades da pesquisa 1.4, a metodologia implementada para a construção desta pesquisa, e pelos pesquisadores, esclarece o processo de escolha dos municípios de campo pelos parceiros do projeto MT Brasil, e explora também as limitações, ponto comum e nevrálgico nas pesquisas de campo.

O capítulo dois segue com o referencial teórico, jurídico/legislativo dos temas da mobilidade humana e migração nas áreas de fronteira, englobando temas correlatos como fluxos, causas da migração, grupos vulneráveis ao tráfico de pessoas e à exploração e integração laboral dos migrantes. Traz também informação sobre migração na área de fronteira e nos municípios pesquisados, através de dados quantitativos, fornecidos pela Polícia Federal ao projeto MT Brasil, fruto da atividade de pesquisa 2.1. O capítulo dois ainda questiona e revisita o conceito de fronteira.

Os capítulos três a cinco são o coração desta pesquisa, tendo em vista que descrevem as missões de campo realizadas nos 15 municípios fronteiriços, com os dados colhidos in loco através de metodologia qualitativa e as percepções dos pesquisadores locais. O conteúdo engloba migração, fluxos migratórios, vulnerabilidade, integração laboral e tráfico de pessoas na área de fronteira.

O capítulo seis traz informações sobre os obstáculos a integração laboral de migrantes, levantados pela atividade de pesquisa 2.3.

E o capítulo sete traz as considerações finais e recomendações, elaboradas a partir da interpretação dos dados colhidos nas pesquisas de campo, para o melhor atendimento ao mi-

grante na área de fronteira, respeito aos seus direitos humanos e à população local. Tendo em vista que este produto é composto por diferentes relatórios de pesquisa, a bibliografia não é única, portanto, será encontrada ao final de cada capítulo

Finalmente, este relatório foi construído por várias mentes e mãos. Os capítulos um, dois e sete foram elaborados por Alline Pedra Jorge Birol, responsável também pela confecção do relatório final. O item quatro do capítulo dois foi preparado por Rosana Baeninger e Romeu Bonk Mesquita, especialmente para o Projeto MT Brasil. Os capítulos três a cinco foram redigidos pelos pesquisadores locais, Carolina de Abreu B. Claro, Cintia Yoshihara, Márcia Sprandel e Maurício Rebouças. O capítulo seis foi elaborado por Duval Fernandes e Maria da Consolação Gomes de Castro. O relatório completo foi formatado pelos oficiais do ICMPD - Daya Hayakawa Almeida, Edgar Federzoni dos Santos e Joana Cavalcanti Barbosa – e revisado pelos parceiros do projeto MT Brasil, que também contribuíram com comentários que engrandeceram o seu conteúdo.

Desta feita, fica registrada a reverência e o agradecimento ao empenho de toda a equipe do projeto MT Brasil (oficiais do ICMPD, pesquisadores consultores e professores colaboradores), aos parceiros do projeto MT Brasil (Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania do Ministério da Justiça e Cidadania do Brasil; Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho e Previdência Social do Brasil; Escritório Federal para Migrações da Suíça) e aos parceiros associados (Divisão de Direitos Humanos do Departamento de Polícia Federal, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal (SEF), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - Escritório de Ligação e Parceria no Brasil (UNODC); a Organização Internacional do Trabalho - Escritório em Brasília (OIT); e o Ministério de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos).

Fica registrado também o agradecimento ao apoio e financiamento da União Europeia.

Boa leitura!

Capítulo Um – Introdução e Metodologia

1. Objetivo da Pesquisa

O objetivo específico da pesquisa 1.4 foi:

1. Identificar fluxos migratórios, causas da migração, grupos vulneráveis ao tráfico de pessoas e à exploração, e obstáculos à integração laboral dos migrantes;

2. Metodologia

Para cumprir esse objetivos específico, as etapas da pesquisa foram estruturadas em torno das seguintes atividades:

- levantamento documental e bibliográfico sobre migrações e mobilidade populacional nas áreas de fronteira do Brasil;
- levantamento de legislação e convenções sobre direitos de estrangeiros, migrantes e outros indivíduos ou grupos (refugiados, populações tradicionais, etc.) presentes em áreas fronteiriças no Brasil;
- levantamento de dados oficiais e estimativas de estrangeiros no Brasil e de brasileiros nos países fronteiriços;¹
- identificação de atores estratégicos a serem entrevistados nas localidades selecionadas;
- identificação de instituições (governamentais ou não governamentais) que atuam em temas referidos à mobilidade humana nas áreas de fronteira;
- realização de workshop para discussão da metodologia e dos instrumentos da pesquisa;
- realização de visitas de curta duração (missões) aos municípios selecionados com a finalidade de levantar as informações acessíveis localmente e conduzir entrevistas e grupos focais com atores estratégicos e outros interlocutores;²
- realização de workshop de discussão de resultados e proposição de recomendações, inclusive com a participação de atores locais convidados para a validação dos resultados;
- organização da publicação dos resultados em formato de relatório geral da pesquisa.

¹ Ressalte-se, no entanto a fragilidade no que diz respeito a confiabilidade e representatividade dos dados quantitativos, tendo em vista que revelam somente os fenômenos que chegam aos serviços – públicos ou da sociedade civil organizada - para atendimento ou assistência. Neste sentido, veja o Relatório sobre Coleta de Dados Migratórios (fruto da ativ. 2.1 do projeto MT Brasil) que reforça que a produção de estatísticas sobre migração no Brasil é frágil e carece de confiabilidade (Fernandes, Castro & Batista, 2015). Neste mesmo sentido, veja o Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: consolidação dos dados de 2005 a 2011 (Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, 2013). Porquanto, a escolha pelo método eminentemente qualitativo para a execução da pesquisa resta justificada.

² Os atores estratégicos foram contatados e informados, via e-mail e telefone, sobre o objetivo da Pesquisa MT Brasil e o período da missão nas cidades, com uma média de duas semanas de antecedência a missão, sendo previamente agendadas entrevistas e visitas institucionais. No decorrer da missão, em todos os municípios, houve colaboração e disposição dos atores estratégicos, contribuindo na disponibilização de dados e informações de relevância para a pesquisa, inclusive, sugerindo outros atores estratégicos para entrevista.

A metodologia implementada é portanto, eminentemente de caráter qualitativo, podendo ser adaptada a contextos díspares representados pelos municípios selecionados.

Optou-se ainda pela elaboração de instrumentos semi-estruturados (roteiros) para orientar o levantamento de dados, bem como de instrumentos de registro (formulários)³ com vistas a sistematização das informações.

Os roteiros eram compostos dos seguintes principais pontos a serem levantados em campo:

- 1) Caracterização da mobilidade humana / fluxos migratórios;
- 2) Descrição de equipamentos sociais / mapeamento de rede de assistência;
- 3) Entrevistas com público beneficiário (migrantes).⁴

Os Formulários eram compostos dos seguintes itens:

- 1) Quadro síntese do Município;
- 2) Atores Estratégicos – Interlocutores;
- 3) Registro de Atividades e Entrevistas (agendas);
- 4) Descrição da Mobilidade / Migrações (orientação de descrição);
- 5) Mapeamento da rede instalada;
- 6) Formulário de Visita à Instituição assistencial;
- 7) Recomendações;

Os roteiros foram elaborados de maneira a serem adaptados: i) à diferentes categorias de atores-estratégicos entrevistados e ii) aos diferentes contextos de fronteira; sendo formados por uma variedade de eixos temáticos para levantamento das informações, que deveriam ser explorados pelos pesquisadores locais durante as missões. A metodologia, portanto, privilegiou um caráter exploratório em seus instrumentos, permitindo que questões aparentemente ausentes em observação de campo emergissem em entrevistas e/ou grupos focais, garantindo que a diversidade presente nos temas da migração e mobilidade humana fosse identificada durante as missões de campo.

Dada a dificuldade na coleta ou até mesmo a ausência de dados quantitativos sobre os temas da migração (incluindo refúgio, retorno, tráfico de pessoas e contrabando de migrantes) assim como dados que dimensionassem quantitativamente a mobilidade humana, especialmente em área de fronteira, foram coletados eminentemente dados quantitativos que pudessem indicar ou explicar os movimentos migratórios, tais como dados de vulnerabilidade, dados sócio-econômicos e demográficos, dados de violações de direitos e alguns dados que registram

³ Os roteiros e formulários utilizados como instrumento desta pesquisa estão disponíveis nos Anexos II a IV.

⁴ Somente nos municípios do estado do Acre e em Foz do Iguazu houve contato direto com o público beneficiário e foram realizadas entrevistas com migrantes.

movimentos de entrada e saída nas fronteiras, especialmente da Polícia Federal. Estes dados serão explorados ao longo do relatório de pesquisa mas também constam do Anexo I, em forma de tabelas.

Enquanto método de análise, foi implementada a triangulação entre as diferentes fontes de informação, onde se busca confirmar ou contraditar os dados levantados.

3. Campo e Seleção dos Municípios da Pesquisa

Quanto ao campo da pesquisa, 15 municípios, dos quais 14 da área de fronteira, foram escolhidos pelos parceiros do projeto MT Brasil, com base nos seguintes critérios:

1. Informação levantada pelo Diagnóstico ENAFRON sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira (Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, 2013). O Diagnóstico ENAFRON foi uma pesquisa sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira, financiado pela SNJ e implementado pelo ICMPD. A pesquisa foi conduzida nas capitais dos 11 estados da área de fronteira. Um dos resultados dessa pesquisa foi a indicação de municípios na área de fronteira com intensos fluxos migratórios e onde houvesse necessidade e viabilidade de implantação de equipamentos públicos de atendimento ao migrante;
2. Municípios da área de fronteira de particular interesse dos parceiros no governo federal (Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania (SNJ), Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e Secretaria de Políticas para a Mulheres (SPM)); devido a necessidade e/ou a viabilidade da implementação de equipamentos públicos de atendimento ao migrante. A necessidade se justifica pela existência de intensos fluxos migratórios, casos de tráfico de pessoas e/ou exploração laboral de migrantes. E a viabilidade se justifica pela capacidade/necessidade ou demanda da rede local;
3. Municípios cujo acesso e as distâncias geográficas permitiram a realização da pesquisa com os recursos e tempo estimados.

O método implementado para a seleção foram reuniões de trabalho entre o ICMPD e os parceiros do projeto, além de uma pre-seleção feita pelo próprio ICMPD e apresentada como proposta para os parceiros.

Portanto, os seguintes municípios foram escolhidos:

1. Arco Norte

- Altamira (PA) - Zona de Fronteira
- Assis Brasil (AC) - Cidade gêmea, Iñapari (Peru) e Bolpebra (Peru)
- Brasília e Epitaciolândia (AC) - Cidade gêmea, Cobija (Bolívia)
- Laranjal do Jari (AP) - Zona de Fronteira
- Oiapoque (AP) - Cidade gêmea, Saint Georges (Guiana Francesa).
- Bonfim (RR) - Cidade gêmea, Lethen (Guiana)
- Pacaraima (RR) - Cidade gêmea, Santa Elena (Venezuela)

2. Arco Central

- Corumbá (MS) - Cidade gêmea, Puerto Suarez (Bolívia)
- Ponta Porã (MS) - Cidade gêmea, Pedro Juan Caballero (Paraguai)
- Porto Murtinho (MS) - Cidade gêmea, Puerto Palma Chica (Paraguai)
- Cáceres (MT) - Zona de Fronteira
- Guajará-Mirim (RO) - Cidade gêmea, Guayramerin (Bolívia)

3. Arco Sul

- Foz do Iguaçu (PR) - Cidade gêmea, Ciudad del Leste (Argentina) e Puerto Iguazu (Paraguai).
- Uruguaiana (RS) - Cidade gêmea, Paso de Los Libres (Argentina)

4. Limitações da Pesquisa

As escolhas metodológicas descritas apontam para o caráter eminentemente qualitativo da pesquisa. Os dados quantitativos foram obtidos posteriormente à realização das missões e incorporados aos relatórios locais, e foram obtidos de diferentes instituições, a partir de metodologias variadas. Desta forma, e como qualquer pesquisa qualitativa, reconhecemos as limitações deste método no que diz respeito a generalização dos resultados.

Para dirimir as limitações no caso de estudos qualitativos, é comum a utilização do método da triangulação, ou seja, a utilização de diversas fontes de informação que confirmam ou contraditam umas as outras, fortalecendo as hipóteses construídas a partir de processos indutivos.

No entanto, recomendasse a realização de estudos quantitativos sobre migração no Brasil, permitindo análises mais apuradas e objetivas do fenômeno migratório.⁵

Outra limitação consiste na falta de informação sistematizada sobre o tema nos municípios pesquisados – queixa comum a todos os pesquisadores que fizeram as missões de campo –principalmente no que diz respeito aos dados quantitativos.

E finalmente, a limitação temporal na coleta de dados. A quantidade de dias em campo variou de 5 a 8 dias, o que a depender do número de atores entrevistados, foi bastante limitado.

Dito isto, a pesquisa nos 15 municípios e a redação deste relatório final foi um trabalho de fôlego. Foram cerca de dois anos de pesquisa, entre o campo, a redação e a revisão dos relatórios de pesquisa de cada município, que foram inclusive vistos e comentados pelos parceiros do projeto MT Brasil, e a redação deste relatório final.

⁵ O projeto MT Brasil, inclusive, na atividade de pesquisa 2.1 tem o objetivo de realizar estudo dos dados migratórios coletados pela Polícia Federal, pesquisa que pode ser um marco na descrição do fenômeno migratório no Brasil e que conjuntamente com esta pesquisa qualitativa, pode colaborar na descrição do fenômeno de forma mais aproximada da realidade. Veja Fernandes, Castro & Batista (2015).

Capítulo Dois - Mobilidade Humana e Migração: Notas Conceituais, Marco Legal e Estimativas

Alline Pedra Jorge Birol⁶

Mobilidade humana, traduzida no ato de migrar, é um elemento permanente na história e na contínua relação do ser humano com o meio físico e social. O homem sempre migrou e sempre migrará, seja por causas de ordem natural, que motivaram principalmente o ser primitivo, seja pelas de ordem econômica, política e social, hoje preponderantes. Migrar é característico do ser humano, por isso a história das migrações se confunde com a própria história da humanidade. “A migração internacional não é uma invenção do século XX ou da modernidade; tem sido parte da história da humanidade nos últimos tempos, embora tenha aumentado em volume e significância desde 1945 e, mais particularmente, desde meados dos anos 1980.” (Patarra, 2006).

A palavra *migração* vem do latino *migrāre* – mudar de residência. Daí a percepção da migração como movimento de uma pessoa a outro lugar por um tempo determinado. Nos termos das Recomendações sobre estatísticas da migração internacional da ONU, “migrante” é pessoa que muda para país diferente do de sua residência usual, por período de pelo menos 12 meses, de forma que o país de destino se torne, efetivamente, seu país de residência. (ONU,1998).⁷ Desta forma, **emigração**, vista desde a perspectiva do país de origem, significaria sair de um país para estabelecer-se noutro. E **imigração**, vista desde a perspectiva do país de destino, significaria entrar num país que não seja o país de nascimento, nem o país da residência habitual, para estabelecer-se num eventual país de destino (Teresi & Healy, 2012). A distinção entre emigração e imigração apoia-se, portanto, tão somente na perspectiva de quem a observa.

Neste sentido, dois elementos são importantes: a mudança de residência e a permanência no país de destino. Ainda, há migrantes que voltam para o seu país de origem após alguns meses – usualmente conhecidos como migrantes temporários – enquanto outros migrantes ficam definitivamente no país de destino. Há também migrantes que trabalham sazonalmente, deslocando-se conforme o ritmo de trabalho – conhecidos como migrantes sazonais.⁸ São em verdade migrantes cujas trajetórias de vida são marcadas pela mobilidade.

⁶ A autora é advogada, Pós Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Doutora em Criminologia pela Universidade de Lausanne (Suíça).

⁷ “A person who moves to a country other than that of his or her usual residence for a period of at least a year (12 months), so that the country of destination effectively becomes his or her new country of usual residence. From the perspective of the country of departure the person will be an emigrant and from that of the country of arrival the person will be an immigrant”. (ONU,1998)

⁸ A este respeito, a pesquisa ENAFRON destaca os migrantes sazonais que seguem o período de colheita de determinados produtos agrícolas na região Sul do Brasil e fronteira com outros países da América do Sul. A exemplo, na Argentina ou Uruguai trabalham com a colheita de arroz, depois seguem para a colheita da maçã, uva, melancia e cebola no Brasil e depois seguem para o Paraguai para a colheita da soja. E os fluxos migratórios acompanham também o fluxo das atividades econômicas, por exemplo, o período de colheita (maçã, uva, melancia, cebola) no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, e o trabalho no corte da madeira no Rio

A **migração pode ser interna ou internacional**. Um indivíduo que se desloca de um lugar para outro, dentro do mesmo país, é chamado um migrante interno. Esse tipo de migração é bastante comum, por exemplo, entre pessoas que deixam zonas rurais em direção a zonas urbanas. A migração internacional, por outro lado, refere-se ao movimento de pessoas que deixam os seus países de origem ou de residência habitual para se fixarem, permanentemente ou temporariamente, noutro país. Consequentemente, esse tipo de migração implica a transposição de fronteiras internacionais.

É importante também esclarecer **Migração Irregular ou Indocumentada**. Consiste em ingressar num país da qual a pessoa não é cidadã sem autorização, ou permanecer depois do vencimento do visto ou autorização de residência, quando não se tem estatuto legal. O termo se aplica à violação das normas administrativas de admissão e/ou residência do país de destino (Teresi & Healy, 2012). Trata-se de uma violação das leis migratórias por parte daquele que decide migrar mesmo que em desrespeito à legislação do país de destino e/ou de trânsito (Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, 2013).⁹

Existe ainda a situação dos **refugiados e requerentes de asilo**, cujos motivos para deixar seus países estão relacionados com a necessidade de proteção internacional humanitária. No entanto, nem sempre têm o direito ao refúgio reconhecido pelos países de destino; outras vezes são desconhecedores destes direitos, passando por migrantes econômicos, documentados e indocumentados, e até mesmo sendo vítimas de exploração e tráfico. Estes são considerados movimentos populacionais complexos, chamados de fluxos mistos. (Pedra.J. B. & Barbosa, 2014).

E finalmente, dois outros conceitos importantes para se compreender os movimentos em área de fronteira e as violações de direitos que podem decorrer da exploração da liberdade de movimento e do direito de migrar, são os conceitos de **tráfico de pessoas e contrabando de migrantes**.

O tráfico de pessoas é “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.”¹⁰ São três os elementos do tráfico de pessoas: a ação, o meio e a finalidade, que é a exploração.

Grande do Sul; obras na construção civil no Mato Grosso do Sul; usinas hidroelétricas e garimpos de ouro em Rondônia, Pará e Amapá; o extrativismo vegetal em Roraima e no Amazonas; a atividade garimpeira na extração do ouro em Roraima; o extrativismo mineral no Pará e no Amapá (Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, 2013).

⁹ Referência importante nesta discussão é documento do UNODC (2011).

¹⁰ Nos termos do Protocolo Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.

Já o **Contrabando de Migrantes** é definido como “(...) a aquisição, para obter, direta ou indiretamente, benefício financeiro ou outro material, da entrada ilegal de uma pessoa num Estado parte da qual a pessoa não é cidadã ou residente permanente.”¹¹

No que diz respeito ao marco legal internacional, existe um conjunto detalhado de legislação, convenções multilaterais e acordos bilaterais que regulamentam as ações de governo e a autoridade do estado. Estas normas foram criadas através de negociações de Estado para Estado, através de processos internacionais no âmbito das Nações Unidas e de outros organismos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outros. (International Labour Organization & Organization for Security and Cooperation in Europe. (2009).

Diferentes campos do direito internacional definem regras para a proteção dos direitos dos migrantes e refugiados, regulando também a cooperação internacional em matéria de migração. Isto inclui o direito internacional dos direitos humanos, notadamente os oito instrumentos internacionais de direitos humanos fundamentais – os dois Pactos Internacionais sobre os Direitos Civis e Políticos e Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, juntamente com as seis convenções internacionais específicas que protegem situações e grupos específicos: discriminação racial, tortura, mulheres, crianças, trabalhadores migrantes e pessoas com deficiência. (International Labour Organization & Organization for Security and Cooperation in Europe. (2009).

Destaque, no entanto, deve ser dado ao art. 13 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, segundo o qual “toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país”. Este artigo, além de corroborar com a interpretação segundo a qual direitos humanos são naturais e, portanto, estariam além do conceito de soberania, segue a teoria de que a emigração é um direito humano. (Pedra J. B. & Barbosa, 2014).

Pressupõe-se, portanto, que todas as pessoas tenham o direito de sair livremente de um país. No entanto, um direito pressupõe um dever, que seria o dever que o outro Estado teria de receber, o que, paradoxalmente, contradiz a soberania que os Estados têm de proteger as suas fronteiras, de conceder a nacionalidade, admitir e deportar estrangeiros, e de salvaguardar a segurança nacional e o interesse público. Então, segundo o primado do direito internacional, o ser humano teria o direito de sair, mas não necessariamente de entrar ou de ser recepcionado por outro Estado, o que torna o direito à emigração ineficaz. (Pedra J. B. & Barbosa, 2014).

Outro elemento fundamental para a proteção dos direitos humanos dos migrantes é a **Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias**.¹² A Convenção considera todos os aspectos da

¹¹ Art. 3º do Protocolo contra o Contrabando de Migrantes por Terra, Mar e Ar, suplementar à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.

¹² Adotada por Resolução 45/158 de 18 de dezembro de 1990, da Assembleia Geral das Nações Unidas.

vida do migrante, independentemente de sua situação migratória, incluindo sua família, e a situação especial das mulheres e das crianças, além de reconhecer expressamente os direitos dos migrantes indocumentados.

Outro aspecto positivo é sua visão holística. Muito embora tenha como público alvo os trabalhadores migrantes, não é limitada as questões relacionadas a empregabilidade, mas regula os direitos dos trabalhadores migrantes. Abrange ainda a discussão sobre igualdade de tratamento de trabalhadores, migrantes ou nacionais, pela jurisdição, no que diz respeito a remuneração e condições de trabalho, assim como no que diz respeito ao acesso a saúde e educação de seus filhos.

Os direitos dos trabalhadores migrantes indocumentados, que constituem parte significativa da totalidade dos migrantes, e o respeito aos princípios da igualdade e não discriminação também estão previstos. Ao mesmo tempo, requer que os Estados signatários tomem medidas para prevenir e eliminar a migração clandestina e o tráfico de pessoas.¹³

Outros instrumentos internacionais importantes e que protegem o migrante são, obviamente, todas as regras de direito internacional do trabalho, especialmente as duas convenções da OIT sobre migração e emprego: a Convenção No. 97, relativa aos Trabalhadores Migrantes, de 1949, e a Convenção No. 143 relativa às migrações em condições abusivas e à promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento dos trabalhadores migrantes, de 1975.

Além destas, podemos ainda citar Leis Penais Internacionais, particularmente os dois **Protocolos Adicionais a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional: Protocolo Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças¹⁴, e Protocolo Relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por via Terrestre, Marítima e Aérea.¹⁵**

No que diz respeito ao marco legal nacional, o Brasil conta com uma única legislação que regulamenta migração, mas que construída sob o período da ditadura, encontra-se obsoleta. É o Estatuto do Estrangeiro – Lei 6.815 de 19 de agosto de 1980. Inclusive, a ditadura militar que o Brasil sofreu no período de 1964 a 1989, por razões óbvias, tratou a migração como tema de segurança nacional e implementou várias restrições aos imigrantes no Brasil. (Fernandes, Castro & Knup, 2014).

Desta feita, a política migratória brasileira encontra-se moldada principalmente pelo Estatuto do Estrangeiro, e pelo Decreto n. 86.715/80, que o regulamenta. Além das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto do Estrangeiro, um amplo rol de instrumentos normativos esparsos complementa a política migratória brasileira, sendo que foram editados de maneira isolada,

¹³ Muito embora, o Brasil é o único país membro do Mercosul (Mercado Comum do Sul) que não é signatário deste Convenção.

¹⁴ Adotado em Nova York em 15 de novembro de 2000, e promulgado no Brasil pelo Decreto nº 5.017 de 12 de março de 2004.

¹⁵ Adotado em Nova York em 15 de novembro de 2000, e promulgado no Brasil pelo Decreto nº 5.016, de 12 de março de 2004.

para responder a questões pontuais de conjuntura, de modo que não há coesão nem coerência entre as normas que demarcam a política migratória brasileira. Assim como o próprio Estatuto do Estrangeiro, existem outras normas que tratam de questões migratórias e são contraditórias ao texto da Constituição Cidadã de 1988. (Claro, 2015).

Em 2009 foi proposto o Projeto de Lei n. 5.655 - Lei de Estrangeiros - que dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional; o instituto da naturalização; as medidas compulsórias; transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração; define infrações e dá outras providências. Este Projeto de Lei, apesar das críticas que foram feitas ao mesmo, demonstrava desde já a preocupação com o tema da migração como sendo da agenda dos direitos humanos, não mais da segurança nacional.

Em 2013, no entanto, outro Projeto de lei foi proposto pelo Senado - Projeto de Lei n. 288, que institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil. Em 2014, através de solicitação do Ministério da Justiça e Cidadania, foi elaborada por Comissão de Especialistas Ante Projeto da Lei de Migração mas não chegou a ser enviado ao Congresso. E em 2015, foi enviada a Câmara dos Deputados o PL 2516/2015, cuja origem é o próprio PL 288/2013 do Senado Federal. Ao PL 2516/2015 foram apensados os PLs 5655/2009, 206/2011, 3354/2015, 5293/2016, sendo que estes três últimos versam sobre modificações em artigos esparsos. Foi ainda criada Comissão Especial para elaborar parecer. Segundo o último andamento de março de 2016, aguarda-se parecer da Comissão Especial.

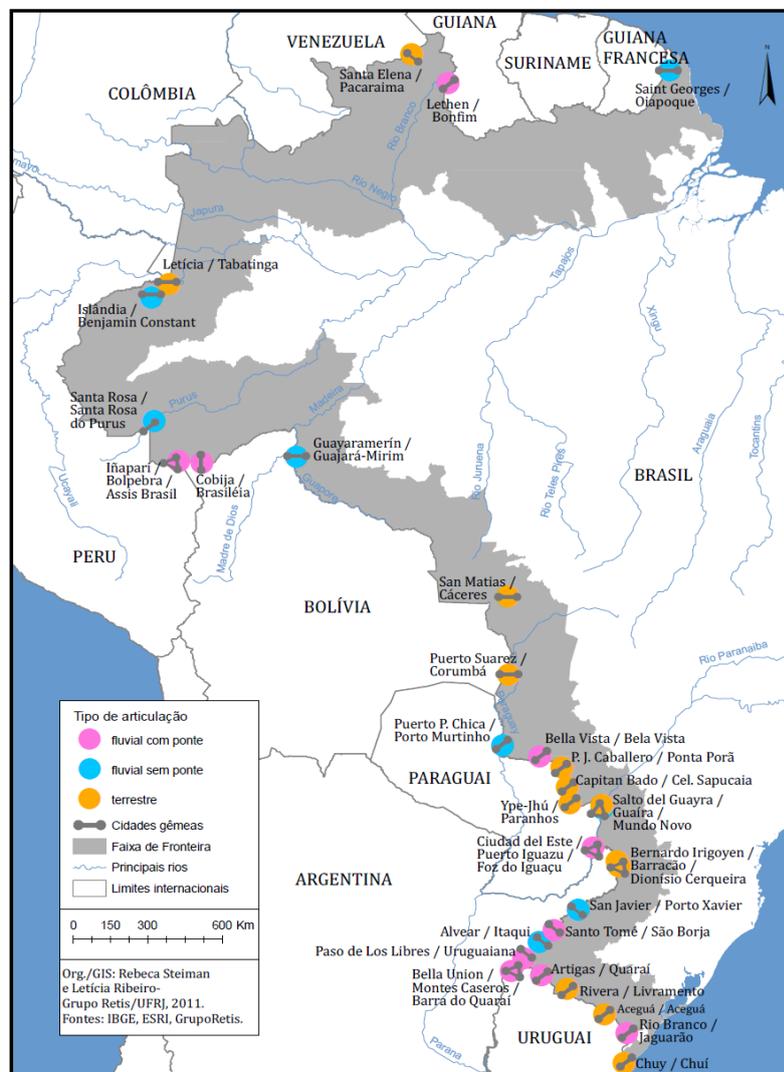
Resumidamente, o projeto dispõe sobre os direitos e deveres do migrante e regula a entrada e estada de estrangeiros no Brasil, revogando, em parte, o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80); regula os tipos de visto necessários para ingresso de estrangeiros no país; estabelece os casos e os procedimentos de repatriação, deportação e expulsão; dispõe sobre a naturalização, suas condições e espécies e os casos de perda de nacionalidade; trata da situação do emigrante brasileiro no exterior; tipifica o crime de tráfico internacional de pessoas para fins de migração e infrações administrativas relativas a entrada irregular no país. Finalmente, o projeto altera a Lei nº 8.213/91 (Previdência Social), para facilitar a contribuição à Previdência do trabalhador brasileiro referente ao período em que tenha trabalhado em país estrangeiro.

Esclarecidos alguns conceitos básicos, o marco legal internacional e nacional das migrações, é importante descrever o campo de pesquisa/atuação do projeto MT Brasil e os fluxos migratórios para/do Brasil, com destaque para os fluxos dos países da América do Sul para o Brasil, tendo em vista ser o campo do projeto MT Brasil.

1. A Fronteira Seca Brasileira¹⁶

A faixa de fronteira brasileira compreende 150 quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres¹⁷, o que corresponde a aproximadamente 27% do território nacional e 15.719 km de extensão. É onde residem cerca de 10 milhões de habitantes em 11 estados brasileiros – Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina – que fazem divisa com nove países da América do Sul – Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, e uma Região Ultramarina da França, Guiana Francesa. São 588 municípios, dos quais 122 estão localizados na linha de fronteira, sendo que 29 municípios são cidades gêmeas, conforme pode se observar na Figura 1:

Figura 1. Faixa de Fronteira Brasileira e Cidades Gêmeas¹⁸



¹⁶ Como referência deste item, veja a Pesquisa ENAFRON (Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, 2013).

¹⁷ Nos termos do art. 20, §2º da Constituição Federal.

¹⁸ O quadro foi extraído do Plano de Projeto para Cooperação Técnica MJ-UFRRJ da Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, cujas fontes são IBGE, ESRI e GrupoRetis.

A Faixa de Fronteira é dividida em três grandes arcos: 1) Arco Norte (compreendendo a faixa de fronteira dos Estados do Amapá, Pará e Amazonas, além da totalidade dos Estados de Roraima e Acre; 2) Arco Central (compreendendo a faixa de fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; 3) Arco Sul (inclui a faixa de fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Vê-se que a área de fronteira é um espaço dotado de complexidades e peculiaridades. É ainda espaço territorial com características bem específicas, devido às condições geográficas, climáticas e de vegetação da região da Amazônia e do Pantanal, que está presente em boa parte dos estados da área de fronteira. O Arco Sul, no entanto, é espaço territorial que se diferencia dos Arcos Norte e Central, no que diz respeito principalmente ao seu relevo, aos processos migratórios que sofreu, e às formas de exploração econômica, que são mais diversificadas e saem um pouco do padrão da exploração de recursos naturais, com a presença de indústrias de grande porte.¹⁹ Os três estados do Arco Sul tiveram um maior volume de imigrantes europeus que praticamente foram responsáveis pela colonização da região, assim como de imigrantes de países fronteiriços, como a Argentina e o Uruguai. Mas o processo de migração interna foi relativamente reduzido, diferente dos estados do Norte que receberam grande quantidade de imigrantes internos do Nordeste, e do Centro-Oeste, que receberam imigrantes do Nordeste e do Sudeste.

Finalmente, em termos genéricos, a área de fronteira apresenta características como:

1. Baixa densidade demográfica - com exceção do Rio Grande do Sul, que possui o maior número de cidades gêmeas do país (13), fazendo com que esta região seja relativamente mais habitada, se comparada com os outros estados da área de fronteira;
2. Grande extensão territorial;
3. Diversidade de modos de exploração econômica;
4. Carência de serviços públicos essenciais, dentre estes, saúde, assistência social, educação e segurança pública;
5. Distância geográfica dos grandes centros decisórios e das capitais;
6. Dificuldade de comunicação e de acesso;
7. Multiculturalidade, diversidade de línguas e etnias;
8. Intensidade de fluxos migratórios e de mobilidade;
9. Falta de coesão social;
10. Precárias condições de cidadania.

Mas também é um espaço onde as relações são diversificadas pela intensa mobilidade presente na região e pelos movimentos migratórios. A livre circulação de pessoas entre os es-

¹⁹ Excepcionando desta consideração a Zona Franca de Manaus, que é um grande parque tecnológico.

paços transfronteiriços faz parte do cotidiano daqueles que vivem principalmente nas cidades gêmeas, que residem, trabalham, buscam serviços públicos, lazer, têm relações afetivas ou familiares no Brasil e residem em país fronteiriço e vice-versa; ou que realizam negócios (lícitos ou ilícitos) de um lado ou do outro da fronteira.

No Rio Grande do Sul, a presença de fronteiras, literalmente “abertas” é um fator que demonstra esta potencial mobilidade - com a presença de placas nos dois idiomas para facilitar o trânsito e a integração, sobretudo na faixa de fronteira seca com o Uruguai.

Para os povos indígenas, inclusive, as relações afetivas, culturais e com a terra, antecedem a demarcação política destes espaços geográficos. Inclusive, estas demarcações não respeitaram a ocupação tradicional da região. Desta forma, continuam a fazer os mesmos deslocamentos, que muito embora representem o ato de cruzar fronteiras ou limites internacionais, não são compreendidos por estes povos como “migração” (Otero & Borghetti, 2006). A exemplo, os indígenas Guarani que são estabelecidos no sul do Mato Grosso do Sul ou nos estados do Arco Sul transitam pelas fronteiras do Brasil com outros países da América do Sul posto que, além da ocupação tradicional que transpõe a fronteira, mantêm laços de parentesco em ambos os lados. Bertho (2005) descreve que a lógica de ocupação do espaço pelos Guarani é o de movimento circular pelos seus espaços territoriais, e que por isso circulam entre a Argentina, Paraguai e Brasil (Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Existem Guaranis que buscam a “Terra sem Mal”, que pode ser entendida como uma vivência espiritual, pois essa busca faz parte do seu *modo de ser* uma vez que a Terra Boa é o resultado da socialização dos espaços geográficos que formam seu território (Otero & Borghetti, 2006).

No entanto, a falta de compreensão e de entendimento quanto a mobilidade na área de fronteira, e em particular, a mobilidade indígena, estende-se para o registro civil, levando até a sua inexigência em algumas regiões da área de fronteira. Há relatos de que o RANI - Registro Administrativo de Nascimento de Indígena – venha sendo utilizado como identificação civil, substituindo inclusive documento internacional (passaporte). No entanto, segundo a própria FUNAI e o Estatuto do Índio²⁰, o RANI é um documento administrativo que poderá servir como “documento hábil para proceder ao registro civil do ato correspondente, admitido, na falta deste, como meio subsidiário de prova.” A Lei não fala da inexigência do registro civil em cartório para o indígena. Muito pelo contrário, a FUNAI ressalta que o RANI não substitui o Registro Civil de Nascimento.

Esta circulação intensa e relativamente “livre” é também o caso dos paraguaios que habitam no Paraguai e trabalham no comércio de Porto Murtinho (Mato Grosso do Sul) no Brasil, ou na tríplice fronteira Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este (Brasil-Argentina-Paraguai).

²⁰ Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973.

Ainda, as vantagens e desvantagens dos países vizinhos afetam diretamente o cotidiano da população brasileira, que por exemplo, dividem o atendimento no sistema de saúde, educação e assistência social com residentes de países fronteiriços. Como será visto nos capítulos seguintes, os 15 municípios de fronteira, sem exceção, recebem nacionais dos países vizinhos com este objetivo. Muitos deles efetivamente residem no Brasil, enquanto que outros forjam residência para terem acesso aos serviços públicos.

Não ao menos, a liberdade de circulação não pode ser comprometida; deve ser respeitada e garantida. Além disso, instrumentos que possam garantir o respeito a esta livre circulação, o respeito a estes deslocamentos populacionais ainda anteriores a demarcação política dos territórios, o respeito aos direitos humanos da população fronteiriça (brasileiros e estrangeiros) devem ser adotados.

Importante também é compreender esta mobilidade do ponto de vista quantitativo, especialmente nos municípios pesquisados, como veremos nos próximos itens.

2. Migração na América do Sul e a posição do Brasil

De acordo com os dados do CELADE, os fluxos intra-regionais têm aumentado. Houve na América Latina e no Caribe, nos primeiros cinco anos do terceiro milênio, um significativo aumento do número de migrantes internacionais, passando de 21 milhões, em 2000, para 26 milhões, em 2005. Essa cifra representa 13% dos cerca de 200 milhões de migrantes internacionais em nível mundial. (Marinucci, s.d.).

No entanto, desde 1970, o estancamento do fluxo imigratório de ultramar é acompanhado por um constante aumento da migração intra-regional. O número de migrantes intra-latino-americanos era de cerca de 1,2 milhões de pessoas, em 1970 e passou a 2 milhões em 1980. Nesta década, devido a diferentes fatores, houve uma repentina desaceleração, sendo que em 1990 o número tinha aumentado apenas de 200 mil unidades. Finalmente, na década de 90 registra-se um novo crescimento, chegando, em 2000, aproximadamente em 2,9 milhões (Marinucci, s.d.).

O fluxo para o Brasil dos países da América do Sul principalmente tem, no entanto, aumentado desde a década de 1970. Veja a exemplo a Tabela 1:

Tabela 1. Estoques de Emigrantes Brasileiros e Imigrantes no Brasil (1960-1990)

Países	Emigrantes Brasileiros		Imigrantes no Brasil	
Argentina	1960	48.195	1960	15.877
	1970	48.600	1970	17.213
	1980	42.134	1980	26.633
	1991	33.543	1991	25.468
Paraguai	1972	34.276	1960	17.748
	1980	97.791	1970	20.025
	1990	107.452	1980	17.560
			1991	19.018
Bolívia	1976	8.492	1960	8.049
	1992	8.586	1970	10.712
			1980	12.980
Chile	1970	930	1991	15.694
	1982	2.076	1960	1.458
	1992	4.610	1970	1.900
			1980	17.830
Peru	1972	3.077	1991	20.437
	1981	2.926	1960	2.487
	1993	2.523	1970	2.410
			1980	3.789
Uruguai	1960	17.748	1991	5.833
	1970	20.025	1960	17.748
	1980	17.560	1970	20.025
	1991	19.018	1980	17.560
Venezuela	1971	17.748	1991	19.018
	1981	20.025	1960	1.246
	1990	17.560	1970	989
			1980	1.262
Colômbia	1964	2.267	1991	1.226
	1993	1.383	1960	685
			1970	870
			1980	1.490
Costa Rica	1963	17.748	1991	2.076
	1973	20.025	1960	129
	1984	17.560	1970	152
			1980	327
		1991	357	

Fonte: IMILA/CELADE (2000).

A evolução dos estoques de brasileiros nos países da região indica, principalmente a partir de 1980, uma nova situação do Brasil no contexto regional. De 1960 a 1990, o número de brasileiros em países como Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Peru, Venezuela vem diminuindo, enquanto que o número dos nacionais destes países no Brasil aumentou. Destaque deve ser dado também aos Bolivianos de baixa qualificação e renda, que se dirigem ao Brasil tendo em vista a instabilidade política deste e a pobreza que tem afetado diferentes regiões do país. A situação dos migrantes econômicos ganha, no entanto, destaque tendo em vista os avanços econômicos que o País tem feito nos últimos anos e seu potencial de atração.

Em verdade, resgate da história recente demonstra que desde os anos 1980, por questões de natureza econômica, o Brasil, que até então se posicionava enquanto país marcado pela imigração, passou a ser visto como um emissor de população migrante, tendo como principais destinos o Japão, os Estados Unidos e alguns países da Europa. No mesmo período, o Brasil passou a receber imigrantes de países como a Coreia, China, Bolívia, Paraguai, Chile, Peru e de diversos países do continente africano (Patarra, 2012).

No entanto, durante a década de 1990, devido as guerras civis da Angola, Libéria e Serra Leoa e, na década seguinte, as guerras na República Democrática do Congo e no Iraque, identifica-se que boa parte dos refugiados chegou ao Brasil. O caso dos refugiados haitianos, “embora pouco representativo da realidade migratória brasileira, serviu como laboratório das vicissitudes do ‘ser potência’” (Ventura & Illes, 2012).

A longo da década dos anos 2000, segundo os Censos do IBGE, estima-se que o número de migrantes estrangeiros residentes no Brasil tenha quase dobrado. O perfil migratório do País portanto, mudou não só em termos de quantidade, mas também em relação às características dos fluxos de imigração. Há nova alternância no fluxo migratório brasileiro, com a tendência de voltar a ser um país de destino para migrantes internacionais.

Inclusive, as migrações internacionais Sul-Sul tomaram proporções inéditas nos novos fluxos internacionais (Marinucci & Milesi, 2005; Silva, 2008). Dados do Conselho Econômico e Social da ONU, segundo Marinucci & Milesi (2005) apontam que, em 2006, 7% das migrações mundiais ocorreram no sentido Norte-Sul, 33% no sentido Sul-Norte e 32% no sentido Sul-Sul. Os movimentos dos periféricos na periferia (Basso, 2010) são, portanto, igualmente relevantes aos de periféricos em direção ao centro.

Começaram a ser identificados fluxos imigratórios de diversas naturezas, incluindo migrantes econômicos e suas famílias (de dentro e fora da América do Sul; nacionais dos Estados-Partes e Associados do Mercosul, além de nacionais de países terceiros), com e sem documentos, solicitantes de refúgio e refugiados, migrantes ambientais e estudantes estrangeiros, brasileiros retornados, empreendedores, trabalhadores e migrantes em situação de rua, pessoas

traficadas, exploradas e contrabandeadas. São migrantes temporários²¹, sazonais, de longa duração ou permanentes, entre eles crianças e adolescentes, homens, mulheres e transgêneros, e as causas e as motivações que os levam ao deslocamento são variadas.²²

Os desastres naturais, os conflitos armados, o empobrecimento e/ou a desigualdade social, a indução cultural, provocada pela atração exercida pelos modos de vida e padrões de super-consumo dos países ricos, que motiva muitas pessoas a buscar-lhes acesso nesses países, são algumas das causas ou motivações mencionadas na literatura (Chacon, 2000), além da abertura e transnacionalização dos mercados, as maiores facilidades para viajar, a difusão de informações e divulgação em escala planetária sobre opções em outros países, os laços étnicos e familiares, as oportunidades e as exigências de experiência internacional para avançar nos negócios, na profissão ou na carreira, bem como a globalização, determinada pela interdependência cada vez maior entre os países.

Segundo Baeninger (2003) o Brasil vem contando com a entrada de fluxos imigrantes de mão-de-obra qualificada vindos da Argentina e do Chile, em direção principalmente à metrópole de São Paulo. Na América do Sul, inclusive, Brasil e Argentina são os países que mais atraem migrantes econômicos, principalmente pelos baixos custos da viagem e devido a extensa e comum fronteira seca (Cacciamali & Azevedo, 2005).

Finalmente, Fernandes, Castro e Knup (2014) resumem os deslocamentos populacionais para o Brasil em três:

1. Imigrantes altamente qualificados procurando oportunidades como resultado da expansão econômica dos últimos anos. Este grupo inclui tanto empresários, como funcionários de empresas internacionais, assim como pessoas mais jovens que estão a procura de emprego ou já se encontram trabalhando sem autorização;
2. Imigrantes pouco qualificados de países da América do Sul, como Peru e Bolívia. Estes residem em áreas urbanas e acabam trabalhando em empregos que exigem pouca qualificação, em condições de insalubridade e desrespeito aos direitos humanos, até se submetendo à situações de exploração. São imigrantes que poderiam ter sua situação regularizada mas que ficam na informalidade ou irregularidade por falta de informação ou pelos altos custos que a regularização impõe (pagamento de impostos, contribuição previdenciária, etc);
3. O terceiro grupo seria os imigrantes de nacionalidade haitiana, que tal qual os sul americanos, realizam trabalhos que exigem pouca qualificação. Estes, no entanto, têm sua situação migratória regular.

²¹ Daí também o novo conceito de migrações pendulares, ou diárias, que são aqueles movimentos de pessoas no espaço geográfico segundo o qual o indivíduo mora em uma localidade e diariamente se desloca para outra localidade (ou município) para trabalhar, retornando à sua residência depois do expediente. É bastante comum associar as migrações (ou deslocamentos) pendulares ao trabalho dos “bóias-frias”, que se deslocam entre a cidade e o campo para trabalhar na agricultura.

²² Estas informações são reveladas eminentemente por pesquisas qualitativas tendo em vista as limitações do método quantitativo no que diz respeito à identificação destas mais variadas (e não registradas) situações, e a própria ocultez de alguns fenômenos.

Por outro lado, há países em que a presença de imigrantes é extremamente reduzida, como no caso do Peru (0,1% da população) e da Colômbia (0,2%), mas também do Brasil, onde os estrangeiros, apesar de totalizar cerca de 500 mil pessoas,²³ representam apenas 0,2% da população.

Apesar do aumento da migração Norte-Sul, incluindo para o Brasil tendo em vista seu crescimento econômico nos últimos anos (IOM, 2015) O Brasil ainda é um dos principais emissores de emigrantes da América do Sul, e boa parte destes residem em países vizinhos como o Paraguai e a Bolívia (IOM, 2013). Dados e estimativas do MRE/DAC²⁴ confirmam esta informação, segundo os quais cerca de 200.000²⁵ brasileiros estariam residindo atualmente no Paraguai, sendo o principal país de destino na região. Excepcionalmente, a migração Brasil-Paraguai é recíproca. Há uma significativa migração transfronteiriça, de tal forma que brasileiros e paraguaios constituem, reciprocamente, o principal estoque de migrantes regionais dos dois países.

Em seguida, fica a Bolívia, com cerca de 50.000 brasileiros, a Argentina, com cerca de 40.000 brasileiros, Uruguai e Guiana Francesa com cerca de 30.000 brasileiros, e Suriname com cerca de 20.000 brasileiros, e Venezuela, com cerca de 15.000 brasileiros. (Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, 2013).

Ainda, a pesquisa ENAFRON identificou fluxos migratórios dos estados do Amapá para a Guiana Francesa, principalmente pelo município de Oiapoque; de Roraima para a Venezuela; de Santa Catarina para a Argentina; do Rio Grande do Sul e Paraná para o Paraguai, sendo que os fluxos aumentaram com os acordos de livre circulação do MERCOSUL (Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, 2013).

²³ Fonte: SINCRE, Polícia Federal, 2015.

²⁴ Dados enviados através de correspondência eletrônica com o Departamento de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores em maio de 2013. Este número de brasileiros imigrantes é construído a partir do número de brasileiros registrados nas representações consulares no exterior e estimativas feitas pelas representações diplomáticas brasileiras no exterior.

²⁵ A estimativas da OIM (2012) são de cerca de 500.000 brasileiros.

3. Contabilizando Migração no Brasil: Imprecisão e Estimativas

A intensa dinâmica que está na própria essência dos conceitos de mobilidade espacial da população e migração, além das dificuldades de se registrar migrantes que entram e permanecem nos países de destino sem a documentação e amparo legal necessários, torna a produção de estimativas confiáveis um desafio constante (Fernandes, Castro & Batista, 2015). Em particular no Brasil a fragilidade dos sistemas de registro de dados, observada também em outras áreas do conhecimento, não somente no que diz respeito a migração, torna essa tarefa ainda mais difícil.

No entanto, apesar das fragilidades²⁶, fontes de informação como o Censo IBGE e da Polícia Federal podem ser citadas como as mais precisas quando o intuito e “contar migrantes” no Brasil, senão vejamos.

Na última década (2000 a 2010), segundo dados do Censo IBGE, 181.111 estrangeiros chegaram no Brasil, dos quais 121.422 chegaram nos últimos cinco anos, indicando o impacto da crise econômica mundial dos anos 2008 nos fluxos migratórios. Destes 121.422 estrangeiros, 113.790 residiam no meio urbano e 7.632 residiam no meio rural (IBGE, Censo 2010).²⁷

A Polícia Federal, cujo sistema de registro é mais amplo e que capta também os temporários, registrou o número de 422.034 estrangeiros²⁸, o que significa cerca de 0,2% da população brasileira.

A nacionalidade de maior frequência em ambas as fontes de informação, no entanto, é a Boliviana, atingindo 20% dos registros do SINCRE e 15% do Censo IBGE (Fernandes, Castro & Batista, 2015). Também merecem destaque os naturais do Paraguai, Argentina e Peru.

Quanto aos estados, a maior concentração de estrangeiros, segundo dados do Censo IBGE e da Polícia Federal, estaria nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Ou seja, dentre os cinco estados com maior número de estrangeiros residentes, três são da área de fronteira, senão vejamos na Tabela 2.

²⁶ Sobre a fragilidade e descrição dos sistemas que registram Dados Migratórios no Brasil, veja o Relatório sobre Coleta de Dados Migratórios - relatório da ativ. 2.1 do projeto MT Brasil (Fernandes, Castro & Batista, 2015). Veja também no mesmo sentido, descrição dos sistemas de justiça e segurança pública que coletam dados, no Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: consolidação dos dados de 2005 a 2011 (Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, 2013).

²⁷ O Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contabiliza o total de indivíduos que residiam no Brasil na data de referência do Censo, quer seja 1 de agosto de 2010 e considera somente indivíduos com um local habitual de residência, excluindo os temporários. Os dados do Censo IBGE aqui apresentados foram tabulados e fornecidos pela Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais (DPE/COPIS) do IBGE.

²⁸ Os dados do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE) aqui apresentados referem-se ao total de registros de estrangeiros realizados na década de 2000, mantendo em seus bancos de dados inclusive os indivíduos que por ventura já tenham reemigrado ou tenham falecido. Mas é limitado obviamente aos migrantes documentados e que estão formalmente registrados no Brasil. Os dados do SINCRE foram disponibilizados pela Coordenação Geral de Polícia de Imigração.

Tabela 2. Total de estrangeiros residentes no Brasil, por fonte de informação (Censo em 2010 e SINCRE em 2014), segundo a Unidade da Federação (UF) de residência

UNIDADE DA FEDERAÇÃO (UF)	SINCRE (PERMANENTES)	CENSO
SP	93.068	66.223
RJ	23.205	15.667
PR	11.453	20.894
RS	8.960	11.560
SC	7.176	8.419
BA	6.708	6.102
MG	5.821	10.614
CE	4.934	3.555
AM	3.565	5.283
MS	3.476	6.142
RN	3.456	1.719
DF	3.104	3.830
ES	2.799	2.569
PE	2.582	2.441
GO	2.376	4.066
RO	1.433	1871
PA	1.426	1.865
PB	1.153	1.093
AL	1.010	609
MT	996	2.613
MA	788	651
AC	617	769
RR	564	1.022
SE	445	314
AP	289	562
TO	262	404
PI	245	254
TOTAL	191.911	181.111

Fontes: IBGE, Censo 2010, Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, Disponível em: [http://www.ibge.gov.br / SINCRE/Coordenação Geral de Polícia de Imigração-PF/MJ](http://www.ibge.gov.br/SINCRE/Coordenação%20Geral%20de%20Polícia%20de%20Imigração-PF/MJ)

Dentre os municípios da área de fronteira no que diz respeito ao número de estrangeiros residentes, pode-se dar destaque aos de Porto Murtinho e Ponta Porã (MS), Bonfim (RR), Foz do Iguaçu (PR) e Guajará-Mirim (RO), cuja porcentagem de estrangeiros é superior à média nacional de 0,2% da população.

Tabela 3. Total de estrangeiros residentes no Brasil segundo o Município de residência²⁹

Município de Residência (UF)	Estrangeiros residentes	Total de Habitantes	% de estrangeiros
PORTO MURTINHO (MS)	562	15.372	3,65%
PONTA PORÃ (MS)	2758	77.872	3,54%
BONFIM (RR)	377	10.943	3,44%
FOZ DO IGUAÇU (PR)	8771	256.088	3,42%
GUAJARÁ-MIRIM (RO)	1338	41.656	3,21%
EPITACIOLÂNDIA (AC)	264	15.100	1,74%
CORUMBÁ (MS)	1282	103.703	1,23%
ASSIS BRASIL (AC)	72	6.072	1,18%
OIAPOQUE (AP)	191	20.509	0,93%
BRASILÉIA (AC)	147	21.398	0,68%
URUGUAIANA (RS)	777	125.435	0,61%
PACARAIMA (RR)	52	10.433	0,49%
CÁCERES (MT)	410	87.942	0,46%
ALTAMIRA (PA)	81	99.075	0,08%
LARANJAL DO JARI (AP)	23	39.942	0,05%

Como visto na Tabela 3, Ponta Porã tem uma população estrangeira expressiva, quer seja de 2758 estrangeiros, cerca de 3,5% da população, dos quais 2454 são paraguaios. Foz do Iguaçu (PR) também teria uma população estrangeira expressiva de Paraguaio. São 8.771 estrangeiros, ou seja 3,42% da população, dos quais 4.482 são de origem do Paraguai. Da mesma forma Guajará-Mirim, com uma população de 1338 estrangeiros, 3,21% da população, sendo que 1317 seriam de nacionalidade Boliviana.³⁰

Estes dados somente reforçam a tese das migrações transfronteiriças, tendo em vista que as populações estrangeiras em maior quantidade no Brasil são as dos países fronteiriços. Reforçam ainda o conceito de mobilidade e questionam o conceito de migrante enquanto pessoa que sai do seu local de origem para outro local, por tempo determinado. A literatura tem demonstrado inclusive questões relacionadas a flutuação dessa população, os deslocamentos temporários e sazonais, as relações afetivas, as questões também econômicas, políticas e sociais que envolvem estes deslocamentos, fazendo com que cada vez mais o conceito de fronteira enquanto espaço delimitado e de “segurança nacional” seja colocado em cheque e que o próprio conceito de migração seja também relativizado.

As migrações dentro da América do Sul são claros exemplos disto, pois, os migrantes destes países costumam escolher outros países de fronteira para seus deslocamentos. De acordo com Mármora (2002), esse fenômeno seria bastante antigo, e persistiria nos dias de hoje

²⁹ Foram selecionados para esta tabela somente os municípios objeto de pesquisa no âmbito do Projeto MT Brasil. Fonte: Censo IBGE 2010.

³⁰ Fonte: Censo IBGE 2010.

como o caso da tradicional corrente migratória do Paraguai e Bolívia para Argentina, ou do Paraguai para o Brasil e vice-versa.

Da mesma forma, ao lado das migrações limítrofes, são muito comuns as assim chamadas migrações fronteiriças, protagonizadas por pessoas ou grupos que ultrapassam as fronteiras diária, cíclica ou sazonalmente por razões de trabalho, como será discutido nos capítulos três a cinco que versam sobre as pesquisas de campo realizadas nos municípios de fronteira.

O item que segue traz de forma ainda mais objetiva, a questão da mobilidade humana e das migrações na área de fronteira brasileira, através de dados fornecidos pela Polícia Federal.

4. Migrações fronteiriças entre Brasil e América Latina: os postos de controle nos municípios fronteiriços

Rosana Baeninger e Romeu Bonk Mesquita³¹

A situação da imigração na fronteira brasileira ganhou novos contornos a partir de 2010, com a entrada dos imigrantes haitianos no Brasil. As restrições para esta imigração nos Estados Unidos e Europa, fez com que a migração haitiana se reorientasse para novos países de destinos (Fernandes, Milesi & Farias, 2011). A presença brasileira no Haiti, seja militarmente, coordenando a Missão da ONU para Estabilização da Paz no país (Luce, 2011; Patarra, 2012), seja economicamente, através de um sem-número de empreiteiras operando inicialmente a construção de estradas e portos e, após o Terremoto de Janeiro de 2010, a reconstrução do país (Seguy, 2014) são fatores que inseriram o Brasil no rol dos destinos da emigração haitiana, ainda no final do ano de 2010 (Magalhães & Baeninger, 2014).

O visto humanitário foi a forma que o governo brasileiro encontrou de “acolher” esta população e possibilitando a obtenção da carteira de trabalho. Esse visto pode ser obtido na Embaixada Brasileira no Haiti, mecanismo que não alcança atender a demanda, e por isso, a imigração haitiana para o Brasil passa a ser o caminho que cruza países latino-americanos até chegar a alguma área de fronteira brasileira.

Assim, o governo brasileiro precisou voltar seu olhar para as áreas de fronteira, a fim de atender essa nova imigração. Para se ter uma ideia dessa dinâmica, em 2009, haviam 12 postos de fronteira terrestre da Polícia Federal, em 2014, passaram para 29 postos de controle de entrada de estrangeiros, ampliando ao longo da faixa de fronteira a presença do controle de entrada de estrangeiros de norte a sul do Brasil (Tabela 4 e Figura 2).

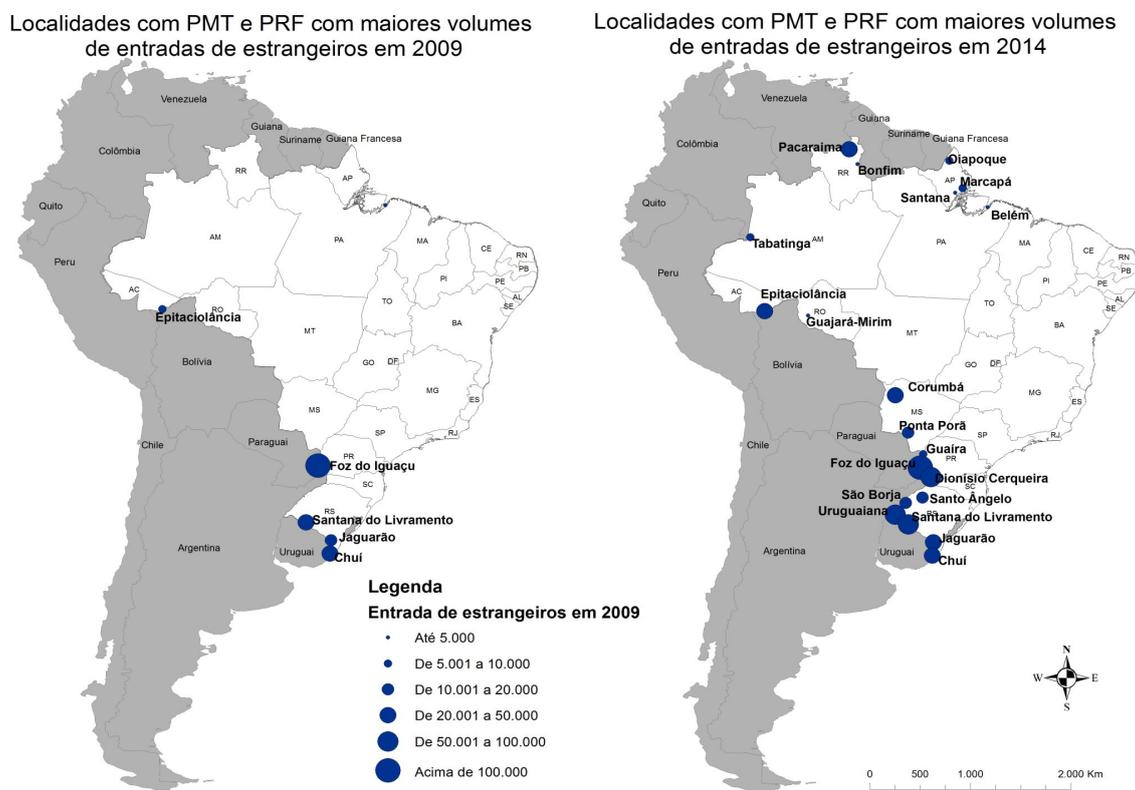
³¹ Rosana Baeninger é Professora Livre-Docente do Departamento de Demografia e do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (Nepo) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Romeu Bonk Mesquita é Graduado em Relações Internacionais e Mestrando em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP).

Tabela 4. Localização dos pontos de controle por tipo, segundo municípios

Localização dos Pontos de Controle por tipo, segundo municípios. Brasil, 2014				
UF	PMT	AER/AERI	PRF	PRM
ACRE	Assis Brasil	Cruzeiro do Sul		
	Cruzeiro do Sul	Rio Branco		
	Epitaciolândia			
	Rio Branco			
ALAGOAS		Maceió		Maceió
AMAZONAS	Tabatinga (2014)	Manaus		
		Tabatinga (2014)	Tabatinga (2014)	
AMAPÁ	Oiapoque (2014)	Macapá (2014)	Macapá (2014)	
			Oiapoque (2014)	
			Santa Helena (2014)	
BAHIA		Salvador		Salvador
		Porto Seguro (2014)		Porto Seguro (2014)
CEARÁ		Fortaleza		Mucuripe
				Pecém
BRASÍLIA		Distrito Federal		
MINAS GERAIS		Confins		
		Pampulha (2014)		
MATO GROSSO DO SUL	Corumbá (2014)	Corumbá	Corumbá (2014)	
	Ponta Porã (2014)	Ponta Porã (2014)		
MATO GROSSO	Cáceres (2014)	Campo Grande (2014)		
PARÁ		Belém	Belém	
			Belém-Vila do Conde	
PERNAMBUCO		Fernando de Noronha		Suape
		Recife		Recife
PARANÁ	Ponte da Amizade-Foz do Ig	Curitiba	Foz do Iguaçu	Fernando de Noronha (2014)
	Ponte Tancredo Neves- Foz	Foz do Iguaçu		Paranaguá (2014)
	Santa Helena	Londrina (2014)		
	Capanema (2014)			
	Guaira (2014)			
RIO DE JANEIRO		Macaé, 2009		Rio de Janeiro
		Rio de Janeiro		São João da Barra (2014)
		Cabo Frio (2014)		
RIO GRANDE DO NORTE		Natal		
		São Gonçalo do Amarante (2014)		Areia Branca
RONDONIA	Guajará-Mirim (2014)	Porto Velho (2014)		Natal
	Costa Marques (2014)			
RORAIMA	Bonfim (2014)	Boa Vista (2014)		
	Pacaraima (2014)			
RIO GRANDE DO SUL	Bagé	Pelotas	Jaguarão	Tramandaí
	Chuí	Porto Alegre	Porto Alegre	Rio Grande (2014)
	Jaguarão	Comandante Kraemer (2014)	Mauá (2014)	
	Aceguá (2014)	Santa Maria (2014)	Santo Ângelo (2014)	
	Santana do Livramento (2014)-Quaraí			
	Santana do Livramento (2014)			
	Santo Angelo (2014)			
	São Borja (2014)			
Uruguaiana (2014)				
SANTA CATARINA	Dionísio Cerqueira	Florianópolis	Florianópolis (2014)	Florianópolis
		Navegantes (2014)		Imbituba
SERGIPE				Itajaí (2014)
				São Francisco do Sul (2014)
				Aracaju (2014)
SÃO PAULO		Campinas		São Sebastião (2014)
		Guarulhos		Santos (2014)
		São Paulo		
TOCANTINS				

Fonte: SINCRE-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania.MT-Brasil/ICMPD

Figura 1 – Localidades com PMT e PRF com maiores volumes de entradas de estrangeiros em 2009 e 2014



De acordo com dados do Sistema Nacional de Registros de Estrangeiros, da Polícia Federal, de 2009 a 2014, o volume de entrada de estrangeiros, com vistos temporários, permanentes e provisórios, em especial os temporários pelo acordo de residência dos países integrantes e associados do Mercosul, foi de 906.124 imigrantes, com a saída de 889.779 emigrantes internacionais nas áreas de fronteira. Tais entradas e saídas permitem caracterizar a condição da fronteira brasileira em relação às nacionalidades dos imigrantes e emigrantes que passam pelos postos de controle da fronteira, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5. Estoques de Emigrantes Brasileiros e Imigrantes no Brasil (1960-1990)

Caracterização das Trocas Migratórias segundo Nacionalidade (PMT+PRF), 2014						
PMT+PRF		Entradas	Saídas	IEM	IMIF	
1	BRASIL	74306	147578	-0,33	50,35	perdas migratórias
2	ARGENTINA	246053	283751	-0,07	86,71	circulação
3	ESTADOS UNIDOS	18375	19979	-0,04	91,97	circulação
4	PARAGUAI	147990	137956	0,04	107,27	circulação
5	CHILE	18782	19733	-0,02	95,18	circulação
6	FRANÇA	32585	31613	0,02	103,07	circulação
7	ALEMANHA	23875	21238	0,06	112,42	ganhos migratórios
8	URUGUAI	105621	102781	0,01	102,76	circulação
9	ITÁLIA	12352	12105	0,01	102,04	circulação
10	PORTUGAL	2156	2198	-0,01	98,09	circulação
11	ESPANHA	17727	17731	0,00	99,98	circulação
12	COLÔMBIA	22182	19683	0,06	112,70	ganhos migratórios
13	REINO UNIDO	19222	16928	0,06	113,55	ganhos migratórios
14	PERU	27727	35482	-0,12	78,14	perdas migratórias
15	BOLÍVIA	46182	25364	0,29	182,08	intensos ganhos migratórios
16	JAPÃO	8529	10295	-0,09	82,85	circulação
17	CHINA	2506	3971	-0,23	63,11	intensas perdas migratórias
18	MÉXICO	7775	7940	-0,01	97,92	circulação
19	PAÍSES BAIXOS	6295	5565	0,06	113,12	circulação
20	SUÍÇA	7137	6503	0,05	109,75	circulação
21	VENEZUELA	17918	16376	0,04	109,42	circulação
22	OUTROS PAÍSES	115135	92587	0,11	124,35	ganhos migratórios
2	s/Brasil	906124	889779	0,01	101,84	circulação

Fonte: SINCRE-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania. MT-Brasil/ICMPD

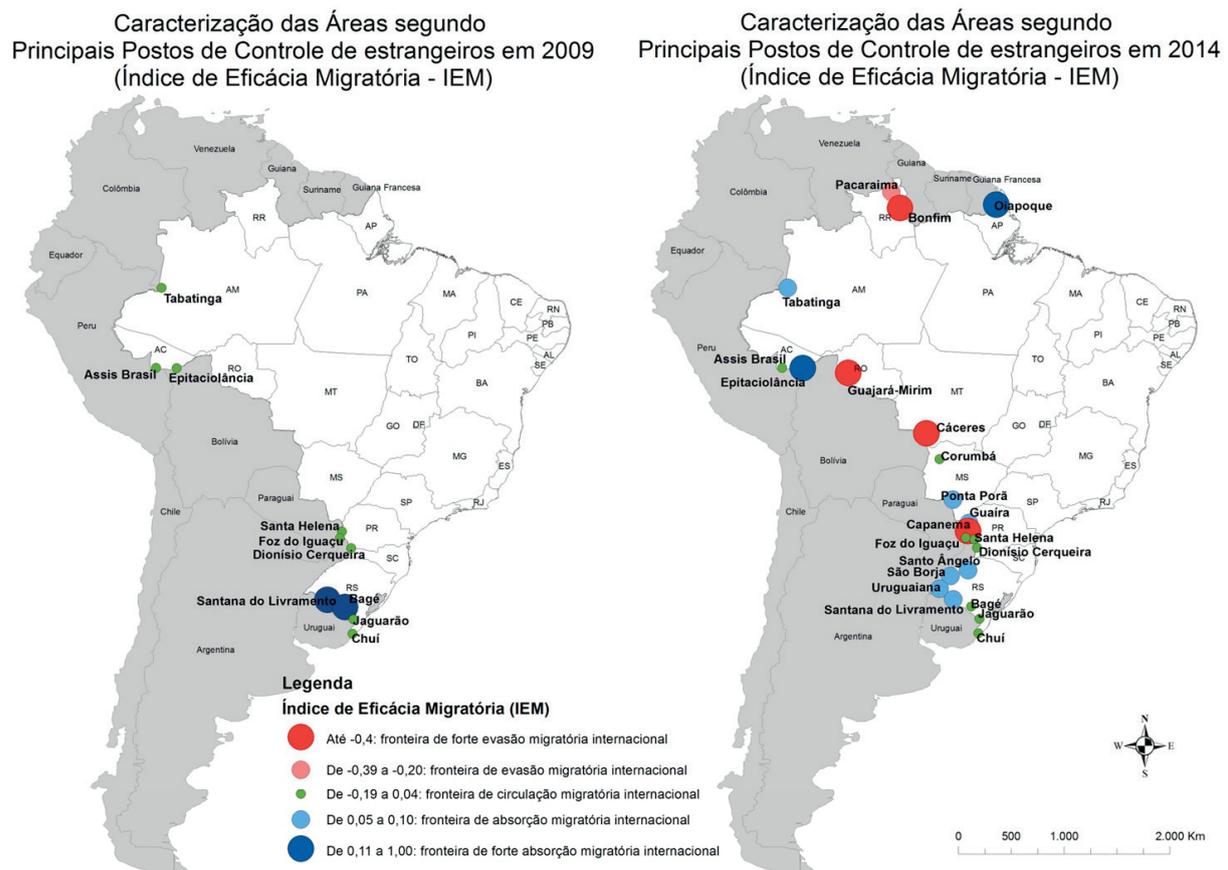
Observa-se que a fronteira brasileira é uma área por onde a própria população brasileira deixa o país em direção aos países vizinhos. Com as fronteiras da Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Venezuela as fronteiras brasileiras constituem fortes áreas de circulação desses contingentes migratórios. Já com as fronteiras da Colômbia e Bolívia, observa-se intensos ganhos migratórios de Bolivianos e colombianos, mas a fronteira com o Peru tem sido uma área de saída de peruanos do Brasil mais do que de entrada.

O índice de mobilidade internacional na fronteira (IMIF) possibilita identificar as nacionalidades com aumento de entradas e permanências de latino-americanos e demais nacionalidades no Brasil (Mapa 2). As especificidades dessa imigração e emigração fronteiriças são de fundamental importância para o entendimento do aumento do “controle” nas áreas de fronteira. De fato, há uma mudança na centralidade da migração latino-americana de fronteira que era no sul do país até 2009 para a faixa amazônica.

Os postos de controle de fronteira se expandem no sul do país também e estas áreas dividem o dinamismo que anteriormente havia nas fronteiras de Santana do Livramento e Uruguiana com o Uruguai; criam-se outros três postos de controle com o Uruguai (áreas de circulação de imigrantes fronteiriços uruguaios) e mais quatro postos de fronteira com a Argentina (áreas de fronteira com absorção de imigrantes argentinos).

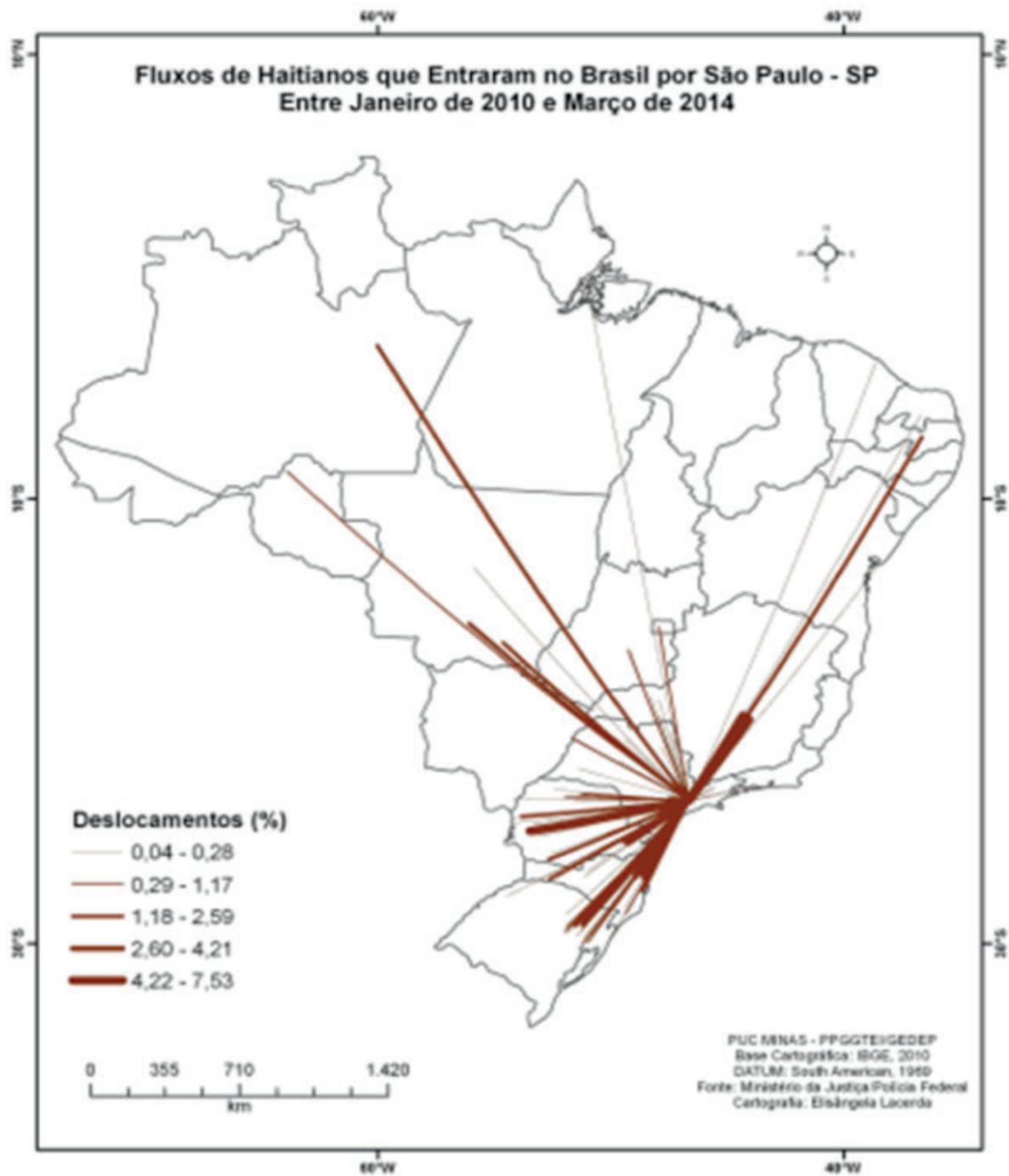
A faixa de fronteira que vai do Centro Oeste em direção às fronteiras Norte do país registram, de maneira mais intensa, a entrada e saída de imigrantes com nacionalidades latino-americanas e demais nacionalidades como haitiana, senegalesa, congoleza. Ou seja, os dados demonstram que a fronteira brasileira se tornou um espaço da migração transnacional (Baeninger, 2015). De fato, a entrada da imigração haitiana no Brasil é fortemente condicionada pela fronteira com os estados do Acre (Figuras 3 e 4), Amapá, Roraima e Rondônia.

Figura 2 – Caracterização das áreas segundo principais postos de controle de estrangeiros em 2009 e 2014.



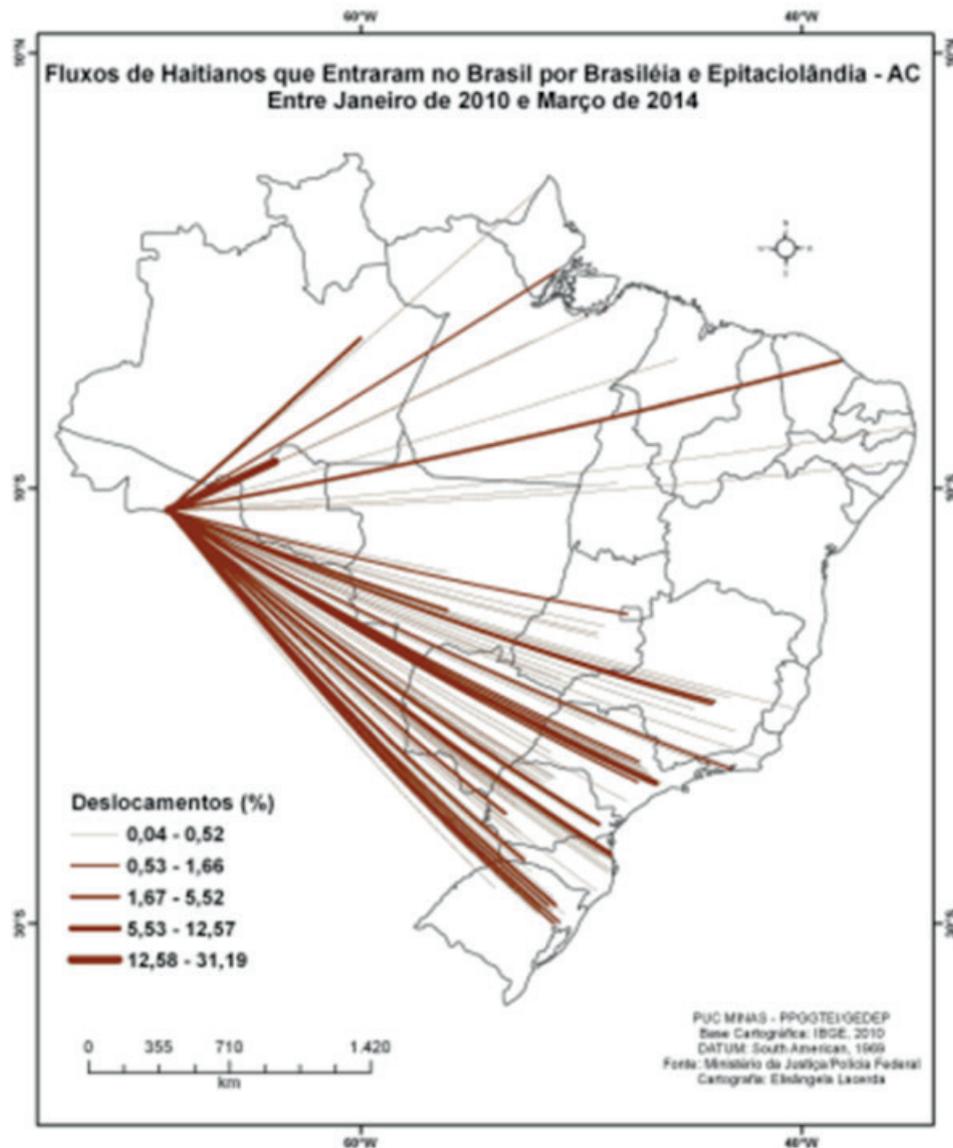
Fonte: SINCRE-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania. MT-Brasil/ICMPD

Figura 3 – Fluxos de Haitianos que entraram no Brasil por São Paulo entre Janeiro de 2010 e Março de 2014



Fonte: SINCRE-Polícia Federal, Ministério da Justiça. MT-Brasil/ICMPD.

Figura 4 - Fluxos de Haitianos que entraram no Brasil por Brasiléia e Epitaciolândia – AC – entre Janeiro de 2010 e Março de 2014



Fonte: SINCRE-Polícia Federal, Ministério da Justiça e Cidadania. MT-Brasil/ICMPD.

Nesse contexto, a questão da “governabilidade migratória” (Mármora, 2010) é de fundamental importância para essas populações que transitam, entram e saem de espaços fronteiriços redesenhados pela própria inserção da fronteira na mobilidade transnacional do mundo globalizado.

A necessidade de uma governabilidade migratória fica ainda mais clara em visita as cidades fronteiriças, que se constituem em verdadeiros estudos de caso. Para além do ato de “migrar”, em seu conceito mais clássico, quer seja o animus de sair por determinado tempo, e de fixar residência em outro país, a mobilidade é muito intensa, ou mais frequente do que o próprio ato de migrar, como poderá ser visto nos capítulos três a cinco. A circulação transfronteiriça reforça a tese segundo a qual as fronteiras não imobilizam mas são modificadas e atravessadas, como será discutido a seguir.

5. Migração Transfronteiriça e Mobilidade na Área de Fronteira: Revisitando Conceitos

Segundo Reis (2004, 2011), a relevância das migrações tem se tornado cada vez mais central nas transformações das sociedades tanto originárias quanto receptoras e também tem se constituído como um tema estratégico e de interesse para as relações internacionais no século XXI, pois levanta diversas incertezas acerca de instituições até há pouco tempo inquestionáveis, tais como a soberania do Estado.

Neste sentido, o próprio conceito de fronteira deve ser revisitado, dando destaque a importância de se diferenciar migração de mobilidade humana, ou mero deslocamento.

Fronteira significa “terra que está a frente de outra” ou “limite entre dois territórios”. É basicamente o “limite da terra conhecido”, conceito que está intimamente ligado a outros três, quais sejam Estado, território e população (Zapata-Barrero, 2012). Este é o conceito tradicional de fronteira, e as expressões que estão relacionadas ao mesmo. A fronteira é, portanto, resultante de um processo histórico de divisão, nem sempre pacífica, dos territórios, e representa por excelência a preocupação do Estado em garantir sua soberania e a segurança da população no seu território.

Os Estados, de uma maneira geral têm interesse pela região que envolve a fronteira, pois pontos estratégicos de defesa. A fronteira internacional, consubstancial à existência do próprio Estado (Smith 1991), estabelece o campo de atuação da soberania nacional (Pérez-Agote, 1986).

No entanto, este conceito fundamental de fronteira tem sofrido um processo de mudança. Zapata-Barrero (2012), por exemplo, defende que a fronteira do Estado-Nação, cada vez mais, tem perdido seu “território”. As fronteiras estão deixando de ser vistas como linhas geográficas definidas, mas sim como resultantes de um processo dinâmico e de uma realidade construída, politicamente e socialmente³² e em permanente mudança, tendo em vista a mobilidade humana que têm se acentuado com o processo de globalização contemporânea. Ulf Hannerz (1997) destaca que “fluxo, mobilidade, recombinação e emergência tornaram-se temas favoritos à medida que a globalização e a transnacionalidade passaram a fornecer os contextos para nossa reflexão sobre a cultura.”

A globalização é, para alguns, um pré-requisito em busca da felicidade, e para outros, causa da infelicidade; mas para todos, o difícil e irreversível destino, que nos afeta na mesma medida e da mesma maneira. (Bauman, 1999). A globalização traz mudanças sociais em diversos âmbitos, inclusive nos fluxos migratórios. O fato é que os fluxos migratórios da contemporaneidade são um rasgo estrutural, sistêmico, de ordem mundial, impostos pelo modelo de

³² Para mais sobre o assunto, ver Benedict (1983).

globalização. E na medida que a globalização aumenta, intensificam-se também as migrações (De Lucas, 2004).

Desta feita, hoje em dia e como consequência da globalização, as fronteiras não mais imobilizam, mas são atravessadas (Hannerz, 1997). Para Martine (2005), a migração internacional, no contexto da globalização, não somente é inevitável, como teria um potencial positivo. Esse deslocamento espacial maciço deve ser entendido como parte das estratégias de sobrevivência, de impulso para alcançar novos horizontes, e a globalização, nesse contexto, age como fator de estímulo, ao aumentar o fluxo de informações a respeito dos padrões de vida e das oportunidades existentes ou imaginadas nos países industrializados.

Como dito, esta perspectiva abstrata adquire mais sentido para os que habitam na área de fronteira. Para Turner (1893), por exemplo, a fronteira seria móvel, fluída, em constante avanço e retrocesso, seria mais uma forma de vida do que um limite espacial. Halbwachs (1968) também propõe uma correspondência entre organização social e espacial. Neste sentido, populações locais seriam responsáveis por “moldar” ou determinar os espaços fronteiriços.

Cardoso de Oliveira (2000, p.17) destaca a ambiguidade das áreas de fronteira como um “espaço que, por sua própria natureza, abre-se à manipulação pelas etnias e nacionalidades em conjunção”.

É, portanto, a partir dos processos de interação das populações locais com a fronteira que podemos compreender o verdadeiro significado de fronteira, no entanto, das fronteiras sociais, tendo em vista que as fronteiras políticas são determinadas pelos acordos de vontade, ou disputas, entre os Estados.

Não ao menos, nem sempre as fronteiras políticas coincidem com as sociais, posto que as populações locais, ainda que involuntariamente, impõem limites próprios. É assim que surge também o conceito de populações fronteiriças, cujo cotidiano lhes ensina a determinar o que seria “fronteira” em função de interesses concretos. Assim, as fronteiras políticas são reafirmadas ou negadas, à medida que as fronteiras sociais sobrepõem as demarcações estatais. (Del Río & Cardia, 2009). São as formas de organização social se projetando sobre o meio e modificando os limites, inclusive à revelia das forças de segurança local ou de “defesa nacional.”

À exemplo, as atividades de contrabando e descaminho (Cáceres & Valcuende, 1996), evidenciando o caráter paradójico que adquire a fronteira para as populações locais. Patarra e Baeninger (2006) também destacam a fragilidade do conceito da fronteira como limite geográfico e ressaltam a vulnerabilidade dos espaços fronteiriços, que permeados pela transnacionalidade:

“Vão constituindo pontos particularmente vulneráveis aos efeitos perversos da globalização e dos acordos comerciais sobre as condições de vida de grupos sociais envolvidos. Onde anteriormente observava-se a extensão de questões agrárias não resolvidas, hoje observa-se uma crescente vulnerabilidade, com maior insegurança em face dos efeitos paralelos das rotas do narcotráfico, do contrabando e dos procedimentos ilícitos de lavagem de dinheiro e outras modalidades de corrupção que aí encontram seu “nicho” de ação” (Patarra & Baeninger, 2006).

Segundo Albuquerque (2005), a Amazônia em geral, e o Acre em particular, são exemplos paradigmáticos de *fronteiras em movimento*. Esta área se caracteriza pelas constantes mudanças e transformações, tanto no que se refere às divisões político-administrativas como aos componentes populacionais.

A permeabilidade das fronteiras que integram os países da América Latina, num contexto de integração regional, vem contribuindo para a intensificação dos deslocamentos de população de tipo fronteiriços. No entanto, a questão imigratória tem sido insatisfatoriamente debatida no âmbito da integração regional (Cepal, 2005; Martes & Sprandel, 2008), onde assuntos econômicos são tratados prioritariamente. Muito embora “*los vínculos, tanto los reales cuanto los potenciales, entre los derechos humanos de los migrantes y los procesos de integración [...] són evidentes*” (Cepal, 2005, p. 75).

A migração fronteiriça, inclusive, apresenta singularidades em relação às imigrações internacionais de longa distância e às migrações em contextos nacionais. Todos as migrações internacionais são deslocamentos fronteiriços, pois, para além do ato de cruzar fronteiras internacionais, são processos que inevitavelmente colocam os seus sujeitos em contato com outras realidades sociais, permeando ou criando barreiras, produzindo ou repulsando trocas culturais. Entretanto, a migração fronteiriça ou transfronteiriça não é sempre um processo de migração tradicional, posto que duas características importantes inexistem, que seriam o animus de sair por determinado tempo, e de fixar residência em outro país. O “fronteiriço” se desloca e retorna, mantendo relações e atividades em ambos os lados da fronteira, como os deslocamentos populacionais nas zonas de fronteiras entre países vizinhos. No limite, são processos migratórios temporários, cujos sujeitos são pessoas ou grupos que ultrapassam as fronteiras, diária, cíclica ou sazonalmente por razões de trabalho. Neste caso seria melhor inclusive falar em mobilidade humana, não necessariamente em migração da ausência de alguns elementos, como o animus de ficar.

Inclusive, não são deslocamentos recentes. Mesmo após a criação dos Estados nacionais, no século XIX, com suas fronteiras, as migrações fronteiriças continuaram muito intensas. (Marinucci, s.d.). “Tirando as áreas em que elementos naturais (florestas, desertos, montanhas) as tornavam complexas, as migrações fronteiriças permaneceram fortes na região, sobretudo quando as fronteiras dividiam povos da mesma etnia ou com fortes vínculos históricos e comerciais.”

Para essas populações, os “outros” são estrangeiros, mas ao mesmo tempo vizinhos e, assim, em determinados contextos esses “outros” se transformam em um “nós”.

Em verdade, na atualidade a migração se transformou em um fenômeno da mobilidade. Mais importante do que os deslocamentos populacionais entre áreas de origem e de destino, é a capacidade das pessoas ou dos migrantes em circular, construir e se apropriar de espaços, dessa maneira, produzindo territórios e identidades sociais (Menezes, 2012). Mais importante do que fluxos migratórios ou itinerários, é entender a dinâmica ou o conceito de territórios circulatórios, que compreendem as redes definidas pelas mobilidades de populações que possuem o seu status de saber-circular (Tarrus, 2000, 125). Inclusive, itinerários, circuitos ou fluxos migratórios são cada vez mais complexos e mundializados e, a partir deles surgem novas rotas imprevisíveis e inéditas, não podendo mais ser pontos de referência para qualquer análise. Ou não podendo mais ser previstos, traçados, definidos, tamanha a mutabilidade.

Nesta perspectiva, é mais o sujeito “em mobilidade” e “em circulação”, ao qual se atribui a condição legal de “emigrante” ou “imigrante”, que deveria estar no cerne da análise. Ser emigrante ou imigrante é uma condição imposta do ponto de vista de quem observa, ou seja, de fora para dentro, notadamente pela legislação local. Mas é a análise da mobilidade do sujeito, de dentro para fora, que traz a perspectiva individual, do indivíduo, possibilitando mais conhecimento sobre os sujeitos, sobre seus processos de identificação com os espaços que percorrem, sobre seus processos de integração ou adaptação, sobre seus direitos enquanto sujeitos, não enquanto nacionais deste ou daquele território, ou enquanto imigrantes vindos deste ou daquele território. O sujeito visto na sua essência, e além das etiquetas que a sociedade ou a legislação lhe impõe.

Inclusive, pesquisas desenvolvidas nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil, ao analisar a migração de populações de áreas rurais do Nordeste para o Sudeste confirmam este entendimento. Ao questionar o caráter definitivo desses movimentos migratórios, estas pesquisas demonstraram que nem sempre a migração se caracterizava como êxodo rural, mas muitos migravam, tornavam-se operários ou empregados urbanos, e retornavam às áreas rurais da região Nordeste (Garcia Júnior, 1990; Woortmann, 1990; Scott, 1995). Para esses autores, a migração destes trabalhadores rurais não era apenas consequência da inviabilidade de suas condições de existência, mas parte integrante de suas próprias práticas de reprodução social. Ou seja, a teoria dos *push and pull factors* estaria colocada em cheque. Migrar seria pre-condição existencial de um trabalhador rural, posto que sem migrar, não poderia manter seu trabalho e como consequência, sua moradia no campo, e portanto, deixaria de sê-lo. Desta forma, a mobilidade, o ir e vir entre as regiões Nordeste e Sudeste, entre o trabalho agrícola e urbano, era parte das estratégias de reprodução social das famílias camponesas (Menezes, 1985).

Durkheim e Mauss reforçam este entendimento quando afirmam que o espaço está associado à organização social do grupo e, portanto, indissociavelmente vinculado à identidade.

Em *De quelques formes primitives de classification*, ambos os autores assinalam que o tempo e o espaço “*sont, à chaque moment de leur histoire, en rapport étroit avec l’organisation sociale correspondante*” (2002 [1903], p. 53).

Portanto, a teoria das migrações hoje busca conceitos ou tipologias que englobem a heterogeneidade dos migrantes e dos outros atores envolvidos nos processos migratórios, da intensidade dos movimentos migratórios, das diferenciações e da volatilidade dos fluxos, dos espaços e outras dimensões dos processos migratórios (Silva & Menezes, 2006).

Para tanto, é essencial que as diversas faces desse fenômeno social complexo sejam conhecidas, quantificadas e qualificadas, compreendidas, discutidas; e transformadas em conhecimento, possam orientar políticas que englobem a proteção e a garantia dos direitos humanos dos cidadãos envolvidos neste complexo processo, sejam estes imigrantes ou emigrantes, ou brasileiros retornados.

Ou seja, se a globalização é um processo irreversível, que intensificou os fluxos migratórios e que relativizou ainda mais o conceito de fronteira, irreversível também é o fenômeno da migração, e parte da contemporaneidade. Desta feita, mobilidade e migração, nas suas mais variadas vertentes deixam de ser exceção e passam a ser regra, mesclando-se e dando sentido à história da humanidade.

E os processos migratórios ou de mobilidade na área de fronteira deixam muito mais evidente esta nova dinâmica social: que a globalização é irreversível, que os fluxos migratórios tendem a se intensificar, e que a dimensão dos territórios e as fronteiras deixam de ser as barreiras impostas legalmente para ser as barreiras impostas ou criadas pela própria dinâmica social das localidades.

E, finalmente, que o elemento central dessa discussão não é o deslocamento, o processo de migração, no sentido de se identificar rotas, mas o ser humano sujeito destes processos de mobilidade ou de migração, ao qual se deve respeito e o qual deve ser protegido.

Inclusive, traço característico da imigração estrangeira no cenário da globalização é a condição de indocumentados desses imigrantes (Sales, 1991; Patarra & Baeninger, 1995), o que não é fácil de ser revelado pelos mecanismos regulares de contabilização ou registro de migrantes no Brasil, quer sejam o Censo IBGE e o dados da Polícia Federal, tornando ainda mais difícil a identificação destas pessoas e a mensuração desses fenômenos e fluxos.

É neste contexto dotado de dinamismo, contemporaneidade, mas ao mesmo tempo historicidade, que o projeto Migrações Transfronteiriças se desenvolve.

Na área de fronteira seca brasileira, deslocamentos populacionais, com características de mero deslocamento ou de migração efetivamente, são frequentes e evidentes. E estes movimentos tem se intensificado, a partir dos anos 2000 principalmente, com a chegada de grupos

ou pessoas de nacionalidades pouco vistas outrora no Brasil. Em números, talvez, estas pessoas não representem grande quantidade pois o Brasil ainda não é um país com uma porcentagem considerável de migrantes. Mas são fluxos contínuos e que se intensificaram nos últimos 15 anos, com a aceleração da economia brasileira e o Mercosul.

É neste contexto também que se deve compreender estes fluxos e diferenciá-los dos deslocamentos populacionais históricos e característicos da região de fronteira. Ainda, é essencial conhecer os protagonistas destes movimentos migratórios; as razões para o(s) deslocamento(s); suas vulnerabilidades (anteriores, concomitantes e posteriores ao processo migratório) e os obstáculos (dos mais diversos) encontrados ao chegarem a “Terra de Santa Cruz.”

É ainda nesse contexto que se deve levantar e compreender a exploração destas formas de movimento, ou a exploração destas pessoas em movimento, por aqueles que dominam a informação, conhecem os meios e possibilitam ou facilitam estes deslocamentos ou a migração entre fronteiras. Ou simplesmente, por aqueles que tornam a “mobilidade” um meio de vida. A condição de vulnerabilidade destas pessoas, e migrantes, é pressuposto, e prato cheio para aqueles que querem auferir lucro, ou simplesmente, conseguir o seu ganha pão.

Portanto, nos próximos capítulos, o leitor poderá conhecer um pouco mais sobre os fluxos migratórios na área de fronteira brasileira. Quinze municípios foram pesquisados: Bonfim e Pacaraima (RR), Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil (AC), Cáceres (MT), Corumbá, Ponta Porã e Porto Murtinho (MS), Foz do Iguaçu (PR), Guajará-Mirim (RO), Oiapoque e Laranjal do Jari (AP), e Uruguaiana (RS). O município de Altamira (PA), apesar de não ser fronteiro foi incluído na pesquisa por ser um município com indícios de fluxos migratórios.

Os capítulos seguintes são fruto de pesquisa de campo³³ nestas localidades e além de descreverem os municípios através de indicadores sociais, retratam a realidade local, descrevendo mobilidade, migração, fluxos migratórios, vulnerabilidade, exploração, e as dificuldades ou facilidades que possivelmente são encontradas pelos migrantes que chegam ao Brasil. Descrevem também as relações das comunidades locais com estes migrantes. Descrevem os deslocamentos dos brasileiros na região fronteira, considerando que fluxos migratórios e mobilidade tem sido observados nos dois sentidos.

Em especial o capítulo seis descreve as dificuldades que os migrantes enfrentam no que diz respeito a sua inserção laboral e social, tendo sido fruto também de pesquisa de campo, mas em municípios de grande contingente de migrantes, tais como o município de São Paulo e outros dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. E finalmente, o capítulo final traz recomendações para o melhor gerenciamento ou para a “governabilidade” migratória na região de fronteira, sendo que algumas recomendações também se aplicam para o gerenciamento das migrações no restante do país.

³³ De acordo com metodologia específica descrita no item 2 do Capítulo um.

Referências Bibliográficas

- Albuquerque, José Lindomar (2008). Imigração em Territórios Fronteiriços. *VI Congresso Português de Sociologia*. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 25 a 28 de junho de 2008.
- Albuquerque, J. L. C (2005). *Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai*. Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Anderson, Benedict (1983). *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- Baeninger, Rosana (2015). Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais. In: Prado, Erlan J. P.; Coelho, Renata (orgs.). *Migrações e trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, pp.79-86.
- Baeninger, Rosana (2012). O Brasil na rota das migrações latinoamericanas. In Baeninger, Rosana (org.). *Imigração Boliviana no Brasil* Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, pp.09-18.
- Baeninger, Rosana (2003). O Brasil na rota da migrações internacionais recentes. *Jornal da UNICAMP*. Edição 226. 25 a 31 de agosto de 2003.
- Basso, P. (2010). L'ascesa del razzismo nella crisi globale. In: Basso, Pietro (Org.). *Razzismo di stato: Stati Uniti, Europa, Italia*. Milano: FrancoAngeli.
- Bauman, Z. (1999). *La globalización. Consecuencias Humanas*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Bertho, Ângela Maria de Moraes (2005). *Os índios Guarani da Serra do Tabuleiro e a Conservação da Natureza: uma perspectiva etnoambiental*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/thesis/view/289>. Acesso em 15 de Julho de 2013.
- Cáceres, R.; Valcuende Del Río, J. M. (1996). Hacer los portes, el estraperlo y otras formas de contrabando. Palenzuela, P. (ed.) *Antropología del Trabajo. VII Congreso de Antropología Social*. Zaragoza: FAEE.
- Cacciamali, Maria Cristina & Azevedo, Flávio A Gomes de (2006). Entre o Tráfico Humano e a Opção da Mobilidade Social: os Imigrantes Bolivianos na Cidade de São Paulo. *Cadernos PROLAM/USP*, ano 5, vol. 1, pp. 129-143.

- Oliveira, Roberto Cardoso de (2000). Os descaminhos da identidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, n°. 42, pp. 7-21.
- CEPAL (2005). Governabilidade migratoria y integración: caminos y encrucijadas. *CEPAL – SERIE Seminarios y conferencias*, n° 45.
- Chacón, Oscar (2000). Migrantes en el Desorden Global. *1º Foro Social de las Américas, Quito, Ecuador*.
- Claro, Carolina de Abreu Batista (2015). As migrações internacionais no Brasil sob uma perspectiva jurídica: análise da legislação brasileira sobre estrangeiros entre os séculos XIX e XXI. *Cadernos OBMIGRA*. vol. 1, n°. 1, pp. 119-152.
- Del Río, José M^a Valcuende & Cardia, Laís M. (2009). Etnografía das Fronteiras Políticas e Sociais na Amazônia Ocidental: Brasil, Peru e Bolívia. *Scripta Nova. Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, vol. XIII, n°. 292, pp. 741-798.
- De Lucas, Martín F. J. (2004). Como introducir el principio de justicia en las políticas de inmigración. In Miraut, Martin (coord.). *Justicia, Migración Y Derecho*. Madrid: Di Kinson.
- Durkheim, Émile & Mauss, Marcel (1903). De quelques formes de classification. Contribution à l'étude des représentations collectives. *Année sociologique*, VI, p. 1 à 72. Rubrique “ Mémoires originaux ”. Les Presses Universitaires de France.
- Fernandes, Durval (2015). O Brasil e a migração internacional no século XXI: notas introdutórias. In: PRADO, Erlan J. P.; COELHO, Renata (orgs.). *Migrações e trabalho* Brasília: Ministério Público do Trabalho: Brasília, pp.19-39.
- Fernandes, Duval; Castro, Maria da Consolação Gomes de & Batista, Nayara (2015). *Coleta e Disseminação de Informações na Área de Migração Internacional no Brasil. Relatório da Atividade de Pesquisa 2.1 do Projeto Migrações Transfronteiriças (MT Brasil)*. Brasília: ICMPD.
- Fernandes, Duval; Castro, Maria da Consolação Gomes de & Knup, Silvana Pena (2014). Brazil and International Migrations in the Twenty-first Century: Flows and Policies. Center for Migrations and Citizenship. Disponível em: http://ifri.org/index.php?page=contribution-detail&id=7993&id_provenance=106&lang=uk.
- Fernandes, Duval Magalhães; Castro, Maria da Consolação Gomes de; Knup, Silvana Pena; Pimenta, Bruna. (2013). Migração Brasil - Europa: a situação dos migrantes retornados da Europa no início do Século XXI. Viena: International Centre for Migration and Policy Development (ICMPD).
- Fernandes, Duval; Milesi, Rosita; Farias, Andressa (2011). Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo

- migratório. *Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*, v. 6, nº 6, p. 73-98. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos.
- Garcia Júnior, A. (1990). *O sul: caminho do roçado*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/UnB/ CNPq.
- Halbwachs, Maurice (1968). *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Hannerz, Ulf (1997). Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-Chave da Antropologia Transnacional. *Mana*, v.3, nº.1, p. 7-39.
- IBGE, Censo (2010), Banco Multidimensional de Estatísticas - BME, Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.
- International Labour Organization & Organization for Security and Cooperation in Europe. (2009). *Strengthening Migration Governance: implementation of OSCE commitments related to migration by OSCE participating States / International Labour Office*. Geneva: ILO.
- IOM (2015). *World Migration Report. Migrants and Cities: New Partnerships to Manage Mobility*. IOM: Geneva.
- IOM (2013). *World Migration Report. Migrant Well-being and Development*. IOM: Geneva
- Luce, Mathias S (2012). A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 32, pp. 119 – 141.
- Magalhães, Luís Felipe Aires & Baeninger, Rosana (2014). Imigração haitiana no Estado de Santa Catarina: Fases do fluxo e contradições da inserção laboral. *Blucher Social Sciences Proceedings*, v.2, nº.2, pp. 219-237.
- Marinucci, Roberto; Milesi, Rosita (2005). *Migrações Internacionais Contemporâneas*. Brasília: IMDH.
- Marinucci, Roberto (s.d.). *Migrações Internacionais Intra – Regionais na América Latina e no Caribe*. Disponível em: http://www.csem.org.br/pdfs/migracoes_em_america_latina_e_caribe_roberto_marinucci.pdf
- Menezes, Marilda Aparecida de (2012). Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos. In: Paulo Eduardo Teixeira, Antonio Mendes da Costa Braga, Rosana Baeninger (org.). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, pp.21-40.
- Mármora, Lélío (2010). Modelos de governabilidad migratoria: la perspectiva política en América del Sur. *Rev. Inter. Mob. Hum.* Brasília, Ano XVIII, nº 35, pp. 71-92, jul./dez.
- Mármora, Lélío (2002). Migrações e Política na América Latina: Novos Espaços Cenários. In Sa-

les, Teresa; Salles, Maria do Rosário R. (org.). *Políticas Migratórias. América Latina, Brasil e Brasileiros no Exterior*. São Paulo: São Carlos/EdUFSCar/Editora Sumaré. pp. 23-30

Martes, Ana C. B; Sprandel, Márcia A. (orgs.) (2008). Mercosul e as migrações: os movimentos nas fronteiras e a construção de políticas públicas regionais de integração. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

Martine, G (2005). A globalização inacabada. Migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo em Perspectiva*, v.19, n.º.3, pp.3-22, jul./set.

Menezes, Marilda Aparecida de (2012). Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: Teixeira, P. E.; Braga, A. M. C.; Baeninger, R. (Orgs.). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. São Paulo: Cultura Acadêmica. pp. 21-40.

Menezes, Marilda Aparecida de (1985). *Da Paraíba para São Paulo, de São Paulo para a Paraíba: Migração, família e reprodução da força de trabalho*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campina Grande.

Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania (2013). *Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: consolidação dos dados de 2005 a 2011*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania.

ONU (1998). *Recommendations on statistics of international migration*. Revision 1 ST/ESA/STAT/SER.N/581.REV1. New York.

Otero, Andrea Grazziani; Borghetti, Mariano Teixeira (2011). *Territorialidade X Deslocamento: Fronteiras na Compreensão de uma Identidade Mbyá-Guarani*. Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Disponível em http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307722334_ARQUIVO_artigoCONLAB.pdf.

Patarra, Neide Lopes (2012). Brasil: país de imigração? *E-Metropolis*, n.º 9, ano 3, pp. 01 – 18.

Patarra, Neise Lopes (2006). Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estudos Avançados*, v. 20, n.º. 57, pp. 7-24.

Patarra, Neide Lopes & Baeninger, Rosana (2006). Mobilidade Espacial da População no Mercosul. Metrópoles e fronteiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21 n.º. 60, pp. 83-102.

Patarra, Neide Lopes & Baeninger, Rosana (1985). Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In: Patarra, Neise Lopes. *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Campinas: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil. pp. 79-88.

Pedra J. B., Alline & Bezerra Cavalcanti Barbosa, Joana (2014). A tríade ocasional: vulnerabilidade, migração e tráficos de pessoas. In Michelle Guerardi, (org.) *Cadernos Temáticos sobre Tráfico de Pessoas*. vol. 2. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional

- de Justiça e Cidadania, Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. pp. 71-92.
- Pérez-Agote, A. (1986). *La reproducción del nacionalismo. El caso vasco*, 2ª Edición, Madrid: CIS.
- Reis, Rossana (2005). Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, nº. 55.
- Reis, Rossana R (2011). A política do Brasil para as migrações internacionais. *Contexto Internacional*. PUCRJ, v. 33, pp. 47-69.
- Sales, Teresa (1992). Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v. 9, n.1, pp. 50-64.
- Sales, Teresa (1991). Novos fluxos migratórios da população brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v. 8, n.1/2, pp.21-32.
- Scott, R. Parry (1995). Estratégias Familiares de Emigração e Retorno no Nordeste. *Revista Travessia: Revista do Migrante*. São Paulo. Ano VIII, nº 21, maio/agosto, pp. 23-27.
- Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania (2013). *Pesquisa ENAFRON – Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania.
- Seguy, Franck (2014). A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas.
- Silva, Sidney A (2008). *Faces da latinidade: hispano-americanos em São Paulo*. Campinas: Núcleo de Estudos da População/Unicamp.
- Silva, Maria Aparecida de Moraes & Menezes, Marilda Aparecida (2006). *Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões*. Brasília: NEAD.
- Smith, Anthony D. (1991). *National Identity*. London: Penguin.
- Tarrius, Alain (2000). Leer, Describir, interpretar las circulaciones migratorias: conveniencia de La noción de territorio circulatorio. *Relaciones: estudios de historia y sociedad*, v.XXI, nº.83.
- Teresi, Maria Verônica; Healy, Claire (2012). *Guia de Referência para a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania.
- Turner, Frederick Jackson (1893). The Significance of the Frontier in American History 1893. A paper read at the meeting of the American Historical Association in Chicago, 12 July 1893,

during the World Columbian Exposition.

UNODC (2011). *Smuggling of Migrants: A Global Review and Annotated Bibliography of Recent Publications*. Vienna: UNODC.

WOORTMANN, Klaas (1990) “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico* , 87, pp. 11-73.

Ventura, Deisy & Illes, Paulo (2012). Qual a política migratória do Brasil? *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1121>

Zapata-Barrero, Ricard (2012). Teoria Política de la Frontera y la Movilidad Humana. *Revista Española de Ciencia Política*. n.º 29, pp. 39-68.

Capítulo Três - Mobilidade e Migrações no Arco Norte

De acordo com a estratégia ENAFRON, ficou definido como Arco Norte a faixa de fronteira dos Estados do Amapá, Pará e Amazonas, além da totalidade dos Estados de Roraima e Acre.

A pesquisa do projeto MT Brasil foi desenvolvida nos municípios de Assis Brasil, Brasília e Epitaciolândia, no estado do Acre; Bonfim e Pacaraima, no estado de Roraima; Oiapoque e Laranjal do Jarí, no estado do Amapá; e Altamira no estado do Pará, que apesar de não estar em região fronteira, foi identificada como uma cidade com intensos fluxos migratórios.

1. Assis Brasil, Brasília e Epitaciolândia (Acre)

Maurício Carlos Rebouças³⁴

1.1. Contexto Local e Caracterização dos Municípios³⁵

O município de Assis Brasil está localizado no Estado do Acre, na mesorregião do Vale do Acre, compondo a regional do Alto Acre com os municípios de Brasília, Epitaciolândia e Xapuri. No último censo realizado pelo IBGE em 2010, a cidade tinha 6.072 habitantes, e em 2014, o instituto estimou a população em 6.610 habitantes numa área de 4.974,176 km². A cidade está localizada a margem esquerda do Rio Acre; ao sul de Assis Brasil. Do outro lado do rio, está a cidade de São Pedro de Bolpebra, pertencente ao departamento de Pando, território Bolíviano; a oeste da sede municipal e também ao sul do território do município, encontra-se o Rio Yaverija que desemboca na margem direita do Rio Acre, onde situa-se a cidade peruana de Iñapari. Nessa convergência dos municípios, se constitui o ponto tripartite entre os países do Brasil, Bolívia e Peru.

A distribuição entre a população urbana e rural na cidade, de acordo com o IBGE é de 3.700 habitantes na zona urbana e 2.372 na zona rural. Em relação à distribuição da população por sexo, 3.091 são mulheres e 2.981 são homens.

³⁴ O autor, responsável pela pesquisa de campo e relatório dos municípios de Assis Brasil, Epitaciolândia e Brasília é assistente social no município de Paulínea (SP) e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC.

³⁵ O trabalho de campo nos municípios de Assis Brasil, Brasília e Epitaciolândia foi realizado no período de 08 a 19 de setembro de 2014. Na cidade de Assis Brasil, foram contatadas e entrevistadas nove instituições, das quais sete são governamentais e duas da sociedade civil organizada, com a participação de 10 atores estratégicos. Em Brasília, onze instituições governamentais foram contatadas, sendo realizadas nove entrevistas com o mesmo número de atores estratégicos e dois grupos focais com a participação de seis atores. Em Epitaciolândia, seis instituições governamentais e uma instituição não governamental foram contatadas, sendo realizadas seis entrevistas com a participação de nove atores estratégicos e um grupo focal com quatro participantes. Na capital acreana Rio Branco, três instituições governamentais foram contatadas, sendo realizadas cinco entrevistas com atores estratégicos e duas entrevistas com a população beneficiária. Veja Tabela com atores estratégicos entrevistados no Anexo V. Este capítulo traz também alguns indicadores, cujas fontes podem ser encontradas em Tabela no Anexo I.

A economia da cidade tem uma forte ligação com o extrativismo, que é uma atividade tradicional em todos os municípios do Alto Acre. A própria história de fundação da cidade, foi iniciada em razão do extrativismo da borracha que se tornou uma forte atividade econômica. No entanto, ela se encontra em declínio, embora ainda seja fonte de renda para 25% da população rural dos municípios da regional. Atualmente, também se pratica o agroextrativismo, onde os agricultores familiares extraem simultaneamente Castanha-da-Amazônia, látex, óleos vegetais, resinas, cipós e frutas silvestres. Existem atividades de criação de bovinos, pequenos animais, comércio em geral e recentemente projetos turísticos.

A cidade de Assis Brasil está localizada a 330 km de distância da capital Rio Branco/AP, a rodovia que interliga os municípios é a BR 317, denominada como “Rodovia Transoceânica”, sendo a única no estado que liga o Brasil ao Peru. A viagem é realizada por ônibus intermunicipal e táxis regularizados no Estado, num percurso de aproximadamente 3h30m. A BR 317 ou a “Estrada do Pacífico” é uma estrada binacional que liga o noroeste do Brasil ao litoral sul do Peru. A parte da Estrada do Pacífico no território brasileiro é identificada como BR-317, enquanto no Peru é chamada de Carretera Interoceânica (em espanhol).

No Brasil a “Estrada do Pacífico” começa na BR-364 em Porto Velho/RO e no Acre continua pela BR-317, que passa por Rio Branco e vai até a tríplice fronteira com o Peru e Bolívia, atravessando a cidade de Assis Brasil e a peruana Iñapari. No Peru, a Estrada do Pacífico se divide inicialmente em duas, uma em direção a Oeste, que no Peru segue pela rodovia PE-030, desde Nazca, passando por Cuzco, até o porto de San Juan de Marcona. A outra rota, sentido Sul, se subdivide em duas na região próxima ao Lago Titicaca, e segue pela PE-034 até o porto de Matarani e pela PE-036 até o porto de Ilo.

Atualmente a cidade de Assis Brasil destaca-se por sua posição geográfica estratégica, tendo em vista que a mesma é a porta de entrada e saída do Peru. Situa-se na rota de saída para o Oceano Pacífico, fato que gera uma expectativa de crescimento de atividades comerciais de importação e exportação.

No território de Assis Brasil estão localizadas as Terras Indígenas Cabeceira do Rio Acre, que abriga a etnia Jaminawa e a Terra Indígena Mamoadate onde vivem as etnias Manchineri e Jaminawa, da família linguística Aruak e Pano, respectivamente. Existem cinco aldeias com uma população de 315 indígenas das etnias Jaminawa e Manchineri. No território fronteiro de Assis Brasil com Sena Madureira, há 13 aldeias que abriga 996 jaminawas e manchineres (Governo do estado do Acre, 2013). Os povos indígenas dessa região praticam atividade de pesca, caça, coleta de frutos da floresta, pequeno cultivo de subsistência e o manejo do tracajá.

O acesso principal à Terra Indígena Jaminawa se dá por via fluvial, a partir da cidade de Assis Brasil subindo o rio Acre. Para Mamoadate, o ingresso é por via fluvial subindo o rio

Iaco, na cidade de Sena Madureira. Durante o período de estiagem das chuvas, o acesso se dá pelo ramal Icuriã a partir de Assis Brasil, encurtando o tempo de viagem.

A cidade de Assis Brasil nasceu no antigo seringal Paraguaçu, explorado pelos irmãos Freire do Estado do Maranhão, em 1958. Nessa época, era denominada Vila de Assis Brasil, em homenagem a Francisco de Assis Brasil, o político e diplomata que negociou com o governo Boliviano, a compra das terras do Acre, junto com o Barão de Rio Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Foi de sua responsabilidade a redação do Tratado de Petrópolis, que definiu a posse desse território pelo Brasil. A transformação em município, ocorreu a partir do desmembramento da cidade de Brasília. A data de sua fundação é 1º de março de 1963, porém só obteve autonomia municipal em 14 de maio de 1976.

A taxa de ocupação formal no município de Assis Brasil é de 30,78% sendo que em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais 22,48% trabalhavam no setor agropecuário, 0,00% na indústria extrativa, 2,48% na indústria de transformação, 5,61% no setor de construção, 1,84% nos setores de utilidade pública, 12,24% no comércio e 51,80% no setor de serviços. O percentual de pessoas com mais de 18 anos, sem ensino fundamental completo e em ocupação informal é de 54,51 e de desocupação é de 6,98% .

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Assis Brasil é de 0,588, o 12º melhor do Estado, situando-se na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo.

Em 2010, a média da renda per capita na cidade de Assis Brasil era de R\$ 291,22. A taxa de extrema pobreza aumentou de 24,55% em 1991 para 37,77% em 2000 e reduziu para 30,66% em 2010. A desigualdade na distribuição da renda no município é expressiva, dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil indicam que 20% dos mais ricos em Assis Brasil detinham em 2010, 61,04% da riqueza produzida, enquanto, 80% detinham 38,96%.

Em relação à educação, os indicadores de 2010 apontavam que o percentual de crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos, que não frequentavam a escola era de 14,93% e entre os adolescentes de 15 a 17 anos, 33,97%. Em relação aos adolescentes e jovens de 15 a 24 anos, que não estudavam e não trabalhavam, mais vulneráveis à pobreza, era de 31,26% .

A taxa de mortalidade infantil no município, era de 24,3 mortes a cada mil nascidos vivos, acima da média estadual e nacional que em 2010 era 23,0 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

De acordo com dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, na cidade de 80,31% das pessoas em domicílios possuíam abastecimento de água encanada e 84,40% contavam com energia elétrica.

Em relação às famílias em situação de vulnerabilidade social, no ano de referência, estão cadastradas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 6.300 pessoas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, ou renda mensal total de até três salários mínimos. As famílias de Assis Brasil com perfil para o Programa Bolsa Família, com renda per capita mensal de até R\$ 70,00 são 5.019. Estavam cadastradas 291 famílias indígenas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Outro dado de vulnerabilidade social indicava que 26,75% de famílias chefiadas por mulheres não tinham ensino fundamental completo e possuíam filhos menores de 15 anos de idade. Das pessoas que residiam em domicílios vulneráveis 6,49% dependiam da renda de idosos e 39,02% das crianças de Assis Brasil estavam em situação de extrema pobreza.

Quanto à infraestrutura urbana, poucas vias públicas estão em boas condições de asfalto, ou seja, apenas a avenida principal e um limitado perímetro do seu entorno, as demais ruas asfaltadas apresentam irregularidade e buracos. Além disso, poucas calçadas estão edificadas, dificultando a movimentação de pedestres, em especial de crianças, idosos e pessoas com deficiência.

De modo geral, Assis Brasil é um município de pequeno porte, com economia frágil, ausência de infraestrutura e de investimentos públicos direcionados a população local. Muitas famílias vivem em situação de pobreza e miséria na cidade, convivendo com diversas situações de vulnerabilidade e risco social.

Considerando o conjunto de indicadores sociais e econômicos a partir do ano de 2000, a cidade de Assis Brasil vem enfrentando dificuldades para garantir melhores condições de vida à população. A posição geográfica fronteiriça é o maior potencial a ser explorado pelo município para viabilizar oportunidades econômicas, sociais e culturais para os seus cidadãos.

O município de Brasiléia está localizado no Estado do Acre, na mesorregião do Vale do Acre, compondo a regional do Alto Acre com os municípios de Assis Brasil, Epitaciolândia e Xapuri. No último censo realizado pelo IBGE, a cidade tinha 21.398 habitantes, e em 2014, o instituto estimou a população em 23.378 habitantes numa área de 3.950,01km².

A cidade é banhada pelos Rios Acre e Xapuri e está localizada ao norte e a leste com o município de Xapuri/AC; ao sul com o município de Cobija, pertencente ao departamento de Pando da Bolívia; a oeste com o município de Assis Brasil; a noroeste com o município de Sena Madureira/AC e a sudeste com o município de Epitaciolândia/AC.

Inaugurada no ano de 2006, a Ponte Binacional Wilson Pinheiro foi construída sobre o Rio Acre, interposta entre os municípios de Brasiléia e Cobija. Do lado brasileiro há um posto

da Receita Federal, sendo que a Delegacia da Polícia Federal está localizada na cidade vizinha de Epitaciolândia, a aproximadamente 10 km.

A distribuição entre a população urbana e rural na cidade, de acordo com o Censo do IBGE informa que 14.257 habitantes residem na zona urbana e 7.141 na zona rural. Em relação à distribuição da população por sexo, 10.361 são mulheres e 11.037 são homens. Não há demarcação de terras indígenas no território de Brasília, porém residem no município algumas famílias indígenas.

A economia da cidade sofre grande influência do comércio praticado pela Zona Franca de Cobija, tendo em vista que aos finais de semana um grande fluxo de turistas vindos da capital, aporta em Brasília para fazer compras na cidade vizinha. Sua economia baseia-se no comércio, na pecuária leiteira e de corte, na agricultura de subsistência e no extrativismo vegetal. No entanto, com a possibilidade da “Estrada do Pacífico”, integrando esta região aos países vizinhos, há grande esperança no crescimento econômico do município, principalmente a partir de iniciativas como o abatedouro de aves que foi implantada às margens da estrada.

A cidade de Brasília, localizada a 237 km de distância da capital Rio Branco/AP, é interligada pela rodovia BR 317, denominada como “Rodovia Transoceânica”. A viagem é realizada por ônibus intermunicipal e táxis, num percurso de 2h25m.

O município nasceu sobre uma pequena faixa de terra do antigo Seringal Carmen, onde foi fundada em 1910, com o nome de Brasília. Alçada à condição de Município em 1938, Brasília passou a se chamar Brasília em 1943, cujo nome deriva da união das palavras Brasil (Bras) e Hiléia (floresta). Em 1992, Brasília teve sua área dividida, para a criação do município de Epitaciolândia.

A taxa de ocupação formal no município de Brasília é de 29,99% sendo que em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 31,28% trabalhavam no setor agropecuário, 0,00% na indústria extrativa, 2,42% na indústria de transformação, 9,98% no setor de construção, 0,40% nos setores de utilidade pública, 37,71% no comércio e 37,71% no setor de serviços. O percentual de pessoas com mais de 18 anos, sem ensino fundamental completo e em ocupação informal é de 57,34 e de desocupação é de 5,43% .

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,614, está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio e é o 7º melhor do Estado.

Em 2010, a média da renda per capita na cidade de Brasília era de R\$ 376,07. A taxa de extrema pobreza reduziu de 33,96% em 1991 para 27,64% em 2000 e para 17,09% em 2010. No entanto, a desigualdade na distribuição da renda no município é expressiva. Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil indicam que 20% dos mais ricos em Brasília detinham em 2010, 61,15% da riqueza produzida, enquanto, 80% detinham 38,87%.

Quanto à educação, os indicadores de 2010 apontavam que o percentual de crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos, cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade era de 48,50% e entre os adolescentes de 15 a 17 anos no ensino médio regular sem atraso era 16,43%. Em relação aos jovens de 18 a 24 anos, cursando o ensino superior, os indicadores apontavam 2,89%.

No mesmo ano de referência foi mensurado que 41,70% de crianças na faixa etária de 4 a 5 anos estavam fora da escola e 9,81% de crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos também não estavam estudando. Em relação às pessoas com idade de 15 a 24 anos, 20,36% não estudavam e não trabalhavam, estando em situação de vulnerabilidade à pobreza.

A taxa de mortalidade infantil no município era de 24,2 mortes a cada mil nascidos vivos, acima da média estadual e nacional, que em 2010 era 23,0 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

De acordo com dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, em 2010, 91,48% das pessoas em domicílios, possuíam abastecimento de água encanada e 91,25% contavam com energia elétrica.

Em relação às famílias em situação de vulnerabilidade social, no ano de referência, foram cadastradas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 16.155 pessoas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, ou renda mensal total de até três salários mínimos. As famílias de Brasília com perfil para o Programa Bolsa Família, com renda per capita mensal de até R\$ 70,00, são 10.749. Havia 29 famílias indígenas cadastradas, no Cadastro Único dos Programas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Outro dado de vulnerabilidade social indicava que 22,80% eram de famílias chefiadas por mulheres, que não tinham o ensino fundamental completo e os filhos eram menores de 15 anos de idade. Das pessoas que residiam em domicílios vulneráveis, 3,68% dependiam da renda de idosos e 19,43% das crianças de Brasília estavam em situação de extrema pobreza.

Quanto à infraestrutura urbana, as vias públicas no perímetro urbano estão asfaltadas, porém elas apresentam diversos pontos de irregularidades e buracos. Muitas ruas não possuem calçadas edificadas, dificultando a movimentação de pedestres, em especial de crianças, idosos e pessoas com deficiência.

De modo geral, Brasília é um município de pequeno porte, com economia frágil e insuficiência de investimentos públicos direcionados a população local. Muitas famílias vivem em situação de pobreza e miséria, convivendo com diversas situações de vulnerabilidade e risco social.

No entanto, considerando o conjunto de indicadores sociais e econômicos a partir do ano de 2000, a cidade de Brasiléia vem qualificando gradualmente as condições de vida da população, tendo inclusive reduzido alguns indicadores de vulnerabilidade social. A posição geográfica fronteiriça é o maior potencial a ser explorado pelo município para viabilizar oportunidades econômicas, sociais e culturais aos seus cidadãos.

O município de Eptaciolândia está localizado no Estado do Acre, na mesorregião do Vale do Acre, compondo a regional do Alto Acre com os municípios de Assis Brasil, Brasiléia e Xapuri. No censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, a cidade tinha 15.100 habitantes, e em 2014, o instituto estimou a população em 16.417 habitantes numa área de 1.659,76km².

A cidade é banhada pelos Rios Acre e Xapuri. Está localizada ao norte com o município de Xapuri/AC; ao sul com o município de Cobija pertencente ao departamento de Pando da Bolívia e a oeste com o município de Brasiléia/AC.

Na fronteira terrestre entre Eptaciolândia e Cobija, há um posto da Receita Federal, mas a Delegacia da Polícia Federal está localizada há aproximadamente 4 km, na saída da cidade.

A distribuição entre a população urbana e rural na cidade, de acordo com o censo do IBGE aponta que 10.618 habitantes residem na zona urbana e 4.482 na zona rural. Em relação à distribuição da população por sexo, 7.626 são mulheres e 7.474 são homens. Não há terras indígenas no território de Eptaciolândia e poucas famílias indígenas, residem no município.

A economia da cidade sofre ampla influência do comércio praticado pela Zona Franca de Cobija e pela capital do Estado, Rio Branco, tendo em vista que aos finais de semana, há um grande fluxo de turistas fazendo compras. As principais atividades econômicas desenvolvidas em Eptaciolândia são o comércio em pequena escala, a indústria madeireira e moveleira, a agricultura de subsistência e uma crescente atividade pecuarista. No entanto, com a implantação da “Estrada do Pacífico”, integrando esta região aos países vizinhos, há grande perspectiva no crescimento econômico do município.

A cidade está localizada a 230 km de distância da capital Rio Branco/AC. A rodovia que interliga os municípios é a BR 317, denominada como “Rodovia Transoceânica”. A viagem é realizada por ônibus intermunicipal e táxis, num percurso de aproximadamente 2h20m.

A cidade foi fundada nas terras do antigo seringal Bela Flor, que havia se tornado um bairro de Brasiléia. O decreto de criação do município foi assinado no dia 28 de abril de 1992, pelo governador Edmundo Pinto, mas foi em 1º de janeiro de 1993, que o município se emancipou politicamente e o prefeito e os vereadores tomaram posse de seus respectivos cargos. O município de Eptaciolândia recebeu esse nome em homenagem ao ex-presidente da república: Eptácio Pessoa.

A taxa de ocupação formal no município de Eptaciolândia é de 31,95%, sendo que em 2010 das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos de idade ou mais, 25,84% trabalhavam no setor agropecuário, 0,10% na indústria extrativa, 4,34% na indústria de transformação, 7,17% no setor de construção, 0,69% nos setores de utilidade pública, 15,29% no comércio e 38,83% no setor de serviços. O percentual de pessoas com mais de 18 anos de idade, sem ensino fundamental completo e em ocupação informal é de 52,65 e de desocupação é de 6,27% .

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Eptaciolândia é de 0,653, incluído na faixa de Desenvolvimento Humano Médio, é o 3º melhor do Estado.

Em 2010, a média da renda per capita na cidade de Eptaciolândia era de R\$ 467,83. A taxa de extrema pobreza reduziu de 26,26% em 1991 para 17,63% em 2.000 e para 13,02% em 2010. A desigualdade na distribuição da renda no município é expressiva. Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil indicam que 20% dos mais ricos em Eptaciolândia detinham em 2010, 63,48% da riqueza produzida, enquanto, 80% detinham 36,52%.

Em relação à educação, os indicadores de 2010 apontavam que o percentual de crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos de idade, que estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade era de 56,63% e entre os adolescentes de 15 a 17 anos de idade no ensino médio regular sem atraso era 26,18%. Em relação aos jovens de 18 a 24 anos de idade, que cursavam o ensino superior, o índice era de 12,26%.

No mesmo ano de referência foi mensurado que 27,77 de crianças na faixa etária de 4 a 5 anos estavam fora da escola e 6,23% de crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos também não estavam estudando. Em relação às pessoas de 15 a 24 anos de idade, 14,46% não estudavam e não trabalhavam, estando em situação de vulnerabilidade à pobreza.

A taxa de mortalidade infantil no município era de 24,1 mortes a cada mil nascidos vivos, acima da média estadual e nacional que em 2010, era 23,0 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

De acordo com dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 89,66% das pessoas em domicílios possuíam abastecimento de água encanada e 93,75% contavam com energia elétrica em Eptaciolândia.

Em relação às famílias em situação de vulnerabilidade social, no ano de referência, foram cadastradas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 9.650 pessoas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, ou renda mensal total de até três salários mínimos. As famílias de Eptaciolândia com perfil para o Programa Bolsa Família, com renda per capita mensal de até R\$ 70,00 são

5.602. Sete famílias indígenas foram cadastradas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Outro dado de vulnerabilidade social indica que 23,07% de famílias chefiadas por mulheres não tinham o ensino fundamental completo e possuíam filhos menores de 15 anos de idade. Das pessoas que residiam em domicílios vulneráveis, 2,43%, dependiam da renda de idosos e 16,90% das crianças estavam em situação de extrema pobreza.

Quanto à infraestrutura urbana, as vias públicas no perímetro urbano estão asfaltadas, mas apresentam diversos pontos de irregularidades e buracos. Muitas ruas não possuem calçadas edificadas, dificultando a movimentação de pedestres, em especial de crianças, idosos e pessoas com deficiência.

De modo geral, Eptaciolândia é um município de pequeno porte, com economia frágil e com insuficiência de investimentos públicos direcionados a população local. Muitas famílias vivem em situação de pobreza e miséria na cidade, convivendo com diversas situações de vulnerabilidade e risco social.

No entanto, considerando o conjunto de indicadores sociais e econômicos a partir do ano de 2000, a cidade de Eptaciolândia vem qualificando gradualmente as condições de vida da população, tendo inclusive reduzido alguns indicadores de vulnerabilidade social. Comparada com as cidades de Assis Brasil e Brasília, é a que oferece melhores condições socioeconômicas aos cidadãos.

A posição geográfica fronteira é o maior potencial a ser explorado pelo município para ampliar as oportunidades econômicas, sociais e culturais aos seus cidadãos.

1.2. Mobilidade Populacional e Migrações - Caracterização da População Transfronteiriça e Migração Internacional

O trabalho de campo constatou a existência de uma intensa mobilidade populacional e de migração internacional nas fronteiras de Assis Brasil, Brasiléia e Etipaciolândia com o Peru e a Bolívia.

Houve relatos significativos dos atores estratégicos, sobre a ocorrência de migração e circulação de estrangeiros provenientes da Bolívia e do Peru, nas cidades acreanas. Em relação à migração e a circulação de brasileiros para os respectivos países, também foram relatadas inúmeras situações.

Em relação às migrações internacionais, foram coletadas informações significativas sobre a entrada sistemática de migrantes provenientes do Haiti, do Senegal e em menor escala da República Dominicana, pela fronteira da cidade brasileira de Assis Brasil, com a cidade peruana de Iñapari. O trabalho de campo também permitiu compreender o itinerário percorrido pelos migrantes desde a entrada no território nacional, passando pelas cidades de Assis Brasil, Brasiléia, Etipaciolândia até o destino almejado no Estado do Acre, o abrigo institucional da cidade de Rio Branco-AC.

A circulação de pessoas, a migração fronteiriça e internacional nas cidades de Assis Brasil, Brasiléia e Etipaciolândia foram organizadas em categorias, a fim de descrever suas singularidades em decorrência da proximidade geográfica; e especificidades, em razão de fazerem fronteiras com cidades de países distintos.

1.2.1. Assis Brasil e os países do Peru e da Bolívia

De Assis Brasil à cidade de Iñapari, pertencente à Província de Tahuamanu do Estado de Madre de Dios, são apenas 3,5 Km de distância, percorridos pela Ponte da integração Brasil-Peru, construída sob Rio Acre. O trajeto é realizado por carro particular e táxis brasileiros e peruanos em no máximo seis minutos. Em relação à cidade Boliviana de Bolpebra, pertencente ao Distrito de Pando, a distância em relação à Assis Brasil é de aproximadamente 2 km, que são percorridos por barco sob o Rio Acre. Devido a estas características geográficas da fronteira, a circulação populacional entre as populações vizinhas é intensa, conforme descrição dos atores estratégicos.

A mobilidade de brasileiros na cidade peruana é motivada pelo pequeno comércio local de gêneros alimentícios, vestuários e de restaurantes. É permitida a circulação dos brasileiros nessa cidade sem exigência de visto e não foi relatado nenhum tipo de problema imposto pelas autoridades peruanas em razão dessa situação. A recíproca também é verdadeira e os peruanos circulam na cidade de Assis Brasil sem a necessidade de registro de entrada no Brasil.

Esse fato ocorre em virtude do bom relacionamento entre os governos municipais e entre a população. Também decorre da localização das Alfândegas Brasileira e Peruana estarem após as entradas das cidades de Assis Brasil e de Iñapari.

As pessoas que circulam com regularidade em Iñapari, são predominantemente oriundas da cidade de Assis Brasil e com pouca frequência, das demais cidades do Estado do Acre.

Foi relatado pelo ator estratégico do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) (AS05) que existem brasileiros residentes em Assis Brasil, que trabalham nas serralheiras de Iñapari. Fato esse confirmado pelo ator estratégico da Secretaria de Educação (AS07), que informou que na cidade de Iñapari funcionam diversas madeireiras, havendo muita oferta de emprego. Porém, o representante da Secretaria de Saúde (AS06) afirmou que muitos brasileiros que trabalham nas madeireiras da cidade peruana estão de forma indocumentada, em virtude da proibição de trabalho por estrangeiro no país peruano. Não houve referência dessa situação e não foram disponibilizados dados oficiais do quantitativo de brasileiros trabalhando na referida cidade, pelos outros atores estratégicos.

Com a mesma intensidade e frequência, a população de Inãpari circula na cidade de Assis Brasil. Os atores estratégicos do Conselho Tutelar (AS01) e da Secretaria de Educação (AS07) informaram que é comum peruanos montarem bancas para vender produtos regionais, como artesanato e alimento, nas ruas de Assis Brasil, fato observado no trabalho de campo.

De acordo com a Secretaria de Saúde (AS06) os peruanos procuram atendimento nos serviços de saúde local, pois no Peru não existe um sistema de saúde gratuito e universal. O

referido ator estratégico afirmou que essa situação de atendimento à saúde dos peruanos tem comprometido o orçamento municipal, uma vez que não há repasse estadual e federal nesse caso.

O mesmo interlocutor informou que os brasileiros também buscam alguns serviços privados de saúde em Iñapari, principalmente na área odontológica e na aquisição de medicamentos, em razão dos baixos custos praticados naquele país, quando comparado ao praticado no Brasil.

Foi relatada a existência de demanda por vagas escolares para crianças e adolescentes peruanas e Bolivianas na rede de ensino de Assis Brasil. A Secretaria Municipal de Educação informou que tem atendido o público infantojuvenil nos períodos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. No entanto, a maior procura se dá na rede estadual, do 6º ao 9º período do ensino fundamental e nos três anos do ensino médio. A secretaria de Educação constatou que a maior demanda é de peruanos, poucos Bolivianos estudam em Assis Brasil. Não foram disponibilizados pela Secretaria dados oficiais sobre o número de alunos peruanos e Bolivianos que estudam no município.

Foi descrito pelo ator estratégico da Educação que o governo municipal de Assis Brasil disponibilizou um ônibus escolar para conduzir as crianças e adolescentes de Iñapari até as escolas do município brasileiro. Além disso, as escolas dos dois países, comumente realizam atividades culturais e esportivas buscando envolver as crianças, adolescentes e as suas famílias.

Os atores estratégicos do CREAS e do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) (AS04) afirmaram que os peruanos procuram os serviços pleiteando o Programa Bolsa Família, mas não são atendidos por impedimento legal. Também há procura pelos cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que prioriza as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e pelo projeto Guarda Mirim da Polícia Militar, voltado aos adolescentes, mas em ambos os casos, os peruanos não são atendidos.

Os atores estratégicos do Conselho Tutelar e da Secretaria de Educação afirmaram que é comum o casamento entre brasileiros e peruanos e que isso tem integrado mais as populações. O CREAS relatou que há brasileiros residindo na cidade de Iñapari e peruanos residindo em Assis Brasil, mas não foi concedido dado oficial por nenhum ator estratégico sobre essa situação. Informou ainda, que há idosos peruanos fixando residência na cidade de Assis Brasil, para aposentarem-se através da Previdência Social, no entanto, não há informações sobre a concessão dessas aposentadorias.

Em relação à população indígena, o ator estratégico da FUNAI (AS02) informou que eles circulam livremente nos territórios do Brasil e do Peru, sem nenhuma interferência das autoridades locais. De acordo com a FUNAI, ocorrem casamentos entre índios brasileiros e peruanos, porém no momento, na avaliação do interlocutor, há dificuldade no processo de re-

gularização dos (as) peruanos (as), por excesso de burocracia nos órgãos federais, em especial da Polícia Federal, FUNAI e do Itamaraty.

O tráfico de drogas e de pessoas, a prostituição e a exploração sexual de adolescentes foram questões apresentadas pelos atores estratégicos da Segurança Pública e da Assistência Social.

O ator estratégico da Polícia Militar (BR04) afirmou que nessa fronteira o tráfico de drogas é intenso, sendo a cidade de Assis Brasil a porta de entrada de entorpecentes oriundas do Peru. De acordo com a Polícia Federal (AS09), a rede de tráfico de drogas tem aliciado adolescentes de Assis Brasil para a prática de atos infracionais relacionados ao transporte e venda de drogas. Essa informação não foi confirmada por outro ator estratégico da Segurança Pública, do Poder Judiciário ou da Assistência.

Em relação à prostituição, a polícia Militar informou que na capital Porto Maldonado, Região peruana de Madre de Dios, as casas de prostituição são frequentadas por brasileiras, todavia não mencionou a origem dessas mulheres. A mesma informação foi concedida pelo ator estratégico da Polícia Civil (BR05). Segundo o ator estratégico do CREAS, as mulheres que migram para trabalhar nas casas de prostituição de Puerto Maldonado são procedentes da capital acreana Rio Branco e do estado de Rondônia e deslocam-se de táxis peruano, pagando 30 soles, o equivalente a 25 reais aproximadamente. Elas entram de forma legal no Peru, e percorrem 232 km, em 2h 30min de Iñapari à Puerto Maldonado.

A exploração sexual comercial de adolescentes, o tráfico de pessoas e o de drogas estão relacionadas às situações de vulnerabilidade e risco social identificadas nas cidades acreanas. O CREAS informou que a exploração sexual comercial de adolescentes ocorre com frequência na cidade vizinha de Iñapari. De acordo com o referido ator estratégico, existem casas noturnas que promovem festas com a participação de adolescentes, onde são disponibilizados quartos para os adultos se relacionarem com as mesmas. O Conselho Tutelar informou que aos finais de semana os adolescentes se concentram numa praça da cidade e que num certo horário, se deslocam para Iñapari através de um atalho conhecido por todos, com o intuito de frequentar as festas e as boates, resultando nas situações de exploração sexual. O ator estratégico, sob sigilo nesta pesquisa, informou que são visíveis as situações de risco das adolescentes nesse local, como o consumo abusivo de álcool e outras drogas e o aliciamento por adultos, sem nenhuma intervenção protetiva das autoridades locais.

Alegou, também, que essa situação se intensifica devido à falta de fiscalização dos órgãos da segurança pública nas fronteiras. Essa situação foi destacada pela Polícia Militar, que descreveu que as festas ocorrem aos finais de semana, na cidade vizinha, para as quais as adolescentes de Assis Brasil são aliciadas. De acordo com esse ator estratégico, as festas em Iñapari duram até às 5 horas e o consumo de bebidas alcoólicas por adolescentes é liberado.

Os atores estratégicos da Segurança Pública discorreram sobre o conhecimento da situação, mas não apresentaram dados oficiais de casos atendidos, investigados e de nenhuma ação específica de enfrentamento desses crimes. Apontaram a dificuldade em fiscalizar a fronteira para coibir a exploração sexual de adolescentes, principalmente por não haver contingente policial suficiente. Além do mais, foi descrito pelo Conselho Tutelar e pelo CREAS que há uma trilha na mata que leva até o início da Ponte Binacional, utilizada pelos adolescentes para não serem vistos pelas autoridades policiais.

Por outro lado, os atores estratégicos da Assistência informaram que dificilmente esses adolescentes e suas famílias chegam aos seus serviços para atendimento, já que os órgãos de segurança pública não os encaminham. Eles também não apresentaram nenhuma ação realizada com adolescentes e famílias que vivenciam a exploração sexual e o tráfico de pessoas na cidade de Assis Brasil.

Não foram relatadas situações de mulheres adultas vivenciando tráfico de pessoas. No entanto, o Conselho Tutelar afirmou que as adolescentes são traficadas para fins sexuais às cidades de Puerto Maldonado e Ibéria, e que já foram procurados por seus pais, comunicando o desaparecimento de suas filhas. Também de acordo com o ator estratégico do CREAS, existem casos de tráfico de pessoas, envolvendo adolescentes de Assis Brasil no território peruano. Este alegou que os casos identificados na Polícia Federal não chegam ao serviço para prestação de atendimento psicossocial e jurídico. Informou ainda que há casos de adolescentes indígenas vítimas desse crime.

Outro ator estratégico, que pediu para não ser identificado, confirmou que há exploração sexual e tráfico de pessoas envolvendo adolescentes indígenas, e que as pessoas que tentaram denunciar a situação foram ameaçadas de morte. Segundo ele, existe uma rede de exploração sexual e de tráfico de pessoas na cidade, direcionada para adolescentes, inclusive indígenas, que é coordenada por brasileiros.

Os atores estratégicos da Polícia Civil, Militar e Federal afirmaram a existência de Exploração Sexual e Tráfico de Pessoas envolvendo adolescentes, mas não forneceram maiores detalhes, apenas indicaram a dificuldade de enfrentar essas situações, devido à falta de servidores e infraestrutura. Foi inclusive, apontado pelo ator estratégico da Polícia Federal que o posto policial localizado na Alfândega brasileira em Assis Brasil funciona em esquema de plantão por turno de 12h, das 7h às 19h, e que após esse horário não há qualquer controle sobre a migração e mobilidade de pessoas na fronteira. Essa situação ocorre pela falta de agentes policiais lotados no referido posto de trabalho.

Em relação à cidade Boliviana de Bolpebra, não houve relatos expressivos de circulação de pessoas. De acordo com o ator estratégico da Secretaria de Educação, atualmente, poucas famílias residem por lá, grande parte delas mudou-se para Cobija após a última enchente do Rio Acre, no ano de 2012, que atingiu praticamente toda a cidade.

Em relação ao trabalho indocumentado de brasileiros no Peru, não foi relatado pelos atores estratégicos da Assistência e Segurança Pública, situações que implicam na exploração laboral. Porém, há de se avaliar que esses brasileiros trabalham irregularmente naquele país sem ter assegurado seus direitos trabalhistas, podendo, inclusive, desenvolver atividades sob o risco de acidente, adoecimento e outras situações decorrentes de ambiente insalubre de trabalho. Assim, não pode ser descartada a hipótese da exploração laboral dos trabalhadores brasileiros no Peru. Da mesma forma, pode-se compreender a situação dos trabalhadores Bolíviaanos na zona rural dos municípios de Brasiléia e Etipaciolândia, como será visto no item que segue.

1.2.2. Brasiléia, Etitaciolândia e os países do Peru e da Bolívia

As cidades de Brasiléia e Etitaciolândia são vizinhas, interligadas por uma pequena ponte de aproximadamente 300 m, sobre o Rio Acre. Os municípios acreanos fazem fronteira com a cidade Bolíviana de Cobija, do Distrito de Pando.

A Ponte Binacional Wilson Ribeiro, com uma extensão aproximada de 300 m sobre o Rio Acre, interliga as cidades de Brasiléia e Cobija. O trajeto é realizado por veículos particulares e táxis brasileiros ou Bolívianos, sendo comum a população atravessar o percurso entre os dois países caminhando.

A distância entre as cidades de Etitaciolândia e Cobija não ultrapassa 500 m de extensão, cujo trajeto também é realizado por veículos particulares e táxis brasileiros ou Bolívianos. Por se tratar de uma fronteira seca, sua delimitação é determinada pelas alfândegas brasileira e Bolíviana. Também é comum a população das cidades limítrofes atravessarem a fronteira caminhando.

As características geográficas e fronteiriças entre as cidades de Brasiléia, Etitaciolândia e Cobija favorecem a intensa circulação populacional entre elas, conforme descrição dos atores estratégicos e observação de campo realizada. Não foi destacado, pelos atores estratégicos entrevistados, nenhuma restrição da circulação imposta pelas autoridades locais, tampouco dos agentes policiais que atuam nas duas alfândegas.

A mobilidade de brasileiros na cidade de Cobija é motivada pela Zona Franca local, que oferece mercadorias de todos os gêneros a baixo custo. Há uma estreita relação comercial entre os três municípios. O ator estratégico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Etitaciolândia (EP05) relatou que são comercializados com a Bolívia vários produtos agropecuários, destacando-se as verduras, frutas, raízes, carnes bovinas, dentre outros. Em contrapartida, os produtos artesanais Bolívianos, são comercializados nas feiras livres de Etitaciolândia.

Essa circulação de pessoas não se restringe aos residentes de Brasiléia e Etitaciolândia. Diariamente, pessoas oriundas das demais cidades do Acre vão à Cobija, predominando as da capital Rio Branco. Esse fato gera um fluxo constante de turistas nos hotéis e restaurantes, nas cidades brasileiras e na Bolíviana. Além disso, de acordo com o Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP), no ano de 2012, havia aproximadamente 20.000 brasileiros estudando nos cursos de medicina, nas diversas cidades da Bolívia, inclusive em Cobija.

Há no entanto pouca circulação de Bolívianos em Brasiléia e Etitaciolândia e na maioria das vezes, ela se dá quando eles estão buscando acessar os serviços de saúde, educação, assistência social ou explorar de modo discreto o comércio local, vendendo artesanatos e produtos importados, principalmente nas feiras locais.

Outro motivo que leva os Bolívianos a circularem nas cidades acreanas é a procura pelos serviços públicos. A Secretaria de Saúde de Brasiléia (BR08) informou que as Bolívianas acessam os serviços médicos ginecológicos, inclusive Pré-Natal e fornecimento de medicamentos, pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O ator estratégico afirmou que os atendimentos são realizados em virtude de uma determinação do Ministério Público e que o ressarcimento de verbas, relativos aos procedimentos, não são repassados pelos governos estadual e federal. Já a Secretaria de Eptaciolândia (EP03) informou que a maior demanda dos Bolívianos nos seus serviços de saúde é a procura por vacinação de crianças.

Também há procura por vagas nas escolas de Brasiléia e Eptaciolândia. De acordo com a Secretaria de Educação de Eptaciolândia, (EP04) estão matriculados 150 alunos Bolívianos no ensino fundamental e médio, da rede municipal e estadual. Na cidade de Brasiléia, o ator estratégico da educação (BR09) não forneceu dados oficiais sobre o quantitativo de estudantes Bolívianos, mas informou que os filhos(as) dos refugiados cursam o ensino fundamental I na rede municipal, o que equivale do 1º ao 5º ano.

Mesmo havendo demanda de vagas para a educação e para o atendimento nos serviços de saúde pelos peruanos e Bolívianos, não foi identificado precarização no atendimento à população das duas cidades brasileiras. Porém, foi observado, especificamente nas Secretarias Municipais de Saúde, um descontentamento dos gestores em atender os estrangeiros, em razão do não repasse de verbas financeiras do SUS para os atendimentos realizados.

Em relação aos refugiados, o ator estratégico do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, (CRAM) (BR02), apontou que existem refugiados Bolívianos na cidade de Brasiléia, desde o ano de 2006, devido à perseguição política no governo do Presidente da Bolívia Juan Evo Morales Ayma. Informou ainda que alguns sobrevivem com pequenos comércios instalados na cidade. Nenhum órgão governamental visitado dispunha de dados oficiais sobre o número de refugiados Bolívianos residentes nas duas cidades acreanas.

O ator estratégico do Centro de Referência de Assistência Social de Eptaciolândia (CRAS) (EP01) relatou que desde o início do governo de Evo Morales, na Bolívia, houve extradição de brasileiros residentes e proprietários rurais, cujas terras foram expropriadas sem indenização. Informou que alguns desses brasileiros, inclusive casados com Bolívianas, estão em situação de vulnerabilidade social na cidade e acessam os serviços ofertados pelo CRAS.

Essa situação também foi mencionada pelo ator estratégico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eptaciolândia, no entanto, o mesmo descreveu que os brasileiros extraditados tinham se apropriado de forma irregular das propriedades rurais e exerciam exploração laboral dos trabalhadores Bolívianos. Afirmou ainda que o atual presidente Bolíviano assentou dezenas de famílias brasileiras, casadas ou não com Bolívianos, que comprovaram sua subsistência a partir da agricultura familiar. Não houve outros relatos de atores estratégicos

em relação à extradição de brasileiros da Bolívia e não foram localizados dados oficiais sobre essa situação.

O ator estratégico do CRAS de Eptaciolândia afirmou que há trabalhadores Bolíviaanos na zona rural da cidade, mas não soube informar em quais condições. Nenhum outro ator estratégico se referiu a esse fato.

Os entrevistados destacaram as situações de vulnerabilidade e risco social que envolvem os cidadãos na fronteira das três cidades. Os CREAS de Eptaciolândia e de Brasília afirmaram que há notícias sobre a exploração sexual de adolescentes em Cobija, mas não tinham maiores informações. Na avaliação do Conselho Tutelar de Eptaciolândia, (EP05) existem poucas situações de exploração sexual de adolescentes na cidade. Já o Conselho Tutelar de Brasília (BR10) informou que os adultos contratam adolescentes para fins sexuais nas cidades brasileiras, mas o programa se dá nos hotéis e motéis de Cobija, onde a fiscalização não é rigorosa. Esse fato foi confirmado pelo interlocutor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

O CREAS de Eptaciolândia afirmou que as adolescentes da cidade inseridas na exploração sexual procedem de família com baixa renda, agenciadas pelas próprias mães. Porém, não disponibilizaram dados sobre o atendimento dessas adolescentes e suas famílias, tampouco sobre o perfil socioeconômico em questão. Essa informação não foi referida por nenhum outro ator estratégico das duas cidades.

De acordo com o ator estratégico da Polícia Militar, (BR06) os pontos de prostituição na cidade de Cobija foram fechados por determinação do Presidente da Bolívia. No entanto, essa informação foi contrariada pelo Conselho Tutelar de Brasília, que, apesar de não possuir dados oficiais, informou que há muitas adolescentes em situação de exploração sexual nos prostíbulos daquela cidade. Expôs que as adolescentes se deslocam por conta própria, para o perímetro de prostituição em Cobija, sem serem abordadas pelas autoridades brasileira e Boliviana instaladas na fronteira.

O ator estratégico do CRAM foi o único entre os entrevistados das duas cidades acreanas que citou a existência de mulheres brasileiras trabalhando nos prostíbulos de Cobija. De acordo com o entrevistado, algumas mulheres assumem dívidas com os responsáveis pelas casas de prostituição Bolivianas e são obrigadas a permanecer no local trabalhando para quitar os débitos, caracterizando o tráfico de pessoas. No entanto, ele não tinha informações sobre a procedência dessas mulheres ou da cidade Boliviana onde estão localizadas as referidas casas.

Em relação ao tráfico de pessoas, não houve nenhuma referência sobre a ocorrência desse crime por outros atores estratégicos. O ator estratégico do CRAM mencionou um caso passado, no qual uma mulher foi traficada para Portugal para fins de exploração sexual, mas não soube detalhar essa informação.

A pesquisa ENAFRON (Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, 2013) no entanto apontou que na fronteira acreana com os países da Bolívia e do Peru há evidências de tráfico de pessoas para fins sexuais, envolvendo mulheres adultas e adolescentes que requerem atenção das autoridades locais. No entanto, os órgãos da Assistência e da Segurança Pública não possuem políticas públicas para identificar e enfrentar esses crimes, nem tão pouco para atender as vítimas, mesmo diante do conhecimento dos casos. Os entrevistados da Segurança Pública alegam limite estrutural e de efetivo, para reprimir os crimes de fronteira, os entrevistados da Assistência, por sua vez, alegam a invisibilidade das vítimas para prestar atendimento. E nesse caminho, com a imobilização da rede de Assistência e da Segurança Pública, não se consegue avançar no estabelecimento de estratégias articuladas para o enfrentamento da exploração sexual e do tráfico de pessoas. O desafio de tratar esse problema nas cidades acreanas é resultante da dificuldade da rede em estabelecer trabalho integrado, focado na promoção e proteção de direitos aos adolescentes e na repressão às redes criminosas.

A violência doméstica e familiar contra a mulher foi apontada pela coordenação do CRAM como um grande problema a ser enfrentado pelos municípios. De acordo com dados oficiais do serviço, no ano de 2013 foram atendidas 26 mulheres e, até setembro de 2014, 33 novos casos estão sendo acompanhados. O referido interlocutor avaliou que esse número é bem maior, porém, os casos de mulheres que sofrem violência e que chegam à delegacia de polícia não são encaminhados para atendimento psicossocial e jurídico do CRAM.

O ator estratégico da Polícia Civil (BR07) comentou que há uma alta incidência de violência contra a mulher nas cidades de Brasília e Eпитaciolândia, porém, não comentou os motivos que levam a delegacia de polícia a não referenciar essas mulheres ao atendimento no CRAM. Não foram disponibilizados dados oficiais sobre o quantitativo de registro de ocorrência que envolve a violência contra a mulher nas referidas cidades.

O tráfico de drogas é a maior preocupação apresentada pelos atores estratégicos da Segurança Pública. Para eles, o maior desafio é fiscalizar a fronteira do Brasil com o Peru e a Bolívia, para coibir a entrada de drogas, evitando dessa forma a ocorrência dos crimes a ela relacionados. O crime organizado do tráfico de drogas também tem envolvido adolescentes do sexo masculino na cidade de Brasília, conforme mencionou o ator estratégico do Conselho Tutelar. De acordo com o CREAS de Eпитaciolândia, atualmente oito adolescentes cumprem medidas socioeducativas determinadas pela justiça, em razão de ato infracional cometido por envolvimento com o tráfico de drogas. No CREAS de Brasília, são atendidos atualmente 14 adolescentes. A crescente incidência de adolescentes envolvidos nesse crime e a prática de outros atos infracionais decorrentes foram reafirmados pelo Ministério Público.

Mesmo não havendo terras e aldeias indígenas nos dois municípios, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Brasília (BR01) afirmou que no bairro 23 de Maio residem diversas famílias indígenas em situação de vulnerabilidade social, que acessam os serviços

socioassistenciais. Esse fato também foi registrado pela Secretaria de Educação de Brasília, que mencionou que 53 crianças e adolescentes indígenas estão matriculadas na rede municipal de ensino e que a ocorrência de evasão e abandono escolar é grande.

Não há exigência de visto para a circulação de brasileiros na cidade de Cobija e não foi relatada nenhuma intercorrência ou problema impostos pelas autoridades Bolívia. Os Bolívia também circulam na cidade de Brasília e Epitaciolândia sem a necessidade de registro de entrada no Brasil. Esse fato decorre do bom relacionamento entre os governos e entre a população, bem como dos dividendos econômicos e comerciais decorrentes dessa mobilidade populacional entre os três municípios.

1.2.3. Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e os países do Peru e da Bolívia

A migração internacional na fronteira de Assis Brasil com a cidade peruana de Iñapari é expressiva. A fronteira da cidade de Assis Brasil com Iñapari é na verdade a porta de entrada das migrações internacionais no Estado do Acre. Já nas fronteiras de Brasiléia e Epitaciolândia com a cidade de Cobija, o fluxo é quase inexistente devido à rigorosa fiscalização do governo Boliviano, conforme informações apresentadas pelos atores estratégicos da Segurança Pública.

Todos os dados oficiais apresentados pela Polícia Federal e SEDES indicam que o percentual de migração internacional tem aumentado no decorrer dos últimos cinco anos e o ano de 2014 deverá apresentar o maior numero de migrações já ocorridas no Estado do Acre. De acordo com a Polícia Federal, o maior fluxo de migrantes internacionais a transpor a fronteira de Assis Brasil é de haitianos, seguido pelos senegaleses e dominicanos. Dados oficiais da Policia Federal indicam que, no período de janeiro de 2011 a setembro de 2014, migraram para o Brasil 21.373 haitianos, 1.410 senegaleses e 220 dominicanos. Outras nacionalidades que migraram em menor escala no mesmo período foram: 11 equatorianos, 8 colombianos, 12 nigerianos, 2 camaroneses, 3 cubanos, 1 gambiano e 4 ganeses.

De acordo com o ator estratégico da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, (SEJUDH) (RB02) quando os haitianos atravessam a fronteira brasileira solicitam visto humanitário para permanecer legalmente no país. Os senegaleses e dominicanos, que antes solicitavam refúgio no país, passaram a solicitar visto humanitário. No seu entendimento, eles são orientados pelos “coiotes” a solicitar visto humanitário, visando regularizar a permanência no Brasil mas rapidamente. Colombianos, cubanos e venezuelanos solicitam refúgio político. Não houve informações sobre os motivos migratórios das demais nacionalidades.

Segundo o mesmo ator estratégico, os haitianos partem da capital haitiana de Porto Príncipe, passam pelo Equador e Peru, até à fronteira de Assis Brasil. Um haitiano (RB03) entrevistado no abrigo de Rio Branco informou que eles geralmente deixam Porto Príncipe rumo aos países do Panamá ou Colômbia, utilizando transporte aéreo. A partir desses países, se deslocam para o Equador, também via transporte aéreo, de onde viajam para o Peru e finalmente para o Brasil, sendo que nesse percurso o transporte é rodoviário. O Brasil é o destino de muitos compatriotas em virtude do seu crescimento econômico, que tem gerado oportunidade de trabalho e melhores condições de vida. Além disso, a participação do Brasil na Missão de Paz, estabelecida pelas Nações Unidas desde 2004, estabeleceu uma relação de proximidade e de identidade dos haitianos com os brasileiros. Somam-se a esses fatores, a postura acolhedora, solidária e humanitária oferecida aos haitianos, sendo esse também um ponto relevante para essa migração.

O mesmo ator informou ainda que, no caso dos senegaleses, o percurso é semelhante ao dos haitianos. Eles partem da capital Dakar com destino ao Equador, e posteriormente Peru e Brasil.

De acordo com um senegalês (RB05) entrevistado, de Dakar viajam para o Equador, via aérea, com escala na Espanha. Do Equador, passam pelo Peru até chegar ao Brasil, utilizando transporte terrestre. O Senegalês reforçou que a migração para o Brasil se explica pelo crescimento econômico e pela postura acolhedora e humanitária. E acrescentou que os povos africano e brasileiro têm uma identidade construída historicamente, pois seus antepassados, ao colaborar na construção do país em tempos remotos, contribuíram para uma miscigenação racial e cultural, estabelecendo desde então laços intransponíveis entre os povos, tornando o Brasil num dos destinos migratórios dos africanos.

De acordo com um migrante haitiano entrevistado, o período de duração da viagem de Porto Príncipe à fronteira de Assis Brasil é de 10 a 20 dias. É dispendido por cada haitiano o valor de quatro a cinco mil dólares, incluindo passagens aéreas e terrestres, bem como alimentação, indicando existência de contrabando de migrantes.

Os atores estratégicos da SEJUDH, Polícia Federal e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES) (RB01) confirmaram a existência da ação de “coiotes” no itinerário do Equador e Peru. Afirmaram que considerável soma dos recursos financeiros dos migrantes é entregue a estes “coiotes”. Os atores estratégicos da SEJUDH e SEDES afirmaram que os coiotes cobram preços exorbitantes dos migrantes, não só pelo traslado, mas assegurando a entrada na fronteira de Assis Brasil. Essa promessa de sucesso na travessia e na entrada é fator preponderante para convencer os migrantes a pagarem pelos seus serviços.

Ademais, o relatório situacional dos haitianos em Brasília e Eptaciolândia elaborado pelo Ministério Público (2014), indica que, além das ações dos coiotes, a polícia peruana cobra taxas e propinas para permitir a passagem dos migrantes até a fronteira de Assis Brasil.

Porém, nenhum dos dois migrantes entrevistados mencionou o valor destinado aos atravessadores. Apenas confirmaram que para chegar a Assis Brasil é necessário o apoio dessas pessoas.

A Polícia Federal acrescentou que há conhecimento de furto, roubo, violência e até estupro cometidos contra os migrantes no percurso do Equador-Brasil. Além disso, a viagem é desgastante e nem sempre os migrantes dispõem de recursos financeiros necessários para suprirem todas as suas necessidades.

As Secretarias de Saúde de Brasília e Eptaciolândia afirmaram que já atenderam, principalmente, haitianos que apresentavam problemas de saúde como diarreia, vômito e dermatites, além de problemas físicos causados pelo desgaste físico e falta de alimentação.

Após chegar à fronteira de Assis Brasil, os migrantes se deslocam ao Posto da Polícia Federal situado na alfândega brasileira para registrar a entrada no país. Concluído esse trâmite, se deslocam à cidade de Eritaciolândia, onde está localizada a Delegacia da Polícia Federal, para dar início ao processo de visto humanitário ou refúgio.

O ator estratégico da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (AS08) relatou que os migrantes estão sendo explorados pelos taxistas de Assis Brasil, que cobram no mínimo 20 dólares por pessoas, no trajeto de Assis Brasil à Eritaciolândia, sendo que a população local paga 20 reais. O ator estratégico afirmou que é possível utilizar o ônibus intermunicipal, cujo percurso custa 10 reais, mas ele é pouco utilizado pelos migrantes, que preferem táxis para chegar mais rápido ao destino desejado.

A Polícia Federal informou que há taxistas que cobram 100 dólares para transportar senegaleses indocumentados de Assis Brasil à Eritaciolândia ou Brasília. Geralmente, esse traslado ocorre no período noturno, quando o Posto da Polícia Federal está fechado. Tanto a Polícia Federal quanto a Paróquia realizaram reuniões com a associação local dos taxistas para discutir essa situação. A Polícia Federal vem orientando os taxistas a não transportar migrantes indocumentados, por se tratar de crime, enquanto o representante da igreja vem discutindo os aspectos éticos e morais implicados na exploração econômica dos migrantes.

O representante da Paróquia avalia que os governos do Estado do Acre e Federal deveriam disponibilizar transporte para os migrantes se deslocarem de Assis Brasil à Eritaciolândia e à capital Rio Branco, onde está localizado o abrigo. Compreende que esse apoio, além de ser uma ação humanitária, acabaria com a exploração que os migrantes vêm sofrendo nas cidades acreanas.

Afirmou que, quando os migrantes chegam à alfândega brasileira, não encontram nenhum equipamento público social para o acolhimento, orientação e informação, e que por isso muitos são enganados pelos taxistas. Desta forma, a Paróquia organizou uma equipe de voluntários para proporcionar acolhimento aos migrantes, três vezes por semana, das 7 às 8 horas. O grupo utiliza uma sala na alfândega brasileira que seria destinada ao Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante, mas que não está funcionando. As orientações sobre os procedimentos que devem ser adotados no Brasil, visando a regularização migratória, são disponibilizadas impressas e em francês.

Uma questão recorrente na fala dos atores estratégicos das três cidades acreanas é a preocupação com o vírus Ebola decorrente da migração africana. Sem exceção, há época da pesquisa de campo, todos expressaram receio de que os migrantes pudessem infectar os munícipes, sendo a doença proliferada com rapidez, em razão do frágil sistema de saúde e das precárias condições sanitárias e de higiene. O medo do vírus Ebola chegou a instalar nas cidades acreanas o preconceito e a discriminação aos migrantes africanos.

Porém, os atores estratégicos das Secretarias de Saúde dos três municípios afirmaram haver um plano de contenção estabelecido em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde e Ministério da Saúde, no caso de identificação de algum migrante africano com sintomas do vírus Ebola. De acordo com os entrevistados, caso alguém apresente os sintomas da doença, será deslocado para isolamento na cidade de Rio Branco e posteriormente será transferido de helicóptero à cidade do Rio de Janeiro.

O ator estratégico da SEDES informou que a Polícia Federal dos municípios e de Rio Branco vem exigindo equipamentos de segurança como máscaras, luvas e outros para atender os migrantes. Como até o momento o material não foi fornecido, a expedição de documentos aos migrantes não está sendo agilizada, causando uma lotação no abrigo da capital.

A insegurança em decorrência da doença foi exposta diretamente pelo ator estratégico da Polícia Federal, que afirmou o receio dos agentes federais em se contaminar por não possuírem os equipamentos de segurança para atender os migrantes. No entanto, não relatou que esse fato esteja comprometendo a capacidade de atendimento da polícia na expedição de documentos.

A Secretaria de Saúde de Assis Brasil informou que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) intensificou sua ação na fronteira, reforçando o efetivo para trabalhar, inclusive, aos finais de semana.

Outra situação complexa apresentada na fronteira é a migração de crianças e adolescentes desacompanhadas dos seus pais. O Ministério Público manifestou preocupação com este tema, informando que muitas chegam com amigos de confiança ou com outros familiares, uma vez que seus pais migraram primeiro para se instalar no Brasil.

Nesse sentido, foi estabelecido um fluxo de atendimento ao público infantojuvenil. A Polícia Federal, ao identificar crianças e adolescente migrantes sem documentação que comprove o pátrio familiar dos acompanhantes, comunica o Conselho Tutelar de Eptaciolândia, que providencia acolhimento em abrigo institucional na cidade. Após o acolhimento, o Conselho Tutelar comunica o Ministério Público e o Poder Judiciário da Comarca de Eptaciolândia.

Por sua vez, o Poder Judiciário decide entre duas opções, desde que haja evidências de não se tratar de tráfico de pessoas. A primeira é quando se trata de adolescente. Nesse caso, autoriza a transferência ao abrigo para migrantes na capital, a fim de que fique com os adultos que o trouxeram, visando a preservação de vínculo. A segunda é quando envolve criança. Nessa situação, a mesma é encaminhada ao abrigo infantojuvenil em Rio Branco. Em ambos os casos, o processo de guarda tramita na 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Rio Branco/AC. Somente com a autorização judicial, as crianças e adolescentes e seus respectivos responsáveis e familiares seguem viagem para outras cidades e estados do país.

De acordo com o Conselho Tutelar e o Poder Judiciário da Comarca de Epitaciolândia (EP08), no período de 11 de julho a 18 de setembro de 2014, foram acolhidas no abrigo regional do Alto Acre, 11 crianças e adolescentes, todos haitianos.

Após entrar em Assis Brasil, os migrantes internacionais têm como primeiro destino a cidade de Epitaciolândia, em busca da Delegacia da Polícia Federal, instalada naquela cidade. Quando ela está em horário de funcionamento, são atendidos e partem imediatamente para o abrigo em Rio Branco. Quando não, pernoitam na praça em frente à Delegacia e no início da manhã, após regularizar a documentação, se deslocam à capital.

O deslocamento dos migrantes de Epitaciolândia à Rio Branco também é realizado pelos taxistas locais e novamente ocorrem situações de exploração econômica por parte desses profissionais.

Outra questão identificada foi a discriminação dos migrantes Haitianos. Os atores estratégicos da Assistência mencionaram que no início deste fluxo migratório, a população buscou compreendê-los e apoiá-los, disponibilizando recursos em conjunto com as igrejas, e em certa medida, com os governos municipais, para atendê-los. Porém, com o passar do tempo, o número de migrantes aumentou, e a capacidade de atendimento municipal foi se esgotando. Com isso alguns serviços públicos e privados, como limpeza urbana, banco, correio, papelaria e unidades de saúde, ficaram saturados com a demanda excedente e paulatinamente isso foi causando insatisfação nos munícipes. Soma-se a isso o contraste cultural entre os povos, explicitado na conduta moral e nos costumes de cada um. Assim, a população de Brasiléia e Epitaciolândia iniciou uma mobilização para que os migrantes deixassem as cidades. De acordo com o ator estratégico da SEJUDH, houve passeatas pedindo a saída dos haitianos e uma indisposição das prefeituras municipais para atendê-los nos equipamentos, além de um discurso generalizado, afirmando que o problema dos migrantes não era pertinente ao município e que tinha que ser enfrentado pelos governos estadual e federal.

Algumas entrevistas foram significativas, e em alguma medida, expressam o sentimento contrário da população em relação aos migrantes internacionais. Nas falas dos atores estratégicos da Segurança Pública, está presente a necessidade de ser implementada uma política de controle rigoroso nas fronteiras para fiscalizar as migrações internacionais e o tráfico de drogas. Um representante do Ministério Público argumentou que o estado deveria investir mais nos seus cidadãos em detrimento dos migrantes, e um dos atores estratégicos da Delegacia da Polícia Federal (EP06) expressou que o Governo Brasileiro adotou uma posição paternalista com os migrantes, que inclusive vem concedendo benefícios em forma de pecúnia aos mesmos, como o Programa Bolsa Família concede às famílias brasileiras.

Hoje, as cidades de Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia são apenas corredores de passagem para a migração internacional, não há mais migrante se instalando nas referidas

idades ou acessando seus respectivos serviços públicos. O destino do migrante, quando entra no Brasil é chegar ao abrigo de Rio Branco, visando regularizar a sua permanência no país e seguir para a cidade de São Paulo.

Desde abril de 2014, o abrigo para migrantes foi transferido da cidade de Brasília à capital Rio Branco. A partir daí, Brasília deixou de ser um ponto de referência aos migrantes. Por estar localizada geograficamente entre Assis Brasil e Epitaciolândia, a cidade se tornou trânsito para os migrantes.

De acordo com a SEDES, no ano de 2010 foram acolhidos no abrigo apenas 37 migrantes; no ano de 2011 subiu para 1.175; em 2012 foram registrados 2.225 migrantes; já no ano de 2013 foram abrigados 11.524 estrangeiros; e até a mês de maio de 2014 já foram acolhidos 7.631 migrantes. Considerando o volume crescente de migrações internacionais que vêm ocorrendo na fronteira de Assis Brasil, a transferência do abrigo para Rio Branco foi uma decisão acertada, tendo em vista que a estrutura existente na cidade de Brasília não garantia condições físicas, sanitárias e humanitárias suficientes para acolher os migrantes. Além disso, Brasília não dispunha de equipamentos públicos estruturados para atender a demanda excedente.

O abrigo está localizado num bairro distante do centro, porém conta com uma infraestrutura satisfatória, contendo diversos quartos para acolher os migrantes, vários banheiros, cozinha e refeitório, além de uma grande área externa. No entanto, a situação do abrigo para migrantes internacionais de Rio Branco é ainda precária. Na época da pesquisa de campo, estava com a capacidade de atendimento excedida, porém foi possível observar que o Governo Estadual está trabalhando para agilizar o deslocamento dos migrantes ao seu destino, que na maioria dos casos é a cidade de São Paulo.

Também foi descrito pelos atores estratégicos responsáveis pelo abrigo, SEDES e SEJUDH, que a crescente migração tem trazido dificuldade para a gestão do abrigo, principalmente na disponibilização de funcionários diuturnamente e com os limites orçamentários, tendo em vista o alto custo financeiro com a manutenção do local. A gestão do abrigo é compartilhada pelas equipes da SEDES e SEJUDH, que se revezam semanalmente na coordenação do local e dividem os gastos, a partir dos seus orçamentos.

Outra questão levantada pela SEDES refere-se às despesas locadas na administração e manutenção do abrigo para migrantes. De acordo com o ator estratégico, são necessários aproximadamente 60 mil reais mensais para atender os migrantes, considerando alimentação, equipe multiprofissional diuturnamente, água, energia, dentre outros. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome repassa 10 mil reais mensais para atender 50 migrantes, valor insuficiente para cobrir as despesas.

De acordo com o ator estratégico da SEDES diariamente chegam no abrigo 20 migrantes para acolhimento. No período de abril a setembro, já foram atendidos no abrigo 3.664

migrantes, desses 2.991 eram do sexo masculino e 753 do sexo feminino. Desse quantitativo, 3.313 são haitianos, 290 senegaleses, 49 dominicanos, 02 nigerianos e 10 colombianos. Tem capacidade para atender 250 migrantes, no entanto, estavam acolhidos no dia 19 de setembro de 2014 aproximadamente 520 migrantes, majoritariamente haitianos.

Na avaliação do ator estratégico da SEDES, o atendimento aos migrantes acima da capacidade do abrigo vem ocorrendo em virtude da grande demanda de migrações ao Brasil pela fronteira de Assis Brasil e pela demora na expedição dos documentos (CPF e Carteira de Trabalho) e na autorização judicial quando envolve crianças e adolescentes.

Os documentos necessários que permitem os migrantes viajarem para seus destinos finais são: protocolo de visto humanitário ou refúgio expedidos pela Polícia Federal; CPF na Receita Federal e Carteira de Trabalho na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego. Os migrantes entrevistados afirmaram que, nos casos de visto de permanência por motivos humanitários, entre 04 e 05 dias os documentos estão prontos, e nas situações de refúgio demoram de 10 a 15 dias.

Em relação às despesas com o transporte dos migrantes à cidade de São Paulo, o entrevistado afirmou que há um convênio com o Ministério da Justiça e Cidadania que também é insuficiente para atender as demandas específicas de traslado.

Os atores estratégicos da SEDES e SEJUDH informaram que, semanalmente, três a quatro ônibus fazem o traslado dos migrantes para São Paulo. São permitidos 44 passageiros migrantes, desde que tenham a documentação regularizada. Os entrevistados alegaram que, se houvesse agilização na expedição dos documentos, haveria mais ônibus disponibilizados para esse deslocamento.

O interlocutor da SEDES informou que os migrantes desembarcam na cidade de São Paulo, alguns na Rodoviária do Tietê e outros na Pastoral do Migrante. Apontou que a cidade de São Paulo tem a preferência dos migrantes devido à facilidade de transporte para outras localidades do Brasil, e também por terem o contato de familiares e amigos instalados na cidade.

Conforme dados oficiais da SEDES, desde o ano de 2010 foram atendidos nos abrigos de Brasília e Rio Branco 22.592 migrantes. Mesmo diante de inúmeros desafios enfrentados, desde sua instalação em Brasília, a equipe do abrigo tem se esforçado para atender os migrantes que aportam na fronteira do Acre em busca de melhores condições de vida no Brasil.

2. Laranjal do Jari e Oiapoque (Amapá)

Maurício Carlos Rebouças³⁶

2.1. Contexto Local e Caracterização dos Municípios

O município de Laranjal do Jari³⁷ está localizado ao sul do Estado do Amapá numa área de 29.699 km². No censo realizado pelo IBGE em 2010, a cidade tinha 39.942 habitantes, e em 2013, o instituto estimou a população em 43.832 habitantes. A distribuição entre a população urbana e rural na cidade, de acordo com o IBGE, aponta uma concentração de pessoas residindo na zona urbana de 37.905 habitantes e na zona rural de apenas 2.038.

A economia da cidade se caracteriza no setor primário, na criação do gado bovino e bubalino, e em maior proporção, na cultura do arroz, do abacaxi, da banana, do cupuaçu, do feijão, de laranja, do milho, da melancia e da mandioca. No setor secundário, a extração e a fabricação de palmitos de açaí exportados para a Flórida e a extração da castanha exportada para a França, sendo na Europa utilizada na fabricação de óleo comestível. Há algumas padarias e fábricas de tijolos que além de atender o alto consumo do próprio município, exportam boa parte para o Estado do Pará. A cidade possui algumas movelarias que fabricam produtos de boa qualidade. No setor Terciário se destaca o comércio, além das boates e alguns hotéis (Governo do Estado do Acre, 2013).

O município possui no seu limite territorial os municípios de Vitória do Jari ao sul; Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Mazagão ao leste, ambos pertencentes ao Estado do Amapá; Almeirim do Estado do Pará ao sul e ao oeste. Ao norte, faz divisa com a Guiana Francesa e com a República do Suriname ao noroeste.

³⁶ O autor, responsável pela pesquisa de campo e relatório dos municípios de Assis Brasil, Epitaciolândia e Brasiléia é assistente social no município de Paulínea (SP) e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC.

³⁷ O trabalho de campo realizado no município de Laranjal do Jari/AP ocorreu entre os dias 05 a 10 de maio de 2014. A coordenação Estadual da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) disponibilizou um funcionário da Secretária Estadual de Segurança Pública do Amapá para acompanhar a missão, facilitando o deslocamento na cidade e o acesso às instituições contatadas e visitadas. A maior dificuldade encontrada na missão foi o deslocamento entre as cidades de Macapá e Laranjal do Jari, devido as péssimas condições da estrada. A BR 156 que dá acesso a Laranjal do Jari, não é asfaltada, encontra-se muito deteriorada e no período da missão chovia intensamente na região. O percurso de 265 km que comumente é feito em 3h30min, levou mais de 8h de duração, tanto na viagem de ida como na de volta. O deslocamento na cidade de Laranjal do Jari também foi difícil, pois a maioria das ruas não possui pavimentação asfáltica e devido às fortes e constantes chuvas, estavam em péssimas condições de tráfego de veículos, dificultando muito o acesso às instituições contatadas. Nesse sentido, o aluguel do veículo traçado foi providencial para a realização da missão de pesquisa nesse município. O êxito da missão em Laranjal do Jari/AP, do ponto de vista de contato com os atores estratégicos, deve-se à articulação institucional realizada anteriormente e ao empenho da coordenação do ENAFRON e do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) do Amapá, que colaboraram com os contatos institucionais e confirmação de entrevistas e visitas no decorrer da missão. Foram contatadas 14 instituições governamentais e quatro instituições da sociedade civil organizada, sendo realizadas 15 entrevistas e dois grupos focais, com a participação de nove atores estratégicos no total. Foram visitadas três instituições governamentais e uma instituição da sociedade civil organizada, além de duas instituições de ensino superior federal. Também foi realizada visita à Empresa Social Fundação Jari, que é administrada pelo maior empreendimento da região, a “Jari Celulose”, do Grupo Orsa, localizada no distrito de Monte Dourado, da cidade vizinha de Almeirim/PA. Veja Tabela com atores estratégicos entrevistados no Anexo V. Este capítulo traz também alguns indicadores, cujas fontes podem ser encontradas em Tabela no Anexo I.

A cidade de Laranjal do Jari está localizada a 320 km de distância de Macapá/AP. A rodovia que interliga Laranjal do Jari com a capital é a BR 156, sem pavimentação asfáltica e tráfego perigoso, seu percurso é muito cansativo, principalmente no período de chuvas na região amazônica, onde a viagem pode durar até 10 horas. Situa-se a margem esquerda do Rio Jari, que separa os Estados do Amapá e do Pará por apenas 243 metros. Na margem direita está o distrito paraense de Monte Dourado (GRUPO ORSA, 2010). Laranjal do Jari foi elevada à categoria de município, pela Lei Estadual n.º 7.639, em 17 de dezembro de 1987. Existe um fluxo contínuo de moradores, entre o distrito de Monte Dourado de Almeirim/PA e a cidade de Laranjal do Jari, cujo trajeto é realizado por balsas e pequenas embarcações, denominadas de castrais.

O município compõe a região do Vale do Jarí, que foi habitada pelos índios da etnia Waianos e Apalais e mais tarde, ocupada pelos nordestinos que vieram trabalhar na extração da borracha. A primeira fase de migrações de nordestinos para a região ocorreu em 1869 e se estendeu até o ano de 1920, período marcado pelo ciclo da extração da borracha na Amazônia (Souza, 1995). Dentre os nordestinos que chegaram ao território, destaca-se o cearense, Sr. José Júlio de Andrade, que adquiriu cerca de 3,5 milhões de hectares de terra na região. Em virtude da “Revolta Tenentista”, ele se viu obrigado a comercializar suas terras para um grupo de empresários portugueses no ano de 1948. Essas terras, posteriormente, foram vendidas para o empresário norte americano Daniel Ludwig³⁸. Desde então, a economia do município se ampliou para outros setores, tais como, “extração de recursos minerais, agropecuária empresarial, projetos florestais, agronegócio em geral, mineração em grande escala e projetos hidroelétricos. Tal expansão foi justificada sob o argumento político desenvolvimentista” (Moura, 2010, p. 30) e não tem correspondência em termos de desenvolvimento social.

O Projeto Jari, empreendido pela Companhia Jari Florestal e Agropecuária Ltda, foi instalado no ano de 1967 no distrito de Monte Dourado da cidade vizinha de Almeirim/PA, pelo empresário norte-americano, com o objetivo inicial de desenvolver um pólo agroindustrial, que resultou apenas na produção de celulose. Como a região era desprovida de qualquer infraestrutura, além de construir a fábrica, foram instaladas casas para os trabalhadores que tinham nível de escolaridade médio e superior com escola, hospital, ginásio de esportes e áreas de lazer, criando um cenário comunitário com o intuito de atrair e manter trabalhadores (Souza, 1995).

De acordo com Moura (2010, p.30) foi criada uma cidade planejada “dotada de excelente infraestrutura, através da construção, no ano de 1977, de 1.000 (mil) casas em Monte Dourado, município de Almeirim/PA.”

Em contrapartida, os trabalhadores com baixa escolaridade, que não tinham acesso às moradias no distrito de Monte Dourado no Pará, começaram a se instalar em casas construídas

³⁸ Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=160027&search=||inifogr%E1ficos:-hist%F3rico>>. Acesso em: 14 de abril de 2014.

no sistema palafitas, sem nenhuma infraestrutura de saneamento e energia. As residências foram erguidas na outra margem do Rio Jari, no Estado do Amapá, que na época foi denominado de “Beiradão”, dando origem à cidade de Laranjal do Jari. Esse cenário resultou na migração desordenada de trabalhadores, geralmente sem qualificação profissional, que buscavam empregabilidade na fábrica de celulose. Nesse sentido, o “Beiradão” tornou-se uma das maiores favelas em palafita do país (Moura, 2010).

De acordo com os relatos dos atores estratégicos, a migração ocorrida nesse período, trouxe para a região predominantemente trabalhadores oriundos da região Nordeste, destacando-se os maranhenses. Fato observado nos dias de hoje, quando há novos empreendimentos, a migração de trabalhadores se caracteriza por um grande fluxo de maranhenses.

A taxa de ocupação formal no município de Laranjal do Jari é de 48,14% sendo que em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais 22,40% trabalhavam no setor agropecuário, 1,17% na indústria extrativa, 7,88% na indústria de transformação, 5,71% no setor de construção, 0,97% nos setores de utilidade pública, 16,40% no comércio e 39,46% no setor de serviços. O percentual de pessoas com mais de 18 anos em ocupação informal é de 36,42% e de desocupação é de 10,93%.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Laranjal do Jari é de 0,665, situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio, é o 4º melhor do Estado. Em 2010, a média da renda per capita na cidade de Laranjal do Jari era de R\$ 432,92. A taxa de extrema pobreza aumentou de 13,53% em 1991 para 17,00% em 2000, caindo para 8,94% em 2010. No entanto, a desigualdade na distribuição da renda no município é expressiva. Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil indicam que 20% dos mais ricos em Laranjal do Jari detêm 60,27% da riqueza produzida, enquanto que 80% detêm 39,73%.

Quanto à educação, os indicadores apontam que a porcentagem de crianças na faixa etária de 4 a 5 anos, que estão fora da escola é de 36,47% e a de 6 a 14 anos é 2,39%. Em relação aos adolescentes e jovens de 15 a 24 anos, que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza é de 16,41%.

A taxa de mortalidade infantil no município é de 16,8 mortes a cada mil nascidos vivos, estando acima da média nacional que é de 12,8 mortes a cada mil nascidos vivos.

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, somente 10% da população tem saneamento básico adequado, com acesso à água e esgotamento sanitário de rede geral e lixo coletado. Mais de 85% da população tem saneamento semi adequado, tendo acesso somente à água ou esgotamento sanitário, e 5% não tem acesso a nenhuma forma de saneamento (Governo do Estado do Acre, 2013).

Outra questão do município, no âmbito da saúde, é o alto índice de pessoas usuárias de álcool e outras drogas. No entanto, a Secretaria Municipal de Saúde não sabe precisar o quantitativo de usuários e dependentes, uma vez que não há uma política pública municipal destinada ao atendimento integral à saúde dessa população.

Em relação às famílias em situação de vulnerabilidade social, no município estão cadastradas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 25.201 pessoas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, ou renda mensal total de até três salários mínimos. As famílias de Laranjal do Jari com perfil para o Programa Bolsa Família, com renda per capita mensal de até R\$ 70,00 são 13.137.

Outro dado de vulnerabilidade social indica que 34,98% das famílias chefiadas por mulheres, não tem ensino fundamental completo e possuem filhos menores de 15 anos de idade. Das crianças de Laranjal do Jari, 11,40% são extremamente pobres, sendo que 40% da população total vivem nessa condição, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Saúde (Governo do Estado do Acre, 2013).

Quanto à infraestrutura urbana, poucas são as vias públicas que estão asfaltadas, somente as principais avenidas e ruas do pequeno centro urbano são pavimentadas. As demais são de terra, com muitos buracos e irregularidades e poucas calçadas, dificultando a movimentação de pedestres, em especial de crianças, idosos e pessoas com deficiência.

A energia da cidade é gerada por nove geradores a base do combustível a óleo diesel, sob a responsabilidade da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). De acordo com a população do município, a interrupção no fornecimento de energia é comum, devido a problemas técnicos dos geradores.

Os meios de comunicação na cidade são precários. A telefonia fixa e móvel apresenta muitas falhas e a internet constantemente está fora do ar. A maioria das organizações públicas não possui telefone fixo ou internet.

Os atores estratégicos do CRAM (LJ01), da ONG REAJA (LJ03) e do ENAFRON (LJ18) descreveram que a situação política da cidade é complexa. De modo geral, Laranjal do Jari é um município de pequeno porte, com economia frágil, ausência de infraestrutura e de investimentos públicos direcionados à população local. Muitas famílias vivem em situação de pobreza e miséria nas palafitas da cidade, convivendo com diversas situações de vulnerabilidade e risco social.

O município de Oiapoque³⁹ está localizado ao norte do Estado do Amapá numa área

³⁹ A primeira tentativa de realizar o trabalho de campo na cidade de Oiapoque/AP ocorreu no dia 11 de maio de 2014, mas devido às péssimas condições da estrada em função das chuvas, não foi possível chegar ao município, sendo necessário reprogramá-la. Assim, o trabalho de campo foi realizado de 10 a 17 de agosto de 2014. A coordenação Estadual da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) disponibilizou dois funcionários da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Amapá para acompanhar a missão, facilitando o deslocamento na cidade e o acesso às instituições contatadas e visitadas. Além disso, a coordenação

de 22.625 km². No senso realizado pelo IBGE em 2010, a cidade tinha 20.509 habitantes, e em 2014, o instituto estimou a população em 23.628 habitantes. Faz fronteira ao norte com o país da Guiana Francesa; ao sul com os municípios amapaenses de Calçoene, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari e à oeste com o município de Laranjal do Jari. À leste é banhado pelo Oceano Atlântico.

Possui dois distritos em seu território, o de Clevelândia do Norte, área de destacamento do exército brasileiro onde está sediado o 34º Batalhão de Infantaria de Selva e o de Vila Velha do Cassiporé, que é um território agroextrativista.⁴⁰

Há uma comunidade, denominada Vila Brasil, na fronteira com a Guiana Francesa que de acordo com os relatos dos atores estratégicos é um ponto comercial dos garimpeiros clandestinos que atuam na referido país.

Segundo o censo do IBGE de 2010, a distribuição entre população urbana e rural na cidade de Oiapoque é de 13.852 habitantes residindo na zona urbana e 6.657 na rural. Em relação à distribuição da população por sexo, 10.712 são mulheres e 9.807 são homens.

A economia⁴¹ da cidade concentra-se, em relação ao setor primário, essencialmente na criação dos gados bovino, bubalino e suíno e na cultura da mandioca, laranja, milho, cana-de-açúcar e outros. No setor secundário, destaca-se a extração do ouro. O artesanato contribui de forma complementar, para compor a renda da população, incluindo-se a fabricação de luxuosas jóias sem ouro. Em relação às pedras preciosas, a cassiterita é um produto relevante na economia. O setor moveleiro dispõe de algumas serrarias, e as indústrias de panificação ajudam a fomentar a economia local. O município é um exportador de cacau para a França, por meio da Associação Agroextrativista, localizada no distrito da Vila Velha do Cassiporé. Já o setor terciário, é composto por pequenos estabelecimentos comerciais, que se beneficiam do intercâmbio com a comunidade de São Jorge, pertencente ao Departamento Ultramar da Guiana Francesa.

A cidade de Oiapoque está localizada a 560 km de distância da capital Macapá/AP, a rodovia que interliga os municípios é a BR 156. A viagem é realizada por ônibus intermunicipais e carros particulares (pick-up) regularizadas no Estado.

O município de Oiapoque⁴² é o mais distante da capital do Estado do Amapá, é também a principal referência nacional, quando se quer determinar um dos pontos extremos do Brasil. O Rio

nação do ENAFRON também disponibilizou um veículo pick-up e o combustível para a viagem de ida e volta a Oiapoque e para o traslado na cidade. Foram realizadas dezenove entrevistas e um grupo focal, com a participação de quatro atores estratégicos. Foram visitadas quatro instituições governamentais, sendo que uma delas foi uma instituição de ensino superior federal. Destaca-se o apoio institucional da coordenação do ENAFRON e do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) do Amapá, que colaboraram na articulação dos contatos institucionais e no agendamento das entrevistas e visitas no decorrer de toda a missão de campo. Veja Tabela com atores estratégicos entrevistados no Anexo V. Este capítulo traz também alguns indicadores, cujas fontes podem ser encontradas em Tabela no Anexo I.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.portal.ap.gov.br/pagina.asp?id_pagina=69> Acesso em: 01 de outubro de 2014.

⁴¹ Disponível em: http://www.portal.ap.gov.br/pagina.asp?id_pagina=69. Acesso em: 01 de outubro de 2014.

⁴² Disponível em: http://www.portal.ap.gov.br/pagina.asp?id_pagina=69. Acesso em: 01 de outubro de 2014.

Oiapoque nasce na serra do Tumucumaque (ao norte do Brasil) e deságua no oceano Atlântico, além disso, separa o Amapá da Guiana Francesa.

Existem quatro etnias indígenas no território de Oiapoque que são: Karipuna, Palikur, Galibi Marworno e Galibi Caliñ. Aproximadamente 5.000 índios estão distribuídos em 36 aldeias numa área de 6.690 hectares de terra indígena demarcada (Garcia & Bastos, 2009). As terras indígenas de Julinã e Galibi estão localizadas ao norte do Estado do Amapá e fazem fronteira com a Guiana Francesa. A terra indígena Uaçá, faz fronteira com o Parque Nacional do Cabo Orange, que é uma unidade de conservação e de uso restrito das três Terras Indígenas. Da área total das Terras Indígenas do Oiapoque, 470.164 hectares são da Terra Indígena Uaçá; 41.601 da Juminã e 6.690 da Galibi (2009).

No período colonial, o atual município de Oiapoque fazia parte da Capitania do Cabo Norte. Nos primórdios do século XVI, os portugueses que viviam no país travavam lutas com outros europeus, para estabelecer domínio territorial ao sul do rio Oiapoque, que na época era conhecido como Vicente Pinzón.⁴³ Existem versões de que o navegador e explorador espanhol, Vicente Uáñez Pinzón, subiu o rio Oiapoque até defrontar-se com a cachoeira Gran Roche, antes mesmo de Pedro Álvares Cabral avistar o Monte Pascoal, o que leva a crer que esta seja a razão do rio Oiapoque ter ficado por muito tempo conhecido como Rio de Vicente Pinzón.⁴⁴

Os habitantes mais antigos e primitivos da região são os antepassados dos povos indígenas Waiãpi, que ocupavam a extensão territorial do rio Oiapoque, dos Galibi e Palikur, concentrados no vale do rio Uaçá e seus afluentes. A palavra Oiapoque tem origem tupi-guarany, sendo uma derivação do termo oiap-oca, que significa casa dos Waiãpi.⁴⁵

O município de Oiapoque⁴⁶ surgiu a partir da morada de um mestiço, Emile Martinic, em data não definida. A localidade passou a ser conhecida como “Martinica”, sendo que ainda hoje, os habitantes mais antigos, utilizam essa designação para referir-se à cidade.

Em 1907⁴⁷ o Governo Federal criou o Primeiro Destacamento Militar do município, que servia de abrigo a presos políticos. Alguns anos depois, esse destacamento foi transferido para Santo Antônio, atual distrito de Clevelândia do Norte, com a denominação de Colônia Militar. Decreto Lei Federal 7.578 de 23 de maio de 1945 elevou à categoria de município, desmembrando-o do município de Amapá.⁴⁸

⁴³ Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=160050&search=amapa|oiapoque|infograficos:-historico>>. Acesso em: 14 de abril de 2015.

⁴⁴ Disponível em: http://www.portal.ap.gov.br/pagina.asp?id_pagina=69. Acesso em: 01 de outubro de 2014.

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=160050&search=amapa|oiapoque|infograficos:-historico>>. Acesso em: 14 de abril de 2015.

⁴⁶ Disponível em: http://www.portal.ap.gov.br/pagina.asp?id_pagina=69. Acesso em: 14 de abril de 2015.

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=160050&search=amapa|oiapoque|infograficos:-historico>>. Acesso em: 14 de abril de 2015.

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=160050&search=amapa|oiapoque|infograficos:-historico>>. Acesso em: 14 de abril de 2015.

A taxa de ocupação formal é de 70,70% sendo que em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais 20,13% trabalhavam no setor agropecuário, 2,31% na indústria extrativa, 4,06% na indústria de transformação, 7,11% no setor de construção, 0,80% nos setores de utilidade pública, 19,29% no comércio e 38,10% no setor de serviços. Das pessoas com mais de 18 anos em ocupação informal, 47,7%, não completaram o ensino fundamental e 7,78% delas estão desocupadas.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é 0,658, classificado como o 5º melhor do Estado, situa-se na faixa de Desenvolvimento Humano Médio.

Em 2010, a média da renda per capita na cidade, era de R\$ 598,38. A taxa de extrema pobreza aumentou de 15,59% em 1991 para 17,28% em 2000 e para 21,31% em 2010.

A desigualdade na distribuição da renda no município é expressiva, Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil indicam que 20% dos mais ricos em Oiapoque detêm 71,67% da riqueza produzida, enquanto, 80% detêm 28,33%.

Em relação à educação, os indicadores apontam que a porcentagem de crianças na faixa etária de 4 a 5 anos, que estão fora da escola é de 21,99% e a de 6 a 14 anos é 4,01%. Quanto aos adolescentes e jovens de 15 a 24 anos, que não estudam, não trabalham e são vulneráveis à pobreza é de 16,07%.

A taxa de mortalidade infantil, 20,0 mortes a cada mil nascidos vivos, está acima da média estadual e nacional que em 2010 era 15,1 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil, em 2015.

De acordo com os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil na cidade de Oiapoque, 45,62% das pessoas em domicílios, possuem abastecimento de água e esgotamento sanitários inadequados.

Em relação às famílias em situação de vulnerabilidade social, estão cadastradas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 12.832 pessoas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, ou renda mensal total de até três salários mínimos. As famílias de Oiapoque com perfil para o Programa Bolsa Família, com renda per capita mensal de até R\$ 70,00 são 6.352. Quanto as famílias indígenas, 921 estão cadastradas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Outro dado de vulnerabilidade social indica que das famílias chefiadas por mulheres, 40,36% não tem o ensino fundamental completo e possuem filhos menores de 15 anos de idade. Das pessoas que residem em domicílios vulneráveis, 3,33% dependem da renda de idosos e 29,04% das crianças de Oiapoque são extremamente pobres.

Quanto à infraestrutura urbana, poucas são as vias públicas que estão asfaltadas, somente as principais avenidas e ruas do pequeno centro urbano são pavimentadas. As demais são de terra, com muitos buracos e irregularidades e poucas calçadas, dificultando a movimentação de pedestres, em especial de crianças, idosos e pessoas com deficiência.

A energia da cidade é obtida através de geradores a base do combustível a óleo diesel, sob a responsabilidade da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). De acordo com a população do município, a interrupção no fornecimento de energia é comum, devido a problemas técnicos dos geradores e a falta de combustível nos períodos de chuva, pois a estrada fica intransitável.

Os meios de comunicação são precários, a telefonia fixa e móvel apresenta muitas falhas e a internet, constantemente, está fora do ar. A maioria das organizações públicas não possuem telefone fixo ou internet.

De modo geral, Oiapoque é um município de pequeno porte, com economia frágil, ausência de infraestrutura e de investimentos públicos direcionados a população local. Muitas famílias vivem em situação de pobreza e miséria, convivendo com diversas situações de vulnerabilidade e risco social.

No entanto, considerando o conjunto de indicadores sociais e econômicos a partir do ano de 2000, a cidade de Oiapoque vem qualificando gradualmente as condições de vida da população. Nesse sentido, a posição geográfica fronteiriça tem viabilizado oportunidades econômicas, sociais e culturais entre as cidades gêmeas de Oiapoque e Caiena da Guiana Francesa.

De todas as fronteiras sul-americanas, a única que possui um ponto de confluência entre um país sul-americano e um país europeu é o contato estabelecido entre o estado do Amapá, município de Oiapoque, e a Guiana Francesa, departamento ultramar da França na América do Sul. Essa característica implica em particularidades e especificidades nas migrações fronteiriças e na circulação de pessoas entre os territórios, viabilizando diversas oportunidades entre as populações, mas ao mesmo tempo, desencadeando um conjunto de desafios a serem enfrentados.

2.2. Mobilidade Populacional e Migrações - Caracterização da População Transfronteiriça e Migração Internacional

O trabalho de campo realizado em Laranjal do Jari não evidenciou a existência de migração ou outras formas de mobilidade humana entre a população da cidade de Laranjal do Jari e os países fronteiriços, Guiana Francesa e República do Suriname, especialmente devido a geografia da fronteira entre os países, que dificulta a mobilidade humana, por ser constituída de floresta densa com inúmeros rios e cachoeiras. Além disso, a cidade de Laranjal do Jari não possui atrativos turísticos, nem tão pouco, oferece um comércio contundente que possa atrair surinameses e guianenses. A migração interna no entanto, do Nordeste para Laranja, e de Laranjal para o estado do Pará, é mais evidente.

Já nas fronteiras internacionais do Oiapoque foi identificada a existência de fluxos migratórios internacionais. A fronteira com a Guiana Francesa demonstra ser um espaço expressivo de travessia e circulação de cidadãos desses países para o Brasil e de brasileiros para o exterior.

Em relação à República do Suriname, não foi identificada essa característica. As diversas vias de entrada e de saída, bem como os meios para esses fins entre as fronteiras favorecem a mobilidade populacional entre os países. As migrações transfronteiriças identificadas nesse território ocorrem nas formas legal e indocumentada. Quando ocorrem de forma legal, geram oportunidades de trabalho, renda e intercâmbio cultural entre os cidadãos dos países, no entanto, quando são realizadas de forma indocumentada, as pessoas tornam-se vulneráveis às várias situações de risco. Veja o detalhamento a seguir.

2.2.1. Laranjal do Jari e Guiana Francesa / República do Suriname

Devido às características geográficas da fronteira entre a cidade de Laranjal de Jari com a Guiana Francesa e República do Suriname, as situações de migração e de mobilidade populacional são limitadas, os limites territoriais são constituídos de rios e florestas, tornando o percurso entre os territórios oneroso, perigoso e demasiadamente desgastante. Nesse sentido, o itinerário para a Guiana Francesa e para a República do Suriname, partindo de Laranjal do Jari, quando realizado, se dá pelo município de Oiapoque.

2.2.2. Migração Interna para Laranjal do Jari

A pesquisa apontou que existe um fluxo migratório interno e uma circulação de pessoas ao estado do Pará, relacionada a atual condição socioeconômica de Laranjal do Jari, desencadeando situações de vulnerabilidade social e de violações de direito. A Delegacia de Polícia informou que há relatos de mulheres e adolescentes que migram para as regiões de garimpos, localizados no estado do Pará, para se inserir no mercado do sexo. A distância entre a cidade de Laranjal do Jari ao Distrito de Monte Dourado/PA é de apenas 243 metros e o itinerário para atravessar o Rio Jari é realizado por catraias. Os atores estratégicos da Segurança Pública afirmaram que após atravessar o rio, existem trilhas nas florestas que levam aos garimpos clandestinos existentes no estado. De acordo com o informante da Polícia Civil, foi identificada uma adolescente da cidade em situação de exploração sexual, que trabalhou em seis garimpos no Pará. Diante disso, foi aberto inquérito criminal e o caso foi encaminhado ao respectivo estado para a apuração do crime. Segundo ele, há muitas mulheres que se deslocam para os garimpos na companhia de suas filhas adolescentes, em virtude da falta de emprego na cidade de Laranjal do Jari, para trabalhar no comércio do sexo nos garimpos, no entanto, não há nenhum registro sobre o fato.

A Vara do Juizado Especial Cível e Criminal (LJ05) informou que também há migração interna de homens aos garimpos do Pará e que alguns deles não retornam em virtude do alto índice de violência e morte que ocorrem nesses locais. O Ministério Público Estadual (LJ12) reafirmou a existência dessa situação. Na avaliação do Ministério Público Estadual, o desemprego na região motiva os trabalhadores a buscar oportunidades de trabalho nos garimpos clandestinos, com o sonho de enriquecer, descobrindo e vendendo ouro.

O Batalhão da Polícia Militar (LJ17) informou sobre a dificuldade de fiscalização marítima para inibir a saída de pessoas para os garimpos clandestinos, coibir o tráfico de drogas e de armas. O entrevistado enfatizou que a fiscalização ficou mais difícil, quando a base da Marinha Brasileira e o posto da Polícia Federal foram fechados na cidade. Informou que, atualmente, a Polícia Militar faz operações pontuais, por não ter contingente policial suficiente e equipamentos adequados para fiscalizar o trânsito no Rio Jari com maior frequência. Alegou falta de apoio das instituições de Segurança Pública, Estadual e Federal, e exemplificou a situação mencionando que a Polícia Militar recebeu uma lancha nova para as operações, mas está parada por falta de combustível.

Outra característica da migração interna e da circulação de pessoas constatada em Laranjal do Jari, está relacionada com a procura de oportunidade de trabalho nos empreendimentos na região. Os atores estratégicos informaram que essa questão é histórica, e que muitos trabalhadores e famílias da região nordeste do país, se deslocaram e ainda se deslocam para o município, sendo a maioria maranhenses.

Empreendimento recente que intensificou o fluxo migratório na cidade e que acarretou diversos problemas sociais foi a construção do Linhão Energético que está integrando os municípios do Sul do Amapá e do Oeste do Pará ao Sistema Integrado Nacional. As obras foram de responsabilidade da Multinacional ISOLUX CORSÁN, já concluídas no perímetro de Laranjal do Jari, desde o final do ano de 2013. Os atores estratégicos descrevem, sem precisar, que diversos trabalhadores dessa obra vieram de outros estados e novamente indicam os da região Nordeste e do estado do Maranhão e que pouca mão-de-obra da cidade foi aproveitada. De acordo com a União Brasileira de Mulheres (LJ02), os migrantes que vieram para trabalhar no Linhão Energético fixaram-se em moradias provisórias instaladas nos canteiros de obras, permanecendo na cidade apenas no período das obras, ocasionando uma demanda excessiva aos serviços públicos da cidade, que não tinha estrutura para atender o novo contingente de trabalhadores.

A Secretaria Municipal de Saúde (LJ11) também afirmou que o município teve muita dificuldade em atender essa demanda excedente, e que os serviços de saúde não tinham capacidade para prestar atendimento de qualidade à população.

A informante da União Brasileira de Mulheres relata que, após a conclusão das obras no Linhão, muitos trabalhadores fixaram residência em Laranjal do Jari, por terem constituído família ou por a terem trazido. Como consequência, aumentou o número de famílias e casas construídas nas palafitas e a demanda por vagas em escolas. A dificuldade em garantir vagas nas escolas do município, foi reafirmada pela Secretaria Municipal de Educação (LJ14), cuja questão permanece até hoje. A Secretaria informou que haviam no ano passado 8.000 alunos nas salas de aula e uma demanda reprimida de 2.000 alunos aguardando vaga em lista de espera. No entanto, de acordo com a secretária de educação, hoje todas as crianças e adolescentes estão estudando.

Na avaliação da Secretaria, a demanda excedente era de filhos dos trabalhadores e trabalhadoras que prestavam serviços temporários nos empreendimentos da cidade. A entrevistada explicou que houve uma diminuição nas ofertas de trabalho na região, levando muitas famílias a retornar aos seus municípios de origem, diminuindo assim a procura por vagas nas escolas. Porém, esse dado foi contestado pelo Conselho Tutelar do Município (LJ16), que apontou a existência de muitas crianças e adolescentes fora da escola, sem informar com precisão quantas.

A ONG REAJA (LJ03) afirma, sem apontar dados oficiais, que no apogeu da concentração de trabalhadores na construção do Linhão, moradores dos alojamentos, ocorreram muitas situações de violação de direitos em relação às adolescentes de Laranjal de Jari, devido à exploração sexual comercial. Relatou que, no final do ano de 2012, foram registrados aproximadamente 500 partos de adolescentes de 12 a 14 anos de idade.

O Conselho Tutelar relatou casos de meninas, com 11 anos de idade, grávidas dos trabalhadores que prestavam serviços nas obras do Linhão. De acordo com o órgão, adolescentes com idade entre 13 a 16 anos frequentavam os alojamentos, sendo que muitas engravidaram, e diante dessa situação, os responsáveis fugiram do local sem assumir qualquer responsabilidade civil ou criminal.

A Secretaria Municipal de Saúde não disponibilizou as taxas de natalidade por período e faixa etária, não sendo possível constatar essa informação. No entanto, a alta incidência da exploração sexual de adolescentes, nesse período, foi confirmada por todos os atores estratégicos entrevistados.

Os indicadores de saúde da cidade apontam uma porcentagem elevada de crianças e adolescentes que tiveram filhos, quando comparados aos mesmos indicadores de outras cidades da Região Norte, e se acentuam se comparadas com outras regiões do país. Os dados indicam que entre mulheres de 10 a 14 anos 1,17% já tiveram filhos e de 15 a 17 anos 17,48 %, evidenciando desta forma, uma alta incidência de gravidez entre crianças e adolescentes no município.

Também foi identificado, na atual construção da Hidroelétrica Santo Antônio do Jari, de responsabilidade do Grupo EDP no Brasil, a existência de um novo fluxo migratório com as mesmas características de sazonalidade e precariedade dos fluxos anteriores. No entanto, as obras encontram-se, nesse momento em conclusão e o número de trabalhadores no local é menor.

Outra questão de vulnerabilidade social descrita pelos atores estratégicos que foi relacionada com o fluxo migratório interno pelos atores estratégicos, são as situações de abuso sexual cometido contra crianças e adolescentes. Representantes da sociedade civil organizada descreveram que, devido ao fluxo de trabalhadores temporários, muitos adotam como moradia, por terem baixo custo, as casas localizadas nas palafitas. Esses homens relacionam-se e moram com as mulheres da comunidade, muitas com filhas e filhos provenientes de outros relacionamentos e nessa convivência, os relatos sobre abuso sexual são frequentes. A violência doméstica e familiar contra mulheres também ocorre no mesmo contexto, ou seja, quando essas mulheres se relacionam e residem com esses trabalhadores na mesma moradia. Na avaliação dos grupos organizados de defesa dos direitos das mulheres de Laranjal do Jari, a falta de oportunidade de trabalho e políticas públicas destinadas às mulheres as colocam em situação de risco.

Apesar dos atores estratégicos terem relacionado a migração de trabalhadores diretamente às violações de direitos e violência vivenciadas por crianças, adolescentes e mulheres no município, é importante ressaltar que se tratam de fenômenos de causas variadas, ligados sobretudo à precariedade geral da condição de vida nas palafitas e à ausência de políticas públicas voltadas ao planejamento familiar e atenção às crianças e adolescentes, não sendo, portanto, possível afirmar que a migração seja o fator determinante dessas ocorrências.

Além da migração interna de trabalhadores e suas famílias para a região, foi destacada, pelos atores estratégicos da Assistência, intensa movimentação dos moradores do distrito de Monte Dourado/PA em direção à cidade de Laranjal do Jari. As famílias do distrito recorrem aos serviços públicos da cidade de Laranjal do Jari, principalmente aos equipamentos da Justiça, Saúde e Assistência Social, ocasionando o esgotamento na capacidade de atendimento destes serviços.

O distrito de Monte Dourado, foi idealizado pelo americano Daniel Keith Ludwig, com boa infraestrutura, a fim de atrair trabalhadores e hoje dispõe de moradias adequadas, saneamento básico, ruas asfaltadas, energia, bancos, dentre outros bens, que proporcionam aos moradores boas condições de vida. No entanto, os serviços de saúde e educação oferecidos aos trabalhadores da Jari Celulose não funcionam mais, e também não foram assumidas pelo poder público local.

Os serviços públicos de Saúde, Educação, Fórum, Ministério Público, Conselho Tutelar, CRAS, CREAS e outros, estão localizados na sede da cidade de Almeirim/PA, que fica a 73 km do distrito de Monte Dourado. O acesso à sede municipal é difícil e, às vezes, inviável, devido às péssimas condições da estrada, principalmente nos períodos de chuva. Diante da dificuldade de acesso à sede do município, os munícipes do distrito recorrem aos serviços públicos de Laranjal do Jari, devido a sua proximidade. De acordo com os atores estratégicos, o atendimento dessa demanda excedente tem precarizado a prestação de serviço público à população residente, ocasionando além de falta de vagas em escolas e creches, demora para atendimento em consultas médicas, falta de vagas para internação hospitalar dentre outros.

O Conselho Tutelar de Laranjal do Jari informou que constantemente atende crianças e adolescentes do distrito, uma vez que o Conselho Tutelar de Almeirim presta atendimento quinzenal a Monte Dourado, periodicidade insuficiente para atender todas as necessidades da comunidade. O CRAM (LJ01) também informou que a maior demanda de atendimento se refere às mulheres de Monte Dourado, em especial daquelas provenientes das pequenas comunidades em torno do distrito. O representante da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal também apontou que trata de casos do distrito, principalmente na área cível e alguns na área de infância e juventude.

2.2.3. Oiapoque e a Guiana Francesa

Devido às características geográficas da fronteira entre a cidade de Oiapoque com a Guiana Francesa, as situações de migração internacional e de circulação populacional são frequentes. De Oiapoque/AP à comunidade de São Jorge de Oiapoque (Saint-George de L'Oyapock), pertencente ao Departamento Ultramar da Guiana Francesa, são apenas 250 metros de rio, sendo que o percurso de travessia realizado por pequenas embarcações (catraias) através do Rio Oiapoque dura menos de 10 minutos. Da comunidade São Jorge chega-se a Caiena, capital da Guiana Francesa, por uma malha viária asfaltada, aproximadamente 300 km de distância, que são percorridos em 2h30min. O trajeto é realizado por carro particular, táxi ou van.

As catraias que realizam o percurso entre Oiapoque e São Jorge de Oiapoque concentram-se na orla da cidade de Oiapoque e são administradas por três associações. As catraias transportam os brasileiros para São Jorge e os guianenses para Oiapoque e vice-versa. Ainda nessa orla, existe um espaço para serem atracadas as balsas que transportam os veículos. Do lado de São Jorge de Oiapoque, também há um porto onde atracam as catraias e outro que opera uma balsa para veículos.

Outro ponto de partida e chegada está localizado na Vila Vitória, um pequeno vilarejo próximo a área urbana de Oiapoque. É possível chegar à Vila Vitória de carro particular ou de táxi, cuja via de acesso é um ramal, com um perímetro asfaltado e outro sem pavimentação, num percurso com duração aproximada de 10min.

Nessa localidade, encontra-se um grupo de catraieiros, que realiza o traslado pelo Rio Oiapoque à comunidade de São Jorge de Oiapoque e vice-versa, em escala menor que a verificada na orla. Foi observado que o fluxo de pessoas é pequeno e inexistente qualquer equipamento de Segurança Pública que acompanhe, organize ou assegure a entrada e a saída dessas pessoas.

De acordo com os atores estratégicos, outro ponto de acesso é a ponte Binacional Brasil e França, concluída em agosto de 2011, mas ainda não disponível, pois não foi inaugurada e liberada para o tráfego. Do lado brasileiro, estão em execução as obras para a conclusão da aduana brasileira, mas do lado Francês toda a estrutura viária e aduaneira está pronta desde o fim de 2011.

No perímetro da orla de Oiapoque é expressivo o número de bares, pequenos hotéis e restaurantes, mercados, casas de câmbio e lojas que vendem e compram ouro e prata, além de manufaturarem as peças. Na orla, localizado ao lado oposto das catraias, existe uma organização de pescadores, que fomentam um comércio local com pescarias e frigoríficos, recebendo e armazenando os pescados para sua comercialização. No eixo central da orla estão instaladas a

sede da Prefeitura Municipal de Oiapoque, a Delegacia Civil e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A circulação de pessoas na orla é intensa, seja de pessoas chegando ou saindo da cidade, seja de moradores ou turistas movimentando o comércio local, principalmente no horário matutino e vespertino. No entanto, os atores estratégicos do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) (OP01) e da Polícia Civil (OP03) informaram que a circulação de pessoas no período noturno e de madrugada ocorre em razão da prostituição e da exploração sexual de adolescentes.⁴⁹

Na orla de São Jorge de Oiapoque o comércio é menor, comparado com o de Oiapoque. No local, predominam os mercados quase todos gerenciados por chineses e lojas de peças e artigos de vestuário.

A circulação de brasileiros na comunidade guianense de São Jorge de Oiapoque é motivada pelo comércio local de gêneros alimentícios, bebidas, perfumes e vestuário. É permitida a circulação na comunidade francesa sem visto, desde que se respeite um perímetro determinado pelas autoridades locais, que é de aproximadamente três quarteirões. Caso seja ultrapassado o limite determinado, as pessoas são extraditadas pelo órgão de segurança nacional, que atua no local. De acordo com os atores estratégicos da segurança pública e da assistência, a extradição em razão dessa situação é comum na comunidade francesa, fato esse que causa muita indignação à população de Oiapoque.

As pessoas que circulam com regularidade na comunidade guianense são predominantemente oriundas da cidade de Oiapoque e das demais cidades do Estado do Amapá. Os atores estratégicos do CRAM (OP01) e da Polícia Federal (OP09) afirmaram que há pouca presença de brasileiros de outros estados brasileiros que visitam a comunidade de São Jorge de Oiapoque e/ou capital guianense de Caiena, mas quando o fazem, são motivados pelo turismo.

Com a mesma intensidade e frequência, a população da Guiana Francesa circula na cidade de Oiapoque. O atrativo é o comércio local, principalmente do gênero alimentício e os restaurantes, sendo comum encontrar famílias guianesas almoçando e jantando. Também visitam a cidade de Oiapoque para turismo, alguns se deslocam à capital Macapá/AP para este fim, além da aquisição de eletroeletrônicos.

Dados concedidos pelo interlocutor da Polícia Federal⁵⁰ registraram a entrada de 6.603 estrangeiros pela fronteira de Oiapoque, sendo expedidos no mesmo período 643 passaportes, no período de janeiro a julho de 2014. De 2011 a 2013, os franceses são majoritariamente o povo que mais visitou o Brasil adentrando pela fronteira de Oiapoque. Somente no ano de 2013,

⁴⁹ O envolvimento de adolescentes na rede da prostituição, mesmo com o seu consentimento, deve ser compreendido como exploração sexual comercial, sendo uma grave violação de direitos.

⁵⁰ Dados fornecidos durante entrevista.

entraram no país 11.138 franceses. Numa escala bem menor, no mesmo ano 148 peruanos entraram no Brasil pela mesma fronteira, sendo a segunda nacionalidade que mais visitou o país.

O representante da Polícia Rodoviária Federal (OP19) informou que devido às férias, nos meses de janeiro, julho e dezembro há um aumento significativo do fluxo de veículos da Guiana Francesa que se deslocam para a capital Macapá/AP pela BR 157.

O problema apresentado pelos atores estratégicos da Segurança Pública em relação à circulação dos guianenses em Oiapoque é a procura por profissionais do sexo. Os guianenses são clientes em potencial das mulheres que negociam programas sexuais nos bares e lanchonetes localizados na orla e nas diversas boates existentes na cidade.

De acordo com os relatos dos atores estratégicos da Segurança Pública e do CRAM (OP01), há uma rede de exploração sexual de adolescentes e de exploração da prostituição de mulheres na cidade, onde participam taxistas, proprietários dos hotéis, donos de bares, restaurantes e boates. Também foi descrito que os clientes que buscam a prostituição não se restringem aos guianeses, mas também há brasileiros. É notório, principalmente à noite, a circulação de adolescentes nas proximidades de bares, boates e hotéis, geralmente em grupo, num movimento de oferta e negociação de programas com os homens, inclusive vestidas com o uniforme escolar. Sem nenhum constrangimento ou coibição, foi observado que os brasileiros e guianenses que estão hospedados nos hotéis ou que frequentam os bares e boates, abordam ou são abordados pelas adolescentes nas ruas, com o intuito de combinarem o programa.

O ator estratégico da Paroquia Nossa Senhora das Graças (OP16) afirmou que existe uma rede criminosa que organiza a exploração sexual de adolescentes. Informou que existem fazendas, hotéis e boates na cidade, onde as adolescentes são exploradas sexualmente. Informou que há adolescentes de outras cidades inseridas no mercado do sexo local, algumas delas vêm de barco de Santarém/PA à Macapá/AP para chegarem a Oiapoque e outras são oriundas da cidade de Almeirim/PA, que seguem o itinerário para o Distrito de Monte Dourado, Laranjal do Jari/AP, Macapá/AP e Oiapoque.

Os atores estratégicos da Polícia Civil (OP03) e do Ministério Público (OP07) apontaram que a exploração sexual de adolescentes é um problema na cidade de Oiapoque, que vem sendo enfrentado pelos órgãos da Segurança Pública, no entanto não disponibilizaram maiores informações devido ao sigilo das investigações. Um ator estratégico, que pediu sigilo na sua identificação, relatou que são realizados leilões de meninas virgens na cidade, com idade de 12 a 14 anos, sendo vendidas por até R\$ 3.000,00 para guianenses e para as autoridades e empresários de Oiapoque. Mencionou que o caso foi investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes que ocorreu em Oiapoque em outubro de 2013, no entanto a prática do leilão e outras práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes ainda ocorrem na cidade.

Apontou uma proprietária de um hotel na cidade como a gerente dessa rede de leilão de meninas virgens, bem como de outras modalidades de exploração sexual de adolescentes. De acordo com o mesmo, a proprietária do hotel estava presa em virtude desses crimes, mas recentemente a justiça concedeu sua liberdade. Esse fato foi confirmado pelos policiais do ENAFRON que acompanharam a missão em Oiapoque, no entanto, nenhum outro ator estratégico da Segurança Pública ou da Justiça da cidade abordou essa situação nas entrevistas concedidas.

A coordenação do CRAM (OP01) descreveu que há adolescentes de Oiapoque que atravessam a fronteira com São Jorge de Oiapoque para fazer programas sem a atuação de intermediários e/ou agenciadores. De acordo com a interlocutora do CRAM, os policiais realizam festas no perímetro da fronteira guianesa, em locais de pouco acesso, com a presença das adolescentes brasileiras, que tem suas entradas facilitadas pelos mesmos. Em outra situação envolvendo adolescentes, descreveu que algumas que tentaram chegar à capital guianense de Caiena de forma indocumentada foram apreendidas pelos policiais e sofreram violência sexual, até serem liberadas para retornarem à cidade de Oiapoque.

Outra forma de migração internacional identificada na fronteira do Oiapoque com a Guiana Francesa foi a de brasileiros e haitianos em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. De acordo com a Polícia Federal, os brasileiros que trabalham na capital Caiena, são procedentes na sua maioria dos Estados do Maranhão, Pará e do próprio Amapá. As ocupações, de acordo com o CRAM (OP01), estão relacionadas prioritariamente à construção civil e em menor escala ao comércio, construção naval e pesca, ou seja, grande parte dos trabalhadores brasileiros se ocupam com atividades braçais, que não exigem grau de escolaridade. De acordo com Soares, Oliveira e Pinto (2011) o mercado da construção civil em Caiena, incorporou muitos brasileiros entre as décadas de 80 e 90 do século passado, destacando-se as atividades de carpintaria e de marcenaria, além da pesca, extração de madeira, agricultura e aquelas ligadas a mineração. No entanto, mais recentemente são os serviços gerais e domésticos, pouco qualificados, que tem atraído estes trabalhadores. Ou trabalhadoras. Os dados indicam uma abertura de postos de trabalho às brasileiras, definido pelos autores como uma feminilização do trabalho em Caiena, onde elas começam a ser empregadas nas “áreas do setor doméstico, vendas, restaurantes, beleza (cabeleireira, pedicure e manicure), dentre outros” (SOARES, OLIVEIRA e PINTO, 2011, p.134).

A Polícia Federal informou que desde 2010 ocorre um fluxo migratório de haitianos à Guiana Francesa. Entre os anos de 2011 a 2013 foi registrada⁵¹ a saída de 200 haitianos do Brasil pela fronteira do Oiapoque com destino a capital de Caiena. Essa migração se dá em razão da utilização do mesmo idioma (francês), da valorização do euro e por haver diversas comunidades de haitianos estabelecidas naquele país.

⁵¹ Dados fornecidos durante entrevista.

O ator estratégico da Polícia Federal afirmou ainda, que há dois fluxos migratórios dos haitianos para Caiena, passando por Oiapoque. No primeiro itinerário, os haitianos atravessam a tríplice fronteira do Brasil, Peru e Colômbia e da cidade de Tabatinga/AM, seguem de barco para Manaus/AM, Santarém/PA, Belém/PA e chegam a Macapá/AP. De Macapá/AP, seguem de ônibus ou van até a cidade de Oiapoque. O segundo curso dos haitianos se dá pela tríplice fronteira Brasil, Peru e Bolívia, partindo da cidade de Assis Brasil/AC, Belém/PA, Macapá/AP e Oiapoque.

De acordo com o CRAM (OP01), há aproximadamente 20 anos havia muitos casamentos “arranjados” entre brasileiros de Oiapoque com os guianeses. O interesse dos(as) guianeses(as) era de adquirirem a cidadania brasileira para comprarem terras no país e a dos(as) brasileiros(as), de residirem em Caiena para terem mais oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. No entanto, essa situação se modificou; os casamentos e a uniões são resultantes da afinidade entre os pares, facilitada pela circulação das pessoas nos dois territórios. Segundo o entrevistado, na maioria dos casos, os(as) brasileiros(as) mudam-se para Caiena ou para São Jorge de Oiapoque, por avaliarem que naquele país há melhores oportunidades de trabalho, estudo e infraestrutura para se viver. Essa situação envolvendo o casamento de brasileiras e brasileiros com guianeses, também foi identificada na Pesquisa ENAFRON - Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira (Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, 2013). O CRAM informou, sem dados oficiais, a existência de casos de mulheres brasileiras, casadas com guianeses, que vivenciam violência doméstica e familiar. Informaram ainda que o Consulado Brasileiro em Caiena criou uma coordenação de defesa da mulher, para propiciar atendimento e orientação nessas situações.

Outra questão migratória que demonstra situação de vulnerabilidade é sobre os indígenas. Os atores estratégicos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (OP14) e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) (OP17) relataram que os índios que residem nas terras indígenas demarcadas em Oiapoque costumam visitar os parentes que residem na Guiana Francesa. Não há demarcação de terra indígena na Guiana Francesa, a população indígena se concentra na zona rural. Na gestão do Presidente Francês François Mitterrand, de 1981 a 1995, os povos indígenas do Oiapoque visitavam seus parentes na Guiana Francesa, apresentando somente a carteira de identificação indígena e após esse período, a Guiana Francesa gradualmente foi dificultando a circulação dessa população no seu território. A política migratória da Guiana Francesa, após a posse do Presidente Nicolas Sarkozy em 2007, tornou-se mais restritiva aos indígenas e, desde então, são solicitados passaporte e visto, fato que tem dificultado o intercâmbio entre os grupos. Foi descrito pela FUNAI e FUNASA casos de índios extraditados da Guiana Francesa por falta de passaporte e visto, tendo em vista que alguns indígenas persistem em adentrar na Guiana Francesa com o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) ou o Registro de Identidade.⁵²

⁵² Outra questão relacionada à essa população é o impacto do desenvolvimento local nas terras indígenas, provocado pelos intervenções que visam fomentar o desenvolvimento nacional e regional tais como a Ponte Binacional, a pavimentação da BR 156 e a passagem do Linhão de Transmissão da Eletronorte na Terra Indígena Uaçá (Garcia & Bastos, 2009). O referido desenvolvimento tem pressionado a área das terras indígenas, demandando organização dos povos indígenas para assegurarem seus territórios.

Particularmente no que diz respeito ao tráfico de pessoas, as informações dos atores estratégicos foram divergentes. A Polícia Civil informou que mulheres da cidade de Oiapoque são convidadas a trabalhar como cozinheiras, com promessa de boa remuneração e depois obrigadas a trabalhar no mercado do sexo em Caiena. No entanto, não mencionou nenhuma ação investigativa ou inquérito instaurado. O Ministério Público Estadual também afirmou acreditar na existência de tráfico de pessoas na fronteira de Oiapoque com a Guiana Francesa e com a República do Suriname. Descreveu que as pessoas são aliciadas e enganadas com promessas falsas de empregos, com remunerações vantajosas e casamentos promissores, porém até o momento, não recebeu nenhuma denúncia dessa natureza. A Polícia Federal não confirmou nenhum caso de tráfico de pessoas, ela refere que este é um crime muito difícil de ser caracterizado, mas afirma que vem investigando em conjunto com os demais órgãos da segurança pública. Assim como os atores estratégicos citados anteriormente, os da Assistência também não possuíam dados oficiais sobre tráfico de pessoas, mas mencionaram alguns casos.

Finalmente, não foram apresentados dados oficiais sobre a ocorrência de tráfico de pessoas na cidade, mesmo com investigações em curso, no entanto, há de considerar que as descrições mencionadas pelos atores estratégicos apontam evidências significativas que, combinadas, podem configurar na incidência do crime de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual na região.

Já no que diz respeito as situações vivenciadas pelas adolescentes de Oiapoque, a descrição dos casos aponta para a ocorrência de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Como a situação é recorrente, tudo indica que há a participação de adultos que organizam a exploração sexual das adolescentes na Guiana Francesa, recrutando, transportando, acolhendo e auferindo lucro, caracterizando desta forma o Tráfico de Pessoas.

Mesmo havendo tantas evidências os atores estratégicos não identificam as situações vivenciadas pelas adolescentes como tráfico de pessoas, contribuindo para a indefinição de ações de enfrentamento e responsabilização, bem como de assistência às vítimas.

A migração indocumentada, de brasileiros para os garimpos da Guiana Francesa e em menor escala para a República do Suriname, é um fluxo contínuo e intenso descrito pelos atores estratégicos da Segurança Pública, sendo inclusive, objeto de investigação e de atuações da Polícia Civil sobre “coiotes”, que ao transportarem os(as) trabalhadores(as) aos garimpos clandestinos dos países vizinhos, estariam cometendo o crime de contrabando de migrantes. Através dos relatos dos atores estratégicos da Assistência, foi possível compreender a existência de uma rede organizada, que lucra direta e indiretamente com o mercado do garimpo. Os vilarejos Vila Brasil e Ilha Bela, localizados no território de Oiapoque, são entrepostos e pontos comerciais que abastecem os garimpeiros com gêneros alimentícios, equipamentos e insumos. Essas comunidades são pobres, e os recursos advindos da exploração do ouro é a

fonte de renda para muitas famílias. Inclusive há bares e casas de prostituição para atender os garimpeiros em trânsito.

O itinerário para se chegar aos garimpos é longo e desgastante. De acordo com Oliveira, a travessia é sacrificada e arriscada, sendo necessário atravessar rios perigosos, passar pelo oceano, adentrar e percorrer a floresta (2011). Além dos perigos da viagem, a pesquisadora descreve que são enfrentados outros desafios como “a malária, a institucionalização da violência e ilusão do ouro, a separação da família” (2011, p.99).

Os riscos do trabalho nos garimpos também foram relatados pelos atores estratégicos da Assistência. Em relação à saúde, a Secretaria Municipal de Saúde informou a alta incidência de doenças como malária, chagas, filariose e leishmaniose. Informou que, muitos dos garimpeiros que buscam tratamento nas unidades básicas de Oiapoque, chegam com o quadro clínico avançado.

Os atores estratégicos da Assistência avaliaram que o “sonho de enriquecer”, é o principal motivo que leva o brasileiro a enfrentar tantas adversidades nos garimpos clandestinos. Nesse sentido, o CRAM relatou que os garimpeiros brasileiros são pessoas com baixo nível de escolaridade e renda, somados a um histórico de trabalho em empregos informais, que vislumbram nos garimpos, melhores oportunidades para às suas vidas, bem como às de suas famílias.

Outro fluxo relatado pelos atores estratégicos diz respeito às mulheres que migram para Caiena para trabalhar no mercado do sexo. De acordo com a Polícia Federal, as mulheres são agenciadas pelos proprietários dos prostíbulos, que lucram com uma porcentagem dos programas. Elas entram de forma indocumentada na Guiana Francesa e seus percursos são facilitados por pessoas que conhecem as trilhas que dão acesso a capital.

O referido interlocutor da Polícia Federal, relatou que as mulheres não são proibidas de deixar os locais de prostituição em Caiena para retornarem ao país de origem, no entanto, afirmou que é necessário pagar os dividendos antes de partirem do local. Essa afirmativa deixou evidente a situação de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual vivenciada pelas mulheres, tendo inclusive restrição de liberdade para retornar ao território nacional. Além do mais, ficou caracterizada a existência de agentes que operam no transporte dessas mulheres à Caiena. Porém, ficou explícito na entrevista do agente da Polícia Federal, que essa situação não é compreendida pela corporação como tráfico de pessoas.

Essas informações indicam a existência de uma rede de prostituição de mulheres adultas operando na fronteira, que lucra com a migração delas para os prostíbulos de Caiena. Elas pagam e/ou são exploradas pelas pessoas responsáveis pelo transporte até Caiena e por aqueles que gerenciam o mercado do sexo local. Essas pessoas cobram uma porcentagem, que é retirada diretamente dos programas realizados, demonstrando mais uma vez pelos relatos a existência do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

2.2.4. Oiapoque e a República do Suriname

Para a República do Suriname não foram relatadas pelos atores estratégicos situações expressivas de circulação de pessoas. Quando ocorrem, de acordo com o ator estratégico da Polícia Federal, é através da capital guianense de Caiena, por vãos que vão para a capital surinamesa de Paramaibo, sendo essa a alternativa mais procurada para acessar o país surinamês. Ele descreveu que há uma estrada que interliga as capitais Caiena e Paramaibo, no entanto é pouco procurada pelos brasileiros em razão do alto custo da viagem. Outra possibilidade é a via fluvial, pouco utilizada, por ser um percurso demorado, que leva dias de navegação, tornando a viagem longa e onerosa.

Não houve relatos dos atores estratégicos descrevendo a circulação de surinameses na cidade de Oiapoque. No entanto, a Polícia Federal⁵³ informou que no ano de 2013 entraram 84 surinameses pela fronteira do Oiapoque, sendo a terceira nacionalidade que mais visita o país, ficando somente atrás dos franceses e peruanos.

No entanto, em 2008 a Pesquisa Tri-Nacional sobre Tráfico de Mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname (2008) já apontava a ocorrência de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual do Brasil para a República do Suriname. A pesquisa revela a existência de um itinerário que leva as mulheres traficadas para as casas de prostituição em Oiapoque e depois para a República do Suriname, em alguns casos, são levadas diretamente para as casas de prostituição do país vizinho. As vítimas são mulheres jovens, entre 17 e 34 anos de idade, com baixa escolaridade e com experiência de trabalho informal ou subemprego que lhe rendem baixos rendimentos. São procedentes de bairros periféricos de capital ou de pequenos municípios do interior.

Nesse sentido, observa-se que os atores estratégicos entrevistados ainda não identificaram situações de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, tendo a cidade de Oiapoque como um ponto de partida.

⁵³ Dados fornecidos durante entrevista.

3. Altamira (Pará)⁵⁴

3.1. Contexto Local e Caracterização do Município

Diferente dos demais municípios pesquisados, **Altamira**⁵⁵ não se localiza na fronteira internacional brasileira. A cidade, que tem uma área de cerca de 160 mil km², constituindo-se num dos maiores municípios em extensão territorial do mundo. Situa-se no centro ao sul do estado do Pará, fazendo divisa ao norte com Medicilândia, Porto de Moz e Rurópolis; a leste com Senador José Porfírio e São Félix do Xingu; a oeste com Itaituba e Rurópolis; e a sul com o Estado de Mato Grosso.

Dada a grande extensão territorial de Altamira, existem apenas duas áreas urbanas de acordo com a classificação do IBGE: a sede, cidade de Altamira, e o distrito de Castelo dos Sonhos, antiga zona de garimpo localizada a cerca de 1.200 km da primeira. Neste relatório, será abordada apenas a cidade de Altamira, que se encontra às margens do rio Xingu. Vale lembrar que o município também é atravessado pela rodovia Transamazônica no sentido leste-oeste numa extensão de 60 km, que o liga a Belém (800 km), Marabá (500 km), Itaituba (500 km) e Santarém (500 km). Nesse sentido, as principais vias de acesso a Altamira são a rodoviária, pela transamazônica, e a aquaviária, pelo rio Xingu.

Altamira não consiste em um município com altos padrões de renda e bem estar. Enquanto o IDH brasileiro é considerado elevado (0,73), por exemplo, o mesmo índice relativo ao município atinge apenas a marca de 0,665, sendo classificado como médio (PNUD, 2010). Ademais, Altamira serve às populações de cidades adjacentes ainda mais carentes de recursos e serviços, o que acaba sobrecarregando a rede de serviços públicos existente.

Atualmente, a taxa de fecundidade (filhos por mulher) é de 2,4, sendo 0,42 a porcentagem de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos e 11,64% as mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos. A mortalidade infantil do município é de cerca de 17,27 por mil nascidos vivos, o que se aproxima da média nacional (IBGE, Censo Demográfico 2010).

No que se refere à educação, dados da Secretaria de Educação de Altamira informam para a necessidade de 74 novas escolas. Tal demanda está inserida no Planejamento do Município e visa ser atendida pelo MEC/FNDE, Prefeitura Municipal e Companhia Norte Energia.

⁵⁴ O relatório de Altamira é de autoria e responsabilidade do ICMPD.

⁵⁵ O trabalho de campo realizado no município de Altamira/PA ocorreu entre os dias 12 a 21 de maio de 2014, onde foram entrevistados 26 atores estratégicos de 19 instituições e foi realizado um grupo focal com a participação de quatro funcionárias do Núcleo de Atendimento ao Migrante, projeto financiado pela empresa Norte Energia e executado em parceria com a Secretaria de Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) do município. A principal questão relativa aos dados quantitativos de Altamira é sua imprecisão e defasagem. A exemplo, o Censo 2010 registrou apenas 99.075 habitantes na cidade, e estimou para 2013, cerca de 105.106 mil habitantes. No entanto, esta estimativa não considerou a implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que trouxe para cidade um afluxo de mais de 30 mil trabalhadores, de acordo com dados do próprio consórcio construtor. Como os principais serviços públicos (educação, saúde, segurança etc.) muitas vezes dependem desse tipo de estimativa, o município estaria sendo afetado pela falta de atualização das informações oficiais.

Todavia, o andamento das obras não tem correspondido de maneira suficientemente célere ao acordo pactuado entre os órgãos públicos e o setor privados.

Também foi destacado nas entrevistas AL02 e AL06 o déficit de vagas para creches para crianças de 0 a 3 anos. De acordo com a entrevista AL06, em 2013, da demanda de 196 crianças, somente 33 foram matriculadas. Como não há creches particulares em Altamira, os funcionários que têm crianças com esta idade também recorrem ao serviço público. A entrevistada AL02, por sua vez, indicou que o déficit de creches na cidade seria de 420 vagas por ano.

A porcentagem de crianças fora da escola por faixa etária também aponta para a necessidade de maior atenção às crianças de menor idade. Dentre as crianças de 4 a 5 anos, 29,05% estão fora da escola, ao passo que das de 6 a 14 anos, o número corresponde a 6,87%. Por sua vez, a porcentagem de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza é de cerca de 14,78%.

Nas entrevistas realizadas, a rotatividade dos profissionais de educação foi destacada como problemática. Muitos professores e funcionários estão indo trabalhar nas empresas envolvidas com a construção de Belo Monte, que pagam melhores salários do que a prefeitura. Segundo a percepção de diferentes entrevistados (AL02, AL06) esta questão tem afetado a sustentabilidade dos serviços de educação ofertados pelo município.

No período noturno, a evasão escolar foi descrita como grave, em função dos alunos irem trabalhar na obra e voltarem exaustos para Altamira. Segundo as entrevistas, houve redução nas matrículas do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) urbano, embora no mesmo período tenha havido aumento nas do EJA rural, o que ocorreu em função da implementação do programa Brasil Alfabetizado.

Altamira também conta com um Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) e uma Casa de Saúde Indígena, esta última em precárias condições sanitárias e de atendimento.⁵⁶ O descaso em relação à saúde indígena tem sido alvo recorrente de denúncias por parte de organizações da sociedade civil que atuam na região. De acordo com o Instituto Socioambiental, por exemplo, em 2012, nove em cada dez crianças indígenas das aldeias atingidas por Belo Monte apresentaram diarreia aguda por mais de uma vez (ISA, 2013).

O histórico de ocupação de Altamira é indissociável do contato com os povos indígenas da região. Segundo Eric Macedo (2014), até o início do comércio da borracha, a Volta Grande e o médio Xingu eram habitados por diversos povos indígenas em contato intermitente com os brancos que, aos poucos, já se assentavam no baixo curso do rio. Embora algumas missões jesuítas tenham tentado se instalar sem muito sucesso na região desde o século XVII, foi o es-

⁵⁶ Sobre a precariedade das instalações deste equipamento, conferir denúncias feitas pelo CIMI constantes no sítio <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=gallery&action=gallery&gallery=243>> Acesso em 11/06/2014.

tabelecimento dos seringais que mudou mais drástica e rapidamente os contornos da paisagem humana local:

“A invasão propiciada pela estrada (construída entre Altamira e Vitória do Xingu) intensificou a mortalidade de nativos, acelerada por doenças ou violência, que transformaram em cacos as sociedades indígenas habitantes das margens e ilhas do médio Xingu; algumas foram extintas por completo antes que aparecessem os primeiros relatos de viajantes que passaram pela região no século XIX” (Adalberto, 1977 [1848]; Coudreau, 1977 [1897]; Snethlage, 1913; Nimuendaju, 1948).

Todavia, foi a construção da Transamazônica que acarretou um ciclo de impactos de dimensões mais abrangentes e significativas junto às populações nativas que viviam e vivem na região. Desde então, novos fluxos migratórios têm se dirigido a Altamira, vindos em peso do Nordeste, mas também de outras partes do Brasil, e relacionados a frentes de expansão desenvolvimentistas. Deste modo, a cidade tornou-se o principal centro de comércio e serviços de toda a região do Xingu e a população do município saltou de menos de 15 mil pessoas em 1970 para 45 mil dez anos depois (em 1960, eram 12 mil) (Umbuzeiro, 2012, p.283).

A partir de 2010, com a concessão da licença ambiental prévia da usina de Belo Monte, o crescimento exponencial de Altamira teve continuidade, porém em dimensões quantitativas inéditas. O projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte prevê a construção de uma barragem principal no Rio Xingu, localizada a 40 km abaixo da cidade de Altamira, no Sítio Pimental, formando o Reservatório do Xingu. A partir deste reservatório, parte da água será desviada por um canal de derivação de 20 km de comprimento para um Reservatório Intermediário, localizado a aproximadamente 50 km de Altamira na região cercada pela Volta Grande do Xingu⁵⁷.

Em razão da construção de Belo Monte, a população de Altamira responde a um inchaço significativo nos últimos dois anos. Pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) da Universidade de Campinas (UNICAMP), ainda em andamento, estima um crescimento populacional de 100 para 150 mil.⁵⁸ Segundo atores estratégicos entrevistados, vários dos preparativos para receber essa população migrante foram prometidos, mas não realizados em tempo, de modo que o município está agora com sua capacidade esgotada em termos de leitos hospitalares, vagas escolares, efetivos de segurança etc., criando-se uma situação caótica para todos na cidade. Ainda segundo Moran, também em razão das obras, um contingente de cerca de 20 mil pessoas deverá ser reassentado.

⁵⁷ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Usina_Hidrel%C3%A9trica_de_Belo_Monte> Acessado em 29 de maio de 2015.

⁵⁸ <<http://amazonia.org.br/2014/02/pesquisa-avaliara-os-impactos-socioambientais-de-belo-monte>> Acesso em 29/06/2014. Veja mais informações em: <http://www.bv.fapesp.br/pt/auxilios/82785/processos-sociais-e-ambientais-que-acompanham-a-construcao-da-hidroeletrica-de-belo-monte-altamira-p/>

Embora os dados quantitativos não captem boa parte das transformações advindas da construção da Usina, é neste cenário que a presente pesquisa foi desenvolvida. A descrição dos padrões de mobilidade humana feita a seguir elucida alguns dos impactos decorrentes desta grande migração de trabalhadores, com ênfase na questão do acesso (e falta de acesso) a direitos e serviços públicos básicos.

3.2. Mobilidade Populacional e Migrações - Caracterização da População Transfronteiriça e Migrações

No que se refere à mobilidade humana, a principal situação encontrada em Altamira é a migração (interna principalmente) desordenada de pessoas em razão da construção da usina de Belo Monte. O perfil majoritário desses migrantes é de homens das classes D e E, oriundos dos estados do Maranhão e Piauí. Dados do IBGE (Censo 2010) confirmam a presença de migrantes principalmente de origem nordestina, que contabilizam cerca de 15 mil habitantes.

Também há migrantes de outras partes do Brasil, particularmente aqueles previamente engajados na construção de outros complexos hidrelétricos, como os de Jirau e Santo Antônio, no estado de Rondônia. A qualificação profissional da grande maioria destes migrantes destoa da de um conjunto menor de trabalhadores qualificados contratados para as posições melhor remuneradas e com exigência de formação técnica e/ou superior. Em geral, trata-se de pessoas com baixo grau de instrução, provenientes de zonas urbanas e rurais, e que vêm para Altamira em busca de emprego e melhores oportunidades de vida.

Embora não se tenha precisão acerca do contingente de migrantes na cidade, o IBGE estima um aumento de 7,5% na população do município, entre os anos de 2010 (último Censo) e 2014, enquanto que o aumento da população nacional foi de 3,7%, demonstrando a influência da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte nesse processo migratório. É um afluxo populacional significativo, tendo em vista que boa parte do repasse de recursos do governo federal se baseia na informação de que o município possui aproximadamente 100 mil habitantes. Isto demonstra que a população local encontra-se subestimada, acarretando uma relativa defasagem de serviços públicos.

O impacto do grande afluxo de trabalhadores nos serviços públicos do município é evidente. No que se refere a saúde, por exemplo, Altamira continua cadastrada no SUS como um município de até 105 mil habitantes. Os principais equipamentos de saúde de que a cidade dispõe são o Hospital Municipal São Rafael (baixa e média complexidade), o Hospital Regional da Transamazônica (média e alta complexidade, apenas 95 leitos), além de Postos de Saúde, Centros de Atenção Psicossocial, etc. Destes serviços, o hospital São Rafael é sem dúvida o mais importante, contando com cerca de 55 médicos – o que engloba basicamente todos os especialistas do município (AL07).

De acordo com a entrevista AL07, o município conta atualmente com 12 médicos do Programa Mais Médicos, sendo que dois deles atuam em Castelo dos Sonhos. Os serviços mais demandados atualmente são traumatologia e obstetrícia, o primeiro em decorrência do aumento do tráfego de motos e carros e da precariedade das rodovias e meios de transporte. Os hospitais encontram-se constantemente assoberbados e com falta de leitos e a saúde foi destacada por grande parte dos entrevistados como o problema mais sensível atualmente no município.

Na área educacional, o aumento na demanda por serviços em decorrência do incremento de pessoas residindo na cidade também é apontada como sensível. De acordo com a entrevista AL06, de 2012 para 2013, houve um aumento de 4,4% no número de alunos matriculados, enquanto de 2013 a 2014, o aumento foi de 5,12%. Atualmente, a rede de educação municipal conta com um total de 27 mil alunos matriculados.

Em decorrência do aumento do preço dos aluguéis, os moradores mais pobres de Altamira estão indo morar em bairros periféricos. Como nesses bairros não foram projetadas muitas escolas, houve um acréscimo sensível na demanda por transporte escolar para escolas que se localizam nas proximidades destes novos bairros. No entanto, o repasse que a prefeitura recebe do MEC para transporte escolar continua sendo o mesmo, e o município acaba tendo que desembolsar uma grande quantia para cobrir estes custos. Outra questão é a superlotação de escolas localizadas nas proximidades dos bairros que estão recebendo famílias reassentadas têm apresentado problemas de.

A migração desordenada de pessoas - em conjunto com o despreparo das instituições públicas para receber estes novos trabalhadores - também tem levado ao aumento dos problemas de segurança pública. De acordo com o entrevistado AL04, o índice de criminalidade em Altamira cresceu nos últimos três anos, particularmente no que se refere a roubos, furtos e homicídios. Segundo o entrevistado, também foram sensíveis o aumento do tráfico de entorpecentes, principalmente de crack e cocaína, e do inchaço carcerário na cidade. Há no entanto que se relativizar estas observações tendo em vista que a tendência nacional é a mesma, ou seja, o incremento das estatísticas criminais, cujas razões estão em regra relacionadas à insegurança humana e a defasagem dos indicadores sociais nos municípios no Brasil, não necessariamente à migração.

Reforçando esse argumento, segundo a Polícia Federal, (PF), os crimes mais frequentemente identificados são a ocupação ilegal de terras públicas e os delitos ambientais (AL01). Outros crimes com grande incidência na região destacados pela instituição referem-se à exploração de minérios e garimpos ilegais, o que demonstra que a violência urbana, que nos termos da Escola Sociológica de Chicago seria fruto de processos migratórios, de inchaço populacional e de desenvolvimento sem planejamento, não é o grande problema da segurança pública local.

O trabalho escravo foi salientado pela Polícia Federal (AL01) como um crime cuja incidência se relaciona às regiões de fazenda nas áreas rurais de Altamira. Segundo o entrevistado, as fiscalizações móveis do Ministério do Trabalho e Emprego tem identificado como situações de irregularidades trabalhistas, embora haja casos de ocorrência do crime de redução à condição análoga a de escravo.

Nestes casos, as últimas fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego na região de Altamira apontam para o seguinte número de trabalhadores resgatados por ramo de atuação.

De acordo com informações da Polícia Federal (AL01), antes da construção de Belo Monte, o fluxo migratório de saída de Altamira era bem mais intenso, com muitas pessoas se dirigindo para atividades de garimpo no Suriname. Sobre este fluxo, a questão mais candente à época era a ausência de passaportes por parte dos migrantes. O delegado da instituição comentou nunca ter recebido denúncias de tráfico de pessoas ou crimes correlatos envolvendo a mobilidade dessas pessoas. No entanto, a CPI do Tráfico de Pessoas no Brasil recebeu denúncias de situações de exploração sexual, e possivelmente, de tráfico de pessoas. A exemplo, em fevereiro de 2013, operação conjunta das Polícias Militar e Civil do Pará libertou 14 mulheres, uma adolescente e uma transgênero que eram mantidas em cárcere privado e obrigadas a se prostituir. Segundo as investigações, as vítimas eram levadas de Santa Catarina de van até Altamira, cerca de 4 mil quilômetros de distância. Quando chegavam na boate Xingu, as vítimas eram recebidas por um casal, que colocava as mulheres em quartos precários, alguns com trancas do lado de fora.

Atualmente, todavia, a migração interna para Altamira se tornou o elemento mais significativo. A autoridade da PF (AL01) relacionou estes dois movimentos, salientando que a diminuição da migração de pessoas em direção ao Suriname decorre das oportunidades geradas pela construção da Usina. Por isso, embora os deslocamentos em direção aos garimpos no Suriname ainda ocorram de maneira esparsa, eles deixaram de ser uma preocupação central para a PF.

Sobre a imigração de estrangeiros para Altamira, o delegado da PF informa não ser expressiva em termos quantitativos. De fato, segundo dados do último Censo do IBGE revelam a presença de 81 estrangeiros no município (IBGE, Censo Demográfico 2010) num universo de cerca de 99 mil habitantes.

No que diz respeito às questões trabalhistas, o representante da Vara do Trabalho de Altamira (AL17) destacou que antes da construção da hidrelétrica, 60% a 70% dos processos julgados pelo tribunal resultavam em acordo entre as partes. Atualmente, apenas 10% a 20% desses processos confluem para acordos, o que gera consequentemente um conjunto grande de embargos e sentenças.

Atualmente, as questões mais comuns julgadas são de acidente de trabalho e danos morais e materiais. O representante também destacou a precariedade da atuação de órgãos do governo federal, como o MT (que só tem um Posto Avançado com poucas condições de atendimento ao público) e o INSS (muito lento na questão das perícias), ambos com carência de infra-estrutura e recursos humanos.

Outras duas sérias carências institucionais apontadas pela entrevistada AL02 foram o Ministério Público do Trabalho e a Defensoria Pública da União. De acordo com ela, a construção de um empreendimento do porte de Belo Monte sem a presença destes órgãos compromete a

atenção e o acesso à justiça das vítimas de acidentes de trabalho ou de pessoas removidas para a construção da barragem.

No que se refere à dinâmica de mobilidade gerada pela obra, o aumento dos preços dos aluguéis tem feito com que muitos moradores de Altamira saiam da cidade em busca de novas terras e espaço de moradia, o que tem ocasionado um aumento na questão da grilagem⁵⁹ e apropriação indevida de terras públicas. Segundo a entrevistada AL19, nos projetos de assentamento da região, esta dinâmica tem provocado a invasão de terceiros, com desrespeito à região de reserva legal e às áreas de preservação permanente.

Além dessas invasões serem creditadas ao aumento da migração para a região e à demanda por terra e moradia, a ausência de uma Defensoria Pública⁶⁰ também foi salientada pela entrevistada AL02 como responsável pelo incremento da vulnerabilidade de pessoas que estão sendo deslocadas ou que estão sofrendo a intrusão de terceiros em suas propriedades.

No que se refere à dinâmica de mobilidade indígena, os impactos da construção da barragem têm se mostrado ainda mais preocupantes.

Segundo a entrevistada AL15, antes da construção de Belo Monte, os indígenas não vinham de maneira constante para a cidade de Altamira. Todavia, enquanto política de compensação dos impactos provocados pela obra no município, a empresa Norte Energia tem fornecido determinados bens de consumo, que deverão ser solicitados por listas na própria cidade de Altamira. Isto fez com que as lideranças e outros indígenas passassem a vir para a cidade para fazer o pedido e aguardar sua aprovação, proporcionando um incremento expressivo do fluxo de indígenas na cidade. Dentre os itens mais demandados, estão voadeiras⁶¹ e gasolina.

Faz parte também da política de compensação dos danos causados pela empresa Norte Energia, a construção de casas, escolas, postos de saúde e estradas na região, no entanto, os indígenas se queixam da demora na realização destas obras.⁶²

Segundo Relatório do Instituto Socioambiental, “as mais graves inadimplências estão relacionadas aos povos indígenas. Os programas de prevenção ou diminuição dos impactos relacionados à saúde indígena e à proteção territorial e dos recursos naturais dos índios, por

⁵⁹ Grilagem de terra é venda ilegal de terrenos que pertencem ao poder público ou de propriedade particular com falsificação de documentos de propriedade da área.

⁶⁰ Sobre a Defensoria Pública do estado, não há defensor público permanentemente no município. Há defensores que vem ao município para realizar atendimento uma vez ao mês em sistema de mutirão. Em Janeiro de 2015, no entanto, a Defensoria Pública da União enviou ao município seis defensores públicos e quatro servidores para atuar em favor das famílias que estão negociando a saída de suas casas para dar lugar ao reservatório da usina de Belo Monte. Mais informações em: <http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/defensoria-publica-da-uniao-chega-finalmente-a-altamira-tres-anos-depois-do-inicio-das-obras-de-belo-monte>

⁶¹ A voadeira é uma embarcação movida a motor com estrutura e casco de metal, geralmente utilizada no transporte fluvial e em pescarias.

⁶² Veja por exemplo, no início de 2014, alguns protestos de indígenas registrados pela imprensa: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/02/lider-xikrin-ameaca-funcionarios-da-norte-energia-com-arma-indigena.html> ; <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/02/indios-xikrin-pedem-agilidade-na-concessao-de-beneficios-em-altamira.html>

exemplo, não saíram do papel. Os índices de saúde acompanham o descaso. Em 2012, nove em cada dez crianças indígenas das aldeias atingidas por Belo Monte apresentaram diarreia aguda por mais de uma vez.” (Instituto Socioambiental, 2013).

A Empresa, no entanto, informa ter 28 projetos voltados para comunidades indígenas e ter investido mais de R\$ 200 milhões nas aldeias.⁶³ A Secretaria Municipal de Educação informou durante a missão de pesquisa que das 34 escolas prometidas para os indígenas, nenhuma obra havia sido iniciada.

Na Casa do Índio, que já deveria contar com uma nova sede (prevista nas compensações da construção da hidrelétrica), dormem diariamente 200 pessoas de nove etnias diferentes, num espaço pequeno e precário. Em função dessas condições, muitos indígenas acabam se alojando na Universidade ou ainda na FUNAI.

Outro impacto identificado durante a missão, e em razão do aumento da população, e como consequência o aumento da demanda por recursos naturais na região (como pesca, madeira, alimentos, etc). Isto faz com que pescadores de Altamira passem a frequentar os territórios indígenas e as Reservas Extrativistas (RESEX), provocando reclamações e conflitos.

O Escritório da FUNAI em Altamira não conta com Procuradores Federais, sendo que os Procuradores do INCRA assumem os casos que envolvem direitos dos indígenas.

Ainda segundo a entrevistada AL15, quando começaram as compensações, muitas obras passaram a ser realizadas nas aldeias, o que gerou o aumento do fluxo de trabalhadores para lá. Estes trabalhadores usualmente não têm autorização e termo de compromisso da FUNAI e vão para as aldeias sem vacina e outros cuidados sanitários importantes.

Já o representante do Conselho Indígena Missionário (CIMI) destacou que a vinda mais expressiva de indígenas para a cidade de Altamira tem gerado uma reação muito negativa por parte dos moradores, imprensa e representantes do poder público local, de modo que dificilmente a sociedade altamirense consegue enxergar o índio como vítima dos impactos da construção de Belo Monte. Nesse sentido, foi destacada a necessidade de capacitação de funcionários públicos sobre a complexidade inerente à questão indígena.

⁶³ Veja em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/04/indios-reunem-ibama-funai-mpf-e-norte-energia-em-altamira.html>.

4. Bonfim e Pacaraima (Roraima)

Cintia Yoshihara⁶⁴

4.1. Contexto Local e Caracterização dos Municípios

O município de Bonfim⁶⁵ nasceu de um povoado religioso estadunidense, que surgiu no século XIX. Atualmente, metade da população da sede do município é guianense ou descendente (Prefeitura Municipal de Bonfim, 2015). O município de Bonfim foi criado durante a ditadura militar, pela Lei Federal 7009/1982, por desmembramento do município de Boa Vista. O município de Bonfim, no Estado de Roraima, faz parte da fronteira entre o Brasil e a República da Guiana Inglesa. Bonfim, município do lado brasileiro, e Lethem, cidade do lado guianense, capital do distrito 9 da Guiana, são distantes 7.1 km e ligados por uma ponte sobre o rio Tacutu.

A extensão do município de Bonfim é de 8.095,319 km²; ao norte, faz fronteira com o município de Normandia (Terra Indígena Raposa / Serra do Sol); ao sul, com o município de Caracará; ao oeste, com os municípios de Boa Vista e de Cantá; e ao leste, com Lethem, na República da Guiana (Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima, 2010). Distante 125 km de Boa Vista, liga-se à capital pela BR-401, asfaltada em toda sua extensão, contando com serviço de ônibus e de táxis coletivos para o trajeto. A população, segundo o censo de 2010, é de 10.943 habitantes. Deste total, 4.648 fazem parte das etnias Wapixana e Macuxi.

No município de Bonfim há, aproximadamente, 15 comunidades indígenas, que ocupam 60% do município. Os indígenas guianenses transitam pela fronteira e procuram serviços sociais (saúde, assistência social e educação) na sede do município. Os indígenas originários da Guiana que partem em direção ao Brasil são constituídos, principalmente, pelas seguintes etnias: Macuxi, Patamona, Akawaio e Wapixana. Com seus territórios ao norte, os Macuxi, Patamona e Akawaio percorrem o rio Tacutu ou os rios Cotingo e Maú / Ireng. O município de Bonfim, localizado na porção central do território Wapixana, é o ponto de convergência dessa população. (Prefeitura Municipal de Bonfim, 2015).

A ocupação fundiária desta região ocorreu nas últimas décadas do século XIX, vindo a se consolidar nas primeiras décadas do século XX, tanto em área brasileira, quanto na então

⁶⁴ A autora, responsável pela pesquisa de campo e relatório dos municípios de Bonfim e Pacaraima é Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

⁶⁵ O trabalho de campo realizado no município de Bonfim (RR) ocorreu entre os dias 16 e 22 de fevereiro de 2015. Ressalta-se a importância da Secretaria Estadual do Trabalho e Bem Estar Social - SETRABES para o cumprimento dos objetivos dessa pesquisa, que colaborou com os contatos institucionais e confirmação de entrevistas e visitas no decorrer da missão. Foram contactadas nove instituições governamentais e duas instituições da sociedade civil organizada. Foram, assim, realizadas oito entrevistas e três visitas: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e Conselho Tutelar. A maior dificuldade encontrada na missão foi o contato e agendamento das entrevistas com os atores estratégicos, uma vez que a internet funciona de forma intermitente. Igualmente, o contato telefônico foi difícil.

colônia inglesa. Ambos os processos colonizatórios tiveram como característica comum a pecuária. (Prefeitura Municipal de Bonfim, 2015).

Bonfim teve estimulado seu povoamento e urbanização pelo estabelecimento do Batalhão de Infantaria de Selva, na década de 1960. Apesar de declarada área de livre comércio em 2002, o comércio de Bonfim ainda é de pequena monta e local, não chegando a atrair consumidores externos. (Prefeitura Municipal de Bonfim, 2015). No entanto, o trânsito de mercadorias e, sobretudo, de pessoas na fronteira entre o Brasil e a Guiana é, relativamente, intenso, em função da presença de garimpeiros brasileiros no país vizinho. (Prefeitura Municipal de Bonfim, 2015).

O município de Bonfim faz fronteira com a cidade guianense de Lethem, constituindo uma aglomeração urbana transnacional. As duas cidades encontram-se separadas apenas pelo rio Tacutu, sobre o qual passa a ponte Brasil-Guiana, uma extensão da BR-401 (Prefeitura Municipal de Bonfim, 2015).

O povoado de Lethem foi estabelecido em fins dos anos 1940 e, por muito tempo, constituiu-se como o núcleo urbano que catalisava o mercado regional. Até o início da década de 1980, e dada à dificuldade de comunicação entre Roraima e o restante do mercado amazônico, grande parte do comércio local era suprido por mercadorias de Lethem. No início dos anos 1990, durante a democratização da Guiana, Lethem foi declarada área de livre comércio, condição que vem alterando, drasticamente, a feição econômica e sociológica da pequena cidade: a arquitetura colonial, em madeira, foi destruída, dando lugar a grandes construções em alvenaria, residências ou, na maioria das vezes, grandes galpões de lojas varejistas, embora as ruas continuem sem pavimentação e o saneamento básico seja precário. (Simões & Veras, 2014)

Em relação ao comércio, a maioria dos proprietários das lojas é de chineses ou taiwaneses. O comércio oferece uma ampla gama de produtos chineses de baixa qualidade, de eletrônicos a roupas, visados por consumidores brasileiros, que vão a Lethem, especialmente nos fins de semana. Restaurantes oferecem comida brasileira, alguns deles de propriedade de brasileiros, e em quase todos os estabelecimentos o português é falado ou, pelo menos, compreendido. A cidade de Lethem possui hotéis modestos, pensões e um pequeno aeroporto, hoje bastante movimentado em seu único vôo diário para Georgetown. Lethem conta com um hospital com vinte leitos, para intervenções de baixa complexidade. Há, ainda, na cidade, um consulado brasileiro.

A integração institucional entre Bonfim e Lethem acontece principalmente nos serviços de saúde, em que há colaboração constante da rede brasileira apoiando o serviço de saúde em Lethem. Esta cooperação acontece como um acordo informal entre as Secretarias de Saúde de Bonfim e de Lethem. A saúde guianense enfrenta graves problemas devido ao isolamento geográfico e precariedade dos serviços. O trânsito de

ambulâncias é feito a qualquer hora do dia, única exceção para o fechamento da ponte após as dez horas da noite.

A história do município de Pacaraima⁶⁶ está ligada à demarcação da fronteira com a Venezuela pelo Exército Brasileiro, originando-se em torno do marco conhecido como BV-8, portal de entrada para o Brasil a partir daquele país. No entanto, a colonização intensificar-se-ia com a farta chegada de brasileiros, principalmente oriundos da Região Nordeste, atraídos pelo sonho do enriquecimento fácil com o garimpo. A livre mobilidade interfronteiriça tornou necessário oficializar a demarcação e o resguardo daquela fronteira. Antes conhecida como Vila Pacaraima, ou simplesmente BV-8, adotando-se o nome do marco, a vila era parte do então Território Federal de Roraima, atual Estado de Roraima.

O município de Pacaraima foi criado pela Lei Estadual 96 de 17.10.1995, por desmembramento do município de Boa Vista, e, efetivamente, instalado em 1997 (www.ibge.gov.br). Está localizado no extremo nordeste de Roraima. Sua área é de 8.062,45 km², tendo por limites sul o município de Boa Vista; leste, os municípios de Normandia e Uiramutã (Terra Indígena Raposa/Serra do Sol); oeste, Amajari, e norte, Santa Elena do Uairén, na República Bolivariana da Venezuela. A distância entre Boa Vista e Pacaraima é de 220 km, pela rodovia BR-174.

O desenho da cidade (sede) é desordenado, com problemas de infra-estrutura, como por exemplo falta de saneamento básico (Neto, 2005). Possui várias pequenas lojas de roupas, souvenirs e mercearias na avenida principal (Pacaraima foi declarada área de livre comércio em 2009), que é continuação da BR-174, e em duas ruas transversais.

A população do município, segundo o censo de 2012 (IBGE), é de 11.423 habitantes, sendo 4.514 em área urbana e 5.919 em área rural. Desses que habitam a área rural, 5.785 são índios Macuxis, Taurepangs e Wapixanas. Os Taurepangs ocupam a área no alto rio Surumu, já nos limites com a Venezuela, próximo à sede do Município de Pacaraima. Em algumas áreas do município, os índios Macuxis, Taurepangs e Wapixanas vivem em conjunto. (Rodrigues, 2007)

A economia do núcleo urbano assenta-se, assim, no pequeno comércio e no serviço público.

O município de Pacaraima está localizado na fronteira do Brasil com a Venezuela. É a porta norte de entrada rodoviária do Brasil. Por uma rodovia asfaltada, BR 174, Pacaraima está ligado ao resto do Estado e em especial à Boa Vista. Serve também de ponto de apoio para os turistas brasileiros que utilizam a rodovia para suas viagens ao Caribe.

⁶⁶ O trabalho de campo realizado no município de Pacaraima (RR) ocorreu entre os dias 10 e 15 de fevereiro de 2015. Ressalta-se a importância da Secretaria Estadual do Trabalho e Bem Estar Social - SETRABES para o cumprimento dos objetivos dessa pesquisa que colaborou com os contatos institucionais e confirmação de entrevistas e visitas no decorrer da missão. Foram contatadas nove instituições governamentais e duas instituições da sociedade civil organizada, sendo realizadas onze entrevistas e dois grupos focais, com a participação de nove atores estratégicos no total. Foram visitadas três instituições governamentais que realizam atendimento a pessoas vulneráveis (Centro de Referência da Assistência Social, Centro de Referência Especializado da Assistência Social e Conselho Tutelar). A maior dificuldade encontrada na missão foi o contato e agendamento das entrevistas com os atores estratégicos, uma vez que a internet funciona de forma intermitente e o contato telefônico foi também bastante difícil.

A cidade gêmea de Santa Elena de Uairén, Estado Bolívar, Venezuela, fica a 15 km de Pacaraima, sendo a fronteira internacional acessível a pé. Santa Elena de Uairém é portanto referência para os turistas que vêm do Brasil e de vários outros países, para incursões ao Parque Nacional de Kanaima, uma reserva natural e área de turismo ecológico. A cidade conta com boa rede hoteleira e resorts na região circundante. É área de livre comércio, com grande predominância de lojistas chineses; seus principais consumidores seriam os brasileiros, vindos de Boa Vista (RR) e Manaus (AM) que ali aparecem em grande número.

4.2. Mobilidade Populacional e Migrações - Caracterização da População Transfronteiriça e Migração Internacional

4.2.1. Lethem, Bonfim e Boa Vista

No que diz respeito a mobilidade humana nestes municípios, os brasileiros se deslocam para a Guiana para trabalhar, notadamente, como garimpeiros, mas também como vendedores e atendentes em estabelecimentos comerciais, cozinheiras, ou taxistas (Lourenço, 2012). O movimento de garimpeiros brasileiros em direção à Guiana tem dados inestimados, porém é notável, em seu escopo e frequência. A grande maioria dos garimpeiros que, hoje, transita por Bonfim, é natural dos estados amazônicos e do nordeste do Brasil, em particular do Estado do Maranhão. Alguns entrevistados chegam a estimar a presença de, aproximadamente, seis mil brasileiros nos garimpos do país vizinho.⁶⁷ O termo trânsito deve ser tomado, literalmente, nesse contexto, uma vez que, chegados, via de regra de ônibus, ao terminal rodoviário de Boa Vista, os garimpeiros, imediatamente, se dirigem, também de ônibus, a Bonfim. Não permanecem em Bonfim, já que no pequeno terminal rodoviário da cidade os aguardam taxis e mini-vans, levando-os diretamente à ponte, já na cidade contígua de Lethem, na Guiana. Nesta última localidade, parte dos garimpeiros utilizam uma pequena – porém, mais ativa, em comparação a Bonfim – rede de hotéis e pensões, enquanto aguardam os vôos diários que saem do pequeno aeroporto. Em Lethem, é possível, também, obter passagens aéreas para Paramaribo, no Suriname. Nesse sentido, a Guiana é, de fato, também uma passagem utilizada pelos garimpeiros brasileiros para chegar ao Suriname. (BO01, BO03)

Segundo os relatos de entrevistados, os garimpeiros também são levados por grupos que facilitam a entrada deles em barcos, por mar, até a Guiana, de onde se dirigem aos garimpos nos rios Potaro e Mazaruni. Pode-se supor, dado o alto custo do transporte, que a garimpagem opera, na maioria das vezes, por recrutamento (voltaremos a esse ponto adiante). Os atores estratégicos não sabem precisar a localização dos garimpos. (BO01, BO03).

No que diz respeito aos outros trabalhadores, ainda de acordo com a Prefeitura Municipal de Bonfim (BO01), os brasileiros que trabalham em Lethem nas lojas do comércio são explorados, submetendo-se, muitas vezes, a jornadas exaustivas de 14 horas diárias.

Em relação a situações de violações de direito, o tráfico de pessoas e a exploração sexual de adolescentes são as mais preocupantes. De acordo com a Prefeitura Municipal de Bonfim (BO01), Conselho Tutelar (BO03) e Secretaria Municipal de Educação (BO06), as adolescentes do sexo feminino da cidade vão para a Guiana para trocarem sexo por dinheiro e drogas.

⁶⁷ Deve-se observar que a garimpagem semi-mecanizada, implementada pela iniciativa privada, é legalizada na Guiana, onde ocorre a extração de ouro e diamantes. (Prefeitura de Bonfim BO01, Conselho Tutelar BO03).

Em Lethem, há casas de diversão noturna e, por isso, as jovens se dirigem para lá nos finais de semana, diferentemente de Bonfim que não possui alguma.

O Conselho Tutelar de Bonfim (BO03) relatou um caso (possivelmente em 2012 ou 2013; o interlocutor não conseguiu precisar a data) no qual uma adolescente denunciava a mãe e o padrasto de aliciamento, transporte e exploração de adolescentes do sexo feminino e mulheres brasileiras nas regiões garimpeiras na Guiana. As vítimas eram, na maioria das vezes, originárias de Manaus e de Boa Vista. O Conselho Tutelar levou o caso para o Ministério Público Federal, mas o processo foi remetido à Polícia Civil. Por precaução, o delegado da Polícia Civil de Bonfim pediu ajuda ao Conselho Tutelar, já que havia risco à segurança da adolescente, pois o padrasto era conhecido na cidade. A adolescente foi enviada para Boa Vista aos cuidados da Secretaria Estadual do Trabalho e Bem Estar Social e depois não foi mais localizada.

Segundo os entrevistados, eles acreditam que haja tráfico de pessoas, principalmente de mulheres e de adolescentes do sexo feminino, com fins de exploração sexual nas áreas de garimpo. Bonfim seria um local de passagem para estas pessoas e não o destino final, tampouco o de origem, que, neste caso, aponta Boa Vista como origem. (BO01, BO03, BO06)

A Prefeitura Municipal de Bonfim (BO01), Conselho Tutelar (BO03), CRAS (BO04) e Secretaria Municipal de Educação (BO06) relataram ainda, o uso abusivo de drogas por crianças e adolescentes indígenas (8 a 12 anos), que, para financiar o vício de entorpecentes, são aliciados como “aviãozinhos” para a venda de drogas nas escolas de Bonfim. E, no verão, quando o rio seca e pode ser atravessado a pé, adolescentes brasileiros são usados como mulas pela rede de tráfico de drogas.

Já no que diz respeito a mobilidade/migração de Lethem para Bonfim, os atores estratégicos informaram que os guianenses atravessam a fronteira para utilizar os serviços de atenção básica da saúde em Bonfim. Muitos guianenses moram em Bonfim, onde há disponibilidade de terrenos a serem ocupados, assim eles registram o terreno para obter a cidadania brasileira e ter acesso a benefícios governamentais, principalmente ao bolsa família. Como toda cidade gêmea, a interação familiar é bastante intensa devido aos casamentos entre pessoas dos dois países, uso do comércio e serviços públicos, principalmente do lado brasileiro.

Na área da saúde, as mulheres guianenses vêm ao Brasil para o nascimento de seus filhos. (BO01). Há mais guianenses em Bonfim do que brasileiros em Lethem, e, segundo Pereira (2006), 70% dos moradores do município de Bonfim é de origem guianense. A Prefeitura Municipal de Bonfim (BO01) relatou que acredita que a maioria (não soube precisar) de seus moradores sejam guianenses e que falam inglês.

Quanto ao itinerário Lethem – Boa Vista, a Prefeitura Municipal de Bonfim (BO01) relatou que os guianenses que migram para Boa Vista em busca de melhores condições de vida

moram em invasões ou em comunidades carentes. Essa informação é corroborada por Santos (2014) ao relatar que os guianenses se dirigem a Boa Vista em busca de serviços públicos de saúde e de educação. De acordo com Rost (2008), as mulheres da Guiana migram para Boa Vista para trabalhar em serviços domésticos e/ou de baixa qualificação exigida (ex.: empregadas domésticas, babás, ambulantes, diaristas e catadoras de lixo). Corroborando com esse dado, Santos (2014) relatou que os migrantes guianenses se direcionam a Boa Vista em busca de empregos cuja qualificação educacional exigida é baixa, considerando que não possuem elevado grau educacional.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Bonfim (BO01), essa migração não aparenta ser organizada por algum grupo, pois não há exploração laboral ou sexual dos referidos migrantes guianenses.

4.2.2. Pacaraima e Santa Elena do Uairén

A integração entre Santa Elena do Uairén e Pacaraima, bem como Boa Vista, é alta e notável, principalmente na saúde. De acordo com Vasconcelos (2013), a localização geográfica de Santa Elena do Uairén (700 km da capital) faz com que haja o deslocamento de pessoas que habitam as regiões de garimpo para acessar os serviços de saúde. É comum que mulheres venezuelanas escolham por realizar seus partos em Boa Vista, como estratégia de garantir a dupla nacionalidade para seus filhos. Mas há o fluxo contrário, o deslocamento de brasileiros para o lado venezuelano em busca de tratamentos odontológicos, oftalmológicos e estéticos privados, em razão da desvalorização cambial da moeda venezuelana diante da brasileira.

Na educação, as escolas de Pacaraima abrigam um grande número de alunos brasileiros e venezuelanos, esses na sua maioria residem em Santa Elena de Uairén, e são brasileiros, filhos de brasileiros; venezuelanos, filhos de venezuelanos; ou ainda, filhos de brasileiros e venezuelanos, que têm, na maioria das vezes, dupla nacionalidade. Os alunos de Santa Elena de Uairén são beneficiados pelo transporte escolar gratuito, que serve a escolas de Pacaraima, realizando diariamente o trajeto de uma cidade para outra, nos três turnos. (Braz, 2010)

Em Santa Elena do Uairén, a economia gira em torno do comércio, no qual se pode adquirir produtos industrializados a baixo custo. Muitos brasileiros cruzam a fronteira com a Venezuela para trabalhar como vendedores ou são proprietários de lojas na cidade. Por fim, em função do câmbio atual e da maior oferta de produtos, Santa Elena tem sido o polo abastecedor de Pacaraima, atraindo os consumidores de Boa Vista e Manaus (Vasconcelos, 2013). Contudo há uma lei venezuelana que proíbe a compra de itens da cesta básica por brasileiros, mas isso não é impeditivo para que os brasileiros comprem mercadorias venezuelanas.

O trânsito entre Pacaraima e Santa Elena é feito normalmente em carro particular, taxi ou ônibus. Além do comércio, o turismo também atrai pessoas à Venezuela que, normalmente, saem do Brasil por Pacaraima. Os turistas se dirigem ao Monte Roraima ou ao litoral venezuelano. Os turistas que vão ao Monte Roraima encontram o acesso pelo lado brasileiro em melhores condições e, segundo a Polícia Federal (PA08), a maioria desses turistas são europeus.

A partir de Santa Elena, pode-se pegar um vôo para Porto Ordaz ou Margarita que são cidades litorâneas turísticas. Por via terrestre, são 800 km até o litoral, contando, aproximadamente, com 20 pontos de verificação de segurança (comandado pelo exército venezuelano), segundo o Consejo de Protección del Niño y del Adolescente de Santa Elena do Uairén (PA09). O acesso a cidades, depois de Santa Elena, somente é liberado pelas autoridades locais com a apresentação de visto.

De acordo com os entrevistados da Prefeitura Municipal de Pacaraima (PA01) e da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social (PA04), ainda existem garimpos ilegais. O governo venezuelano (exército) está regularizando os garimpos, pois muitos estão localizados nos leitos dos rios, prejudicando a captação de água para as cidades. Os garimpeiros são oriundos de Roraima, trabalham nos garimpos venezuelanos e dentro das reservas indígenas. Os garimpeiros brasileiros se dirigem com frequência a Pacaraima para buscar tratamento para a Leishmaniose e Malária, segundo o Hospital Municipal (PA02).

Em relação à população indígena, esta constitui mais de 50% da população municipal, enquanto a média estadual é de aproximadamente 15% (IBGE, 2002). Os indígenas venezuelanos transitam pela fronteira, se movimentam em direção ao Brasil para conseguirem a cidadania brasileira e, assim, buscar benefícios do governo brasileiro (bolsa família, aposentadoria, benefício de prestação continuada).

Sobre a entrada de estrangeiros no Brasil por Pacaraima, os venezuelanos são a grande maioria, seguidos dos colombianos, cujo objetivo é o turismo, segundo a Polícia Federal (PA08). Há pedidos de permanência de venezuelanos (3 ou 4 por mês) na sua maioria, mas também de colombianos, baseados em nascimento de filhos em território brasileiro, casamento com brasileiros(as) e por motivos de estudos (PA08).

De acordo com a Polícia Federal de Pacaraima (PA09), houve, em 2014, 20 pedidos de refúgio realizados por haitianos e quatro bengalis. Todos seguiram viagem em direção a Boa Vista e a Manaus, sendo que a Polícia Federal em Pacaraima (PA08) não acompanhou os processos e, por isso, não soube informar onde se encontram essas pessoas atualmente. A Prefeitura Municipal de Pacaraima informou que entre junho e dezembro de 2014 recebeu “africanos” (não souberam informar a nacionalidade, mas informaram que eram negros), que chegaram pela Venezuela e se dirigiram para Boa Vista.

Entre as violações de direitos encontradas, a mais citada pelos entrevistados foi a exploração do trabalho de mulheres brasileiras no mercado de sexo e de exploração sexual de adolescentes do sexo feminino em solo venezuelano. A maioria dos entrevistados, Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social do Estado de Roraima (PA01), CREAS (PA06), Conselho Tutelar (PA07), *Consejo de Protección del Niño e Adolescente* (PA09), Comitê Estadual de Enfrentamento ao Abuso, Exploração e Tráfico de Pessoas para fins Sexuais do Estado de Roraima (PA10) e Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa LGBT (PA11) afirmou que as mulheres e adolescentes cruzam a fronteira para a Venezuela a partir de Pacaraima para serem exploradas, principalmente, no litoral do país, onde o mercado do sexo é explorado pela presença de turistas que são potenciais clientes. Os entrevistados, acima citados, ressaltam que ainda há a exploração desse público nas áreas de garimpo, mas em menor número que no litoral. A maioria das vítimas é originária de Boa Vista ou Manaus; raramente são da cidade de Pacaraima e são transportadas em vans ou táxi que atravessam para o município de Santa Elena.

O CREAS (PA06) relatou, em particular, um caso de tráfico de pessoas atendido em 2008. Como houve uma mudança recente da coordenação da instituição, a nova coordenadora do CREAS não soube informar muitos detalhes. A vítima havia fugido do garimpo e buscado refúgio no CREAS. O caso foi encaminhado à Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social do Estado de Roraima devido às ameaças de morte a membros da equipe que a instituição recebeu por atender essa vítima.

De acordo com a Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social do Estado de Roraima (PA01), o CREAS (PA06), o Conselho Tutelar (PA07) e o *Consejo de Protección del Niño del Adolescente (PA09)*, existe o tráfico de pessoas com fins de exploração sexual no Estado de Roraima, sendo Pacaraima rota para a Venezuela. As principais vítimas são mulheres e adolescentes do sexo feminino originárias de Boa Vista, do interior do Estado e de Manaus, e tem como destino as praias da Venezuela e os garimpos. Os criminosos se aproveitariam, de acordo com os entrevistados, da pouca ou quase nenhuma fiscalização existente na fronteira formal (postos de fiscalização brasileiro e venezuelano), mas também atravessariam a fronteira por estradas vicinais improvisadas. O *Consejo de Protección del Niño del Adolescente (PA09)* relatou que para se chegar ao litoral venezuelano desde Santa Elena de Uairén é necessário percorrer 800 km de via terrestre e atravessar mais de 20 pontos de verificação de segurança gerido pelo exército do país. Relatou, igualmente que se não houvesse um grupo organizado para o tráfico dessas mulheres e adolescentes, não seria possível passar despercebido pelos pontos de segurança. E, mesmo para se chegar ao garimpo, é necessário passar pelas barreiras do exército venezuelano e essas vítimas seriam identificadas, o que não ocorre.

Sobre a exploração sexual de crianças e de adolescentes no município, principalmente de indígenas, a Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social do Estado de Roraima (PA01), CREAS (PA06) e Conselho Tutelar (PA07) relataram que acreditam que existam casos, mas que não são fáceis de serem flagrados pelas autoridades. Relataram que a exploração acontece ao longo da Rodovia BR 174, principalmente por caminhoneiros que fazem o contrabando de gasolina venezuelana. De acordo com o relato do CREAS, há dois casos de exploração sexual de adolescentes do sexo feminino (15 e 16 anos) sendo atendidos no município.

Nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, de acordo com o CREAS (PA06) e o Conselho Tutelar (PA07), a maioria dos casos existentes são de crianças e de adolescentes indígenas no quais o violador é membro da própria família da vítima (irmão, tio, padrasto, pai). Há grande dificuldade em identificar esses casos, pois não é permitido abordar questões sexuais nas visitas em que agentes de saúde, de assistência social ou do Conselho Tutelar fazem às aldeias. Essa proibição ocorre porque as lideranças indígenas acreditam que a questão da sexualidade é privada e não deve ser discutida por pessoas de fora da comunidade indígena.

Os relatos do CREAS (PA06), do Conselho Tutelar (PA07) e do *Consejo* de Protección del *Niño del Adolescente* (PA09) apontaram que os adolescentes são usados como mulas pela rede de tráfico de drogas, principalmente aqueles que moram na Venezuela e estudam em Paracaima.

A população indígena foi apontada como vulnerável por todos os entrevistados, pois os adultos apresentavam altos índices de uso abusivo de álcool e de drogas. As crianças e adolescentes indígenas, segundo o CREAS (PA06) e o Conselho Tutelar (PA07), eram as principais vítimas de abuso sexual, exploração sexual e violência física.

5. Mobilidade e Migrações no Arco Norte – Resumo dos principais achados

O trabalho de campo realizado evidenciou a existência de migração internacional e outras formas de mobilidade humana entre as populações das cidades acreanas de Assis Brasil, Epitaciolândia e Brasiléia e os países fronteiriços Peru e Bolívia.

Na cidade de Assis Brasil circulam diariamente vários cidadãos e famílias peruanas que recorrem aos serviços de saúde, educação e exploram o pequeno comércio local em barracas, vendendo artesanatos e produtos hortifrutigranjeiros. A integração entre os brasileiros e os peruanos é expressiva e singular, está além de interesses econômicos, há um intercâmbio e uma interação sociocultural, não só entre os cidadãos, mas também entre os governos locais.

Na cidade de Brasiléia e Epitaciolândia há pouca circulação de Bolívianos e na maioria das vezes, ela se dá quando eles estão buscando acessar os serviços de saúde, educação, assistência social ou explorar de modo discreto o comércio local, vendendo artesanatos e produtos importados, principalmente nas feiras locais.

A circulação de brasileiros, predominantemente acreanos, é intensa na cidade de Cobija, principalmente para fazer compras na Zona Franca local. Além disso, de acordo com o Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP), no ano de 2012, havia aproximadamente 20.000⁶⁸ brasileiros estudando nos cursos de medicina, nas diversas cidades da Bolívia, inclusive em Cobija.

A geografia da fronteira entre os países favorece a mobilidade humana da população das cidades e não foi destacado, pelos atores estratégicos entrevistados, nenhuma restrição da circulação imposta pelas autoridades locais, tampouco dos agentes policiais que atuam nas duas alfândegas.

Algumas entrevistas foram significativas, e em alguma medida, expressam o sentimento contrário da população em relação aos migrantes internacionais. Nas falas dos atores estratégicos da Segurança Pública, está presente a necessidade de ser implementada uma política de controle rigoroso nas fronteiras para fiscalizar as migrações internacionais e o tráfico de drogas. Um representante do Ministério Público argumentou que o estado deveria investir mais nos seus cidadãos em detrimento dos migrantes, e um dos atores estratégicos da Delegacia da Polícia Federal (EP06) expressou que o Governo Brasileiro adotou uma posição paternalista com os migrantes, que inclusive vem concedendo benefícios em forma de pecúnia aos mesmos, como o Programa Bolsa Família concede às famílias brasileiras, demonstrando, relativamente o preconceito em relação aos migrantes internacionais.

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=636>>. Acesso em: 25 de novembro de 2014.

A exploração sexual e o tráfico de pessoas para fins sexuais envolvendo adolescentes foram destacadas pelos atores estratégicos da Assistência e Segurança Pública. Essas informações sobre a exploração sexual e o tráfico de pessoas envolvendo adolescentes, inclusive indígenas, na fronteira de Assis Brasil e Iñapari são recorrentes e sua gravidade já foi apontada na Pesquisa ENAFRON (Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, 2013). Nas cidades de Brasília e Eпитaciolândia, também foram identificadas situações que envolvem exploração sexual de adolescentes na cidade Boliviana de Cobija.

Os entrevistados da Segurança Pública alegam limite estrutural e de efetivo para reprimir os crimes de fronteira. Os entrevistados da Assistência, por sua vez, alegam a invisibilidade das vítimas. E nesse caminho, com a imobilização da rede de Assistência e da Segurança Pública, não se consegue avançar no estabelecimento de estratégias articuladas para o enfrentamento da exploração sexual e tráfico de pessoas.

O desafio de tratar esse problema nas cidades acreanas é resultante da dificuldade da rede em estabelecer trabalho integrado, focado na promoção e proteção de direitos aos adolescentes e na repressão às redes criminosas. Por outro lado, é evidente que prevalecem na comunidade local as visões machistas e preconceituosas com relação a moral sexual, cuja tendência é culpabilizar a vítima pela violência sofrida, eximindo o poder público de implementar políticas públicas comprometidas com a cidadania das adolescentes e suas famílias.

A participação de adolescentes do sexo masculino na rede de tráfico de drogas foi relatada pelos atores estratégicos da Segurança Pública e da Assistência como um problema comum aos três municípios acreanos. O tráfico de drogas é a maior preocupação apresentada pelos atores estratégicos da Segurança Pública. Para eles, o maior desafio é fiscalizar a fronteira do Brasil com o Peru e a Bolívia, para coibir a entrada de drogas, evitando dessa forma a ocorrência dos crimes a ela relacionados.

Nesse sentido, foi observada a grande capacidade dos atores estratégicos da Segurança Pública em estabelecer parceria com as polícias do Peru e da Bolívia para o enfrentamento da rede criminosa do tráfico de drogas existente nas fronteiras.

Quanto as migrações internacionais, as cidades de Assis Brasil, Brasília e Eпитaciolândia são definitivamente corredores de passagem para a migração internacional, não há mais migrante se instalando nas referidas cidades ou acessando seus respectivos serviços públicos. O destino do migrante, quando entra no Brasil é chegar ao abrigo de Rio Branco, visando regularizar a sua permanência no país e seguir para a cidade de São Paulo.

Em decorrência da ausência de uma estratégia que viabilize o traslado dos migrantes ao abrigo, tem ocorrido exploração econômica por parte de alguns taxistas, que cobram preços exorbitantes no trajeto de Assis Brasil à Eпитaciolândia e de Eпитaciolândia até Rio Branco. Também há de se considerar que a ausência de um serviço de acolhimento e de orientação

aos migrantes na cidade de Assis Brasil, os expõem à situações de vulnerabilidade, como essa citada.

Não foi identificada migração indocumentada, porém a Polícia Federal acredita que ela exista, face à não fiscalização na alfândega no período noturno. Entretanto, há de se considerar que, além de todos os migrantes serem recepcionados no abrigo, eles recebem apoio dos órgãos estaduais e federais para regularizar os vistos de permanência e para o traslado à São Paulo. A SEDES e a SEJUDH informaram que só viajam aqueles que têm a documentação regularizada. Dessa maneira, não há razão aparente para que eles entrem no país de forma indocumentada, fato que os deixariam sem apoio e desprotegidos.

O fato mais complexo observado na missão foi a migração de crianças e adolescentes, em especial haitianas, sem documentação e na companhia de adultos que legalmente não são seus responsáveis. No entanto, o fluxo estabelecido pelos órgãos locais, coordenado pelo Ministério Público e Juizado da Infância e Juventude, têm garantido o cumprimento da legislação. Nesse sentido, as crianças e os adolescentes viajam somente com autorização judicial e a guarda provisória concedida ao adulto que comprove responsabilidade sobre elas.

Indo um pouco mais para o Norte, o trabalho de campo realizado evidenciou a existência de migração internacional ou outras formas de mobilidade humana, entre a população da cidade de Oiapoque e os países fronteiriços, Guiana Francesa e República do Suriname. A geografia da fronteira entre os países, favorece a mobilidade humana e de acordo com os entrevistados, assim que a Ponte Binacional for liberada, a circulação entre as populações tende a aumentar

Na cidade de Oiapoque, circulam diariamente vários cidadãos e famílias guianeses que recorrem aos serviços de hotelaria, restaurantes e ao restrito comércio local. A integração entre os brasileiros e os guianeses é intensa, e a cidade, mesmo tendo uma infraestrutura limitada, procura criar mecanismos para incentivar e manter essa circulação, tendo em vista a entrada de recursos financeiros que geram renda e trabalho aos municípios brasileiros.

Por outro lado, a circulação dos brasileiros na Guiana Francesa é restrita. Os atores estratégicos da segurança pública e da assistência afirmaram que a delimitação de três quarteirões para a mobilidade em São Jorge de Oiapoque, gera desconforto. Foram descritos inúmeros casos de extradição, praticados em alguns casos de forma violenta pela polícia da Guiana Francesa, em relação aos brasileiros.

A escassez de políticas sociais e a intensa circulação de guianeses na cidade potencializaram a organização do mercado do sexo de mulheres e a exploração sexual de adolescentes, em Oiapoque. No trabalho de campo, observou-se a grande movimentação nos bares e boates, principalmente de mulheres jovens e adolescentes, à procura de clientes, preferencialmente

guianeses cujos programas são pagos em euros. Além disso, alguns hotéis da cidade promovem encontros de mulheres com clientes guianeses e brasileiros. Nesse sentido os proprietários e funcionários de bares e hotéis agenciam e/ou articulam programas para os seus clientes ou ainda, identificam clientes potenciais informando as mulheres, que surgem repentinamente para tentar acordar programas sexuais. Também foi observada a grande circulação de veículos de taxistas, chegando e saindo com as mulheres, seja levando-as ou buscando-as dos programas nos referidos estabelecimentos comerciais. Os atores estratégicos da assistência e da segurança pública afirmaram que há clientes brasileiros e guianeses.

Não foi identificada nenhuma ação específica de proteção a essas adolescentes, a não ser os atendimentos psicossociais realizados pelos CREAS, quando as mesmas procuram o serviço. A visão dos órgãos Assistência em relação a exploração sexual não contribui para o estabelecimento de estratégias de atendimento as adolescentes, pois foram recorrentes as afirmações, machistas e sexistas, que as responsabilizam pela violação de direitos vivenciada, justificando a exploração sexual de adolescentes como um problema cultural, inerente à sexualidade precoce das meninas da região norte. Quando não, culpabilizam suas famílias, alegando que as mesmas estimulam a inserção das adolescentes na exploração sexual. Nesse sentido, não há uma compreensão dos atores estratégicos do conjunto de fatores econômicos, sociais e culturais que determinam a eclosão do fenômeno.

No que diz respeito ao tráfico de pessoas, a Polícia Federal informou que não há ocorrência desse fato na fronteira, no entanto, afirmou que segue investigando, tendo inclusive relatado a dificuldade em identificar casos que possam caracterizar o tráfico de pessoas. Outro fato que colabora para a falta de evidência do tráfico de pessoas na cidade, relaciona-se com a dificuldade dos atores estratégicos em conceituarem essa atividade ilegal as situações que ocorrem no local. Mesmo não havendo por parte dos atores estratégicos a afirmativa da ocorrência do tráfico de pessoas em Oiapoque, seus relatos indicam a pratica do crime nas situações de exploração sexual das adolescentes, das mulheres no comércio do sexo em Caiena, homens trabalhadores e mulheres profissionais do sexo nos garimpos clandestinos.

Foi verificada a existência de um fluxo migratório legal de haitianos à Guiana Francesa pela fronteira brasileira de Oiapoque, mas de acordo com a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, ele está em declínio.

A migração indocumentada, de brasileiros para os garimpos da Guiana Francesa e em menor escala para a República do Suriname, é um fluxo contínuo e intenso descrito pelos atores estratégicos da Segurança Pública, sendo inclusive, objeto de investigação e de atuações da Polícia Civil sobre “coiotes”, que ao transportarem os(as) trabalhadores(as) aos garimpos clandestinos dos países vizinhos, estão cometendo o crime de contrabando de migrantes. No entanto, a falta de referência conceitual sobre o contrabando de migrantes vem acarretando na naturalização do problema e na responsabilização e criminalização das vítimas. Também

foi identificada a migração indocumentada de mulheres para o exercício da prostituição nos garimpos clandestinos, mas não foi relatada a presença de adolescentes nesses locais.

Ainda no estado do Amapá, em Laranjal do Jari, os dados coletados não evidenciaram a existência de um fluxo migratório entre as fronteiras. Não houve relatos significativos dos atores estratégicos entrevistados, sobre a ocorrência de migração ou circulação de estrangeiros provenientes dos países limítrofes, Suriname e Guiana Francesa, na cidade de Laranjal do Jari. Em relação à migração de brasileiros para os respectivos países, foram relatadas poucas ocorrências.

No entanto, foi constatada uma intensa migração interna correspondente de trabalhadores oriundos da região do Nordeste, em especial do Maranhão, que se deslocam para Laranjal do Jari em busca de emprego nos empreendimentos locais. Também foi constatada uma intensa mobilidade populacional entre a cidade de Laranjal do Jari e o distrito de Monte Dourado da cidade de Almeirim/PA para busca de serviços.

Da mesma forma, o município não fronteiriço de Altamira, no estado do Pará. A Construção recente da Usina Hidrelétrica de Belo Monte tem atraído um fluxo de trabalhadores, oriundos principalmente dos estados do Nordeste, identificando-se um intenso processo de migração interna.

Os problemas decorrentes dessa migração interna sem um planejamento e preparação para a recepção desses trabalhadores são, no entanto, parecidos com os problemas que decorrem dos processos de migração internacional sem governança.

O impacto do grande afluxo de trabalhadores nos serviços públicos do município é evidente. A migração desordenada de pessoas - em conjunto com o despreparo das instituições públicas para receber estes novos trabalhadores - também tem levado ao aumento dos problemas de segurança pública. Antes da construção de Belo Monte, o fluxo migratório de saída de Altamira era bem mais intenso, com muitas pessoas se dirigindo para atividades de garimpo no Suriname.

Apesar de vítimas de tráfico de pessoas terem sido resgatadas no município em 2013, os atores estratégicos informam não ser um problema da região. Mas o trabalho escravo foi salientado como um crime cuja incidência se relaciona às regiões de fazenda nas áreas rurais de Altamira.

Já no estado de Roraima, nos municípios de Bomfim e Pacaraima, o trabalho de campo realizado evidenciou a existência de mobilidade humana característica de cidades gêmeas entre a população da cidade de Bonfim e de Lethem (Guiana) e entre as cidades de Pacaraima e de Santa Elena de Uairén (Venezuela). Foi identificada a presença de interações contínuas caracterizadas por fluxos transfronteiriços intensos, vinculados ao trabalho, a

terra, aos recursos naturais, ao capital e aos serviços, mobilidade esta que não necessariamente caracteriza a migração internacional.

É muito comum encontrar guianenses em Bonfim e brasileiros em Lethem. Os guianenses, na grande maioria das vezes, estão em solo brasileiro com o objetivo de utilizar serviços de saúde e de educação ofertados pelo município. Já os brasileiros, adentram a Venezuela para se beneficiar do comércio de Lethem, como trabalhadores de lojas e consumidores.

De acordo com as entrevistas e a observação de campo, existem muitos guianenses residentes em Bonfim. Os guianenses também migram para Boa Vista, com o objetivo de buscar melhores condições de vida. Não se encontraram dados sobre a entrada de outras nacionalidades por esse município.

A saída de brasileiros para trabalhar nos garimpos guianenses é considerável e volumosa. Não apenas os garimpeiros, mas também outras pessoas que trabalham em função desta atividade, principalmente mulheres. Existem relatos que apontam para a existência de tráfico de pessoas (adolescentes e adultas) para fins de exploração sexual. Conforme relato dos atores entrevistados, existe uma ou mais organizações criminosas realizando o tráfico de pessoas. A maioria das vítimas seria originária de Boa Vista (RR) e de Manaus (AM). Bonfim seria ponto de apoio na rota de transporte das vítimas antes de chegarem ao destino final.

A partir dos relatos, é possível apontar a possível existência de pessoas que lucram com a movimentação de brasileiros pela fronteira com a Guiana para trabalharem no garimpo. O tráfico de adolescentes do sexo feminino e de mulheres, de acordo com os entrevistados, acontece principalmente com pessoas vindas de outras localidades, tais como Boa Vista e Manaus, bem como do interior dos Estados. O município de Bonfim seria parte do corredor de transporte dessas pessoas.

Pacaraima demonstrou ser um corredor do fluxo de trânsito para turismo, caracterizado por turistas que saem do país, por Pacaraima, para visitar o Monte Roraima ou para chegar ao litoral caribenho venezuelano. Os turistas são, normalmente nacionais de países europeus e brasileiros.

A entrada de estrangeiros no Brasil por Pacaraima acontece com o objetivo do turismo de venezuelanos para Boa Vista ou Manaus. Houve pedidos de permanência e de refúgio em Pacaraima. Pedidos de residência foram, geralmente, realizados por venezuelanos e colombianos, com base no nascimento de filhos no Brasil, casamento com brasileiros(as) e para estudos, ato muito comum em cidades gêmeas, devido à intensa interação entre as pessoas. Quanto a pedidos de refúgio, houve 20 pedidos realizados por haitianos e quatro por bengaleses. Contudo, comparado-se ao número de entradas por demandantes de refúgio em outras regiões, como por exemplo no Acre, esse número é pequeno e as pessoas não permanecem no município, apenas o utilizam como porta de entrada.

Conforme relato dos atores entrevistados, existem uma ou mais organizações criminosas que realizam o tráfico de pessoas com fins de exploração sexual de mulheres e de adolescentes brasileiras, seja para zonas garimpeiras ou para as cidades litorâneas venezuelanas. A maioria das vítimas seriam originárias de Boa Vista, do interior de Roraima e de Manaus (AM). Pacaraima seria um ponto de apoio na rota de transporte dessas vítimas antes de chegar ao destino final.

Referências Bibliográficas

- Adalberto, Príncipe da Prússia (1977) [1847]. *Brasil: Amazonas-Xingu*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Braz, Evódia de Souza (2010). *Línguas e identidades em contexto de fronteira Brasil/Venezuela*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.
- Coudreau, Henri (1977) [1897]. *Viagem ao Xingu*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp.
- Garcia, Simone Pereira & Bastos, Cecília Maria Chaves Brito (2009). Representações sociais na história recente dos povos indígenas do Oiapoque/AP. *Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá*, 01-20.
- Governo do Estado do Acre (2013). *Acre em Números 2013*. Disponível em: <<http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/estado-acre/sobre-o-acre>>.
- Instituto Sócio Ambiental (2013). *De Olho em Belo Monte: no Pico da Contradição*. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental.
- Lourenço, Raimundo Silva (2012). Em busca do El Dourado: Migração de brasileiros para a cidade Bartica (República Cooperativa da Guiana). In: Rodrigues, Francilene dos Santos & Cunha, Mariana Pereira (Orgs.). *Estudos Transdisciplinares na Amazônia Setentrional: Fronteiras, Migração e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Moura, Emanuel Alves de Moura. (2010). *Inserção dos Institutos Federais e o desenvolvimento local: em estudo de caso em Laranjal do Jari – AP*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Neto, Pedro Fernandes (2005). A faixa de fronteira internacional Norte do Brasil: uma análise comparativa entre os dois pares de cidades-gêmeas de Roraima: Pacaraima (Brasil)/Santa Elena (Venezuela) e Bonfim (Brasil)/Lethen (Guiana). *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Universidade de São Paulo.
- Nimuendajú, Curt (1948). Tribes of the Lower and Middle Xingu River. In: STEWARD, Julian H. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. v.3. Washington: Smithsonian Institute.
- Pereira, Mariana Cunha (2006). Processos migratórios na fronteira Brasil-Guiana. *Estudos Avançados*. São Paulo: EDUSP.
- Rodrigues, Francilene (2006). Migração transfronteiriça na Venezuela. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, pp. 197-207.
- Rost, Carla Regina (2008). Fazendo gênero na fronteira: migração de venezuelanas e guianenses na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana. *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*.
- Santos, Alessandra Rufino (2014). Instrumentalização da migração laboral como política interna-

cional: A presença de brasileiros na tríplice fronteira Brasil, Venezuela, Guiana. *Anais do V Seminário Nacional Sociologia & Política*.

Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania (2013). *Pesquisa ENAFRON – Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania.

Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima (2010). *Informações Socioeconômicas do Município de Bonfim – RR*. 1ª edição, Boa Vista.

Snethlage, Emilia (1913). A travessia entre o Xingu e o Tapajós. *Boletim do Museu Emilio Goeldi*, VII.

Simões, Sulamita Oliveira & Veras, Nathalia Santos (2014). Migração Pendular na Pan-Amazônia: Pendularidade, Comércio e Trabalho na Fronteira Gyana (Lethem) – Brasil (Bonfim - Roraima). *Anais do VII Congresso Português de Sociologia*.

Souza, Manoel Dorandins (1995). *A Evolução Política, Demográfica e Socioeconômica do Amapá*. Trabalho de Conclusão de Curso. Coordenação do Curso de História da Universidade Federal do Amapá.

Umbuzeiro, Antônio Ubirajara Bogea & Umbuzeiro, Ubirajara Marques (2012). *Altamira e sua história*. Belém: Ponto Press.

Vaconcelos, Iana dos Santos (2013). Famílias transnacionais na fronteira Brasil/Venezuela. *EXAMÁPAKU*, v. 3, n. 2.

Capítulo Quatro - Mobilidade e Migrações no Arco Central

De acordo com a estratégia ENAFRON, ficou definido como Arco Central a faixa de fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A pesquisa MT Brasil foi desenvolvida nos municípios de Guajará-Mirim, em Rondônia; Cáceres no Mato Grosso; Porto Murtinho, Ponta Porã e Corumbá no Mato Grosso do Sul.

1. Guajará-Mirim (Rondônia)

*Carolina de Abreu Batista Claro*⁶⁹

1.1. Contexto Local e Caracterização do Município

Guajará-Mirim⁷⁰ é uma cidade bastante complexa, apesar de pequena em termos de território e população.⁷¹ Pertence ao estado de Rondônia, ficando localizada na região norte do país e distante 329 km da capital Porto Velho. A cidade está localizada na área de fronteira com a Bolívia, representada pela cidade-gêmea Bolíviana de Guayaramerín.

O município de Guajará-Mirim foi fundado oficialmente em 10 de abril de 1929, embora sua história esteja diretamente ligada à construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, prevista desde o Tratado de Petrópolis de 1903, assinado entre o Brasil e a Bolívia para o escoamento de produtos Bolívianos. Com o Tratado, “o Brasil se comprometia a construir uma estrada de ferro ligando o porto de Santo Antônio do Rio Madeira, em Porto Velho, ao porto de Guajará-Mirim, no Rio Mamoré.”

A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento local, tendo impactos na agricultura e no extrativismo vegetal impulsionado

⁶⁹ A autora, responsável pela pesquisa de campo e relatório do município de Guajará-Mirim é Doutora em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP).

⁷⁰ O trabalho de campo realizado na cidade de Guajará-Mirim/RO ocorreu entre os dias 3 e 12 de março de 2015. Nesse período, foram realizadas entrevistas com 25 atores e com cerca de 40 pessoas, sendo que, posteriormente, o contato com alguns atores prioritários foi mantido para aquisição de dados complementares à pesquisa. Em razão do início do período de chuvas e de cheias dos rios Madeira e Mamoré nos meses de fevereiro e março, foram necessários maiores cuidados com relação ao transporte e ao deslocamento entre Porto Velho e Guajará-Mirim. As estradas de acesso à cidade objeto da pesquisa estavam em condições precárias e em alguns trechos o nível da água dos rios se aproximava das pistas, o que fez com que o primeiro e o penúltimo dias de viagem fossem parcialmente dedicados ao trajeto, que durou entre cinco e seis horas cada. Veja Tabela com atores estratégicos entrevistados no Anexo V. Este capítulo traz também alguns indicadores, cujas fontes podem ser encontradas em Tabela no Anexo I.

⁷¹ Os fatores que contribuem para essa complexidade são: (i) estar localizada no interior da região norte do Brasil e distante dos centros urbanos; (ii) ser área de fronteira com região de baixa renda da Bolívia e sujeita a tensões políticas, sociais e alta taxa de criminalidade; (iii) ser separada de Guayaramerín pelo Rio Madeira que, apesar de grande em largura e extensão, tem como menor distância entre as cidades gêmeas um percurso de seis minutos de barco; (iv) ter população real maior do que aquela diagnosticada nas estatísticas oficiais, incluindo o trânsito de estrangeiros e de moradores dos municípios vizinhos; (v) estar localizada em área de preservação ambiental e de grande quantidade de reservas indígenas; e (vi) possuir sérios problemas na disponibilidade e prestação de serviços públicos.

principalmente pela extração do látex (o “ciclo da borracha” na história econômica brasileira). O aprimoramento das atividades econômicas contribuiu para a subsistência da localidade, inclusive para elevá-la à categoria de município em 1929.

O acesso à cidade se dá por via terrestre, fluvial ou aérea, embora (i) as estradas de acesso estejam em péssimas condições de tráfego, (ii) o acesso fluvial seja bastante demorado em razão da extensão dos rios que ligam à região e (iii) o aeroporto da cidade esteja fechado por falta de iluminação na pista de pousos e decolagens. Diante desse quadro, a melhor alternativa de chegada a Guajará-Mirim permanece sendo a via terrestre.

O censo de 2010 indica que a população de Guajará-Mirim é de 41.656 mil habitantes, mas o próprio IBGE estima que a cidade possuía 46.203 moradores no ano de 2014. Embora sejam oficiais, esses dados não representam a realidade demográfica do município, uma vez que o trânsito de pessoas, seja de imigrantes, de migrantes pendulares ou de residentes dos municípios vizinhos que buscam serviços públicos na cidade, dá conta de uma população maior do que aquela descrita nas estatísticas governamentais. Segundo o prefeito da cidade (GM12), a estimativa das autoridades locais é de que Guajará-Mirim tenha aproximadamente 8 mil estrangeiros entre documentados e indocumentados, residindo no município, principalmente aqueles de nacionalidade Boliviana.

A região de Guajará-Mirim conta com uma população indígena estimada em 5,5 mil pessoas (GM07), distribuídas em aldeias principalmente nas proximidades das margens dos rios que perpassam a região. Essa população não faz uso da maioria dos serviços públicos de Guajará-Mirim na medida em que as aldeias possuem escolas com professores indígenas e pelo menos um professor não indígena concursando e também pelo fato de que existem agentes de saúde que trabalham diretamente nas aldeias, sobretudo na prevenção de doenças. O município conta com estrutura para atendimento médico indígena gerido pela FUNAI (GM07).⁷²

O Índice de Desenvolvimento Humano de Guajará-Mirim é 0,657, sendo considerado município de desenvolvimento humano médio. De acordo com o censo de 2010, a população da cidade era de 41.656 habitantes, sendo 50,29% homens e 49,71% mulheres numa densidade demográfica de 1,67 habitantes por km². A população é distribuída entre 84,52% em área urbana e 15,48% na área rural. No ano de 2014, a expectativa populacional de Guajará-Mirim, segundo o IBGE, era de 46.203 pessoas, número mais aproximado da realidade local relatada pelos atores entrevistados durante a pesquisa.

Dentre as maiores vulnerabilidades enfrentadas por Guajará-Mirim nos últimos anos (de acordo com dados oficiais do IBGE), encontram-se a baixa renda per capita da população, no valor médio de R\$ 494,69, relacionada ao fato de que 43,92% da população está vulnerável à

⁷² Em entrevistas, a população local relata que a população indígena teria melhor estrutura de serviços públicos e maior atenção recebida por parte do governo, uma vez que as verbas recebidas para os indígenas provêm do governo federal e, para os não indígenas, do governo municipal.

pobreza e 42,17% dos habitantes da cidade com 18 anos ou mais não possuem ensino fundamental completo e possuem ocupação informal . A taxa de pessoas pobres é de 23,47% e as extremamente pobres representam 10,38% da população local.

Em 1991, a taxa de mortalidade infantil em Guajará-Mirim era de 36,4 crianças por mil nascidos vivos; no ano 2000, esse número diminuiu para 21,7 por mil nascidos vivos e em 2010 foram contabilizadas 14,8 crianças por mil nascidos vivos. A atual taxa de mortalidade infantil da cidade cumpre com as metas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio da ONU, “segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015” .

A longevidade dos moradores de Guajará-Mirim cresceu 4,9 anos na última década, passando de 69,5 anos no ano 2000 para 74,4 anos em 2010. A expectativa de vida no município está próxima da média nacional em 2010, de 73,9 anos .

No campo da educação, o censo de 2010 mostrou que 74,39% das crianças entre 5 e 6 anos de idade estavam matriculadas na escola; 78,76% de crianças de 11 a 13 anos frequentavam os últimos anos do ensino fundamental; 40,71% de jovens entre 15 e 17 anos de idade possuíam ensino fundamental completo; e apenas 20,94% de jovens entre 18 e 20 anos tinham ensino médio completo. Não obstante, “entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 43,90 pontos percentuais, 41,66 pontos percentuais, 31,45 pontos percentuais e 10,88 pontos percentuais” .

Em termos absolutos, entre os anos de 2000 e 2010 a educação foi o item que mais contribuiu para o aumento do desenvolvimento humano municipal, embora em termos relativos as dimensões da longevidade (índice de 0,823) e de renda (índice de 0,663) se sobreponham à educação (índice de 0,519) . Durante a pesquisa de campo e a partir das entrevistas realizadas, percebeu-se que a educação tem tido significativo desenvolvimento no município.

À complexidade dos fatores sociais, econômicos e de serviços públicos da cidade soma-se a intensa e constante migração de Bolívianos provenientes da cidade-gêmea de Guayaramerín. É importante ressaltar que a imigração de Bolívianos para Guajará-Mirim não é responsável pelos problemas que a cidade enfrenta e que a fronteira política entre os municípios é apenas uma fronteira imaginária no cotidiano das pessoas que moram em uma ou outra das cidades-gêmeas.

No entanto, os obstáculos encontrados por nacionais Bolívianos no acesso aos serviços públicos do lado brasileiro faz com que o espaço de fronteira fique nítido a partir do momento em que critérios de nacionalidade e status migratório passam a ser cruciais para o usufruto desses serviços, sobretudo nas áreas da saúde e assistência social.⁷³

⁷³ A exemplo, como forma de controlar o fluxo de Bolívianos indocumentados que buscam fazer uso dos benefícios sociais brasileiros, a então juíza titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Guajará-Mirim expediu a Portaria nº 001/07-VRP segundo a qual o registro de crianças de mães Bolívianas nascidas de parto domiciliar fica condicionado à apresentação de testemunhas brasileiras e de docu-

A economia de Guajará-Mirim é descrita por servidores públicos entrevistados como a “economia do contra cheque”, uma vez que a renda per capita da população é baixa, sendo que as pessoas de maior renda são os servidores públicos. Além do comércio, a principal atividade da população é a pecuária, além do emprego público municipal, estadual e federal dos órgãos presentes na cidade.

mentação de situação migratória regular dos pais. Desta forma, as parturientes Bolivianas não conseguem registrar como brasileiros seus filhos nascidos na cidade. Algumas imigrantes e ONGs (GM02) chegam a alegar que o hospital da cidade não atende Bolivianas parturientes se suspeitam que elas sejam domiciliadas na cidade-gêmea de Guayaramerín e, quando realizam atendimento, não entregam Declaração de Nascido Vivo (DNV) quando a mãe recebe alta do hospital com seu filho nascido em território brasileiro.

1.2. Mobilidade Populacional e Migrações - Caracterização da População Transfronteiriça e Migração Internacional

No que tange às migrações internacionais, o fluxo de pessoas pela fronteira entre Guajará-Mirim e Guayaramerín é constante seja por motivos econômicos, busca por serviços públicos, reunião familiar, entre outros.

A facilidade de trânsito entre as cidades gêmeas faz com que os portos de ambas cidades tenham travessia diária constante de pessoas que, ora trabalham em uma cidade e moram na outra, ora buscam serviços ou buscam a região de fronteira para fazer compras, especialmente nos finais de semana. A economia de Guayaramerín tem como principal atividade a venda e compra de objetos provenientes de contrafação, ou seja, bens reproduzidos de forma semelhante àqueles objetos da propriedade intelectual de grandes empresas, sem a devida autorização legal e de qualidade inferior aos produtos originais.

Ambas as cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerín estão localizadas na região da floresta amazônica e estão separadas entre si pelo rio Mamoré. A fronteira natural é extensa e de difícil vigilância, uma vez que a mata fechada e a grande extensão do rio não permitem uma vigilância fronteiriça em todos os possíveis pontos de entrada e saída simultaneamente. A travessia entre o Brasil e a Bolívia por via fluvial é bastante simples e isenta de controle migratório, alfandegário ou sanitário⁷⁴. O trajeto, de barco, dura entre 6 e 7 minutos entre as duas margens a um custo de R\$ 6,00 (seis reais) ou \$ 20 Bolivianos por trecho. Os marítimos são tanto de nacionalidade brasileira quanto Boliviana e as bandeiras de registro das embarcações igualmente são ou do Brasil ou da Bolívia, sendo que cada barco possui as duas bandeiras e, na frente, a bandeira do país oposto ao qual pertence.

A proximidade com a Bolívia torna o contato maior com esse país do que com cidades dentro do próprio estado de Rondônia e até mesmo com a capital Porto Velho, especialmente no período das enchentes que alagam as vias terrestres do lado brasileiro.

A fronteira internacional (política) não é vista como obstáculo para a população na busca de serviços e nas suas atividades cotidianas, sobretudo entre aquelas pessoas que moram em uma cidade e que trabalham na outra. Para elas, a divisão natural entre as cidades gêmeas de Guajará-Mirim e Guayaramerín, assim como o fato de ambas pertencerem cada uma a um país distinto, não interfere no dia-a-dia do deslocamento geográfico dessas pessoas. Tanto é assim que, de acordo com o delegado e o agente da Polícia Federal entrevistados, o número de pedidos de carteira de fronteira é muito baixo e claramente inferior à quantidade de pessoas que se deslocam diariamente entre as duas cidades (GM05), seja para trabalho ou mesmo para fins de estudo. Segundo eles, os Bolivianos procuram a polícia federal quando precisam regularizar

⁷⁴ O controle migratório realizado tanto do lado brasileiro quanto do lado Boliviano é inexistente. No caso do Brasil, o ponto de controle migratório fica distante cerca de 800 metros do ponto de entrada fluvial no município e permanece fechado durante os finais de semana.

sua situação migratória, o que não impede a falsificação de documentos de residência com a finalidade de aquisição dos benefícios sociais disponibilizados pelo governo brasileiro.

Existem Bolivianos indocumentados em Guajará-Mirim e, por isso, irregulares perante a legislação migratória brasileira. Tal situação constitui obstáculo ao exercício e alcance de direitos sociais, colocando-os em risco de exploração. Ainda, encontram dificuldades para fazer uso dos serviços públicos de saúde e não fazem jus aos benefícios decorrentes das suas atividades laborais.

De acordo com as autoridades entrevistadas (GM02), a cidade não recebe um número significativo de imigrantes haitianos ou de solicitantes de refúgio, uma vez que a fronteira natural dos rios e a ausência de ponte de ligação entre as cidades-gêmeas não é rota atrativa para o fluxo, que tem sido em grande quantidade para as cidades brasileiras na fronteira com a Bolívia pelo estado do Acre.

Assim como outras cidades na área de fronteira, o uso e o tráfico de drogas e, em menor escala, o estupro de vulnerável e a iniciação sexual de crianças pelos próprios familiares (sobretudo entre os indígenas), são temas recorrentes no município.

O tráfico de drogas é um dos maiores problemas de Guajará. No entanto, de acordo com as autoridades policiais, são desconhecidos casos sobre pessoas utilizadas como “mulas” para transporte ilícito de entorpecentes entre as duas cidades, embora seja conhecido o trânsito de drogas por barco, principalmente durante a noite. A fiscalização desses crimes é bastante dificultada diante da falta de estrutura técnica (barco e combustível) e de pessoal para vigiar os rios que perpassam a região no intuito de coibir o tráfico de drogas, além da própria dificuldade com a grande extensão fluvial e a mata fechada que inviabilizam ainda mais a autuação em flagrante.

No que diz respeito ao tráfico de pessoas, segundo relatos da Polícia Federal (GM05), são desconhecidos casos de contrabando de migrantes ou tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, laboral ou para extração de órgãos ocorridos na cidade. As duas denúncias de que se teve conhecimento sobre tráfico de pessoas para fins de exploração sexual se mostraram inverídicas, situação em que outros tipos penais foram aplicados.

2. Cáceres (Mato Grosso)

Maurício Carlos Rebouças⁷⁵

2.1. Contexto Local e Caracterização do Município

O município de Cáceres⁷⁶ está localizado à margem esquerda do rio Paraguai, na mesorregião do Centro-sul do Estado do Mato Grosso e na microrregião do Alto do Pantanal, numa área de 24.351 km^2 . No censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, a cidade tinha 87.942 habitantes, e em 2014, o instituto estimou a população em 90.106 habitantes.

Cáceres faz fronteira com os municípios mato-grossenses de Mirassol d'Oeste, Barra do Bugres, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Porto Esperidião, Lambari d'Oeste e Glória d'Oeste. A cidade possui três distritos em seu território: que são: Bezerro Branco, Caramujo e Horizonte do Oeste. Também faz fronteira com o município Bolíviano de San Matias, do Departamento de Santa Cruz de La Sierra, localizado a 102 km do centro urbano de Cáceres. O tempo estimado de viagem até San Matias é de 1 hora e 30 minutos, por estrada com pavimentação asfáltica, bem avaliada pelos atores estratégicos entrevistados.

Segundo o censo do IBGE de 2010, a distribuição entre população urbana e rural na cidade de Cáceres é de 76.568 habitantes residindo na zona urbana e 11.374 na rural. Em relação à distribuição da população por sexo, 43.844 são mulheres e 44.098 são homens.

A economia da cidade tem como principal atividade a pecuária, que possui um dos maiores rebanhos de gado bovino do Brasil. O município possui o único frigorífico de jacaré da América Latina, a COOCRIJAPAN. A estrutura conta com três criatórios comerciais, um frigorífico e um curtume. Possui ainda indústrias de couro (abate diário de cinco mil cabeças de gado bovino em cinco frigoríficos, 15 laticínios e três curtumes), cana-de-açúcar (duas usinas com produção de oitenta e cinco milhões de litros de álcool), madeira (23 mil hectares com plantação de teka e extração de borracha) e mineral (calcário e brita).

A cidade de Cáceres está localizada a 217 km de distância da capital Cuiabá/MT, a rodovia que interliga os municípios é a BR 070, que está asfaltada e em perfeita condição de trafegabilidade. A viagem é realizada por ônibus intermunicipal e carro particular e o tempo de percurso é de aproximadamente 2 horas e 30 minutos.

⁷⁵ O autor, responsável pela pesquisa de campo e relatório do município de Cáceres é assistente social no município de Paulínea (SP) e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC.

⁷⁶ O trabalho de campo realizado no município de Cáceres/MS ocorreu no período de 08 a 14 de janeiro de 2015. Foram contatadas 18 instituições no total, das quais 16 são governamentais e duas da sociedade civil organizada. Realizou-se 17 entrevistas e um grupo focal, com a participação de cinco atores estratégicos e visitou-se cinco instituições, sendo quatro governamentais e uma de ensino superior federal. Veja Tabela com atores estratégicos entrevistados no Anexo V. Este capítulo traz também alguns indicadores, cujas fontes podem ser encontradas em Tabela no Anexo I.

Foi fundada pela Coroa Portuguesa, em 1778, período em que foi denominada de Vila Maria do Paraguai (Chaves & Arruda, 2011). No início, o povoado de Cáceres não passava de uma aldeia, centrada em torno da igrejinha de São Luiz de França. Em meados do século passado, Vila Maria do Paraguai experimentou algum progresso, graças ao advento do ciclo da indústria extrativa, que tinha seus principais produtos no gado, na borracha e na ipecacuanha, o ouro negro da floresta, e à abertura da navegação fluvial. Em 1860, Vila Maria do Paraguai já contava com Câmara Municipal, mas só em 1874 foi elevada à categoria de cidade, com o nome de São Luiz de Cáceres, uma homenagem ao padroeiro e fundador da cidade. Apenas em 1938, o município passou a ser denominado de Cáceres.⁷⁷

A navegação pelo Rio Paraguai desenvolveu o comércio com Corumbá, Cuiabá e outras praças, e o incremento das atividades agropecuárias e extrativistas fez surgir os estabelecimentos industriais representados pelas usinas de açúcar e as charqueadas de Descalvados e Barranco Vermelho, de grande expressão econômica em suas épocas.

No início dos anos 60, foi construída a ponte Marechal Rondon, sobre o rio Paraguai, que facilitou a expansão em direção ao noroeste do Estado. A chegada de um novo ciclo migratório, causado pelo desenvolvimento agrícola que projetou um pólo de produção no Estado e no país, mudou o perfil de Cáceres, cuja ligação com a capital, Cuiabá, foi se intensificando à medida em que melhoravam as condições da estrada que liga as duas cidades. É nesse período que ocorre a emancipação dos novos núcleos socioeconômicos. Assim, emanciparam-se de Cáceres: o distrito de Mirassol D'Oeste, Rio Branco, Salto do Céu, Jauru, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, São José dos Quatro Marcos, Araputanga, Reserva do Cabaçal, Figueirópolis, Porto Estrela, Glória D'Oeste e Lambarí D'Oeste.⁷⁸

A taxa de ocupação formal no município de Cáceres é de 54,43%, sendo que em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 14,08% trabalhavam no setor agropecuário, 0,28% na indústria extrativa, 7,22% na indústria de transformação, 7,22% no setor de construção, 0,64% nos setores de utilidade pública, 16,28% no comércio e 45,30% no setor de serviços. A taxa de desocupação é de 8,46%, sendo que 60,61% dos desocupados possuem o ensino fundamental completo e 44,92% possuem o ensino médio completo.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Cáceres é 0,708, situando-a na faixa de Desenvolvimento Humano Alto. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a Longevidade, com índice de 0,813, seguida de Renda, com índice de 0,691, e de Educação, com índice de 0,633.

⁷⁷ Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=510250>>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

⁷⁸ Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=510250>>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

Em 2010, a média da renda per capita na cidade, era de R\$ 590,43. A taxa de extrema pobreza diminuiu nos últimos anos, em 1991 era de 18,42%, passando para 11,33% em 2000 e para 4,69% em 2010.

Em relação à educação, os indicadores em 2010 apontaram que a proporção de crianças na faixa etária de 5 a 6 anos na escola era de 85,57%. No mesmo ano, as de 11 a 13 anos que frequentavam os anos finais do ensino fundamental era 85,67%. Quanto aos adolescentes de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era 60,99% e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 45,61%.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 16,25% cursavam o ensino superior em 2010, porém 12,63% das pessoas com idade de 15 a 24 anos não estudavam, não trabalhavam e estavam vulneráveis à pobreza.

A taxa de mortalidade infantil, 17,4 mortes por mil nascidos vivos, está acima da média estadual e nacional que em 2010 era 16,8 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil, em 2015.

De acordo com os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, na cidade de Cáceres, 95,51% das pessoas em domicílios possuem abastecimento de água adequados e 99,04% possuem esgotamento sanitário.

Em relação às famílias em situação de vulnerabilidade social, estão cadastradas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 43.889 pessoas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, ou renda mensal total de até três salários mínimos. As famílias de Cáceres com perfil para o Programa Bolsa Família, com renda per capita mensal de até R\$ 70,00, são 19.052.

Outro dado de vulnerabilidade social indica que das famílias chefiadas por mulheres, 14,92% não têm o ensino fundamental completo e possuem filhos menores de 15 anos de idade. Das pessoas que residem em domicílios vulneráveis, 2,46% dependem da renda de idosos e 7,15% das crianças de Cáceres são extremamente pobres.

Quanto à infraestrutura urbana, as vias públicas no perímetro urbano estão asfaltadas, mas apresentam diversos pontos de irregularidades e buracos. Muitas ruas não possuem calçadas edificadas, dificultando a movimentação de pedestres, em especial de crianças, idosos e pessoas com deficiência.

De modo geral, Cáceres é um município de médio porte, com economia estável, porém com insuficiência de investimentos públicos direcionados à população local. Há diversas famílias vivendo em situação de pobreza e miséria na cidade e convivendo com diversas situações de vulnerabilidade e risco social. No entanto, considerando o conjunto de indicadores sociais

e econômicos a partir do ano de 2000, a cidade de Cáceres vem qualificando gradualmente as condições de vida da população, tendo inclusive reduzido vários indicadores de vulnerabilidade social. A posição geográfica fronteiriça é o maior potencial a ser explorado pelo município para ampliar as oportunidades econômicas, sociais e culturais aos seus cidadãos.

2.2. Mobilidade Populacional e Migrações - Caracterização da População Transfronteiriça e Migração Internacional

2.2.1. Cáceres e San Matias

De Cáceres à cidade de San Matias, que pertence ao Departamento de Santa Cruz de La Sierra/Bolívia, são 102 km de distância e o tempo estimado de viagem é de 1 hora e 30 minutos. A estrada que dá acesso à cidade de San Matias está asfaltada e foi bem avaliada pelos atores estratégicos entrevistados. O itinerário até o município Boliviano é realizado por veículos particulares ou por vans (lotações), com saída da rodoviária de Cáceres em horário pré-estabelecido. Outra opção é contratar o serviço de táxi, cujo valor aproximado é de 150 reais pela viagem. Os veículos comerciais brasileiros, não podem circular na cidade de San Matias, motivo pelo qual é necessário contratar táxi Boliviano, pagando em torno de 20 reais pelo serviço.

Devido às características geográficas da fronteira entre a cidade de Cáceres com a cidade Boliviana de San Matias, as situações de migração e de circulação populacional são frequentes. Foi relatado pelos atores estratégicos, que além da estrada que interliga as cidades de Cáceres e São Matias, há mobilidade populacional na fronteira por diversas estradas particulares e não pavimentadas, conhecidas como “cabriteiras” onde há uma circulação não mensurável de pessoas.

Dados oficiais concedidos pelo mesmo ator estratégico, no ano de 2014, registraram a entrada e a saída de 9.531 estrangeiros pela fronteira de Cáceres, com a expedição de 1.612 passaportes. Não havia dados sistematizados sobre a nacionalidade dos estrangeiros que adentram o país pela fronteira de Cáceres, mas a Polícia Federal informou que aproximadamente 90% da migração internacional em Cáceres refere-se a turismo na modalidade de “mochilão”, principalmente de Bolivianos, peruanos e argentinos. As demais situações de migração referem-se a Bolivianos que trabalham de forma legal na cidade de Cáceres.

O ator estratégico do Conselho Tutelar relatou que na cidade de Cáceres há um bairro denominado Jardim das Oliveiras, onde se concentram os Bolivianos que residem de forma legal no país.

Os Bolivianos de San Matias buscam trabalho na cidade de Cáceres, para enfrentar a sua situação de pobreza. O Ministério Público do Trabalho (CA05) informou, sem quantificar, que há diversos Bolivianos trabalhando na cidade, principalmente na rede do comércio local, fato observado no decorrer do trabalho de campo realizado. De acordo com o ator estratégico da Defensoria Pública Estadual (CA13), o trabalhador Boliviano tem baixa escolaridade e devido a sua situação de vulnerabilidade social no seu país, submete-se a trabalhos com baixa remuneração na cidade de Cáceres. Estudo da pesquisadora Rossi (2005) confirma esta informação

quando indica que a migração dos Bolivianos ao Brasil está relacionada com as dificuldades econômicas, à corrupção e à falta de democracia. Além do mais, a Bolívia possui um dos piores indicadores sociais da América Latina, fato esse que tem levado muitos Bolivianos a buscarem em outros países melhores condições de vida.

O ator estratégico da Secretaria de Educação (CA14) informou que os homens Bolivianos são empregados principalmente nas fazendas da cidade e as mulheres são contratadas como empregadas domésticas, nas fazendas e residências da zona urbana.

Para alguns dos entrevistados, há exploração do trabalho dos Bolivianos pelos brasileiros contratantes, que pagam baixas remunerações, sem garantias trabalhistas, e casos de tráfico de pessoas para fins de exploração do trabalho.⁷⁹ O ator estratégico da Secretaria da Educação (CA14) afirmou que há Bolivianos e Bolivianas trabalhando em fazendas ou em residências localizadas na zona urbana, sem direitos garantidos e com remunerações abaixo do salário mínimo. De acordo com o mesmo, essa prática exploratória é comum na cidade, e se tornou culturalmente aceita.

O interlocutor do Ministério Público do Trabalho (CA05) relatou que a instituição recebe denúncias de exploração laboral e trabalho escravo de Bolivianos e brasileiros nas fazendas de Cáceres, especificamente nas atividades de agropecuária e de reflorestamento. Porém, admitiu a limitação na apuração das denúncias em virtude da dificuldade de acesso às fazendas, que estão localizadas em áreas particulares, isoladas e sem estradas ou vias trafegáveis. Além disso, ponderou que essa ação de fiscalização deve ser realizada em parceria com a Polícia Federal, fato que não ocorre com frequência. Informou que a instituição tem sob sua jurisdição 22 municípios da região e que não tem nenhum fiscal do trabalho no seu quadro de funcionários. Somente as cidades de Rondonópolis/MS e Cuiabá/MS dispõem de fiscais do trabalho.

Além dessas razões que dificultam a fiscalização das situações de exploração laboral e de trabalho escravo, o ator estratégico da Defensoria Pública da União informou que as pessoas e os próprios trabalhadores explorados não denunciam esse crime por receio de possíveis represálias por parte dos fazendeiros da região. Tanto que desde o ano de 1996, a Defensoria atuou somente em dois casos de exploração laboral.

Ator estratégico que não quis se identificar afirmou que há uma rede de tráfico de pessoas para fins de exploração laboral, onde brasileiros e Bolivianos são recrutados e transportados para fazendas da região, permanecendo em cárcere privado, sem possibilidade de comunicação com seus familiares e recebendo somente alimentação como pagamento. Essa condição de trabalho, análogo a escravidão, também ocorre com adolescentes de ambas nacionalidades. O interlocutor não soube informar o “modus operandi” dessa rede criminosa, porém relatou uma prática conhecida como “gato”, onde aliciadores abordam alcoolistas que ficam nos bares da

⁷⁹ Importante mencionar Instrução Normativa n. 91 do Ministério do Trabalho e Emprego, que presume a existência de tráfico de pessoas caso seja identificada exploração laboral.

cidade, prometendo trabalho de curta duração e deixam com eles pequenas quantias de dinheiro, para entregarem a seus familiares. A partir daí, são levados para fazendas desconhecidas, perdendo o contato com os familiares.

O Ministério Público do Trabalho informou que são muitas as irregularidades trabalhistas nas fazendas da região e que muitos trabalhadores, em especial os brasileiros, acessam a instituição denunciando humilhação, ameaça, maus tratos e assédios cometidas pelos proprietários dos locais e/ou responsáveis pela orientação do trabalho.

A Polícia Rodoviária Federal (CA03) no entanto informou que o tráfico de pessoas é raro na região, porém relatou ter identificado situações de migração indocumentada de haitianos e bengaleses pela fronteira. Informou ainda serem agenciados por Bolívianos. O entrevistado não dispunha de dados estatísticos sobre esses fatos e a referida informação não foi descrita pela Polícia Federal ou por outro ator estratégico da Justiça.⁸⁰

A ausência de trabalho e de políticas públicas viabilizadoras de direitos e cidadania na cidade de San Matias também impulsiona os Bolívianos a procurarem em Cáceres, os serviços municipais e estaduais de saúde, educação e benefícios sociais.

De acordo com o ator estratégico da Secretaria de Saúde (CA11), a maior demanda dos Bolívianos nos serviços públicos de saúde de Cáceres refere-se ao atendimento no pronto socorro e na maternidade e, em menor escala, aos serviços de alta complexidade. O interlocutor afirmou que há, em média, cinco partos de Bolívianas por mês. Afirmou ainda que o atendimento aos Bolívianos causa prejuízos, mas que todos são atendidos.

No entanto, interlocutores da Defensoria Pública Estadual e da União (CA08), informaram que existem processos judiciais de Bolívianos em trâmite, solicitando tratamento médico e medicação gratuita. Ambas as defensorias, informaram ainda que brasileiros também não acessam a saúde pública no município de Cáceres e portanto recorrem à justiça. Conselho Tutelar (CA16) também relatou falta de atendimento às crianças e adolescentes Bolívianas, sendo que algumas acabam sendo atendidas em Cuiabá, quando o serviço não é ofertado em Cáceres.

Também há procura dos Bolívianos pelos serviços municipais de educação para crianças e adolescentes, sendo que a maior demanda concentra-se na zona rural, próximo ao perímetro de fronteira. O interlocutor da educação informou também que as escolas rurais, situadas na zona de fronteira, permitem que as crianças e adolescentes Bolívianas assistam aulas sem a necessidade de registro de matrícula. De acordo com ele, muitas dessas crianças e adolescentes se alimentam somente nas escolas, devido a condição de miséria vivenciada pelas suas famílias. Diante dessa situação, alguns alunos se envolvem com o tráfico de drogas para sobreviver.

⁸⁰ O relato do ator estratégico demonstra o desconhecimento dos conceitos posto que o fato relatado poderá configurar como contrabando de migrantes, e até tráfico de pessoas havendo exploração no local de destino.

rem e acabam por tornarem-se “mulas”, submetendo-se ao transporte de drogas na zona rural, entre as estradas clandestinas existentes no perímetro da fronteira.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (CA10) apontou a procura das famílias Bolivianas pelos programas de transferência de renda do Brasil, em especial o Programa Bolsa Família. De acordo com os dados concedidos, para cada 10 cadastros realizados para inclusão no programa, um refere-se à família Boliviana. De acordo com os referidos atores estratégicos, o cadastramento de estrangeiros é possível desde que estejam legalmente no país e tenham ao menos um documento previsto nos formulários do Cadastro Único, como: certidão de nascimento/casamento, RG, CPF, Título de Eleitor, Carteira de Trabalho.

Quanto a outras situações de vulnerabilidade, os interlocutores do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (CA06) informaram que são identificados muitos adolescentes Bolivianos desacompanhados dos responsáveis na cidade, fato que os colocam em situação de risco e possível recrutamento para o tráfico de drogas. De acordo com a equipe do CREAS, não é permitida a entrada de adolescente sem a companhia do responsável na fronteira brasileira, porém eles utilizam as “cabriteiras”, estradas clandestinas, para entrarem sozinhos na cidade de Cáceres.

No que diz respeito aos brasileiros, o trânsito para a cidade de San Matias é motivado pelo comércio local que oferece vestuários, produtos agrônomo e eletroeletrônicos. Também é utilizada como itinerário para se chegar à cidade de Santa Cruz de La Sierra. Nessa cidade, os brasileiros buscam turismo, sendo que alguns residem na mesma, por realizarem curso de medicina ofertado na rede privada. De San Matias à Santa Cruz de La Sierra são 860 km de distância, dos quais 600 km são de estrada de terra em bom estado e 260 km de estrada com asfalto. O itinerário pode ser realizado a partir de San Matias por Van, ônibus e veículo particular.

De acordo com os dados oficiais concedidos pelo ator estratégico da Polícia Federal (CA02), foram registradas 7.392 entradas e saídas de brasileiros pela fronteira Boliviana, em 2014. Os brasileiros que circulam com regularidade em San Matias são predominantemente oriundos da cidade de Cáceres, de acordo com a Polícia Federal (CA02). Não foram relatados casos de brasileiros residindo ou trabalhando na cidade de San Matias. De acordo com os atores estratégicos, a cidade Boliviana é pobre, não oferece oportunidade de empregabilidade e possui infraestrutura pouco satisfatória à moradia.

Outra forma de vulnerabilidade identificada na cidade, mas que não necessariamente diz respeito a migração transfronteiriça, é a exploração sexual de adolescentes. O representante do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) (CA15) afirmou que opera na cidade uma rede de exploração sexual de adolescentes. De acordo com o ator estratégico, turistas do Mato Grosso e de outros Estados do Brasil, adquirem pacotes para visitar e pes-

car no Rio Paraguai, com a inclusão da exploração sexual de adolescentes. Segundo ele, os navios turísticos deixam os pequenos portos de Cáceres sem a presença das adolescentes, e quando atingem pontos distantes da cidade e da fiscalização, pequenas embarcações levam as adolescentes até os navios. As adolescentes são oriundas de famílias pobres e residem na zona ribeirinha de Cáceres. Há, neste caso, indicadores de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, mas tráfico interno posto que não foi informado o recrutamento de adolescentes Bolivianas ou de outras nacionalidades.

O ator estratégico do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CA01) também reafirmou a ocorrência de exploração sexual de adolescentes e relatou que crianças também são vítimas desse crime. Apontou que o tráfico de drogas e a exploração sexual de crianças e adolescentes são atividades ilegais que movimentam a economia informal da cidade. Não ao menos, de acordo com os atores estratégicos entrevistados da Segurança Pública e da Assistência, o tráfico de drogas é a situação de maior preocupação e a que impõe maiores desafios à rede local.

3. Corumbá, Porto Murtinho e Ponta Porã (Mato Grosso do Sul)

Maurício Carlos Rebouças⁸¹

3.1. Contexto Local e Caracterização dos Municípios

O município de Corumbá está situado no estado do Mato Grosso do Sul, localizado na mesorregião dos Pantanaís Sul-Mato-Grossense e Microrregião do Baixo Pantanal, cortado pelo Rio Paraguai. É o 5º município fronteiriço mais populoso do Brasil. Possui uma área territorial de 64.962 km² e uma densidade demográfica de 1,59hab/km², sendo o 11º maior município em extensão territorial do país.

No último censo do IBGE, a cidade tinha 103.010 habitantes, e em 2014, o instituto estimou a população em 108.010 habitantes. A distribuição entre população urbana e rural na cidade de Corumbá é de 93.452 habitantes residindo na zona urbana e 10.251 na rural. Em relação à distribuição da população por sexo, 51.418 são mulheres e 52.285 são homens.

Faz fronteira com os municípios sul-mato-grossenses de Porto Murtinho, Aquidauana, Miranda, Sonora, Coxim, Rio Verde de Mato Grosso e Ladário. Possui cinco distritos que são: Albuquerque, Amolar, Forte Coimbra, Nhecolândia, Paiaguás, Porto da Manga e Porto Esperança.

Possui 386 km de fronteira, com os países do Paraguai e Bolívia. Faz fronteira com as cidades Bolívia de Puerto Quijarro e Puerto Suarez; e com a cidade paraguaia de Bahia Negra.

A cidade de Corumbá está localizada a 426 km de distância da capital, Campo Grande/MS. É interligada pela estrada BR 262, que está asfaltada e em perfeitas condições de trafegabilidade. A viagem é realizada por ônibus intermunicipal e carro particular e o tempo de percurso é de aproximadamente 5 horas e 30 minutos.

A economia de Corumbá⁸² é basicamente voltada para a mineração, pecuária do gado de corte e o turismo pesqueiro. As áreas mais procuradas para turismo no Pantanal são as que situam-se a margem do rio Paraguai, como o Porto da Manga, baía de Albuquerque, foz dos rios Abobral e Miranda, Morrinhos e Porto Esperança. O turismo de pesca é o setor da economia que mais gera postos de trabalho, inclusive com melhores remunerações, se comparadas as dos trabalhadores das fazendas de gado.

A principal atividade econômica produtiva⁸³ é representada pela extração mineral. Destacam-se a extração de ferro e manganês, realizada pela empresa Urucum Mineração e a de

⁸¹ O autor, responsável pela pesquisa de campo e relatório do município de Corumbá é assistente social no município de Paulínea (SP) e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC. Os relatórios de Ponta Porã e Porto Murtinho são de autoria e responsabilidade do ICMPPD.

⁸² Disponível em: <http://www.riosvivos.org.br/Canal/Corumba/165>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

⁸³ Disponível em: <http://www.riosvivos.org.br/Canal/Corumba/165>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

calcário e areia, pela fábrica de cimento Itaú. As minas de manganês de origem sedimentar são umas das maiores jazidas do mundo.

A agricultura⁸⁴ é desenvolvida quase que exclusivamente nos assentamentos. Nas fazendas a pecuária de corte é praticamente a única atividade, sendo a raça Nelore predominante. Nas áreas urbanas o mercado de trabalho concentra-se nas atividades terciárias (comércio de mercadorias e prestação de serviços) e a atividade industrial restringe-se a extração e beneficiamento mineral.

Com o nome de origem tupi-guarani Curupah, que significa “lugar distante”, a ocupação da região⁸⁵ teve início no século XVI. Sua área atual foi explorada pelos portugueses que começaram a chegar em 1524 em busca de ouro na região.

Fundado em 1778⁸⁶ para impedir os avanços dos espanhóis pela fronteira brasileira em busca do mineral precioso, o Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, primeira denominação do vilarejo, transformou-se o principal entreposto comercial da região. Quando a passagem dos barcos brasileiros e paraguaios pelo Rio Paraguai foi liberada, e devido à importância comercial que passou a ter, a localidade foi elevada a categoria de distrito em 1838 e, em 1850, a de município.

Durante a Guerra do Paraguai⁸⁷ (1864 a 1870), a freguesia de Santa Cruz de Corumbá, nome que recebeu após sua emancipação, foi palco de uma das principais batalhas do conflito, ocupada e destruída por tropas de Solano Lopez em 1865. A partir de 1870, ao ser retomada pelo tenente-coronel Antônio Maria Coelho, a cidade começou a ser reconstruída. Na mesma época, imigrantes europeus e de outros países sul-americanos chegaram, impulsionando o desenvolvimento local. Como resultado, Corumbá foi o terceiro maior porto da América Latina até 1930.

A cidade iniciou atividades industriais na década de 1940⁸⁸, com a exploração das reservas de calcário, excelente para a indústria do cimento e de outros minérios. No fim dos anos 1970, o turismo passou a ser explorado, revelando a necessidade de nova infraestrutura e impulsionando a restauração das construções históricas. Com o Pantanal ocupando 60% de seu território, Corumbá passou a ser chamada de capital do pantanal, constituindo-se no principal portal para o santuário ecológico.

A taxa de atividade no município de Corumbá é de 68,083% sendo que em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais 2,24% trabalhavam no setor agropecuário, 2,24% na indústria extrativa, 4,31% na indústria de transformação, 8,06% no setor de

⁸⁴ Disponível em: <http://www.riosvivos.org.br/Canal/Corumba/165>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

⁸⁵ Disponível em: http://www.corumba.com.br/corumba/cb_historia.htm. Acesso em: 15 de abril de 2015.

⁸⁶ Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=500320>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

⁸⁷ Disponível em: http://www.corumba.com.br/corumba/cb_historia.htm. Acesso em: 15 de abril de 2015.

⁸⁸ Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/232FD>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

construção, 0,96% nos setores de utilidade pública, 16,43% no comércio e 50,75% no setor de serviços. O percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem o ensino fundamental completo e em ocupação informal é de 34,77%.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal⁸⁹ (IDHM) de Corumbá é 0,700, situando-o na faixa de Desenvolvimento Humano Alto. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a Longevidade, cujo índice de 0,834, seguida pela Renda com índice de 0,701, e de Educação, com índice de 0,586.

Em 2010, a média da renda per capita na cidade, era de R\$ 627,10. A taxa de extrema pobreza diminuiu nos últimos anos. Em 1991 ela era de 16,57%, em 2000 foi para 12,58% e 4,34% em 2010. O percentual de pessoas na condição de pobreza também reduziu nos últimos anos, passou de 40,44% em 1991, para 32,24% em 2000 e foi para 16,11% em 2010.

Em relação à educação, os indicadores em 2010 apontaram que a proporção de crianças na faixa etária de 5 a 6 anos na escola foi de 85,71%. No mesmo ano, as de 11 a 13 anos que frequentavam os anos finais do ensino fundamental era 83,34%. Quanto aos adolescentes de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 41,93% e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 31,65%.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 9,11% estavam cursando o ensino superior em 2010, porém 13,63% das pessoas de 15 a 24 anos não estudam e não trabalham, estando vulneráveis a pobreza; 24,14% das crianças de 4 a 5 anos estavam fora da escola e 5,34% das crianças de 6 a 14 anos também não tinham acesso à escola.

A taxa de mortalidade infantil, 17,8 mortes por mil nascidos vivos, está acima da média estadual e nacional que em 2010 era de 16,8 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil, em 2015.

De acordo com os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, na cidade de Corumbá, 93,32% das pessoas em domicílios possuem abastecimento de água adequado e 97,47% possuem energia elétrica. O percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada é de 85,15%.

Em relação às famílias em situação de vulnerabilidade social, estão cadastradas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 46.894 pessoas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, ou renda mensal total de até três salários mínimos. As famílias de Corumbá com perfil para o Programa Bolsa Família, com renda per capita mensal de até R\$ 70,00 são 16.422. Outros dados de vulnerabilidade social referente ao ano de 2010, indicam que das famílias chefiadas

⁸⁹ Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/corumba_ms#idh. Acesso em: 15 de abril de 2015.

por mulheres, 22,83% não tem o ensino fundamental completo e possuem filhos menores de 15 anos de idade. O percentual de pessoas que residem em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idoso é de 2,83% e 7,05% das crianças de Corumbá são extremamente pobres. Além disso, 7,05% de crianças com até 14 anos de idade têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais.

Quanto à infraestrutura urbana, no perímetro urbano as vias públicas estão asfaltadas, mas apresentam diversos pontos de irregularidade e buraco. Muitas ruas não possuem calçadas edificadas, dificultando a movimentação de pedestres, em especial de crianças, idosos e pessoas com deficiência.

De modo geral, Corumbá é um município de médio porte, com economia estável, e com um significativo investimento público direcionado a população local. Há diversas famílias vivendo em situação de pobreza e miséria na cidade e convivendo com diversas situações de vulnerabilidade e risco social. No entanto, considerando o conjunto de indicadores sociais e econômicos a partir do ano de 2000, a cidade de Corumbá vem qualificando gradualmente as condições de vida da população, tendo inclusive reduzido vários indicadores de vulnerabilidade social.

A posição geográfica fronteiriça e o turismo náutico são os maiores potenciais a serem explorados pelo município para ampliar as oportunidades econômicas, sociais e culturais aos seus cidadãos.

O município de Porto Murtinho, apesar de sua grande dimensão territorial, possui uma população bastante reduzida, o que se reflete em seu núcleo urbano diminuto e com pouca circulação de pessoas e mercadorias. A grande distância dos maiores centros (Campo Grande e Dourados) e sua estrutura econômica dão a essa região um caráter de isolamento. Afastado de outros locais em pleno desenvolvimento econômico no Mato Grosso do Sul, Porto Murtinho não tem atraído grandes investimentos, sendo também uma região sobre a qual se produz menos conhecimento do que outras cidades no Pantanal, como a vizinha Corumbá.

A população de Porto Murtinho é formada por pouco mais de 15 mil habitantes, de acordo com o IBGE (Censo 2010), dos quais dois terços vivem em área urbana (10.059). Um dado interessante sobre a população local é a sua estagnação. No início do século XX, o município contava com cerca de 12 mil pessoas (Paixão, Oliveira & Andrade, 2013), em uma época de maior aquecimento econômico que funcionou como fator de atração para a região. Cerca de um século depois, a população de Porto Murtinho pouco aumentou. Os três últimos censos registraram crescimento populacional inferior a 1,5%.

O município está inserido na região do baixo Pantanal sul-matogrossense. Localizada à beira do rio Paraguai, que faz fronteira fluvial internacional com o Paraguai, Porto Murtinho enfrenta épocas de chuvas e cheias entre os meses de outubro e março. Os alagamentos são

característicos do Pantanal, mas afetam Porto Murtinho de maneira distinta: o sistema natural de drenagem de água diminui no sentido sul, o que faz com que a inundação em Porto Murtinho dure mais do que em outras cidades pantaneiras ao norte, como Cáceres e Poconé, ambas no Mato Grosso (Kmitta, 2010). Depois das enchentes de 1979 e 1982 - que são um marco na história recente do município por terem deslocado para abrigos temporários a sua popula o - construiu-se um dique que contorna toda a margem do rio na área urbana.

A 443 km da capital, Campo Grande, Porto Murtinho faz fronteira ao norte com Corumbá; ao sul com Caracol; a leste com Jardim, Bonito e Bodoquema; e a oeste com o Paraguai. As cidades fronteiriças que margeiam o rio nessa altura possuem o status de cidades-gêmeas. Por meio de travessia em pequenos botes ou lanchas motorizadas (conhecidas como chalanas),   possível acessar em poucos minutos a pequena cidade de Capit n Carmelo Peralta ou ainda a Isla Marguerita, localizada bem em frente ao ancoradouro de Porto Murtinho e onde se desenvolve um pequeno comércio de mercadorias importadas.

Jardim e Bonito atraem para a região um fluxo de pessoas atrelado ao turismo ecológico e de aventura. A estrutura de turismo destas duas cidades difere da de Porto Murtinho. Enquanto neste último município há principalmente pacotes relacionados   pesca e pequenas pousadas destinadas para este público, nos municípios vizinhos a estrutura hoteleira e a oferta de pacotes com destinos variados   maior.

O acesso terrestre a Porto Murtinho   realizado pelas rodovias estaduais MS 267 e 384. O transporte rodoviário   bastante complicado, sendo as principais conexões diretamente com Campo Grande ou com a vizinha Jardim. De outras regiões, o acesso não   direto, sendo necessária a conexão nesta última cidade, onde não há muitas op es diárias de transporte rodoviário. A principal conexão entre Porto Murtinho e Assun o, capital do Paraguai,   o rio hom nimo, que ao sul de Porto Murtinho passa a estar localizado apenas dentro do território paraguaio.

“O transporte, desde a implanta o da vila e, posteriormente, da cidade de Porto Murtinho, configurou-se como fator negativo e de significativas reivindica es dos investidores que por ali passaram. O acesso e o transporte eram prejudicados pelas condi es das estradas que consistiam, basicamente, em “carreiros” ou picadas e estradas carro aveis abertas por boiadeiros na condu o do gado para as charqueadas. Em períodos de chuvas intensas, tornavam-se inacessíveis e impediam a circula o de produtos.” (Kmitta, 2013, p.95)

Porto Murtinho foi fundada pela Companhia Matte Larangeira em 1892 em meio   explora o da erva-mate nativa, atividade para a qual a companhia arrendou as terras de toda a região sul e sudoeste do estado. Sua localiza o favorável nas margens de um dos rios que fazem parte da bacia do Prata permitia que deste porto fosse escoada a produ o

rumo aos principais consumidores, os países que fazem parte deste complexo fluvial. De acordo com Paixão, Oliveira e Andrade (2013), o surgimento de outros portos de escoagem da erva-mate na bacia do Paraná afetaram a prosperidade de Porto Murtinho já no início do século XX.

Com o declínio desta produção, a pecuária tornou-se e permanece até hoje a principal atividade econômica. Ocupando um território de grandes dimensões (o segundo maior município no estado do Mato Grosso do Sul), Porto Murtinho apresenta baixa densidade demográfica (0,86 hab/km²). De acordo com o IBGE (2010), o setor agropecuário emprega 36,2% da população com mais de 18 anos que possui ocupação. O setor de serviços emprega 37,7% dessa população e o comércio, apenas 12,12%.

“Outro aspecto marcante é a grande concentração fundiária e a pequena diversificação da pecuária com forte ênfase na bovinocultura, cuja atividade passa por um processo observado também em outras regiões e que os paraguaios denominam “ganaderos forâneos”, ou pecuaristas de outros lugares, os quais estabelecem poucos vínculos com a comunidade e o comércio local.” (Paixão, Oliveira & Andrade, 2013, p. 33)

O departamento do Alto Paraguai é a região paraguaia que faz fronteira com o município de Porto Murtinho e é conhecida como Chaco. Empobrecido e pouco desenvolvido em comparação com outras regiões paraguaias, especialmente o leste do país, o Chaco sofre os efeitos da plena expansão da produção de soja, “que vem dos departamentos próximos à fronteira empurra o gado para norte, onde está o Chaco – área em que os índices de desmatamento aumentaram nos últimos anos (Repórter Brasil & Base Investigaciones Sociales, 2010, p.2).” A presença de empresários brasileiros que concentram terras também nesta fronteira do Paraguai é relatada constantemente, embora o seu envolvimento na produção da soja tenha maior volume e destaque.

Esse histórico de formação da região está relacionado a diversos fatores de vulnerabilidade que o município enfrenta. O Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM) é considerado médio e entre 2000 e 2010 o índice que mais cresceu foi a educação. Apesar disso, pobres e extremamente pobres perfazem mais de 30% da população. 64% da renda é apropriada pelos 20% mais ricos, enquanto que os 60% mais pobres ficam com menos de 20% da renda.

A vulnerabilidade das famílias também pode ser medida por alguns indicadores. As mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos conformam quase 30%. Isso equivale a quase 10 pontos percentuais a mais desde 1991. Já no caso das crianças até 14 anos, 14,49% eram extremamente pobres em 2010. Mais de um quinto dos jovens de 15 a 24 anos é vulnerável à pobreza e 41,28% das pessoas de 18 anos ou mais não possuem fundamental completo e têm ocupação informal.

O município de Ponta Porã ganhou autonomia administrativa por meio do Decreto nº 617 de 18/07/1912. Em 1943, criou-se o território federal de Ponta Porã, que abarcava também outros municípios da região e apenas em 1946 eles foram reintegrados ao território do estado de Mato Grosso do Sul. O processo de federalização estava atrelado à política conhecida como “marcha para o Oeste”, promovido pelo governo de Getúlio Vargas, e tinha por intuito permitir a partilha das terras entre colonos advindos do sul (Brand, 1997). Além do distrito sede, Ponta Porã é composta de dois outros distritos, Cabeceira do Apa e Sanga Puitã.

O município faz fronteira internacional ao oeste com a cidade de Pedro Juan Caballero, capital do departamento de Amambay, no Paraguai. A linha internacional se estende por 22,5 Km de fronteira “seca” no perímetro urbano de Ponta Porã, e as duas cidades formam uma conurbação urbana internacional. Estas cidades-gêmeas estão localizadas geograficamente na região do altiplano da Serra do Amambai. A fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai perfaz um total de 1.180 km e é conformada ainda por outras cidades-gêmeas: Porto Murtinho (Brasil) e Isla Marguerita/Carmelo Peralta, Bela Vista e Bella Vista do Norte, Coronel Sapucaia e Capitan Bado, Paranhos e Ype Jhu, Sete Quedas e Pindoty Porã, Japorã e Jacareí, Mundo Novo e Salto del Guaira.

Com uma extensão de mais de 5.000 km², o município de Ponta Porã ocupa regiões de bioma de cerrado e mata atlântica. Dentro do estado, o município faz fronteira com Antônio João, Bela Vista, Jardim e Guia Lopes da Laguna, ao norte; Maracaju e Dourados, ao leste; e com Aral Moreira e Laguna Carapã, ao Sul.

Pedro Juan Caballero se liga a Assunção, capital do Paraguai, por meio da Ruta 5. Ponta Porã possui um aeroporto internacional, embora a principal forma de acesso seja pela rodovia federal BR 463 e pelas rodovias estaduais MS 164 e MS 380. A circulação de carros em ambos os municípios é muito intensa e se observam dos dois lados veículos com placas de variados estados brasileiros e do Paraguai.⁹⁰ As principais linhas de ônibus rodoviários de Ponta Porã fazem ligação entre a cidade, Dourados e a capital do estado, Campo Grande. Assim como no restante do Mato Grosso do Sul, há uma quantidade limitada de linhas e horários que a conectam a cidades de médio e menor porte, mesmo no circuito regional.

O Paraguai possui uma economia em geral mais frágil do que a do Brasil e outros parceiros do Mercosul. Seu PIB anual é de 35.346 bilhões de dólares e a sua população é menos urbanizada, com apenas 54% dos habitantes residindo nas cidades (Torrencilha, 2013). A região da fronteira com o Brasil, a leste, é mais desenvolvida, ao contrário da região do Chaco, onde há maiores dificuldades de cultivo das terras e desenvolvimento econômico.

⁹⁰ Uma preocupação das forças de segurança e gestão do município são as motocicletas sem placa ou não regularizadas que são compradas no Paraguai e por vezes não recebem placas de identificação. A prefeitura de Ponta Porã criou um sistema de cadastro desses veículos, mas seu uso irregular é tido como muito frequente (PP16). A utilização corriqueira dessas motocicletas pode ser observada de ambos os lados da fronteira.

O desenvolvimento da área de fronteira entre o Brasil e o Paraguai decorreu de uma política de aproximação entre os dois países, modelo adotado durante o governo ditatorial paraguaio de Alfredo Stroessner, a partir de 1954. Entre as obras que pautaram o desenvolvimento desta área, está a construção da Ponte da Amizade (entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu), mas seu maior símbolo é a hidrelétrica de Itaipú.

As medidas nacionais de colonização do oeste brasileiro influenciaram a sua formação, que passou pelos mesmos ciclos deflagrados na região, com a criação de gado e, depois, com a progressiva expulsão dos povos indígenas (Brand, 1997). De acordo com o censo do IBGE de 2010, as pessoas que se declaram indígenas em Ponta Porã representam uma pequena parcela da população geral do município (cerca de 0,23%), totalizando 199 pessoas, a maioria delas (152) residente na zona rural (indigenas.ibge.gov.br, 2010). Os números eram um pouco maiores nos censos anteriores (mas não ultrapassavam 300 pessoas nos censos de 1991 e 2000). Há que se considerar nessas fontes a dificuldade metodológica para realizar a contagem desta população. No entanto, é possível contextualizar a formação de Ponta Porã no mesmo processo de colonização da região sul e sudoeste do Mato Grosso do Sul, possível em decorrência de políticas voltadas à concentração forçada das populações indígenas nativas em reservas agrícolas. Esse “processo de confinamento compulsório”, significou “a concentração da população kaiowá/guarani dentro das Reservas demarcadas até 1928, após a destruição das aldeias e/ou a conclusão do processo de implantação das fazendas de gado e correspondente desmatamento do território tradicional” (Brand, 1997, p. 5).

Os povos Kaiowá habitam tradicionalmente toda a parte sul e sudoeste do Mato Grosso do Sul e o Paraguai, regiões também ocupadas por Guaranis, que se estendem até a Argentina, Uruguai e o litoral brasileiro. Esta ocupação antecede não apenas os marcos da fronteira internacional, mas a presença de não-índios de qualquer nacionalidade. Sua condição de povos transfronteiriços ainda não encontra guarida em nenhuma política oficial, embora seja reconhecida pela Convenção 169 da Organização das Nações Unidas, da qual o Brasil é signatário.

No Brasil, os povos da etnia Guarani-Kaiowá encontram-se principalmente no estado de Mato Grosso do Sul, especialmente na região sul e sudoeste do estado, e perfaziam um total de 31.000 pessoas, segundo dados da FUNAI e FUNASA de 2008. Também estão presentes no Paraguai, onde eram aproximadamente 12.954 pessoas, de acordo com o II Censo Nacional Indígena de 2002.⁹¹

Os Guarani-Ñandeva também se encontram predominantemente no Mato Grosso do Sul, no Paraná e na porção oriental do Paraguai. No Mato Grosso do Sul, seus territórios, em geral, estão ao sul e ao leste dos territórios Kaiowá, onde ocupam o rio Iguatemi e seus afluentes, até

⁹¹ Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/550>. Acesso em 03 de Agosto de 2016.

a junção deste com o rio Paraná. No Brasil formavam um contingente populacional de 13.000 pessoas em 2008, segundo a FUNAI e a FUNASA, enquanto no Paraguai já ultrapassavam 15.000 pessoas em 2002.⁹²

A ocupação indígena local enuncia uma das principais questões que demandam atenção ao se tratar da mobilidade populacional na fronteira do Paraguai com o Mato Grosso do Sul: a existência de povos transfronteiriços tradicionais para os quais o deslocamento em todo o seu território é um traço cultural e resulta de um modo de vida, de relações de amizade e de laços de parentesco.

“Na realidade pode-se falar de um grande território guarani (...). Essa identidade se fundamenta num ‘guarani reko’, um modo de ser e proceder, com características próprias. Seu território, o solo que se pisa, é um tekoha, o lugar físico, o espaço geográfico onde os Guarani são o que são, onde se movem e onde existem (Azevedo; Brand; Heck; Marques & Melià, 2008, p.10).”

Esse deslocamento em busca de um lugar onde possam cultivar o seu modo de ser também tem sido uma estratégia diante das pressões, históricas e atuais, sobre seus territórios tradicionais. Ao analisar o processo de confinamento compulsório desses povos no Mato Grosso do Sul, Brand (1997) identificou as consequências da concentração fundiária e expropriação das terras pertencentes aos Kaiowá e Guarani, que resultaram em uma grave desestruturação de seu modo de vida e em uma altíssima taxa de suicídio. Em busca de uma terra melhor, muitos Kaiowás e Guaranis se deslocaram para seus territórios em outros países, como o Paraguai. Sua mobilidade característica e sua condição transfronteiriça exige que esses deslocamentos sejam compreendidos de acordo com a previsão normativa internacional, como mobilidade regular e não como forma de migração.

A atribuição de nacionalidade a povos transfronteiriços é, portanto, uma questão complexa que deve ser analisada pelos gestores públicos locais com cautela.

⁹² Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-nandeva/1295>. Acesso em 03 de Agosto de 2016.

3.2. Mobilidade Populacional e Migrações - Caracterização da População Transfronteiriça e Migração Internacional

3.2.1. Corumbá, Puerto Quijaro e Puerto Suarez

As cidades Bolivianas de Puerto Quizarro e Puerto Suarez estão situadas na Província de German Busch do Departamento de Santa Cruz de La Sierra. A cidade de Puerto Quizarro localiza-se a 4 km do centro urbano de Corumbá e o tempo estimado de viagem é de apenas 10 min. Já Puerto Suarez encontra-se a uma distância de aproximadamente 19 km, tendo como tempo de viagem de 20 minutos.

Trata-se de uma fronteira seca, cujo itinerário de Corumbá aos municípios Bolivianos de Puerto Quijaro e Puerto Suarez é realizado por veículos particulares, táxis e ônibus municipais. Os táxis e os ônibus só podem circular até a fronteira dos dois países e para chegar a qualquer destino das cidades Bolivianas, a única opção é contratar um táxi Boliviano ou transitar com veículo próprio.

Com o Paraguai são 38 km de fronteira, sendo que os limites entre a cidade de Bahia Negra, pertence ao Departamento do Alto Paraguai, e Corumbá são constituídos por barreiras naturais como rios, lagos, serra e outros. Não há núcleos populacionais entre as fronteiras, apenas propriedades rurais em ambos os territórios. Porém, é possível chegar à cidade paraguaia partindo de Corumbá, cujo itinerário é realizado somente por automóvel, percorrendo-se 590 km, inclusive em estradas Bolivianas, para finalmente chegar-se a Bahia Negra.

Foi relatado pelos atores estratégicos que, além da estrada que interliga as cidades de Corumbá, Puerto Quizarro e Puerto Suarez, existe uma mobilidade populacional na fronteira, através de diversas estradas particulares e não pavimentadas, conhecidas como “cabriteiras”.

A cidade de Corumbá está localizada a 426 km de distância da capital, Campo Grande/MS. É interligada pela estrada BR 262, que está asfaltada e em perfeita condição de trafegabilidade. A viagem é realizada por ônibus intermunicipal e carro particular e o tempo de percurso é de aproximadamente 5 horas e 30 minutos.

De acordo com os entrevistados, a mobilidade humana dos brasileiros à cidade de Puerto Quijaro é motivada pelo comércio local que oferece vestuários, bebidas, perfumes e eletroeletrônicos. Esta cidade também é utilizada como itinerário para se chegar a Santa Cruz de La Sierra/Bolívia. Nela, os brasileiros buscam turismo, além de moradia, em decorrência de estarem cursando faculdade de medicina na rede privada de ensino. De Puerto Quijaro à Santa Cruz de La Sierra são 640 km de distância, que podem ser realizados por trem, carro ou ônibus. Já em Puerto Suarez, os brasileiros frequentam os bares, restaurantes e boates.

Os interlocutores do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) Aeroporto (CO13) relataram a existência de brasileiros residindo e trabalhando nas cidades Bolivianas. Os brasileiros são proprietários de lojas de vestuário e eletroeletrônico e trabalham no comércio, nos portos e nas mineradoras do território Boliviano. De acordo com os dados da Polícia Federal (CO02), foram registradas 24.001 saídas de brasileiros pela fronteira Boliviana em 2014. Desse quantitativo, grande parcela destina-se ao turismo e estudo na cidade de Santa Cruz de La Sierra da Bolívia.

No perímetro de fronteira na zona rural, 80% das famílias são brasileiros que residem no território Boliviano, segundo o CRAS Albuquerque (CO10). Esses brasileiros são filhos de Bolivianos (as) que se casaram com brasileiros (as), desencadeando uma miscigenação entre os dois povos. Essas famílias são de baixa renda, sendo que muitas são beneficiárias do Programa Bolsa Família e sua fonte de renda provém da plantação de verduras e da produção de queijos.

Também foi relatado pelo ator estratégico da Casa de Passagem (CO04) um movimento de migração interna para Corumbá de brasileiros (as) de outros estados e outras cidades do Mato Grosso do Sul que buscam trabalho nas fazendas da região, destacando-se os paraenses, paranaenses e nordestinos. O Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO POP) (CO03) que atende os migrantes sem local de moradia destaca no entanto a característica de trânsito desses brasileiros, que buscam por trabalho, parentes, localização de documentos, tratamento médico, dentre outros.

Quanto aos estrangeiros em Corumbá, certamente os Bolivianos são em maior número, seguidos pelos peruanos, paraguaios, chilenos, colombianos, argentinos e equatorianos. O ator estratégico da Polícia Federal informou que o maior fluxo migratório ocorre no período de férias, entre os meses de novembro a fevereiro, no qual são atendidos 200 migrantes internacionais por dia. As festas populares realizadas na cidade, atraem turistas brasileiros e estrangeiros, destacando-se: o Carnaval, Festiva Cultural da América do Sul, Festa de São João, Pantanal Extremo – Atividades Esportivas Radicais e comemoração do aniversário de Corumbá.

O ator estratégico da SEMAS (CO04) informou que os estrangeiros chegam a Corumbá pelas cidades Bolivianas de Puerto Quijarro e Puerto Suarez, e que Corumbá é apenas um ponto de passagem às outras cidades brasileiras.

O ator estratégico da Casa de Passagem (CO07) noticiou que os referidos estrangeiros são turistas, andarilhos, artistas de rua e artesãos, que passam pela cidade, permanecem por um período e prosseguem suas viagens. Geralmente ficam na Casa de Passagem, em hospedarias ou dormem nas ruas. Segundo ele, após regularização do visto de entrada no país seguem viagem pelo Brasil. Informou ainda que acolheu provisoriamente no ano de 2014, 192 migrantes internacionais. Os dados da Casa de Passagem apontam para uma migração mais heterogênea,

com pessoas de nacionalidade de todos os continentes e com motivos mais variados que os indicados pela Polícia Federal, destacando-se: visto humanitário, refúgio, deportação, suspeita de vítima de tráfico de pessoas, egresso do sistema penitenciário em razão de tráfico de drogas internacional, dentre outros.

De acordo com o ator estratégico da Secretaria de Saúde (CO14), diversas famílias Bolivianas trabalham na cidade brasileira comercializando roupas, alimentos e eletroeletrônicos em casas alugadas e barracas nas vias públicas. Segundo ele, esses Bolivianos apenas trabalham em Corumbá, sem estabelecer residência. O interlocutor afirmou ainda, que as referidas lojas funcionam na informalidade, não atendem a legislação local, não recolhem impostos municipais e estaduais e não cumprem os requisitos de prevenção de riscos e agravos à saúde e segurança do trabalhador. Diante de fiscalizações, as lojas são fechadas, mas poucos dias depois, os Bolivianos alugam outro local e o estabelecimento volta a funcionar em outro endereço. O mesmo ator estratégico informou que os Bolivianos também trabalham nos balneários da região como garçom e atendente e nas lojas comerciais de Corumbá.

Os interlocutores do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) (CO05) descreveram que os Bolivianos tocam e cantam em bares e restaurantes da cidade, além disso, artesãos vendem peças de artesanato em barracas nas vias públicas e em frente dos restaurantes mais movimentados.

Também há procura dos Bolivianos pelo Sistema Único de Saúde de Corumbá. O interlocutor informou a dificuldade em manter um registro de atendimento aos Bolivianos em razão da prática de falsificação de documentação e endereço, visando o acesso dos serviços da saúde. Diante desse fato, a Secretaria de Saúde alegou a impossibilidade de realizar estatística e controle dos Bolivianos atendidos e apontou que a falsificação de documento é realizada, principalmente pelas mulheres, para obter o cadastro nas unidades básicas de saúde e realizar atendimento pré-natal.

O ator estratégico da Saúde aponta que os Bolivianos em posse do visto provisório, providenciam o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e o Cartão SUS para acessar a rede pública de saúde, nesse caso, verifica-se que os documentos comprobatórios de residência não são verdadeiros, pois a maioria reside na Bolívia. Além dos Bolivianos, ele mencionou que foi efetuado atendimento no âmbito da saúde a peruanos, colombianos e haitianos de passagem pela cidade.

Também há uma circulação populacional motivada pela educação. Se por um lado os brasileiros buscam os cursos de medicina, principalmente em Santa Cruz de La Sierra, as crianças e adolescentes Bolivianas buscam a rede de ensino de Corumbá. A maioria dessas crianças e adolescentes estão inseridas em escolas públicas municipais da zona urbana. Segundo ele, existe uma política inclusiva de crianças e adolescentes Bolivianas na rede local. A matriz curricular dos cursos em Corumbá inclui a disciplina de Espanhol e oferta o curso de

Espanhol aos professores, para além de qualificá-los, estimular uma maior integração entre os alunos brasileiros e Bolívianos. Relatou ainda, a realização de encontros e intercâmbio entre os professores e os alunos das escolas brasileiras e Bolívia, possibilitando a aproximação e a permuta cultural entre as populações.

O Conselho Tutelar (CO16) informou que constantemente são acionados pelas escolas municipais e pelo Pronto Socorro, em razão da falta de certidão de nascimento de crianças Bolívia que acessam os respectivos serviços. Porém, de acordo com o entrevistado, essas crianças pertencem a famílias que possuem comércio e trabalham em Corumbá, ou que trabalham no comércio de propriedade dos brasileiros, mas que residem nas cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suarez.

O CRAS – Aeroporto (CO05) informou que 50% dos atendimentos são destinados às famílias Bolívia, sendo que a maior demanda é a procura pelo Programa Bolsa Família. Segundo ele, diversas famílias que recebem o benefício, são famílias Bolívia que nasceram na Bolívia, mas possuem toda documentação de identificação pessoal e de moradia no Brasil.

A circulação de pessoas na região é positiva e demonstra o multiculturalismo na região. Mas tem seu lado perverso. O tráfico de pessoas na cidade de Corumbá foi bem caracterizado pelos atores estratégicos e em especial pelos da Pastoral, que comumente atendem as vítimas desse crime. Os relatos desses entrevistados são expressivos ao dimensionarem a situação de exploração da força de trabalho dos Bolívia na cidade de São Paulo, frequentemente em condições análogas à escravidão.

A Pastoral da Mobilidade Humana (CO08) relatou sobre pessoas traficadas para fins de exploração laboral e, em alguns casos, em condições análogas à escravidão nas oficinas têxteis da capital paulista. A cidade de Corumbá é a principal porta de entrada de Bolívia, homens e mulheres, que buscam trabalhar ou que são vítimas de tráfico de pessoas em algumas indústrias e oficinas de confecção do bairro do Brás, no município de São Paulo. De acordo com os mesmos, a cidade do Rio de Janeiro também é um centro urbano procurado pelos Bolívia, mas não souberam precisar com exatidão o motivo da procura pelo destino.

Atuam na região pessoas que recrutam e aliciam trabalhadores Bolívia, providenciando o transporte para os locais de trabalhos. De acordo com os relatos, é pouco provável que essas pessoas apenas intermedeiem as relações de trabalho entre o trabalhador e o empresário, ou que apenas facilitem o deslocamento dos Bolívia na condição de “coiotes”. Tudo indica que se trata de uma rede de tráfico de pessoas. Até porque, a fronteira de Corumbá é aberta e a sua travessia não apresenta impedimento que imponha necessidade ao migrante de pagar intermediário para transpô-la.

A Pastoral da Mobilidade Humana (CO08) afirma que o recrutamento é realizado mediante fraude e promessa de sucesso no empreendimento laboral e, geralmente, os Bolívia

recebem benefícios em pecúnia, com antecedência para deixar aos seus familiares. Afirmou ainda que geralmente as pessoas recrutadas são de baixa renda, jovens e/ou pais de família desempregados, com baixa escolaridade. A condição de vulnerabilidade social desses trabalhadores Bolivianos torna-os vítimas preferenciais da rede do tráfico de pessoas.

Em relação aos recrutadores, os mesmos entrevistados afirmam que eles geralmente são Bolivianos, que trabalham nos empreendimentos têxteis, que se incumbem de recrutar novos trabalhadores em seu país, buscando melhoria salarial. De acordo com Coutinho (2011), nas cidades da Bolívia, inclusive em Santa Cruz de La Sierra, há veiculação em cartazes e em empresa de rádio local, sobre a oportunidade de trabalhar como costureiro na cidade de São Paulo, com falsas promessas de lucros rápidos e garantidos. Também foi constatado, nas entrevistas, que há pagamento e benefícios concedidos aos trabalhadores, com o intuito de gerar dívida, para controlar a vida das vítimas nos locais de exploração do trabalho. Segundo a Pastoral, alguns desses trabalhadores já relataram sofrer ameaça de morte, inclusive contra seus familiares, caso não quitem a dívida. Nesse contexto, as vítimas são forçadas a realizarem trabalho forçado e servidão por dívida em condição humana degradante e com jornada de trabalho exaustiva, colocando em risco sua própria vida.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (2012) essa situação se agrava em razão do desconhecimento das vítimas sobre a lei nacional e a falta de documentos brasileiros, “(...) já que a maior parte dessa migração se dá informalmente, sem o controle das autoridades de fronteira. Não é raro acontecerem agressões físicas e morais, ameaças e outras vulnerações de direitos humanos” (MT, 2012).

Outro problema relacionado a migração é a exploração sexual de crianças e adolescentes, destacada pelos representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) (CO12), do CREAS e da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) (CO15). De acordo com os atores estratégicos, turistas do Mato Grosso do Sul e de outros Estados do Brasil, adquirem pacotes para visitar e pescar no Rio Paraguai, com a inclusão de exploração sexual de adolescentes. De acordo com o entrevistado da UFMS (CO15) os navios turísticos deixam o porto de Corumbá sem a presença das adolescentes, e que quando eles atingem pontos distantes da cidade e da fiscalização, pequenas embarcações levando as adolescentes são atracadas. Segundo sua indicação, as adolescentes são oriundas de famílias pobres, residem na zona ribeirinha de Corumbá e os aliciadores trabalham diretamente com e nas empresas de turismo da cidade. A pesquisa ENAFRON já havia destacado esta questão, especialmente o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes nos barcos pesqueiros.

“O encarceramento de meninas em “barcos pesqueiros” foi analisado pela rede de atendimento durante capacitações realizadas pelo IBISS-MS (MS Entrevista 05), entre 2008 e 2009. A situação configurava tráfico de adolescentes na conclusão da organização porque as adolescentes tinham

sido levadas de outras cidades do interior do estado (e seus documentos estavam retidos, agravando a situação de tráfico). As adolescentes estavam sendo exploradas sexualmente e também apresentavam vício em substância ilícitas.” (Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, 2013, 142).

O Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e familiar (CRAM) (CO01) informou que há adolescentes brasileiras exploradas sexualmente nas boates de Porto Suarez, cujos clientes são de nacionalidades Boliviana e brasileira. Os entrevistados do CRAM afirmaram identificar essa situação no atendimento, porém as adolescentes dificilmente a relatam, por sofrerem ameaças dos agenciadores denominados de “cafetões”, que em alguns casos são seus próprios namorados ou companheiros.

A participação de adolescentes brasileiros no tráfico de drogas e no uso de substâncias psicoativas, também foi referida com preocupação, pelos atores estratégicos. O CREAS afirmou que adolescentes são utilizados como “mulas” para transportar droga entre os países ou dentro da cidade de Corumbá. Esses atores informaram ainda que adolescentes brasileiros estão presos em cadeias públicas com adultos na Bolívia por cometerem atos infracionais nas cidades vizinhas daquele país.

Os atores estratégicos entrevistados da Segurança Pública, Justiça e Assistência relataram inclusive situações de migrações internacionais indocumentadas envolvendo brasileiros ligados fundamentalmente ao tráfico de drogas, apontando como a maior preocupação da rede local.

Outra situação descrita pelo Conselho Tutelar (CO16) é o trabalho infantil que as crianças e adolescentes Bolivianas vivenciam nas lojas comerciais dos progenitores e na reciclagem de latinhas nas vias públicas, em imediações de bares, pontos turísticos e em festas populares que ocorrem na cidade.

O ator estratégico da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) (CO07) também expôs preocupação com as crianças e adolescentes Bolivianas em situação de trabalho infantil em Corumbá. Relatou que já foram identificadas atividades laborais de crianças nas feiras livres e como cuidadores de carros. Também reafirmou que as crianças e adolescentes trabalham nas lojas dos pais colaborando no atendimento aos clientes, limpeza e cuidando dos irmãos menores. Por outro lado, o ator estratégico do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – Aeroporto (CO05) indicou que existe dificuldade da rede em trabalhar algumas demandas apresentadas pela comunidade Boliviana que circula na cidade, por não entender sua cultura. Na avaliação do entrevistado, seus costumes e tradições familiares são criminalizadas pela rede assistencial e de proteção, que identifica situação de negligência e trabalho infantil, onde há somente uma relação parental mediada pela cultura, que não apresenta nenhuma violação de direitos entre os mesmos.

3.2.2. População Fronteiriça em Porto Murtinho

Com uma população que permaneceu quase estável desde o início do século XX, Porto Murtinho apresenta uma mobilidade relativamente baixa se comparado a outros municípios fronteiriços do próprio Mato Grosso do Sul. Em parte, essa característica pode ser explicada por não se tratar de um grande centro, mas de um município vivendo em relativos isolamentos geográfico e econômico, característica que pouco se alterou, salvo pela criação das rodovias asfaltadas que levam ao município. A falta de desenvolvimento do comércio fronteiriço também é um elemento que pode estar relacionado a essa estagnação.

Historicamente, o processo de ocupação se deu de maneira bastante semelhante ao de Ponta Porã. Às margens do rio Paraguai, Porto Murtinho tem uma ligação histórica com a fronteira, seja pela ocupação da região por trabalhadores paraguaios seja por sua posição privilegiada para escoar a erva-mate. A primeira ocupação destes territórios foi realizada por paraguaios e indígenas (Kmitta, 2013). A exploração dos ervais nativos pela Cia Matte Larangeira apoiou-se em larga escala nessa mão de obra. Mesmo os ciclos posteriores de predomínio da pecuária e produção do tanino foram possíveis e rentáveis também graças a essa exploração. A atração de trabalhadores paraguaios para o município ocorreu ao longo de todo esse processo e responde pelas relações transfronteiriças entre as margens.

As pessoas nascidas na região frequentemente possuem fluência nos três idiomas da região, português, espanhol e guarani. Entre os idosos, a presença de paraguaios é notável: a Casa do Idoso mantida pela prefeitura, por exemplo, abriga especialmente paraguaios e indígenas, sendo rara a presença de brasileiros natos. Já no Centro de Convivência de Idosos, há participação de 70 pessoas estrangeiras, segundo a prefeitura.

Por fim, no que diz respeito aos ciclos econômicos, além dessas populações que tradicionalmente ocupavam a região, o aproveitamento dos ervais atraiu também pessoas, principalmente da região sul do país; posteriormente, as empresas produtoras de tanino empregaram também mão-de-obra vinda do Norte e Nordeste do país, além de pessoas do oeste paulista.

Atualmente, três fenômenos de mobilidade puderam ser identificados por esta pesquisa: migrações e mobilidade da população fronteiriça; o deslocamento para o trabalho rural e o deslocamento temporário de pessoas relacionado ao turismo de pesca.

A presença de paraguaios na cidade de Porto Murtinho resulta tanto de processos (recentes ou históricos) de migração como da circulação transfronteiriça rotineira. A rede de assistência social é procurada com regularidade pela população estrangeira e, de acordo com relatório municipal de 2013 (Prefeitura de Porto Murtinho, 2013), Porto Murtinho atende pessoas estrangeiras com pedidos de orientação sobre naturalização, orientações sobre visto de entrada para turistas, entradas em processos de naturalização. No total, de acordo com a Secre-

taria de Assistência Social (PM01) nos últimos quatro anos se regularizaram 300 estrangeiros no município.

A presença de paraguaios, portanto, gera demandas para a rede de assistência. Como em outros municípios de fronteira, a regra no atendimento à saúde é que o acesso à urgência e emergência não sejam, via de regra, negados. No caso das especialidades oferecidas pelo município também é possível que os paraguaios acessem a rede pública, mas o referenciamento para Campo Grande, por exemplo, já suscita questões mais complicadas, como a exigência de carteira do SUS (Sistema Único de Saúde) e a demanda por acompanhantes brasileiros para as pessoas menores ou dependentes.

Afora o acesso à rede de serviços brasileira, a circulação rotineira pela fronteira está mais atrelada a algumas opções de comércio de importados, como roupas, no Paraguai, especialmente na Isla Marguerita, que fica na margem oposta ao ancoradouro brasileiro. A dinâmica desse comércio local, no entanto, não se compara com a de outras regiões no Paraguai que foram concebidas como grandes pólos comerciais. O comércio de baixo custo abastece principalmente a população local e isso se reflete também nos gêneros alimentícios vendidos por alguns pequenos produtores no Paraguai, segundo informações obtidas junto a alguns residentes.

A situação mais particular dessa fronteira, no entanto, é a presença de aldeias indígenas da etnia Ayoreo às margens do rio Paraguai. Considerada por alguns membros da rede local como uma “etnia paraguaia” e alvo de reiteradas polêmicas, esses grupos enfrentam dificuldades de acesso a alguns serviços.

Em primeiro lugar, de acordo com a liderança de uma das comunidades (PM14) há mais de 70 crianças e adolescentes indígenas, todos nascidos e documentados no Brasil e que necessitariam de acesso às escolas do município. No caso de conseguirem seu próprio transporte para atravessar o rio (uma viagem de menos de cinco minutos que custa em média cinco reais), eles são matriculados e encontram transporte público no centro de Porto Murtinho para suas respectivas escolas. Aqueles cujas famílias encontram dificuldades para pagar o curto transporte fluvial não estão conseguindo acessar a educação em escolas brasileiras, embora possuam esse direito.

Apesar da proximidade e da relação com o centro urbano de Porto Murtinho, a gestão da educação municipal não contrata intérpretes do idioma Ayoreo, mesmo afirmando que muitos alunos possuem dificuldades de acompanhar o andamento dos cursos em razão de não falarem português (PM10). A população indígena Ayoreo é conformada por cerca de 5.600 pessoas, das quais aproximadamente 2.600 vivem no Paraguai e o restante na Bolívia (IWGIA; IPES, 2012).

No cenário geral paraguaio, os povos indígenas representam 1,7% do total da população. Segundo Gladys Casaccia, “El avance de la sociedad no indígena sobre territorio Ayoreo es

relativamente recente, intensificándose desde mediado del Siglo XX con la instalación de empresas tanínicas, incipientes prospecciones petrolíferas, emprendimientos ganaderos, llegada de colonos menonitas y disposición de unidades militares. (2009, p.4)

Outra dificuldade enfrentada é a discussão sobre a presença de crianças indígenas Ayoreo no centro de Porto Murtinho, muitas vezes desacompanhadas, praticando mendicância, o que tendo sido visto pela prefeitura de Porto Murtinho e alguns profissionais da rede municipal como inadequada. O relativo movimento de turistas parece inspirar o deslocamento das crianças com este fim. Durante a realização do Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas em Áreas de Fronteira (Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, 2013) membros da rede de Porto Murtinho entrevistados chegaram a externar a preocupação com a possibilidade de se tratar de tráfico de pessoas para fins de mendicância.

Visita à comunidade e entrevista com uma de suas lideranças trouxe uma nova interpretação desse fenômeno. Observou-se que os Ayoreos vivem em condições bastante precárias e que falta assistência estatal e diálogo direto com esses grupos. O deslocamento é típico de uma população fronteiriça que transita livremente dentro do território que habita e a autonomia das crianças para o deslocamento é um traço culturalmente afirmado pelo grupo, segundo nos informou a liderança (PM14). O desamparo dos Ayoreo e a eventual desproteção das crianças indígenas poderiam, em outros termos, ser alvo de ações da rede municipal de Porto Murtinho. A possibilidade do tráfico de pessoas para fins de mendicância, nesse caso, deve ser balizada tendo em vista os traços culturais e as características da população local. Não ao menos, a falta de assistência e proteção dessas crianças indígenas não pode ser desconsiderada e deveria ser alvo de intervenção estatal.

Outra forma evidente de deslocamento em Porto Murtinho é o deslocamento para o trabalho rural. As principais indicações sobre este fenômeno foram produzidas pelo Ministério Público do Trabalho e pelo FTD-ETP, ambos atuando de forma conexa em Porto Murtinho (PM08). Por iniciativa de um procurador do trabalho de Campo Grande, estes órgãos têm estado atentos às relações de trabalho no município e realizam fiscalizações. Têm sido identificados casos de emprego de trabalhadores paraguaios em fazendas brasileiras de gado e em carvoarias. O MPT já resgatou trabalhadores em situações análogas à escravidão e estrangeiros também em situação irregular. Por meio de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), o MPT procura oferecer aos empregadores a possibilidade de regularizem a situação migratória de seus trabalhadores e garantir melhores condições de trabalho, considerando que muitas vezes os fronteiriços são dependentes dessas oportunidades.

Em um dos casos mais recentes encontrados, em 2012, foi flagrada a presença de um grupo de 15 trabalhadores paraguaios originários da cidade de Valle Mi (departamento de Concepción) e de Bella Vista Norte (departamento de Amambay), ou seja, não eram originários da região que faz fronteira com Porto Murtinho (Pereira; Mochizuke, 2013). Juntamente com

outro caso de pessoas brasileiras oriundas de outros estados encontradas em situação análoga à de escravos, essa situação chama a atenção dos membros do FTD-ETP (PM08) por demonstrar a vulnerabilidade dos trabalhadores que se encontram a grandes distâncias da cidade. De acordo com o entendimento do FTD-ETP, essas situações têm fortes indícios de tráfico de pessoas para exploração do trabalho.

Finalmente, o deslocamento temporário de pessoas relacionado ao turismo de pesca. O turismo de pesca é um dos grandes atrativos dessa região e mobiliza para Porto Murtinho quase exclusivamente homens de outras regiões do estado e do país, normalmente com alto poder aquisitivo (já que os pacotes turísticos têm valores altos), entre os meses de março e outubro, durante a temporada de pesca. A relação preocupante entre este tipo de turismo e a prática de exploração sexual se confunde frequentemente com a atuação espontânea de profissionais do sexo adultas. Em Porto Murtinho como em outras regiões pantaneiras fronteiriças, a compreensão dos profissionais entrevistados mais familiarizados com o tema costuma ser de que ambas as realidades convivem: a atração de profissionais do sexo de outras regiões aparece em vários discursos, que destacam a presença de mulheres dos estados do sul e sudeste e, com menor frequência de paraguaias, sem desconsiderar que há indícios de tráfico de pessoas e de exploração sexual de crianças e adolescentes. A existência de um mercado formado por casas fechadas (pousadas, boates, whiskerías, barco-hotéis, etc) que lucram com esse negócio preocupa muitos entrevistados pela possibilidade de seu envolvimento com o aliciamento, transporte e até mesmo restrição da liberdade e outras violações de direitos das pessoas que trabalham nesses locais.

No caso da exploração sexual de crianças e adolescentes, por força da atuação de profissionais e militantes comprometidos desde a década de 1990 com o enfrentamento desta prática, no Mato Grosso do Sul esta situação foi amplamente relatada na mídia e documentada. Durante a pesquisa de campo, diversos entrevistados descreveram que a prostituição e a exploração sexual infantil costumavam ser observadas em áreas centrais durante o dia em épocas de grande fluxo de turistas. Como consequência, essa prática foi banida da cidade, por meio de uma decisão judicial que teria fechado esses estabelecimentos e inibido sua reabertura no perímetro urbano. Diversos entrevistados relataram, no entanto, que esses estabelecimentos reabriram em regiões mais afastadas. Permanece a percepção de que a prática continua nas pousadas, inclusive com o agenciamento de acompanhantes.

Em Porto Murtinho esse enfrentamento mais incisivo, aliado a uma série de programas culturais municipais voltados para o público infantil e adolescente, especialmente o feminino, gerou uma aparente diminuição do problema ou, de outro modo, uma maior invisibilidade do tema. A ausência de organizações da sociedade civil mais atuantes no município e dedicadas ao enfrentamento do problema, bem como, a dificuldade da rede em acessar casos de exploração sexual - já que essa não se daria mais na região central da cidade ou em locais públicos - contri-

buem para a propagação de rumores, mas sem quaisquer informações concretas. A presença de paraguaias adultas nas casas de prostituição da periferia da cidade é tida, por exemplo, como um indício de tráfico de pessoas e frequentemente alega-se haver conhecimento das figuras que estão à frente do aliciamento e transporte dessas mulheres para Porto Murtinho.

Em 1998, o primeiro mapeamento sobre a exploração sexual infantil em diversos municípios do Mato Grosso do Sul encontrou:

“Fortes indícios de que o aliciamento e a exploração sexual infantil estão organizados e estão vinculados à pesca, chegando a atrair uma média de 150 adolescentes nos meses de agosto a outubro, período que antecede a piracema. (...) Na rua as meninas concentram-se no “calçadão” do centro e na orla do rio, próximos a bares frequentados por turistas da região e publicamente caracterizados como ponto de encontro. O bar é o ponto onde as adolescentes ficam e são aliciadas para os barcos ancorados. (IBISS-MS, 1998, p. 36).”

Apesar dessa situação amplamente relatada (até hoje) por pessoas que vivenciaram esse período no município, este levantamento de 1998 identificou que, de 240 atendimentos do Conselho Tutelar naquele ano, apenas sete eram denúncias de exploração sexual, das quais cinco haviam sido confirmadas. As vítimas tinham entre 13 e 15 anos de idade, o que reforça a tese da ausência de denúncias e do fenômeno da criminalidade oculta.

Embora esta forma de exploração sexual pareça ter diminuído ou se tornado menos visível no município, a permanência de um contexto de vulnerabilidade de mulheres e jovens indica a possibilidade de que sua ocorrência tenha se modificado, mas não deixado de existir. O contraste entre o poder aquisitivo dos turistas que procuram o município para pacotes luxuosos e a baixa renda local, atrelada a outros indicadores, são um importante fator a se considerar.

A fronteira é, dessa forma, uma zona de vulnerabilidade em razão das características socioeconômicas da região, mas não é a sua abertura ao estrangeiro e ao país vizinho a principal causa das violações e explorações identificadas. Estudo recente do IBISS-CO e do COM-CEX-MS sobre a exploração sexual na região de fronteira do Mato Grosso do Sul chegou a conclusão semelhante:

“Os municípios de fronteira elencados para este estudo têm diferentes relacionamentos com os demais aglomerados urbanos/rurais do Paraguai e Bolívia, sendo alguns deles contíguos, outros com caminhos e estradas para chegar à fronteira e ainda um deles por rio, que é Porto Murtinho. Estas características, embora importantes para a pesquisa não foram decisivas na compreensão da exploração sexual e a relação com o território de fronteira, posto que trabalhamos mais com a ideia de representação da fronteira do que propriamente espaço físico de fronteira, uma vez que esta

característica, desde o início dos estudos, sobressaiu-se na compreensão do nosso “problema de pesquisa”. (COMCEX & IBISS-CO, 2011, p.22).

Nas cidades fronteiriças do Mato Grosso do Sul a travessia da fronteira por crianças e adolescentes para participar do mercado sexual nos países vizinhos é um elemento comum nas entrevistas realizadas (COMCEX & IBISS-CO, 2011). Em Porto Murtinho, essa situação não foi diferente. Este documento sistematiza da seguinte forma a rede e os pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes na fronteira do Mato Grosso do Sul com a Bolívia e o Paraguai:

“A fronteira pode significar diferentes mobilidades e imobilidades a depender do tipo de organização do grupo prostitucional. As casas de prostituição se conversam entre os dois países, os pontos de prostituição interagem e, a depender da regra do mercado sexual, os/as jovens são mais ou menos liberados para circular, inclusive sendo chamariz de clientela para as casas de prostituição. (...) No caso do Brasil, há diferentes dinâmicas neste mercado que vão desde a organização de pontos de aliciamento e prostituição de rua, como festas realizadas propositalmente para atender diferentes públicos que, no caso das situações citadas, são para pessoas de classe econômica abastada, inclusive traficantes.” (COMCEX & IBISS-CO, 2011, p. 35).

A pesquisa ENAFRON também relatou essas situações, descrevendo como casos de tráfico de pessoas. “Nas cidades de Porto Murtinho e Ponta Porã no Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai, também há indícios de casos de tráfico de pessoas, principalmente crianças e adolescentes, para fins de exploração sexual, segundo o CIMI (MS Entrevista 03).” (Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, 2013, 142).

3.2.3. Mobilidade transfronteiriça em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero

A região de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero é marcada atualmente por um padrão de mobilidade populacional que pode ser descrita como de população fronteiriça, comumente chamada de “brasiguaios”. Por mais que este termo tenha sido cunhado em outro contexto, a sua utilização midiática e seus deslocamentos semânticos levam a crer que estas questões devem ser consideradas como parte do histórico dessa fronteira, compreendida de modo mais abrangente.

A fronteira com o Paraguai foi sendo ocupada por trabalhadores paraguaios algumas décadas depois da definição atual dos limites internacionais, quando a Cia Matte Larangeiras, arrendatária das terras desta região, passou a explorar a erva-mate nativa (Brand, 1997). Mesmo com a migração de gaúchos e pessoas de outras regiões do Brasil no século XX, o centro de influência mais forte do sul e sudeste do sertão mato-grossense foi por muito tempo a capital do Paraguai, Assunção, dada a grande distância (política e geográfica) que separava essa área do centro administrativo brasileiro no Rio de Janeiro (Mondardo, 2013).

Segundo Mondardo (2013), historicamente a migração paraguaia para o Brasil esteve atrelada a três principais contextos do país vizinho: a concentração de terras, a baixa oferta de trabalho e a procura de melhores oportunidades diante de cenários de instabilidade política e econômica no Paraguai. Os paraguaios foram a principal mão de obra utilizada nas primeiras grandes atividades produtivas no sul e sudoeste do estado no final do século XIX e início do século XX: a exploração de erva-mate pela Cia Matte Larangeiras e a criação de gado⁹³. Instalar-se nessas áreas foi parte da estratégia de sobrevivência de homens e mulheres paraguaios após a Guerra da Tríplice Aliança (Mondardo, 2013).

Além deste fluxo decorrente da centralização das terras e desestruturação econômica no Paraguai no final do século XIX, o período da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) e desarranjos recentes causados por iniciativas de cunho neoliberal exercem influência sobre os fluxos migratórios de paraguaios (Mondardo, 2013). Atualmente, a presença de paraguaios no Mato Grosso do Sul se estende por outras cidades da faixa de fronteira e em lugares mais distantes do estado, como a capital, Campo Grande. Em Dourados também há uma expressiva população paraguaia.

Já a migração de brasileiros para o Paraguai começou em 1950 e se intensificou a partir da década de 1970, impulsionada pela política do Estado vizinho de permitir a venda de grandes lotes de terra nas áreas fronteiriças a preços baixos para estrangeiros, com o intuito de desmatá-las e torná-las produtivas (Albuquerque, 2010). A política paraguaia destinava-se a promover a ocupação da região fronteiriça do país, em uma espécie de “marcha para o leste”, paralela à que

⁹³ Brand (1997) afirma que a participação dos indígenas Kaiowá e Guaraní na produção de erva-mate foi provavelmente subestimada pelos pesquisadores, possivelmente em razão da confusão feita entre eles e os trabalhadores paraguaios, ambos os grupos falantes nativos do idioma guaraní. O autor chega inclusive a discutir a hipótese de que a mão de obra indígena pudesse superar a paraguaia, com base em indícios encontrados em algumas fontes documentais.

já se havia implantado no Brasil, também pautada por uma lógica de desenvolvimento fronteiro e pela preocupação em ocupar o que se compreendia como “vazios”.

No Paraguai, as comunidades brasileiras se estabeleceram com distintos graus de participação na sociedade local, com a ocupação de cargos políticos, criação de escolas, rádios e serviços em português. Esse relacionamento tem sido marcado, até hoje, por conflitos relacionados ao idioma, a incompreensão de diferenças culturais, e à concentração de terras nas mãos de empresários brasileiros em contraste com as pequenas propriedades de camponeses paraguaios.

A partir da década de 1980, estabeleceu-se um processo de migração de retorno de brasileiros advindos do Paraguai. Os principais locais de entrada desses brasileiros retornados e seus familiares foram o Paraná e o Mato Grosso do Sul (Marques, 2009). O final da ditadura em ambos os países e as modificações decorrentes dos processos de democratização geraram novamente impactos na mobilidade local.

“A partir de então, os imigrantes pobres passaram a ser ‘expulsos’ do modelo de concentração da propriedade no Paraguai e foram ‘atraídos’ pela promessa de terra no Brasil. Naquele momento, grupos de brasileiros se organizaram politicamente para voltarem ao Brasil, acamparam nos municípios brasileiros próximos ao Paraguai e reivindicaram a terra e a nacionalidade brasileira. Os brasileiros pobres e marginalizados que voltaram do Paraguai passaram a ser conhecidos como brasiguaios.” (Albuquerque, 2010, p.83).

A estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul e do leste do Paraguai se definiu, portanto, por políticas estatais de colonização e incentivo à compra de terras a preços baixos, que produziu fluxos migratórios prolongados de pessoas advindas principalmente do sul do Brasil para essas regiões. Albuquerque (2010) lembra inclusive que as regiões em questão no Brasil, já eram ocupadas por posseiros originários da região nordeste brasileira, que foram preteridos nas políticas de Getúlio Vargas em favor de imigrantes do sul, em geral brancos e que se aproximavam do ideal de população europeia. No Paraguai, da mesma forma, as primeiras levas de imigrantes brasileiros eram de origem nordestina e aos poucos foram sendo suplantados ou convivendo com fluxos de pessoas do sul do Brasil. Diversos conflitos de terra atuais, em ambos os países, decorreram dessas ações.

Esses deslocamentos possuem características próprias e são bastante diversos de outros fluxos migratórios mais recentes, como o de brasileiros para o hemisfério norte (Sprandel, 2006), de modo que não podem ser generalizados na mesma chave analítica e são, em sua especificidade, fundamentais para se compreender a fronteira e as relações entre os dois países.

Não há qualquer tipo de separação entre as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. A existência de uma zona de conturbação entre os dois municípios e a ausência de acidentes

geográficos que permitam visualizar os limites políticos entre os dois países são suas maiores especificidades geográficas.

A população fronteiriça de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero se move com facilidade através da linha internacional, em veículos ou a pé, sem que seu deslocamento seja limitado, impedido ou registrado em sistemas oficiais. É um deslocamento óbvio, visível e cotidiano que não causa qualquer estranheza, mas traz preocupações relativas à segurança aos poderes públicos e aos habitantes. Também destaca-se a demanda por políticas públicas, e por acesso a direitos e a serviços que levem em conta mobilidade fronteiriça como uma realidade com enorme influência na vida da população local.

A existência de uma população fronteiriça relativamente integrada, no entanto, não exclui a existência de tensões e conflitos. A nacionalidade, por exemplo, é um aspecto central da construção identitária e sentimentos de pertença que influencia o contexto local principalmente como discurso diferencial que permite reconhecer ou negar direitos. Associada à nacionalidade, multiplicidade linguística é também um importante marcador de limites sociais e culturais. No Paraguai, há dois idiomas oficiais - o guarani e o espanhol - e é recorrente mesmo entre brasileiros nativos da região de fronteira a fluência em um ou em ambos, além do português. Por vezes, essa fluência decorre da existência de laços de parentesco com paraguaios e da utilização dos idiomas em âmbito doméstico. No caso dos povos indígena, os principais idiomas falados nesta região do estado são o guarani e o kaiowá.

Seguindo a linha analítica de Mondardo (2013), a auto-identificação de muitas pessoas de origem paraguaia como brasileiros, independentemente da situação de residência ou documentação, aponta provavelmente para uma estratégia de ordem prática.⁹⁴ Essas tensões e conflitos permeiam os discursos analisados e convivem com falas que ressaltam a proximidade, os vínculos de parentesco e a identidade cultural híbrida, com diversos arranjos linguísticos e identitários.

Resumidamente, quatro fenômenos de mobilidade puderam ser identificados por esta pesquisa: a circulação de pessoas motivada por razões de ordem econômica (movimentadas opções de turismo de comércio) ou pela oferta de vagas de trabalho e demanda por serviços, sendo esta a mais comum; a busca pelos serviços públicos no Brasil; a migração efetivamente, fenômeno este em menor escala e a migração temporária de estudantes brasileiros (do Mato Grosso do Sul e outros estados) para estudar medicina em universidades privadas em Pedro Juan Caballero. Há ainda um fluxo migratório de paraguaios para o Brasil, passando por Ponta Porã para acessar outros centros urbanos maiores - que apesar da aparente regularidade, e apenas residual em termos quantitativos.

⁹⁴No Paraguai, a recusa ou dificuldade de migrantes brasileiros de falar o idioma espanhol e o guarani é um dos pontos de tensão da sua relação com os paraguaios e provoca os mais diversos arranjos identitários (Albuquerque, 2010). O uso deste idioma é muitas vezes rechaçado no Brasil por possuir origem indígena e representar “um Paraguai arcaico e subdesenvolvido” (Mondardo, 2013, p.86), cuja importância e contribuição para a formação regional termina-se por omitir.

As políticas econômicas e geopolíticas do Brasil e do Paraguai, especialmente durante os governos ditatoriais dos dois países, contribuíram decisivamente para as condições de circulação na área de fronteira a partir da segunda metade do século XX. A experiência do município de Ponta Porã deve muito à dinâmica zona comercial instalada na faixa de fronteira, especialmente do lado paraguaio, onde os eletrônicos e outros importados têm destaque na oferta e na procura. Segundo Lindomar Albuquerque:

“A política paraguaia de baixar a taxa de impostos para importação de produtos industrializados a partir de 1981 e reexportar estes produtos para os países vizinhos modificou o contexto econômico e migratório nas cidades de fronteiras com as nações relativamente mais desenvolvidas (Brasil e Argentina), especialmente Encarnación, Cidade do Leste e Pedro Juan Caballero (2010, p. 67).”

Nesta última cidade, foram implantados empreendimentos comerciais de grande vulto, pautados principalmente neste comércio de produtos importados, destinado quase exclusivamente aos brasileiros, especialmente turistas advindos do próprio estado do Mato Grosso do Sul, mas também de outros estados. Um fluxo constante de pessoas alimenta o turismo de comércio na cidade, mesmo em época considerada de baixa temporada.

Nas áreas centrais de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero se concentram a maioria dos empreendimentos comerciais. Estende-se pela linha de fronteira um edifício térreo alongado que faz as vezes de um “camelódromo”, construído com o intuito de gerir melhor a movimentada zona comercial, separando e categorizando os vendedores ambulantes. Como esses novos prédios não suportam toda a oferta de produtos, uma parte dos vendedores ambulantes continua se concentrando nas calçadas.

O comércio popular de produtos de baixo valor de todas as categorias (roupas, utensílios para a casa, comidas típicas, acessórios para celular, dentre outros), é apenas uma das facetas da estrutura comercial local e talvez a que possui menos destaque em Pedro Juan Caballero. O maior atrativo são os produtos importados de maior custo, especialmente eletrônicos, vendidos em lojas e galerias que preenchem todas as ruas paralelas à linha internacional na região central. O grande destino do turismo de comércio no município é o Shopping China, que possui também outras filiais. Está localizado precisamente na linha internacional, do lado paraguaio, na principal entrada da cidade, aquela que a conecta a Dourados. Durante toda a semana, o afluxo de pessoas ao shopping é muito grande.⁹⁵

Com uma exceção (PP12), raramente os entrevistados avaliaram a importância da política fiscal paraguaia sobre produtos importados para o contexto dos dois municípios, cuja economia é bastante dependente deste comércio.

⁹⁵ O Shopping China se assemelha a um hipermercado, em que as gôndolas dividem os espaços das distintas marcas de roupa, produtos cosméticos, utensílios domésticos, itens de decoração, bebidas alcoólicas, instrumentos de pesca e, claro, produtos eletrônicos, como televisores, câmeras fotográficas, computadores, celulares e uma grande variedade de acessórios. As moedas utilizadas em Pedro Juan Caballero são o dólar, o guarani e o real, e são aceitas cédulas e cartões de crédito. O shopping China emite sua nota com o registro do valor da compra nas três moedas. Os produtos costumam estar etiquetados em dólar no shopping, embora na rua seja corrente negociar diretamente em reais.

A grande oferta de empregos decorrente deste comércio beneficia também os brasileiros, muito embora nenhuma das instituições consultadas tenha apresentado dados.

De maneira geral, alguns entrevistados (PP04, PP11) observaram que diversos serviços gerais no Brasil são prestados por paraguaios, o que no caso das mulheres se traduz muitas vezes em trabalho doméstico.

Segundo o órgão responsável pela tutela dos direitos das crianças em Pedro Juan Caballero, a Codeni (Consejería Municipal por los Derechos del Niño, la Niña y el Adolescente), a procura de jovens brasileiros por trabalho no Paraguai é grande. Empresas privadas oferecem vagas para jovens a partir dos 15 anos. Os interessados brasileiros devem preencher uma ficha de inscrição e apresentar certos documentos para se inscrever no programa. A Codeni informou que faz acompanhamento de todos os casos para verificar se o andamento do adolescente no trabalho não afeta a sua educação. Esta é uma questão complicada em face a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no Brasil, que determina em seu artigo 403 que o trabalho só é permitido a partir dos 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14.

A procura por serviços públicos do lado brasileiro especialmente tem motivado bastante a circulação transfronteiriça. A política de atendimento universal do Sistema Único de Saúde (SUS) e o acesso obrigatório de todas as crianças brasileiras à escola se configuram como atrativos. Desta forma, brasileiros residentes (de forma documentada ou não) em Pedro Juan Caballero e paraguaios fronteiriços⁹⁶ buscam os serviços de saúde e educação, dentre outros, em Ponta Porã. Essa é uma movimentação típica da população fronteiriça, que envolve não apenas estrangeiros, mas também brasileiros que residem no Paraguai na busca de serviços e os benefícios que o Brasil oferece.

O consulado do Paraguai em Ponta Porã (PP07) afirma que acesso ao SUS e à educação pública são os principais motivos da circulação na região da fronteira. Já o consulado brasileiro em Pedro Juan Caballero (PP09) indica que essa circulação ocorre também para acesso à saúde em um fluxo em sentido contrário, de brasileiras que realizam cirurgias cesáreas no município fronteiriço do Paraguai em razão de serem mais baixos os preços do que na cidade brasileira. De acordo com o seu relato, estas crianças são frequentemente registradas no Paraguai e em seguida também no consulado brasileiro, o que é viável de acordo com o critério brasileiro para definição da nacionalidade, embora no Paraguai a dupla nacionalidade seja vedada (PP10).

⁹⁶ É importante destacar que a atribuição da nacionalidade é uma generalização simplificadora que não necessariamente condiz com as variadas circunstâncias que me foram descritas. Há muitos casamentos entre brasileiros e paraguaios, que por vezes abandonam a nacionalidade paraguaia e por outras mantêm a duplicidade legalmente admitida no Brasil. Os filhos dessas uniões frequentemente possuem documentação brasileira, mas podem residir em Pedro Juan Caballero e acessar a escola em Ponta Porã. Há muitos idosos paraguaios com dificuldade de acessar tratamentos mais especializados no SUS e as crianças por vezes encontram dificuldade em falar o idioma português na escola, a despeito de terem nascido e residirem no Brasil. São múltiplos cenários que reforçam que a complexidade da composição desta sociedade, que certamente se beneficiaria mais do reconhecimento de sua condição binacional do que da tentativa de classificação estrita.

Há uma percepção de que as famílias paraguaias optam por ter seus filhos muitas vezes em hospitais brasileiros possivelmente para garantir documentação no país e possibilitar o acesso aos serviços públicos brasileiros. Como consequência, muitas das crianças que residem no Paraguai e têm famílias paraguaias estudam em escolas no município de Ponta Porã, especialmente aquelas que se localizam na linha de fronteira. Segundo a gestão da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã (PP12), 95% dos alunos que estudam nessas escolas da linha de fronteira se dirigem para Pedro Juan Caballero ao final das aulas, embora muitas vezes registrem um endereço brasileiro. É possível observar diariamente a travessia dos estudantes para o lado paraguaio da linha de fronteira. De toda forma, o local de residência não afeta a matrícula na rede municipal, para a qual basta a nacionalidade do estudante ser brasileira (PP12).

Quanto a migração efetivamente, o consulado do Paraguai em Ponta Porã informou em entrevista que há cerca de 1.800 paraguaios com documento de permanência no município e estimou que o dobro viva sem a documentação (PP07). Esse número é baixo se comparado ao de pessoas paraguaias residentes em Dourados que, segundo o consulado, chega a cerca de 30 mil.⁹⁷

No entanto, ainda que essas pessoas efetivamente residam do lado brasileiro, essa informação contribui pouco para a compreensão da mobilidade em Ponta Porã. No caso dos paraguaios residentes neste município, a princípio, não parece se tratar de fluxos migratórios, históricos ou recentes, mas de escolhas de documentação e residência frequentemente atreladas a questões de ordem prática, como acesso a serviços, local de trabalho e gozo de benefícios sociais e previdenciários. De toda forma, o local de residência não altera, nesse contexto, a situação de circulação típica da população fronteiriça, que continua sendo o principal fenômeno a ser compreendido.

Ponta Porã pode se configurar ainda como uma porta de entrada para outras regiões do estado e do país. O consulado do Brasil em Pedro Juan Caballero (PP09) aponta a mobilidade da população local em função do mercado de trabalho. O visto de permanência temporária do Mercosul cumpre seu papel de facilitar o acesso de pessoas para residência e trabalho temporários (por até dois anos) e é a grande demanda dos paraguaios que acessam o consulado de Ponta Porã, em geral, para seguir a Dourados e Campo Grande (PP10). É difícil dimensionar este fluxo, já que os órgãos consultados não puderam fornecer dados (PP09 e 10).

Foi apontado também um fluxo relativamente recente (últimos anos) de estudantes brasileiros, do Mato Grosso do Sul e mesmo de outros estados, que migram para Ponta Porã e Pedro Juan Caballero para cursar as faculdades de medicina desta última cidade. O consulado paraguaio em Ponta Porã informa que haveria em torno de 1.500 brasileiros estudando medicina em Pedro Juan Caballero, principalmente nas universidades privadas (PP07). As estimativas a

⁹⁷ O consulado reconhece a importância da organização de residentes paraguaios e atribui ao grau avançado de organização o logro de demandas de acesso a serviços em Dourados. Em Ponta Porã, os residentes não contam com este grau de organização e, portanto, não possuem as mesmas garantias.

respeito desse número variam e há informações na mídia que sugerem um volume maior de estudantes (Arguelho, 25 abr. 2014). De acordo com o consulado brasileiro em Pedro Juan Caballero (PP09), não há uma estimativa do número de brasileiros que estão cursando as faculdades de medicina no município. Eles conhecem o fluxo, mas afirmam que não há registro ou controle a não ser que procurem o consulado. De toda forma, a principal demanda para o consulado é de regularização de documentação para residentes e assistência consular aos estudantes brasileiros.

No que diz respeito ao tráfico de pessoas, particularmente, há poucos casos conhecidos de tráfico de crianças e adolescentes paraguaias e indígenas para trabalho doméstico. Essa é, no entanto, uma preocupação de alguns órgãos que defendem os direitos das pessoas estrangeiras ou que fazem enfrentamento ao tráfico de pessoas no Mato Grosso do Sul. Durante a Pesquisa ENAFRON, o Consulado do Paraguai em Campo Grande e a organização não-governamental IBISS-CO apontaram para a ocorrência de alguns casos de tráfico de meninas (crianças e adolescentes) para exploração para trabalho doméstico em distintas regiões do estado (Secretaria Nacional de Justiça, 2013). As crianças eram paraguaias e foram exploradas na capital. Na compreensão do procurador do trabalho, o tráfico internacional de pessoas se comprovou e a ação civil pública pedia a condenação dos réus a não mais utilizar o trabalho infantil doméstico e se abster de cometer qualquer das ações que tipificam o tráfico internacional de pessoas (nos termos do Protocolo de Palermo), especialmente contra crianças estrangeiras.

A fronteira de Ponta Porã exerce uma grande atratividade, não apenas pelo comércio de produtos importados. Outro mercado que funciona como fator de atração é o de substâncias ilícitas, do qual se tem indícios mais claros apenas pelos dados sobre o sistema penitenciário local. A suposta facilidade de entrada de drogas a partir da fronteira com Pedro Juan Caballero é considerada como um grande problema de segurança pública, mas não foi possível levantar dados diretamente sobre este fenômeno. Para os fins deste relatório, o tema foi abordado a partir de um filtro, o do sistema penitenciário, que evidencia a relação entre mobilidade e tráfico de drogas, mas esclarece pouco sobre o volume do tráfico, sua organização, outros crimes atrelados ou mesmo sobre as características dos usuários de droga no município, que podem ser de variadas origens e classes sociais, mas que não necessariamente são selecionados pelo sistema de justiça criminal.

As informações coletadas referem-se ao universo de assistidos pela Defensoria Pública do Estado no município, que constituem, portanto, o público beneficiário de uma política de assistência jurídica gratuita para pessoas de baixa renda. A Defensoria Pública estadual em Ponta Porã relata que as pessoas presas pelo crime de tráfico de entorpecentes neste município são homens, mulheres e adolescentes advindos de outros estados do Brasil ou de outros municípios do próprio Mato Grosso do Sul (PP08). O fator de atração de pessoas de outras

regiões é corroborado pela percepção do Ministério Público Federal (PP18), que também atua na acusação do crime de tráfico internacional de entorpecentes. Não é certo se possuem alguém que os agencie para o trajeto, mas o mais provável é que se dirijam por conta própria para esta região, na compreensão da defensora entrevistada (PP08), possivelmente motivados pela ideia de que existe um movimentado comércio de drogas e da facilidade de consegui-las pelo contato direto com o Paraguai.

A permeabilidade da fronteira às drogas é uma preocupação constante das forças de segurança estaduais e também da rede local (PP 14, 17, 20 e 21, por exemplo), e tem resultado em diversas ações específicas para combater o transporte de substâncias ilícitas. A pesquisa de campo foi realizada algumas semanas antes do início da Copa do Mundo no Brasil e as operações planejadas de vistoria nas rodovias de fronteira eram muito frequentes nessa ocasião.⁹⁸

De toda forma, independentemente da real dimensão do tráfico de drogas, a mobilidade atrelada ao mercado de substâncias ilícitas em Ponta Porã pode ser vislumbrada a partir do perfil das pessoas presas no sistema penitenciário e de internação juvenil no município. Segundo informações da Defensoria Pública do Estado (PP08), dos 300 presos homens no presídio local de Ponta Porã, estima-se que entre 70 e 80% estejam presos por crime de tráfico de drogas. Estes percentuais superam em muito os nacionais por encarceramento para este tipo de crime (PP08). Esses homens são, em geral, provenientes de outros estados e têm em média entre 20 e 30 anos (PP08). Na maioria dos casos, são “mulas”, ou seja, ocupam uma posição de menor grau hierárquico, normalmente sem envolvimento com a organização criminosa, e carregam drogas através de fronteiras (estaduais ou nacionais).

Igualmente, 80% dos adolescentes apreendidos no município (em cumprimento de medida no local ou em sua cidade de origem) seriam de outros estados, especialmente Mato Grosso (PP08). As porcentagens se mantêm no caso das mulheres e a defensora afirma que a maioria é profissional do sexo e se envolve em tráfico de drogas, o que sugere uma possível relação entre diferentes formas de exploração correlatas que necessitaria de estudos mais aprofundados.

Por outro lado, a Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso do Sul não identifica grande número de prisões de paraguaios por tráfico de drogas. Na maior parte das vezes, pessoas paraguaias são detidas por furtos e outros crimes patrimoniais, de acordo com a experiência da informante (PP08).

⁹⁸ Nas duas idas à fronteira do Paraguai, durante a missão de pesquisa, passamos por bloqueios rodoviários da Operação Ágata e nossos veículos foram revistados pelo Exército. Na saída de Ponta Porã, a operação consistia em revistar os porta-malas dos carros e os bagageiros dos ônibus. Viajando de ônibus, a exceção de algumas senhoras idosas, todos foram solicitados a descer com seus pertences de mão, embora não tenham realizado revista. Cães foram usados para averiguar as bagagens e uma viajante foi obrigada a abandonar o ônibus e permanecer no posto com sua bagagem, composta de algumas caixas grandes. Normalmente, essas caixas são associadas à entrada de mercadorias importadas sem o recolhimento de imposto.

Já na cidade de Pedro Juan Caballero, de acordo com o consulado do Brasil (PP09), havia cerca de 75 homens brasileiros presos à época da pesquisa, por diversos crimes, embora este número varie na sua observação. O consulado afirma ainda que são provenientes de todas as regiões brasileiras, o que novamente indica uma grande circulação e atratividade dessa fronteira.

4. Mobilidade e Migrações no Arco Central – Resumo dos principais achados

O trabalho de campo demonstrou que o fluxo de pessoas na região fronteira do Arco Central, especialmente nas cidades de Guajará-Mirim, Cáceres, Corumbá, Porto Murtinho e Ponta Porã  intenso. No entanto, o fenômeno mais comum não é o da migração internacional mas sim o da circulação fronteira.

Entre Guajará-Mirim e Guayaramerín, o fluxo de pessoas pela fronteira  constante, seja por motivos econômicos, busca por serviços públicos, reunião familiar, entre outros. A facilidade de trânsito entre as cidades gêmeas faz com que os portos de ambas cidades tenham travessia diária constante de pessoas que, ora trabalham em uma cidade e moram na outra, ora buscam serviços ou buscam a região de fronteira para fazer compras, especialmente nos finais de semana.

A travessia entre o Brasil e a Bolívia por via fluvial é bastante simples e isenta de controle migratório, alfandegário ou sanitário. A fronteira internacional não  vista como obstáculo para a população na busca de serviços e nas suas atividades cotidianas, sobretudo entre aquelas pessoas que moram em uma cidade e que trabalham na outra. Assim como outras cidades na área de fronteira, o uso e o tráfico de drogas são temas recorrentes.

Da mesma forma, na cidade de Cáceres, as principais motivações para a circulação são os serviços públicos no Brasil e o comércio local. A geografia da fronteira entre a Bolívia e o Brasil favorece a mobilidade humana e, de acordo com os entrevistados, mesmo havendo uma distância de aproximadamente 100 km entre as cidades de Cáceres e San Matias, a circulação entre as populações é comum e corriqueira.

A população rural principalmente se encontra em situação de vulnerabilidade. De acordo com Nunes (2004), a área rural de fronteira é permeada por inúmeros caminhos que interligam fazendas e pequenas comunidades, que mantm entre si “uma substancial conexão de sociabilidade” (p. 11). As precárias vias de acesso permitem às famílias rurais uma socialização que resulta em encontros festivos que reafirmam suas culturas, além de estabelecerem entre si uma base econômica local (2004). Por outro lado, as atividades ilícitas do tráfico de drogas e do contrabando impõem medo e impotência às famílias da zona rural, em razão da violência e do recrutamento de adolescentes e jovens para o crime organizado (2004).

Mais uma vez o tráfico de drogas aparece como a maior preocupação local. A participação de adolescentes brasileiros e Bolívianos no crime organizado foi uma questão levantada principalmente pelos atores estratégicos da Assistência.

A situação de exploração dos trabalhadores Bolívianos na cidade de Cáceres também foi preocupação de destaque. A situação de vulnerabilidade social vivida no país de origem

expõe-os a aceitarem trabalho em troca de baixas remunerações, sem as garantias dos direitos trabalhistas, tanto na zona rural quanto na urbana. De acordo com os relatos, a exploração do trabalho na zona urbana atinge mais as mulheres Bolivianas, na condição de empregada doméstica, e ocorre nas casas de famílias de média e alta classe de Cáceres, onde a fiscalização é praticamente inexistente. Os Bolivianos são empregados com mais frequência na zona rural, para executar trabalho braçal nas fazendas da região.

No entanto, a exploração do trabalho não acontece somente com os Bolivianos. Os representantes da Segurança Pública e da Justiça indicaram a presença de brasileiros sendo explorados nas fazendas da região.

Além da exploração laboral, foram relatadas situações de tráfico de pessoas para fins de trabalhos forçados e práticas análogas à escravidão, tendo como vítimas trabalhadores brasileiros e Bolivianos.

Em Corumbá, o trabalho de campo realizado evidenciou a existência de expressivas migrações e de outras formas de mobilidade humana. A geografia da fronteira entre os países, assim como nas outras cidades fronteiriças, favorece a mobilidade humana e de acordo com os entrevistados, em razão da pequena distância entre as cidades, a circulação entre as populações é comum e corriqueira.

Para a Pastoral da Mobilidade Humana, a cidade de Corumbá é uma das principais portas de entrada de migrantes internacionais no Brasil. De fato, a circulação de pessoas é expressiva, os dados oficiais da Polícia Federal e da Casa de Passagem, dimensionam um grande quantitativo de pessoas que atravessam a fronteira, das mais variadas nacionalidades e com os mais diversos motivos.

Da mesma forma que nos outros municípios do Arco Central, é comum a circulação de cidadãos e famílias Bolivianas, acessando os serviços públicos da saúde ou trabalhando no comércio local. Da mesma forma, nas cidades Bolivianas, a circulação de brasileiros no comércio local é intensa.

A cidade também conta com uma expressiva comunidade de árabes e de migrantes palestinos que aportaram na cidade, tempos atrás. Também foi destacada pelos entrevistados, a migração de famílias Bolivianas que se estabeleceram na cidade há décadas. As questões preponderantes da mobilidade populacional constatadas estão relacionadas ao trabalho, a geração de renda e acesso aos serviços públicos de saúde.

As situações de vulnerabilidade e risco social vivenciada pelas crianças e adolescentes Bolivianas em Corumbá foram evidenciados pelos atores estratégicos da Assistência. Na avaliação dos mesmos, os pais são responsáveis pelas situações de trabalho infantil e negligência que seus filhos vivenciam nas ruas e em suas companhias.

Em relação à exploração sexual de adolescentes, as informações coletadas foram divergentes. Os entrevistados da Segurança Pública e da Assistência afirmaram a existência de poucas ocorrências na cidade. Já o ator estratégico da UFMS informou haver em Corumbá uma rede que explora sexualmente crianças e adolescentes aproveitando-se do turismo náutico. Como o fenômeno não tem visibilidade no município, não existe ação de atendimento e de repressão à exploração sexual de adolescentes por parte das instituições de Assistência e de Segurança Pública, muito menos em rede.

A participação de adolescentes brasileiros no tráfico de drogas foi outra questão levantada.

Finalmente, a Pastoral da Mobilidade Humana dimensionou a preocupante situação de pessoas traficadas para fins de exploração laboral e, em alguns casos, em condições análogas à escravidão nas oficinas têxteis da capital paulista. A cidade de Corumbá, de acordo com a Pastoral é a principal porta de entrada de Bolívia, homens e mulheres, que buscam trabalhar ou que são vítimas de tráfico de pessoas em algumas indústrias e oficinas de confecção do bairro do Brás, no município de São Paulo.

Porto Murtinho, por sua vez, apresenta uma mobilidade humana relativamente baixa se comparado a outros municípios fronteiriços do próprio Mato Grosso do Sul. No entanto, três fenômenos de mobilidade puderam ser identificados por esta pesquisa: migrações e mobilidade da população fronteiriça; o deslocamento para o trabalho rural e o deslocamento temporário de pessoas relacionado ao turismo de pesca.

A presença de paraguaios na cidade de Porto Murtinho resulta tanto de processos (recentes ou históricos) de migração como da circulação transfronteiriça rotineira. Mais uma vez os serviços públicos do lado brasileiro, e o comércio do lado paraguaio são os principais motivos para esta circulação.

A situação mais peculiar dessa fronteira, no entanto, é a presença de aldeias indígenas da etnia Ayoreo às margens do rio Paraguai. Esses grupos enfrentam dificuldades de acesso a alguns serviços e de integração na sociedade local.

Foi também destacada a existência de situações de exploração laboral, no caso de trabalhadores paraguaios em fazendas brasileiras de gado e em carvoarias.

Finalmente, o turismo de pesca é um dos grandes atrativos dessa região e mobiliza para Porto Murtinho quase exclusivamente homens de outras regiões do estado e do país, normalmente com alto poder aquisitivo. E tem obviamente seu lado perverso quer seja a exploração sexual infantil, que tendo sido levantada por alguns atores.

Inclusive há indícios de tráfico de crianças para esta finalidade. Obviamente, tendo em vista a ocultez desse tipo de crime, os registros são precários e não há denúncias oficiais. A pre-

sença de paraguaias adultas nas casas de prostituição da periferia da cidade é tida, por exemplo, como um indício de tráfico de pessoas e frequentemente alega-se haver conhecimento das figuras que estão à frente do aliciamento e transporte dessas mulheres para Porto Murtinho

A região de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero é marcada atualmente por um padrão de mobilidade populacional que pode ser descrita como de população fronteiriça, comumente chamada de “brasiguaios”. Atualmente, a presença de paraguaios no Mato Grosso do Sul se estende por outras cidades da faixa de fronteira e em lugares mais distantes do estado, como a capital, Campo Grande. Em Dourados também há uma expressiva população paraguaia.

A existência de uma zona de conurbação entre os dois municípios e a ausência de acidentes geográficos que permitam visualizar os limites políticos entre os dois países são suas maiores especificidades geográficas. A população fronteiriça de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero se move com facilidade através da linha internacional, em veículos ou a pé, sem que seu deslocamento seja limitado, impedido ou registrado em sistemas oficiais.

Resumidamente, quatro fenômenos de mobilidade puderam ser identificados: a circulação de pessoas devido o turismo e o comércio ou pela oferta de vagas de trabalho e demanda por serviços, sendo esta a mais comum; a busca pelos serviços públicos no Brasil; a migração efetivamente, fenômeno este em menor escala e a migração temporária de estudantes brasileiros (do Mato Grosso do Sul e outros estados) para estudar medicina em universidades privadas em Pedro Juan Caballero.

A experiência do município de Ponta Porã deve muito à dinâmica zona comercial instalada na faixa de fronteira, especialmente do lado paraguaio, onde os eletrônicos e outros importados têm destaque na oferta e na procura. A grande oferta de empregos decorrente deste comércio beneficia também os brasileiros.

Foi também mencionada como uma preocupação local, o tráfico de crianças e adolescentes paraguaias e indígenas para o trabalho doméstico.

E finalmente, o tráfico de substâncias ilícitas também foi mencionado como um dos principais problemas a ser enfrentado.

Referências Bibliográficas

- Albuquerque, José Lindomar Coelho (2010). A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume.
- Azevedo, Marta; Brand, Antonio; Heck, Egon; Marques, Levi Pereira & Melià, Bartomeu (2008). Guarani Retã: Povos Guarani na Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai. Realização: UNaM, ENDEPA; CTI, CIMI, ISA, UFGD; CEPAG, CONAPI, SAI, GAT, SPSAJ, CAPI.
- Brand, Antônio (1997). O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra. Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Chaves, Otávio Ribeiro & Arruda, Elmar Figueiredo (2011) (Org.). *História e Memórias Cáceres*. Curitiba: UNEMAT.
- COMCEX & IBISS-CO (2011). Exploração sexual de meninas e meninos brasileiros da fronteira *Brasil/Paraguai e Brasil/Bolívia em Mato Grosso do Sul: Relatório de Pesquisa*. Campo Grande: Instituto Brasileiro de Inovações pro-Sociedade Saudável.
- Coutinho, Beatriz Isola (2011). Imigração laboral e o setor têxtil-vestuário de São Paulo: notas sobre a presença Boliviana nas confecções de costura. *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão do Curso de Ciências e Letras da Universidade do Estado de São Paulo*. v. 4, n. 1, jul/dez. pp. 01-16.
- IBISS-MS (1998). *Exploração sexual infanto-juvenil e o turismo em Mato Grosso do Sul*. Mato Grosso do Sul: Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social.
- IWGIA & IPES (2012). *Pueblos indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial*. Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas (IWGIA) & Instituto de Promoción Estudios Sociales,
- Kmitta, Ilsyane do Rocio (2010). *Experiências vividas, naturezas construídas: Enchentes no Pantanal (Porto Murtinho - 1970-1990)*. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.
- Mondardo, Marcos Leandro (2013). Ser Paraguaio no Mato Grosso do Sul: da Migração à Construção de uma Identidade Transfronteiriça. *Revista Faz Ciência*. v.15, n 21, Jan/Jun 2013, pp. 69-91.
- Marques, D. H. F (2009). *Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos "brasiguaios"*. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Ministério do Trabalho e Emprego (2012). Trabalho Escravo no Brasil em Retrospectiva: Referên-

cias Para Estudos e Pesquisas. Brasília: MTE.

Paixão, R.; Oliveira, T. & Andrade, M (2013). Aspectos socioeconômicos do município pantaneiro de Porto Murtinho/MS, na fronteira Brasil-Paraguai: subsídios para o planejamento e gestão territorial. *Anais do 6o Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal: Ecopantanal*, pp.33-36.

Prefeitura De Porto Murtinho (2013). *Relatório consolidado de informações sobre estrangeiros no município de Porto Murtinho - MS*.

Repórter Brasil & Base Investigaciones Sociales (2010). *Os impactos socioambientais da soja no Paraguai*. Disponível em: < http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Freporterbrasil.org.br%2Fdocumentos%2FPARAGUAI_2010PT.pdf&ei=cS0WVKeINZSjyAT6v4GgDw&usg=AFQjCNEQY_kUe-CAROTZGeXT04rCP9LI_ig&sig2=wgnK1REvBAx2F1EVupjUqg&bvm=bv.75097201,d.aWw>. Acesso em: 10 set. 2014.

Rossi, Camila Lins (2005). *Nas costuras do trabalho escravo: um olhar sobre os imigrantes Bolivianos ilegais que trabalham nas confecções de São Paulo*. Trabalho de Conclusão de Curso. Coordenação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

Capítulo Cinco - Mobilidade e Migrações no Arco Sul

De acordo com a estratégia ENAFRON, ficou definido como Arco Sul a faixa de fronteira que compreende os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A pesquisa de campo do projeto MT Brasil foi desenvolvida nos municípios de Foz do Iguaçu no estado do Paraná; e Uruguaiana no estado do Rio Grande do Sul.

1. Foz do Iguaçu (Paraná)

Márcia Anita Sprandel⁹⁹

1.1. Contexto Local e Caracterização do Município¹⁰⁰

Foz do Iguaçu, com mais de 256 mil habitantes (Censo 2010), é a cidade fronteiriça mais populosa do Brasil. Sua densidade demográfica é de 416 habitantes por km², com predomínio da população urbana (253.962) sobre a rural (2.128). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,751, o que é considerado alto. Os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) são também positivos: longevidade (0,858), renda (0,748) e educação (0,661). A renda per capita é de 842,26 e o índice de Gini de 0,53.

Nela se localizam Itaipu Binacional, a maior usina hidrelétrica do Cone Sul e as Cataratas do Iguaçu, acidente geográfico que recebe visitantes de todo o mundo, sendo um dos principais destinos turísticos do Brasil.

A cidade localiza-se em uma tríplice fronteira, fazendo divisa com a Argentina (Puerto Iguazu, Província de Misiones) e Paraguai (Ciudad del Este, Departamento Alto Paraná).

O Município é composto por 12 regiões (Campos do Iguaçu, Centro/ Vila Yolanda, Jardim América, Jardim São Paulo, Parque Imperatriz, Porto Meira, Rural, São Francisco/ Morumbi, Três Lagoas, Vila A, Vila C e Vila Carimã) e 284 bairros. Tendo como origem uma fortificação militar, o município de Foz do Iguaçu foi criado em 1918, em uma região geopoliticamente estratégica em termos de fixação de fronteiras internacionais e ocupação do Estado Nacional por estar localizado na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai (Sprandel, 2005). Depois de um século e meio onde predominou economicamente o cultivo da erva-ma-

⁹⁹ A autora, responsável pela pesquisa de campo e relatório do município de Foz do Iguaçu é Antropóloga, Assessora Técnica no Senado Federal e Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB).

¹⁰⁰ O trabalho de campo em Foz do Iguaçu foi realizado no período de 16 a 26 de agosto de 2016. Foram entrevistados 30 atores estratégicos de 14 instituições. Além das entrevistas individuais, feitas com funcionários, acadêmicos e ativistas da sociedade civil, a pesquisadora participou de uma reunião do GT Saúde de Itaipu Binacional, visitou a ala feminina da Cadeia Pública de Foz do Iguaçu e viajou até Capanema (PR) para visitar brasileiros que estão retornando do Paraguai, depois de décadas vivendo naquele país. Veja Tabela com atores estratégicos entrevistados no Anexo V. Este capítulo traz também alguns indicadores, cujas fontes podem ser encontradas em Tabela no Anexo I.

te e a extração da madeira, a construção da Ponte da Amizade, em 1965, e o asfaltamento da BR-277, no final dos anos 60, aumentou a atividade comercial na região, especialmente com o município de Ciudad del Este, que hoje é considerada a terceira maior zona franca de comércio do mundo, após Miami e Hong Kong (Rabossi, 2004).

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, entre 1975 e 1982, ocasionou um aumento populacional sem precedentes (33.970 habitantes em 1970 para 136.220, na década de 1980), ao mesmo tempo em que levou à transferência de milhares de agricultores brasileiros para o Paraguai, em regiões limítrofes, em função da premência da formação do Lago de Itaipu, encarecimento do preço das terras na região e oferta de terras/ contratos de arrendamento mais baratos no Paraguai (Sprandel, 1991).

A importância estratégica da cidade aumentou em 1985, quando os presidentes da Argentina e do Brasil ali assinaram a Declaração de Iguazu, início da integração econômica e política do Cone Sul. Com a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991, a cidade assumiu maior importância em termos de integração, sendo o resultado mais evidente a fundação, em 2010, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), criada por meio do projeto de lei de 2007, do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.¹⁰¹

Para alguns dos entrevistados (FZ1, FZ2, FZ 27, FZ28) a criação da área de Responsabilidade Social de Itaipu Binacional, em 2003, é um marco na história social do município. Para estes depoentes, desde então a empresa tem funcionado como ator importante nos debates da sociedade, por sua capacidade de articulação política e estímulo financeiro a programas sociais, com reverberações nas cidades de Puerto Iguazu (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai).

Alguns informantes (FZ1, FZ2, FZ28) lembraram da importância da implementação no município de projetos de organismos internacionais que fortaleceram as redes locais e trinacionais. Foram citados o Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial na Tríplice Fronteira, financiado pela OIT, em 2001, com encerramento em 2005 (Sprandel e Guimarães, 2005); o diagnóstico “Situação das Crianças e dos Adolescentes na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai: desafios e recomendações” financiado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Sprandel; Linares e Krauststoff, 2005), o Programa de Assistência a Crianças e Adolescentes Vítimas de Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual, financiado pela Partners of the Americas, entre 2006 e 2007; e o Projeto PAIR-Mercosul, iniciado em 2009, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em fase de reelaboração.

¹⁰¹ Sobre o assunto, ver <http://www.pti.org.br/imprensa/noticias/presidente-lula-cria-unila-que-far%C3%A1-foz-igu%C3%A7u-um-polo-universit%C3%A1rio>, acessado em dezembro de 2014.

1.2. Mobilidade Populacional e Migrações em Foz do Iguaçu – entre migrantes pendulares e comunidades de estrangeiros

O Censo de 2010 apontou para a presença de 8.771 estrangeiros no município de Foz do Iguaçu, que representam cerca de 2,24% da população, sendo os grupos mais representativos os paraguaios (4.482), libaneses (1.992) e argentinos (779). Segundo dados do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros – SINCRE, de 09 de março de 2015, estão registrados em Foz do Iguaçu 11.891 estrangeiros de 81 (oitenta e uma) nacionalidades, além de oito apátridas. Os grupos mais numerosos são formados por paraguaios (4.467), libaneses (2.965), chineses (1.268) e argentinos (1.060).

Além de colônias já consolidadas, como a dos libaneses, identificada localmente como “árabe”, e do vai e vem de estrangeiros típicos de fronteiras internacionais e de locais turísticos de interesse mundial, o município sedia a Universidade Federal da Integração Latina Americana – Unila.¹⁰²

Em função desta realidade, Foz do Iguaçu se constrói no imaginário popular e de seus governantes como município *multi-étnico*. No material de divulgação da Prefeitura, a cidade é caracterizada por sua diversidade cultural:

*“A cidade abriga cerca de 80 das 192 nacionalidades existentes no mundo. Caminhando pelas ruas da cidade não é surpresa nenhuma deparar-se com japoneses, chineses, coreanos, franceses, Bolivianos, chilenos, árabes, marroquinos, portugueses, indianos, ingleses, israelenses e tantas outras nacionalidades, sem contar ainda paraguaios e argentinos. Os diferentes grupos étnicos residentes na cidade fazem de Foz do Iguaçu uma das cidades mais cosmopolitas do Brasil.”*¹⁰³

Na fala de entrevistados (FZ16; FZ30) afirma-se que ali vivem 79 “etnias”, com base nos dados do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros - SINCRE¹⁰⁴. No entanto, a própria Polícia Federal (PF) afirma que é preciso ter cuidado com estes dados, pois esses números não indicam, necessariamente, que estes estrangeiros, após se registrar, sigam residindo no município de Foz do Iguaçu/PR:

¹⁰² Em 2013, no âmbito da graduação, a Unila tinha 937 estudantes matriculados, entre brasileiros e outros latino-americanos (a maioria paraguaios, argentinos e uruguaios, com crescente presença de equatorianos), em dezesseis cursos referentes a diversas áreas do conhecimento. Foi pactuado junto à Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC) um total de 24 novos cursos, com início em 2015, sendo 3 cursos por Centro Interdisciplinar, além do curso de Medicina, que teve sua aula inaugural em agosto de 2014. Em abril de 2013, a UNILA submeteu à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, propostas de programas de pós-graduação stricto sensu, entre as quais foi aprovada, em agosto de 2013, a do “Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latinoamericanos”, já iniciado. Atualmente a Unila tem cerca de 2.000 estudantes e a meta é chegar a 10.000 alunos nos próximos anos. Ver UNILA (2014).

¹⁰³ <http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=1004>

¹⁰⁴ Dados de 2014, atualizados por esta pesquisa, por isso a diferença no número de “etnias”.

Além disso, a circunscrição da Delegacia de Foz do Iguaçu/PR abrange 12 municípios (Céu Azul, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu). Esta delegacia somente pode realizar registros de estrangeiros residentes em um destes municípios. Os estrangeiros registrados devem informar eventuais mudanças de endereços no prazo de 30 dias, contados a partir da efetivação da mudança. A atualização de endereço ocorre na sede da Polícia Federal responsável pela circunscrição. Mas nem sempre acontece (FZ16).

Outra questão colocada por muitos dos entrevistados (FZ2, FZ5, FZ7, FZ11, FZ13, FZ14, FZ17, FZ19, FZ21, FZ25, FZ28, FZ29, FZ20) refere-se à presença no Paraguai, em região limítrofe, de milhares de brasileiros e seus descendentes, que fariam pressão sobre os serviços municipais, especialmente de saúde, assistência social e documentação pessoal. Ao chegar a Foz do Iguaçu (o que também valeria para os demais municípios limítrofes do oeste do Paraná), os chamados “brasiguaios” fariam seu cartão do Sistema Único de Saúde (SUS), identificando como local de residência a casa de um parente, amigo ou conhecido. Com isso, têm acesso liberado aos serviços de saúde. Este tipo de arranjo¹⁰⁵ pode vir a ocasionar problemas na rede de atendimento, especialmente no que se refere a gestantes (pela ausência de pré-natal) e crianças (quantificação do universo de vacinação).

O atendimento público de saúde e assistência social nesta região de fronteira tem sido analisado por acadêmicos das áreas da saúde pública, serviço social, enfermagem e geografia¹⁰⁶. Keli Regina dal Prá (2006), identifica a importância das relações pessoais e políticas nas formas de acesso do público fronteiriço ao serviço social do município de Foz do Iguaçu, caracterizando a fronteira em questão como área de fluxo, e não de barreira :

“Os diversos segmentos da população fronteiriça chegam ao serviço social de duas maneiras: de forma espontânea, mobilizados por suas necessidades em saúde e pela busca de informações sobre os serviços e ações do SUS; e encaminhados, em geral, pelo agendamento na recepção dos núcleos e por outros profissionais de saúde. No entanto, chama a atenção o encaminhamento dessa população por parte de alguns políticos da cidade. Segundo informações das profissionais, é comum os fronteiriços chegarem aos serviços com encaminhamentos e pedidos de políticos solicitando que o atendimento à saúde seja oferecido (...). Essa situação ocorre, principalmente, pelo fato de inúmeros brasiguaios votarem no Brasil, tornando-se alvo das campanhas políticas e da busca por votos dos

¹⁰⁵ Estratégias semelhantes foram verificadas em, ao menos, duas outras situações: inserção de paraguaios (incluindo “brasiguaios”) no sistema escolar e de qualificação profissional de Foz por meio de provas de nivelamento (quando a exigência seria histórico escolar traduzido (FZ10) e, no caso de “brasiguaios” que não foram registrados no Paraguai e precisam deste registro para regularizar sua situação no Brasil, é aceito sua substituição pelo atestado de batismo naquele país. (FZ21)

¹⁰⁶ Notadamente Dal Prá (2006), Giovanezza et alii (2007), Gadelha & Costa (2007), Augustini & Nogueira (2010), Cazola, Picoli, Tamaki, Pontes & Ajalla 2011; Azevedo (2012) e Lemões (2012).

candidatos a prefeito e vereador do lado brasileiro. (...). Outra estratégia desenvolvida pelos fronteiriços para acessarem o SUS refere-se à utilização da rede familiar, ou seja, os endereços apresentados nos núcleos de saúde pelos usuários são de parentes residentes no Brasil, seja no mesmo bairro do núcleo ou em outras partes da cidade. A alta referência da existência de amigos ou parentes nas cidades fronteiriças do lado brasileiro como um dos motivos da procura de atendimento no SUS vem confirmar a fronteira como uma área de fluxo e não de barreira (Dal Prá; 2006, p.144-145). (grifo nosso)

Carlos Augusto Gadelha e Laís Costa, da Fundação Oswaldo Cruz (2007), fazem uma análise das dificuldades dos municípios fronteiriços no que se refere à atenção integral da saúde: falta de recursos humanos especializados, insuficiência de equipamentos para realização de procedimentos de média e alta complexidade, distancia entre os municípios e os centros de referencia. A complexidade dos fluxos fronteiriços de atendimento se reflete tanto nos repasses financeiros do SUS quanto em problemas sanitários e diplomáticos:

(...) A dificuldade de planejamento de provisão dessas políticas, em função da população flutuante que utiliza o sistema e que, no caso brasileiro, não é contabilizada para os repasses financeiros do SUS, vem gerando dificuldades diversas (...). As mesmas dificuldades têm sido observadas nos países fronteiriços com o Brasil, gerando uma movimentação das populações ali residentes em fluxos, ora num sentido ora em outro, na busca de melhor oferta de ações e serviços de saúde. Essa mobilidade tem gerado grandes dificuldades para os gestores de saúde dos municípios brasileiros, bem como para as autoridades dos países vizinhos, além de previsíveis problemas diplomáticos e de saúde pública. Há muito tem se procurado resolver esses problemas sem suficiente êxito, principalmente em função de obstáculos jurídicos e operacionais (Gadelha & Costa, 2007, p.216).

Na mesma linha, Giovanella, Guimarães, Nogueira, Lobato e Damacena (2007), reunindo pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz- Fiocruz e de universidades federais, num universo de pesquisa referente a inquéritos com secretários de saúde dos municípios brasileiros da linha de fronteira com os países membros do MERCOSUL (69 municípios), concluem que a busca de estrangeiros por atenção de saúde traz dificuldades para o SUS com repercussões sobre o financiamento das ações e serviços de saúde, uma vez que parte dos repasses federais é alocada na modalidade per capita, não sendo contabilizada a população itinerante. Para os autores, “a cooperação entre os países pode ser imprescindível para garantia do cuidado integral aos brasileiros. (...) A formalização de acordos de fronteira poderia facilitar a continuidade de cuidados também para brasileiros”.¹⁰⁷

¹⁰⁷ Diante desta realidade, a Itaipu Binacional criou, em 2003, o GT-Saúde, com o objetivo de articular as organizações governa-

No âmbito da assistência social, os maiores registros de atendimento a estrangeiros feitos pelo CREAS referem-se a argentinos em situação de rua - malabaristas, artesãos – e paraguaios também em situação de rua, incluindo mães e filhos ambulantes, esmoleres e idosos abandonados (FZ15, FZ25, FZ26). Sempre que identificados pelo CREAS, estas pessoas são encaminhadas para os respectivos consulados ou, especialmente no caso dos paraguaios, levados de volta à Ponte da Amizade.

O Fórum de Secretarias de Assistência Social da região (FOREAS), em reunião realizada em meados de 2014, (FZ16) reivindicou cofinanciamento federal diante de supostas dificuldades orçamentárias no atendimento a estrangeiros, somadas ao fato destes não possuírem CPF nem Número de Identificação Social (NIS)¹⁰⁸. Segundo informante que participou como palestrante do evento, a grande preocupação parecia ser com a possibilidade de chegada massiva de solicitantes de refúgio, especialmente haitianos, o que não teria se concretizado (FZ16).

Segundo a Polícia Federal (FZ16), Foz do Iguaçu tem recebido alguns haitianos pedindo refúgio, vindos da Argentina. Este grupo é responsável por cerca de 15% das solicitações. Passam algum tempo na cidade e seguem para São Paulo (SP), Cascavel (PR) – onde buscam postos em frigoríficos e na construção civil- e para o estado do Mato Grosso. Os libaneses são responsáveis por 80% das solicitações de refúgio, alegando reflexos da guerra da Síria. Os restantes 5% são sírios e cidadãos de Bangladesh. Deste universo de solicitantes, os libaneses tendem a permanecer na cidade, incorporando-se a colônia ali instalada (Arruda, 2007).

Sobre a colônia “árabe” de Foz do Iguaçu, que atua no comércio desta cidade e de Ciudad del Este, Arruda (2007) refere-se a dificuldade de sua quantificação:

O número de árabes que habitam a região não é consensual nem há dados exatos e confiáveis sobre isso. De acordo com alguns de meus interlocutores e com alguns jornais da região, o número está em torno de 12.000 a 20.000 pessoas provenientes de países do Oriente Médio e seus descendentes. Os dados (oficiais) (...) sobre estrangeiros cadastrados e residentes da cidade (...) excluem a maior parte daqueles que se reconhecem e que são reconhecidos como “árabes” ou até mesmo os que são nascidos no Oriente Médio e de fato possuem documentos de naturalizados brasileiros. Dentre meus 17 entrevistados, todos possuíam cidadania brasileira, sendo que alguns portavam também documentos de nacionalidade paraguaia. O quesito conhecer-se e ser reconhecido é bem mais complexo

mentais e não governamentais dos países da fronteira, conjugando esforços para promover ações prioritárias de impacto nos níveis sanitários da população da área de influência de Itaipu, subsidiando a entidade na formulação e execução de suas políticas e iniciativas de responsabilidade social, contemplando a cooperação, a integração, a consonância com diretrizes dos sistemas nacionais de saúde, a ênfase na atenção primária e a busca da equidade no trato das questões de saúde.

¹⁰⁸ O NIS é o Número de Identificação Social feito pela Caixa Econômica a quem ainda não possui n° PIS e que é beneficiado por algum projeto social como o Bolsa Família, Pronatec, Pró-Jovem e outros.

que o simples portar documentos de cidadania e nacionalidades diversas. A antiguidade da colônia na região faz com que muitos dos migrantes tenham vivido mais tempo nela do que em seu país de origem, além de já existir segunda e terceira geração. (...) A ambiguidade identitária é evidente, na maior parte dos casos (Arruda, 2007, p.9).

Conforme o jornal Gazeta do Povo, de 12/07/2014, a comunidade árabe-libanesa tem à disposição duas escolas em Foz do Iguaçu e uma em Ciudad del Este. Os colégios são de ensino regular, mas os alunos estudam o português, o árabe e o inglês. As aulas de árabe ocorrem cinco vezes por semana e de inglês, quatro vezes. No lado paraguaio, as escolas também ensinam espanhol e guarani. Somente em Foz do Iguaçu, seriam cerca de 1 mil alunos.¹⁰⁹

A mesma fonte afirma que, no colégio Sun Yet-Sen de Ciudad del Este, crianças e adultos aprendem o chinês. O lugar recebe alunos a partir dos três anos de idade. Boa parte deles mora em Foz do Iguaçu, onde cursa a escola regular pela manhã. O material didático vem de Taiwan. O aluno entra com três anos e sai, em média, com 18 anos, com o domínio pleno da língua. Há estudantes de todas as nacionalidades, filhos de paraguaios, brasileiros e árabes. Em Foz do Iguaçu viveriam cerca de 1,3 mil chineses, afirma o jornal.

Sobre a colônia chinesa em Foz do Iguaçu, são poucas as referências bibliográficas. Segundo Pinheiro-Machado (2006), a colônia chinesa de Ciudad del Este/Foz do Iguaçu totalizaria 9 a 10 mil pessoas, sendo que a maior parte dela no lado paraguaio. Este número seria a metade do que existia no início dos anos 90, auge do comércio fronteiriço, dos “sacoleiros” brasileiros e dos imigrantes que chegavam para abrir lojas e importar mercadorias da China. O recrudescimento da fiscalização federal brasileira teria levado a uma redução de até 80% no lucro de muitos donos de lojas, fazendo com que a maioria fechasse seus estabelecimentos. Muitos teriam então aberto seus negócios em Foz do Iguaçu.

Pinheiro-Machado afirma que os tawianenses são mais antigos na ocupação da fronteira (entre os anos setenta e oitenta), em função das relações diplomáticas estabelecidas entre Taiwan e Paraguai. Nas décadas de 1980 e 1990, com as mudanças no regime comunista chinês e o aumento da “indústria de bugigangas e falsificações” teriam começado a chegar pessoas oriundas da República Popular da China (Hong Kong, Beijing, Macao e província de Guangdong).

Na área do trabalho, os maiores registros de trabalhadores estrangeiros na Gerência do Ministério do Trabalho (MT) referem-se a operários paraguaios trabalhando na construção civil (a maior parte regulares) e casos isolados de agricultores paraguaios trazidos para o município para o plantio de mandioca (a maioria em situação irregular) (FZ 16, FZ18, FZ28). O Ministério Público do Trabalho (MPT) tem denunciado e instaurado Termos de Ajuste de

¹⁰⁹ <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/linguas-a-aprender-com-outros-povos-eat9mr60ezxp14qqc8balymha>

Conduta (TACs) com os condomínios verticais e horizontais de Foz do Iguaçu para enfrentar o problema de mulheres paraguaias que exercem a função de empregadas domésticas e babás, a maioria sem nenhum direito trabalhista garantido. Comenta-se na cidade que os empregadores destas mulheres seriam sobretudo integrantes das comunidades árabe ou chinesa (FZ19, FZ20, FZ28).

Vale registrar que a grande maioria dos funcionários do comércio de Ciudad del Este é de nacionalidade brasileira e reside em Foz do Iguaçu (Rabossi, 2004). Moradores de Foz também cruzam quase que diariamente a Ponte da Amizade para fazer suas compras no Paraguai, inclusive compras de supermercado. Reforçam esta afirmação os resultados de uma pesquisa realizada por uma universidade local em junho de 2012 (UDC, 2012), com apoio da Polícia Federal, que identificou que, em um dia, 98,95% das pessoas que atravessam a Ponte da Amizade tem residência permanente no Brasil.

Quanto às situações de violação relacionada à presença de estrangeiros, foram feitas referências à exploração laboral (FZ16, FZ19, FZ20, FZ21, FZ28), violência doméstica contra a mulher (FZ5 e FZ17), e o abandono de idosos e doentes, além de uma pequena participação no universo de pessoas em situação de rua (FZ13, FZ14, FZ15, FZ16, FZ21, FZ25, FZ26, FZ27, FZ 28 e FZ29).

Chama a atenção quase nenhuma referência à exploração sexual de crianças e adolescentes, uma vez que na década passada foi criada no município a Rede de Combate à Exploração Sexual Comercial Infanto Juvenil, como desdobramento do Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial na Tríplice Fronteira, da OIT, que funcionou em Foz do Iguaçu de 2001 a 2005. Na ocasião, o trabalho nas ruas - vendendo e transportando mercadorias contrabandeadas do Paraguai – foi identificado como uma das piores formas de trabalho infantil no município, nos moldes da Convenção 182 da OIT.

Além da exploração da força de trabalho de crianças e adolescentes, temia-se que a situação de rua pudesse levar à exploração sexual e ao trabalho como *mulas* no tráfico de drogas. Na ocasião, surgiram denúncias de exploração sexual de adolescentes também em bares e pequenos bordéis. Algumas destas adolescentes eram paraguaias ou “brasiguaias”. Havia, ainda, denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes de classe média em boates, grandes casas de prostituição ou hotéis de médio e grande porte.

Campanhas de esclarecimento e mobilizações da sociedade, todas com apoio da OIT e de Itaipu, a instalação de um disque-denúncia, a capacitação e articulação de operadores de direito dos três países, o Programa Acordar e a instalação, pelo governo do estado do Paraná, em parceria com a Itaipu, do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência e Maus-Tratos (NUCRIA), delegacia especializada em crimes cometidos contra crianças e adolescentes, assim como Termos de Ajuste de Conduta aplicados pelo Ministério Público do

Trabalho com a rede hoteleira local, funcionaram como importante freio às piores formas de trabalho infantil na região, especialmente a exploração sexual comercial¹¹⁰.

Para uma assistente social entrevistada (FZ28), que participou do processo de implementação do Programa da OIT e de seus desdobramentos, as duas grandes questões que se colocam hoje em relação ao tema da violência contra a criança e o adolescente são (ainda) a dificuldade de se trabalhar em rede e a inexistência de um orçamento específico e com garantias de continuidade.

O tráfico de pessoas, pauta internacional sem força política na época do Programa da OIT (a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas foi apresentada em 2006), vai aparecer como possibilidade no “Diagnóstico Sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira no Brasil”, parte do Plano Estratégico de Fronteiras e da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON).

Em entrevistas realizadas em Curitiba¹¹¹, foi dito que “particularmente em Foz do Iguaçu e Paranaguá poderiam ocorrer casos de tráfico de pessoas, haja vista a grande incidência de exploração sexual de crianças e adolescentes neste município” (Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, 2013: 143). O relatório afirma que, por ser um local de grande circulação de pessoas (brasileiros e estrangeiros) e de intenso fluxo de caminhoneiros, Foz seria um município “com longo histórico de exploração sexual” (idem).

Há que se ter cuidado com a percepção das cidades fronteiriças como “lugares difíceis” (Bourdieu, 1997), pois estes são antes de tudo difíceis de descrever e difíceis de pensar, pois sobre eles predominam imagens simplistas e unilaterais. Tais imagens, reforçadas pela mídia e pelos discursos dominantes, enfatizam o extraordinário, o criminoso, em detrimento das questões mais relevantes para o cotidiano da cidade. Pior ainda, em um contexto em que a população local é mais falada do que ouvida, corre-se o risco de que “quando fala aos dominantes, tende a tomar um discurso emprestado, o que os dominadores usam” (Champagne, 1997, p.69).

A certeza da ocorrência do delito de tráfico de pessoas em Foz do Iguaçu aparece na fala de integrantes da Polícia Federal e do Ministério Público Federal de Curitiba, para quem o município seria local de aliciamento e de destino (no caso de mulheres paraguaias e argentinas) do tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual. Outros entrevistados¹¹² referem-se ao “aliciamento de mulheres e adolescentes paraguaias das regiões de fronteira para a exploração no trabalho doméstico no Paraná”, especialmente em Foz do Iguaçu e para atividades delituosas (especialmente tráfico de drogas).

¹¹⁰ A chave “trabalho” foi um dos fundamentos do Programa da OIT, tanto que na sua avaliação final foi destacada a necessidade de uma abordagem sistêmica sobre a família. Ou seja, identificou-se a ineficácia de atender a criança isoladamente, sem o cuidado com sua família, especialmente do ponto de vista econômico (mas também de assistência social e saúde/saúde mental).

¹¹¹ Com integrantes do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Paraná, a Polícia Federal, a Pastoral do Migrante e a Polícia Rodoviária Federal.

¹¹² Integrantes do MPT e pesquisadores.

Durante a realização da presente pesquisa, referências à exploração sexual de crianças e adolescentes e ao tráfico de pessoas para exploração sexual apareceram na memória dos informantes sobre os projetos acima citados (OIT, UNICEF e Partners) e como uma questão genérica a ser enfrentada, sem identificação de casos concretos de atendimentos, especialmente envolvendo estrangeiros.

São coincidentes com os achados da pesquisa ENAFRON, no entanto, as referências ao trabalho doméstico realizado por mulheres paraguaias e sua utilização como mulas, conforme observado na visita realizada à ala feminina do Presídio Público.

Nas entrevistas realizadas em Foz do Iguaçu, apareceram, sobretudo, os problemas sociais enfrentados no cotidiano, como a preocupação recorrente com o abandono de idosos e com crianças que acompanham pais ou mesmo estranhos para perambular na região do centro ou nas cercanias da Ponte da Amizade, seja para pedir esmolas, seja para realizar pequenas tarefas de comércio ou transporte. (FZ 2, FZ3, FZ13, FZ14, FZ15, FZ16, FZ21, FZ28).¹¹³ Daí as expectativas de diversos informantes com a notícia de reforma da Ponte da Amizade, com o objetivo de torná-la um atrativo turístico e reforçar sua segurança.

Atualmente, uma das maiores demandas dos estrangeiros é a regularização de documentação (FZ16, FZ21). Para atender esta demanda a Casa do Migrante oferece orientação para a emissão de Carteira de Trabalho (caso dos paraguaios), regularização via Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile (paraguaios, argentinos e filhos de brasileiros nascidos no Paraguai) e solicitação de refúgio. No caso dos filhos, netos e bisnetos de brasileiros que estão retornando do Paraguai, há ainda a demanda por opção de nacionalidade e registro consular (muitos não foram registrados no Paraguai). A Casa do Migrante¹¹⁴, com uma equipe de três pessoas se dedica a isso exaustivamente (cerca de 400 atendimentos por mês, segundo sua coordenadora), inclusive viajando para outros municípios da região.

Para melhor compreender o processo de retorno de brasileiros residentes no Paraguai, foi feita uma visita à área rural do município de Capanema (PR), localizado a cerca de 300 km de Foz do Iguaçu, na fronteira com a Argentina. Ali reside um grupo de agricultores que voltou ao Brasil depois de viver por décadas no Paraguai. A partir de entrevista com um destes agricultores, chefe de família, pode-se aventar que as motivações do retorno de pequenos proprietários rurais envolve-

¹¹³ Embora uma leitura apressada pudesse ver nesse movimento uma situação de tráfico de pessoas, é preciso ter cuidado, pois a criminalização pode acabar revitimando famílias que precisam de proteção social.

¹¹⁴ Em avaliação sobre a Casa do Migrante realizada em março de 2014, foi recuperado o histórico de sua criação, em 2008, no bojo do projeto Casa do Trabalhador Brasileiro, uma iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego, que tem como objetivo auxiliar o trabalhador brasileiro no exterior e aos retornados ao país. A decisão de criar a casa em Foz decorreu de uma visita do Conselho Nacional de Imigração a comunidades de brasileiros e seus descendentes no Paraguai, que demandaram um local que lhes ofertasse orientação trabalhista, regularização de documentação e facilitação ao acesso à saúde e educação. Foi feito um acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Trabalho e a Prefeitura de Foz do Iguaçu que, desde então, sofreu vários diversos percalços administrativos, especialmente pelo afastamento da Prefeitura, resultando que a casa, hoje, só conta com três funcionárias, numa situação institucional de difícil solução. (Yoshihara, 2014).

riam o momento do ciclo de vida (envelhecimento) e o aumento do preço da terra no Paraguai, que estaria tornando atrativa a venda dos imóveis e a compra de uma área até maior no Brasil (FZ31).

O processo de readaptação da família do depoente, embora evidentemente não possa ser generalizado, sinaliza possíveis demandas aos serviços locais ou a necessidade de atuação destes serviços. Foram feitas referências à necessidade de regularização de descendentes nascidos no Paraguai via Acordo do MERCOSUL, à visita do Conselho Tutelar para saber por que crianças retornadas ainda não estavam na escola, à necessidade de documentação para abrir conta bancária e ter acesso ao crédito e à importância do SUS para atender os problemas de saúde de familiares (FZ31).

Embora realizado em 2005, o diagnóstico “Situação das Crianças e dos Adolescentes na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai: desafios e recomendações”, do UNICEF, segue pertinente (ver Marista – Rede de Solidariedade, 2014, p. 65) no que se refere as dinâmicas que parecem ser típicas de regiões de fronteira, não obstante mudanças de políticas públicas ou alterações cambiais:

“Faz parte da estratégia de sobrevivência de muitas famílias que vivem na região em estudo a procura por serviços ou trabalho no outro lado da fronteira, sempre que consideram que ali terão melhor possibilidades de assistência social básica ou melhores empregos.” (Sprandel, M. A.; Linares, A. G. E. & Krauststoff, E. (Org.), 2005, p.17-18)

Para o Cônsul do Brasil em Ciudad del Este, o Brasil não teria se dado conta, ainda, do imenso crescimento econômico do Paraguai (que foi de 15% em 2013). Para o diplomata, caso este aumento de riqueza seja transferido para a rede de saúde e proteção social do país vizinho, provavelmente haverá uma grande diminuição de demanda de seus habitantes (incluindo “brasiguaios”) por serviços em Foz do Iguaçu. Poderá haver, inclusive, um movimento inverso. (FZ22).

2. Uruguaiana (Rio Grande do Sul)

*Cíntia Yoshihara*¹¹⁵

2.1. Contexto Local e Caracterização do Município¹¹⁶

Antes do século XVII, os indígenas eram os únicos habitantes das terras rio-grandenses, as principais etnias eram os Caáguas, os Guaianás, os Guaranis, os Minuanos, os Charruas, os Guenoas, os Arachanes, os Carijós e os Tapes. A história da colonização e ocupação do território do Rio Grande do Sul vincula-se, num primeiro momento (séculos XVII e XVIII), com as missões jesuítas que se iniciaram a partir do século XVII. Os indígenas foram catequizados pelos jesuítas e muitos dizimados pelos colonizadores. Os colonizadores portugueses espalharam-se pelas terras com o cultivo do gado, e ali fundaram as estâncias, embriões de futuros núcleos urbanos. (Thomas, 1976)

E, num segundo momento (séculos XIX e XX), com a chegada de imigrantes europeus, oriundos sobretudo da Itália e Alemanha. A fim de incentivar o desenvolvimento de áreas pouco povoadas no Rio Grande do Sul, o Governo Imperial promoveu a colonização e ocupação. Os primeiros imigrantes alemães chegaram em 1824 e os italianos em 1875. (Thomas, 1976).

Volkmer (2011) pesquisou nos livros paroquiais, inventários e processos criminais, na segunda metade do século XIX, os imigrantes europeus que residiram nas Vilas de Uruguaiana, Itaqui e São Borja. No conjunto total foram nomeados 733 imigrantes europeus em Uruguaiana. Destes, a maioria era de italianos, franceses e espanhóis.

Uruguaiana foi fundada em 24 de fevereiro de 1843, emancipou-se em 29 de maio de 1846. A sua criação deve-se a sua localização na fronteira com a Argentina, mas também pela necessidade de um ponto de apoio ao exército revolucionário (movimento Farroupilha), e para controle desta região que se ressentia da falta de segurança, visto que agiam nestas fronteiras grupos de bandoleiros.¹¹⁷

O município de Uruguaiana está localizado no extremo Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, limitando-se ao norte: município de Itaqui, ao sul com a República Oriental do Uruguai, ao leste com Alegrete e Quaraí e a oeste com a Argentina.

Uma ponte de 2,4 Km sobre o Rio Uruguai liga a cidade de Uruguaiana, no Brasil, à cidade de Paso de Los Libres, na Argentina. É distante 634 Km da capital do Estado do Rio

¹¹⁵ A autora, responsável pela pesquisa de campo e relatório do município de Uruguaiana é Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

¹¹⁶ O trabalho de campo em Uruguaiana foi realizado no período de 08 a 19 de junho de 2014. Para a elaboração desse relatório foram entrevistadas 29 pessoas, 26 instituições e realizou-se 03 visitas. Uma instituição entrevistada era argentina. Importante ressaltar que todas as instituições entrevistadas e visitadas se prontificaram a cooperar com a pesquisa, e destaca-se a Justiça Federal que mediou a participação da Justiça Federal da Argentina. Veja Tabela com atores estratégicos entrevistados no Anexo V. Este capítulo traz também alguns indicadores, cujas fontes podem ser encontradas em Tabela no Anexo I.

¹¹⁷ Veja mais informações sobre Uruguaiana em: <http://www.uruguaiana.rs.gov.br> e <http://porteiros.unipampa.edu.br/uruguaiana/>.

Grande do Sul. Denominada Ponte Internacional Getúlio Vargas-Agustín Pedro Justo, a estrutura é uma ponte rodoviária e ferroviária sobre o rio Uruguai, que liga o Brasil e a Argentina e foi inaugurada em 1945. A circulação em Uruguiana e em Paso de los Libres é intensa devido ao comércio local e à zona franca no lado argentino (PAIR MERCOSUL, 2010).

De acordo com o IBGE (2010), Uruguiana possui 125.435 habitantes – 61.009 homens e 64.426 mulheres - distribuídos em uma área de 5.720,47 km². A população urbana é de 117.415 habitantes e a rural é de 8.020 habitantes e a densidade populacional é de 21,95 habitantes por km². A densidade demográfica é de 21,94 hab/km². É o quarto município em área territorial do Estado. A área urbana do município é de 45,3 Km², dividida em 36 bairros com 270 Km de ruas, sendo 70 Km pavimentados.

A cidade tem grande importância estratégica comercial internacional, tendo em vista que está localizada equidistante de Porto Alegre, Montevideo, Buenos Aires e Assunção. É cortado pelas BR 290 e 472.

A economia de Uruguiana é constituída predominantemente pelo setor do comércio, o qual representa 65,5% do PIB. O lado brasileiro é diretamente afetados pelo *duty free* ou *free shop* no lado argentino. A possibilidade de compras na zona franca atrai muitos turistas e oferece benefícios diretos e indiretos à rede hoteleira, serviços de gastronomia e transporte (PAIR MERCOSUL, 2010). Uruguiana é a principal entrada de turistas chilenos e argentinos no Estado do Rio Grande do Sul, registrando a entrada de mais de 100.000 turistas argentinos, uruguaios, chilenos, paraguaios e demais países por ano.

Destaca-se a cultura do arroz (por ser o maior produtor da América Latina), a ovicultura, o gado de corte (município líder no estado) e o comércio exterior, este último devido a vasta infraestrutura portuária do maior Porto Seco da América Latina, situado na BR-290.

De acordo com IBGE (2010), a renda per capita de Uruguiana é de R\$ 896,40, enquanto a do Estado do Rio Grande do sul é de R\$ 1.229,58. O coeficiente de Gini¹¹⁸ (ou índice de Gini) é de 0,5786 enquanto que na capital Porto Alegre é de 0,6144. O IDH Municipal (IDHM) que engloba a longevidade, educação e renda do município, é 0,744 (2010), considerado alto, pois quanto mais próximo de 1, melhor.

O Porto Seco de Uruguiana é o maior da América Latina, está situado na BR 290, rodovia que liga Uruguiana a Porto Alegre. É a principal entrada e saída de mercadorias para o MERCOSUL, pois se encontra equidistante de Assunção, Montevideo e Buenos Aires. A média de movimentações de caminhões para importação e exportação é de 280 por dia, a maioria

¹¹⁸O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.” Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 17/12/2014.

das cargas tem como origem e saída para a Argentina, mas também Chile e Paraguai e outros países da América Latina (UR 07).

O Gasoduto Uruguaiana¹¹⁹ - Porto Alegre será construído pela iniciativa privada e terá a capacidade de transportar cerca de 15 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia. Os 615 km de gasoduto, interligando a Fronteira Oeste com a Grande Porto Alegre, através da região central do estado, propiciarão a distribuição de gás natural para todo o Rio Grande do Sul.

Na área da Saúde, o município tem três hospitais, dois civis e um militar, tendo ainda 16 postos de atendimento médico e ambulatorial. Na área da Assistência Social, Uruguaiana possui dois CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), um CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), um albergue municipal e três abrigos (dois municipais e um estadual).

Na área da Educação, a cidade possui 38 Escolas de Ensino Fundamental (25 municipais e 13 estaduais), 07 Centros Municipais de Educação Infantil, 11 Escolas Estaduais de Ensino Médio, 08 escolas particulares e destas, metade é de educação infantil. Em relação ao Ensino Superior, até o ano de 2013 havia duas universidades em Uruguaiana, a Pontifícia Universitária Católica (PUCRS) e a Universidade do Pampa (UNIPAMPA), mas a primeira desativou o seu campus no final do ano. A UNIPAMPA possui sete cursos de graduação (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Ciências da Natureza, Medicina Veterinária e Tecnologia em Aquicultura) e cinco de pós-graduação.

¹¹⁹ Sem previsão de construção

2.2. Mobilidade Populacional e Migrações - Caracterização da População Transfronteiriça e Migração Internacional

Atualmente, de acordo com o IBGE (2010), Uruguaiana possui uma população total de 125.435 habitantes, desses, 777 nasceram em outro país e apenas 263 destes são naturalizados brasileiros. Segundo Mocellin, Gonçalves & Herédia (2012), que analisaram a diferença populacional em várias cidades do Rio Grande do Sul, Uruguaiana é um dos municípios do estado que mais habitantes se mudaram para outras localidades. Não se apontam quais seriam os destinos das pessoas que deixam o município de Uruguaiana.

Segundo Adiala (2006), Uruguaiana é uma cidade-gêmea com Paso de Los Livres, situação que influencia os fluxos transfronteiriços de serviços, bens, pessoas, capitais e informações que cruzam os limites internacionais de maneira expressiva, sobretudo no extremo sul da faixa de fronteira, o que coloca essas duas cidades como estratégicas no MERCOSUL. Apesar da proximidade geográfica, esse par de cidades materializa o contato entre sistemas jurídicos distintos e a diferença numérica populacional (o município brasileiro de Uruguaiana possui 125.435 habitantes, enquanto Paso de Los Livres possui 40.494 habitantes), dentre outras particularidades.

Em relação à interação entre as cidades de Uruguaiana e Paso de Los Livres, todos os entrevistados (UR01 a UR26) relataram que a maioria da população de Uruguaiana possui família no lado argentino e, por isso, se deslocam para visitar ou cruzar a fronteira em busca de empregos na lavoura de arroz ou para comprar gêneros alimentícios, que na Argentina são mais baratos que no Brasil (pela variação cambial). Já o fluxo de pessoas que entra no Brasil é de turistas argentinos que vêm passar o verão nas praias brasileiras.

Muitos entrevistados – a Secretaria Municipal de Educação (UR01), Secretaria Municipal de Saúde (UR13), Secretaria Municipal de Ação Social (UR03), Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito (UR03), Departamento Municipal de Habitação (UR05), Conselho Municipal de Assistência Social (UR06) e outras cinco instituições que pediram para não serem identificadas – relataram que, desde o início de 2014, a Argentina exige que os moradores de Uruguaiana apresentem a carteira da fronteira.¹²⁰ caso se desloquem para lá. Assim, diferentemente do que acontecia até 2013, os argentinos estão fiscalizando intensamente todos os veículos que cruzam a fronteira, o que acarreta filas de brasileiros que esperam em média meia hora para serem atendidos pelo Escritório de Migração Argentina. Para a confecção da carteira de fronteira, os brasileiros precisam apresentar os seus documentos e um formulário próprio na aduana argentina (área integrada), mas, no momento da coleta de dados desse relatório, o procedimento estava sendo feito de forma intermitente. Os entrevistados acima relataram

¹²⁰ A carteira funciona como um comprovante de residência e tem o objetivo de agilizar o ingresso nos dois países para os moradores destas cidades.

que os funcionários do Escritório de Migração e os policiais argentinos são muito grosseiros com os brasileiros, que aplicam multas e retêm os carros sem critérios legais, que os policiais extorquem dinheiro dos brasileiros com a ameaça de multa ou retenção do veículo. Esse comportamento dos argentinos instiga nos brasileiros hostilidade e, muitas vezes, aversão aos argentinos. Fato este observado pela pesquisadora e também por Adiala (2006), que relatou não ter encontrado muitos elementos de coesão entre os brasileiros e argentinos em Uruguaiana. A autora descreve o quadro como uma consequência da falta de interação mais consistente entre as duas cidades, uma vez que há problemas vinculados à travessia da ponte, marcada pela rigidez e hostilidade dos argentinos.

O Conselho Municipal de Ação Social (UR06), o Departamento Municipal da Habitação (UR05), a Secretaria Municipal de Educação (UR01), o Ministério Público do Rio Grande do Sul (UR09) e a Defensoria Pública da União (UR17) relataram que as fiscalizações na fronteira são muito precárias e acontecem esporadicamente, facilitando a entrada irregular de pessoas no Brasil e possibilitando outros crimes na fronteira. A Polícia Rodoviária Federal (UR21), Polícia Federal (UR16) e o Ministério Público do Rio Grande do Sul (UR09) relataram a existência de tráfico de pessoas, tráfico de drogas, tráfico de armas, contrabando de imigrantes, contrabando e descaminho de mercadoria, sequestros, fuga de foragidos procurados pelas polícias, roubo de automóveis e roubo de animais (gado) pelas fronteiras do Brasil com a Argentina.

Sobre os movimentos migratórios de Uruguaiana, apenas a Secretaria de Ação Social (UR02) e a Defensoria Pública da União (UR17) relataram sobre os migrantes que se fixaram no município: as comunidades espanhola e italiana, no século XIX, e a última seria a árabe, mas não souberam estimar a data. Confirmando essa informação, Muller (2004), relatou que os primeiros imigrantes sírios e libaneses se dirigiram no século XIX para o Sul do Brasil e que os palestinos chegaram ao Rio Grande do Sul no século XX e se instalaram principalmente nas regiões fronteiriças. A pouca informação relatada pelos entrevistados sobre os movimentos migratórios que constituíram Uruguaiana foi também encontrada por Adiala (2006), visto que as instituições pesquisadas pela autora não possuíam informações sistematizadas ou as mesmas se encontravam ausentes.

Todos os atores entrevistados (UR01 a UR26) relatam apenas o trânsito de pessoas e muito pouca fixação dos imigrantes na cidade. O trânsito entre a fronteira de Uruguaiana e Libres tem como objetivo o comércio (compra na zona franca argentina), visita a parentes e a busca por trabalho (caminhoneiros e trabalhadores rurais). Os migrantes que transitam pelo município são identificados pelos entrevistados como estando de passagem, seja por turismo ou seja para entrar na Argentina ou para entrar no Brasil e se dirigirem a cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

De acordo com a Secretaria de Ação Social (UR02), Justiça Federal (UR 08), Conselho Municipal de Assistência Social (UR06), Departamento de Habitação (UR05) e a Secreta-

ria Municipal de Trânsito (UR03) o principal fluxo de imigrantes que entram no país por Uruguaiana (descartando o trânsito de argentinos, que a população considera normal) é de africanos (senegaleses, ganeses, nigerianos), haitianos e chineses. Os entrevistados relatam que muitos chegam pela rodoviária de Uruguaiana, que possui linhas regulares internacionais de ônibus. Há um caso relatado pela Secretaria Municipal de Trânsito (UR03) e pela Polícia Federal (UR16) no qual três senegaleses foram abordados pela Polícia Federal, após denúncia de funcionários municipais que eram responsáveis pela segurança da rodoviária. Os três estavam irregulares e foram notificados a deixarem o país em três dias. Acredita-se que foram embora para São Paulo. A Justiça Federal (UR08) e a Polícia Federal (UR16) relataram que pode-se entrar no Brasil irregularmente pela via terrestre, utilizando além dos ônibus de linhas regulares, automóveis de passeio, taxi, caminhões, vans e caminhonetes – todos pela Ponte Internacional.

De acordo com a Justiça Federal (UR08), a Polícia Federal (UR16) e a Secretaria de Ação Social (UR02), outro meio de transporte utilizado pelos africanos e haitianos para cruzar a fronteira entre Argentina e Brasil ilegalmente é a travessia do Rio Uruguai, que separa os dois países, por meio de barco. Há relatos de que imigrantes africanos chegaram a hotéis ou foram vistos andando pelas ruas com as calças molhadas até o joelho.

O perfil desses imigrantes africanos e haitianos é de homens, com idade entre 25 a 40 anos, que normalmente estão em grupos pequenos de três a quatro pessoas e utilizam o município só como passagem para outros destinos. A Justiça Federal (UR08), a Secretaria de Ação Social (UR02), o Conselho Municipal de Assistência Social (UR06) e o Departamento de Habitação (UR05) identificaram São Paulo (SP), Passo Fundo (RS) e Caxias do Sul (RS) como os principais destinos.

O principal fluxo de saída ilegal do Brasil é de chineses e de brasileiros que buscam trabalho nos arrozais. Os chineses, de acordo com a Justiça Federal (UR08) e a Polícia Federal (UR16), normalmente saem da China e fazem escala na França, dali entram pelo aeroporto de São Paulo ou Rio de Janeiro de avião e depois usam ônibus de viagem para se deslocarem até Uruguaiana, que é o ponto de encontro. A travessia utilizada é a mesma para quem entra no país, via terrestre ou de barco pelo Rio Uruguai. O caso mais famoso, em 2012, foi a apreensão de um grupo de oito chineses que ocorreu por denúncia anônima do local onde estavam alojados. No grupo havia, além de mulheres, menores de idade. Nesse caso, foi identificado, preso e condenado um grupo organizado criminoso de tráfico de pessoas, composto por brasileiros, argentinos e chineses.

A Justiça Federal (UR08) e a Polícia Federal (UR16) relataram que, normalmente, os chineses são homens, jovens de 18 a 30 anos, com destino a Buenos Aires para serem explorados nas oficinas de costura de lá.

Os brasileiros que saem do Brasil para a Argentina geralmente são caminhoneiros (ELOG Logística – Porto Seco UR07), trabalhadores rurais em busca de trabalho (Secretaria de Municipal de Educação - UR01 e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais - UR12) e profissionais do sexo (Secretaria Municipal de Saúde - UR13).

Os caminhoneiros brasileiros que passam pelo Porto Seco são geralmente empregados ou contratados por empresas brasileiras ou argentinas que realizam a travessia da fronteira com o objetivo de transportar mercadorias pelas regiões do Mercosul e moradores da região de Uruguiana, segundo a ELOG Logística – Porto Seco (UR07).

Os trabalhadores rurais brasileiros cruzam a fronteira argentina sazonalmente na época do plantio e da colheita do arroz, principalmente nos meses de setembro e outubro, que é a época de plantio e, de fevereiro a maio, quando a colheita acontece. A busca por trabalho em terras argentinas por trabalhadores rurais brasileiros é impulsionada pela mecanização na cultura do arroz no Brasil, que exige cada vez menos trabalhadores braçais e mais trabalhadores capacitados com cursos de manuseio de máquinas complexas. Na Argentina o processo de cultura do arroz ainda é majoritariamente braçal e isso atrai um grande numero de trabalhadores brasileiros que não conseguem se empregar do lado brasileiro (UR12). A falta de recursos econômicos é a maior característica do êxodo humano nos locais em que as oportunidades de trabalho não suprem a demanda da sociedade local, gerando a necessidade de se buscar condições mínimas de se manter a dignidade humana como alimentação, moradia, saúde e vestuário (Costa Neto, 2006).

As terras argentinas são arrendadas a brasileiros e estes contratam os trabalhadores da região de Uruguiana. Os trabalhadores rurais que entram na Argentina são levados com visto de turista, em grupos de 5 ou 6 pessoas, em caminhonetes dirigidas pelos patrões. Não têm carteira assinada. As condições de trabalho se assemelham ao do trabalho escravo, com retenção de roupas, documentos, pertences e cárcere privado. Há falta de equipamentos de proteção a agrotóxicos, muitos trabalhadores voltam doentes por causa disso. Na Argentina há pouca fiscalização para prevenir o trabalho escravo e os fazendeiros são avisados das fiscalizações com antecedência. (UR12 e UR19).

Essa situação informal dos trabalhadores rurais brasileiros na Argentina faz com eles fiquem vulneráveis, pois não têm como cobrar seus direitos na Argentina, já que entraram no país de forma irregular, e também não existe o intercâmbio sindical, visto que o sistema sindical argentino é muito diferente do brasileiro. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (UR12) relatou que atende diariamente casos de trabalhadores brasileiros que não receberam corretamente os seus salários ou que voltaram lesionados da Argentina e necessitam de benefícios assistenciais. Outros intentam requerer a aposentadoria, mas não conseguem comprovar o tempo de trabalho, pois não há nenhuma documentação argentina que comprove o seu emprego ou até mesmo dos familiares que buscam auxílio para conseguir

regularizar a documentação de parentes que morreram vítimas de acidente de trabalho na Argentina.

A demanda dessa interação fronteiriça entre Uruguaiana/Libres para as políticas públicas é diversa e depende da sua especificidade. Para a Secretaria Municipal de Educação (UR01) a demanda é para matricular nas escolas os filhos de brasileiros que moravam na Argentina e Uruguai e que retornaram a Uruguaiana. Os casos atendidos pela Educação são poucos, apenas dois ou três por ano.

Para a Secretaria de Ação Social (UR02), o Conselho Municipal de Assistência Social (UR06) e o Departamento de Habitação (UR05), a principal demanda dos imigrantes que chegam a Uruguaiana é a concessão de passagem para se deslocarem para São Paulo. A maioria diz que foi assaltada ou que perdeu os documentos e dinheiro. Há ainda a demanda por ajuda na regularização documental, principalmente argentinos e africanos, com a finalidade de chegarem até o seu destino final, que é São Paulo. Para a Justiça Federal (UR08), os senegaleses que entram pela Argentina se dirigem para Passo Fundo (RS) e os haitianos para Caxias do Sul (RS). Além dos estrangeiros, os entrevistados relataram que realizam atendimento a brasileiros que foram assaltados na Argentina ou em outros países. Os brasileiros procuram o Consulado Brasileiro no exterior e este os envia até a primeira cidade do Brasil, que é Uruguaiana. Esses brasileiros chegam à cidade e demandam passagem para suas cidades de origem.

O Albergue Municipal (UR23) é o local que mais atende migrantes, sejam estrangeiros ou brasileiros, e a população de rua. Os dois perfis são atendidos no mesmo espaço e da mesma forma. De acordo com a Secretaria de Ação Social (UR02), a demanda de serviços e atendimentos à população de rua no município é muito grande, tanto que estão em vias de implantarem um Centro Pop e duas Casas de Passagem, com o auxílio do Ministério do Desenvolvimento Social. As nacionalidades já atendidas no albergue são colombiana, chilena, uruguaia, cubana e, majoritariamente, argentina. A média mensal de atendimento de estrangeiros é de dois a três, considerando que muitos retornam todos os dias durante um longo período de tempo (UR23).

De acordo com a Secretaria Municipal da Saúde (UR13), à noite, do lado argentino, na estrada para Buenos Aires, há profissionais do sexo, mulheres, homens, travestis, bem como adolescentes sendo exploradas. A instituição acredita que os principais clientes sejam os caminhoneiros e que muitas dessas ou desses profissionais sejam brasileiras ou brasileiros.

A Secretaria Municipal de Educação (UR01), o Conselho Tutelar (UR15) e o Posto da Mulher (UR26) relatam que há exploração sexual de adolescentes brasileiras, moradoras de Uruguaiana, na Argentina. Elas atravessam a fronteira com a ajuda de moto taxistas, taxistas e caminhoneiros. Os entrevistados acreditam que as adolescentes exploradas na Argentina sejam as mesmas exploradas na Vila Betânia (Porto Seco) e na rua Setembrino de Carvalho. Há rela-

tos dos entrevistados de que uma mulher levava a filha e a sobrinha (15 e 16 anos) para serem exploradas sexualmente na Argentina, em uma casa de prostituição.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (UR11) relata que em Barra do Quaraí (município a 70 km de Uruguaiana), há adolescentes que se dirigem a Argentina e Uruguai para a exploração sexual em casas de prostituição. Essa informação foi considerada importante pela entrevistada uma vez que exemplifica que há vulnerabilidade em toda a região e não apenas em Uruguaiana.

No lado brasileiro, a exploração sexual de crianças e adolescentes no município de Uruguaiana foi relatada pela Secretaria Municipal de Educação (UR01), Secretaria de Ação Social (UR02), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (UR10), Secretaria Municipal de Trânsito (UR03), Conselho Tutelar (UR15), Secretaria Municipal da Saúde (UR13), Ministério Público do Rio Grande do Sul (UR09) e a Polícia Rodoviária Federal (UR21). De acordo com os entrevistados, a Vila Betânia (antiga COBEC), que está localizada perto do Porto Seco, se constitui como o principal bolsão de pobreza do município e é um dos principais locais de exploração sexual de crianças e adolescentes. O local possui em torno de 20 bares, que na verdade são casas de prostituição, nas quais os principais clientes são os caminhoneiros. Segundo os entrevistados, os flagrantes são muito difíceis, uma vez que acreditam que os donos são avisados das operações e que as crianças e adolescentes são exploradas por esses bares com o consentimento dos pais, já que o mercado do sexo se mostra, muitas vezes, a única fonte de renda dessas famílias.

Além dos arredores do Porto Seco, a Rua Setembrino de Carvalho e o Trevo na BR 472 foram citados pelos entrevistados acima citados como outros locais de exploração sexual de crianças e adolescentes. Nesses locais, os clientes seriam os caminhoneiros e homens residentes em Uruguaiana. Em 2012, a Polícia Civil de Uruguaiana prendeu dez pessoas acusadas de pertencerem a uma quadrilha acusada de exploração sexual de adolescentes no município de Uruguaiana, formada por políticos, empresários, advogados e aliciadores. Segundo os relatos, pelo menos dez vítimas foram identificadas: eram adolescentes de ambos os sexos, de 14 a 17 anos.

Esse achado também foi encontrado pelo Diagnóstico Rápido Participativo em Uruguaiana, do Pair Mercosul (2010), no qual os arredores do Porto Seco e a Vila Setembrino foram apontados como locais de origem das vítimas de exploração sexual no município. Nessa pesquisa, relatou-se que em 2008/2009 foram identificados 27 casos de exploração sexual, mas ressaltou-se que esses números foram relatados apenas por duas das treze instituições participantes. O relatório do PAIR MERCOSUL (2010) destacou ainda que, apesar do número ser alto, deve-se considerar que ainda existem mais crianças e adolescentes sendo explorados sexualmente no município, uma vez que muitos casos não são denunciados devido a característica do fenômeno.

A Secretaria Municipal de Educação (UR01), o Conselho Municipal de Assistência Social (UR06) e o Departamento de Habitação (UR05) relataram a existência de um Quilombo, denominado Rincão dos Fernandes, que está situado na Rodovia Simões Lopes Neto, a 70 km da parte urbana de Uruguaiiana. A principal demanda dessa comunidade para o Poder Público é a construção de casas. Segundo os entrevistados, não existe casos de violações de direitos identificados.

Em Uruguaiiana não existe população indígena residente, segundo o Conselho Tutelar (UR15), o Conselho Municipal de Assistência Social (UR06) e o Departamento de Habitação (UR05). Mas na Páscoa há um grupo de índios que se desloca até Uruguaiiana - os entrevistados não identificaram a etnia - para vender artesanato na praça principal. A Secretaria de Ação Social (UR02) ofereceu assistência e o Conselho Tutelar (UR15) recebeu denúncias da população da cidade de que os direitos dos índios estavam sendo violados, mas as denúncias não foram comprovadas.

Em relação ao tráfico de pessoas, vários entrevistados relataram a existência do crime em Uruguaiiana (Polícia Federal - UR16, Defensoria Pública da União – UR17, Justiça federal – UR08, Secretaria de Ação Social – UR02, Conselho Tutelar – UR15, CREAS – UR18). O caso mais citado foi o último identificado pela Polícia Federal, o do grupo de chineses apreendidos em 2012, foram identificadas 21 pessoas, das quais três eram menores de idade.

A Justiça Federal (UR08) relatou que realizou um levantamento sobre os processos que foram julgados em Uruguaiiana, e encontraram, de 1999 a 2013, nove casos que se enquadravam como tráfico de pessoas. Dos nove casos encontrados, seis tinham como fim a exploração sexual, dois eram para o trabalho escravo e um para as duas finalidades.

Ressalta-se que nos seis casos de tráfico para fins de exploração sexual, identificados pela Justiça Federal (UR08), em metade deles, as vítimas eram adolescentes (12 a 16 anos) do sexo feminino, moradoras de Uruguaiiana, que foram aliciadas por brasileiras(os) e argentino. O destino era Buenos Aires, na Argentina, mas a exploração sexual já começava no interior do país, antes de chegar à capital. Na outra metade dos casos, as vítimas eram mulheres adultas, brasileiras e paraguaias. As brasileiras seriam levadas para a Espanha e Argentina, e as paraguaias foram encontradas em situação de exploração sexual em Uruguaiiana. No caso em que havia tanto a exploração sexual quanto o trabalho escravo, havia oito pessoas chinesas, cinco mulheres (sendo uma delas adolescente) e três homens (sendo dois adolescentes). As autoridades acreditam que, nesse caso, as mulheres seriam exploradas no mercado do sexo e os homens nas oficinas de costura, em Buenos Aires. Nos dois casos de tráfico de pessoas para fins de trabalho escravo, as vítimas eram homens chineses, sem família, com idade entre 20 a 40 anos, e se dirigiam a Buenos Aires para trabalharem em oficinas de costura. O entrevistado ressalta que em todos os casos a origem das vítimas chinesas era a província de Fujian (UR08).

A Secretaria Municipal de Ação Social (UR02) relatou que atendeu vítimas de tráfico de pessoas. Em 2012, três adolescentes foram atendidos no caso dos chineses (relatado também pela Justiça Federal – UR08). A Defensoria Pública da União (UR17) relatou que atendeu um taxista acusado de realizar o transporte desse mesmo caso dos chineses e uma vítima adolescente de tráfico de pessoas, em 2013 (casos também relatados pela Justiça Federal – UR08).

O Conselho Tutelar (UR15) relatou quatro casos atendidos, nos quais as vítimas eram adolescentes, três deles já relatados pela Justiça Federal (UR08), o caso atendido unicamente por esta instituição é o de um adolescente de 16 anos que foi aliciado, transportado e explorado para fins de trabalho escravo na colheita da maçã e que foi resgatado em outro município do Rio Grande do Sul, em 2012.

O Posto da Mulher (UR26) aponta casos de desaparecimento de adolescentes, de aliciadoras que convidavam mulheres para trabalharem na Argentina, e até um caso de tráfico de crianças. Neste último, uma brasileira casada com um argentino foi levada para o Chile e lá o pai vendeu o bebê. A mãe foi ameaçada, porém conseguiu fugir e voltar para Uruguaiana. Mas a mulher foi agredida e ameaçada de morte e desapareceu da cidade. Nos casos relatados, a entrevistada não conseguiu determinar a data dos acontecimentos.

Ressalta-se que, no ano de 2014, nenhuma instituição brasileira relatou caso de tráfico de pessoas em Uruguaiana. Já o Juizado Federal de Paso de los Libres (UR14), na Argentina, relatou em entrevista que, só em 2014, foram identificados 14 casos de tráfico de pessoas com 15 vítimas (8 homens e 7 mulheres), a maioria chineses da província de Fujian. Eles atravessaram a fronteira Argentina pelo Brasil e foram apreendidos na estrada que se dirige a Buenos Aires. Os homens seriam explorados em oficinas de costura e em supermercados em Buenos Aires e as mulheres seriam escravas sexuais. Segundo a instituição entrevistada (UR14), os casos foram identificados, pois a Argentina realizou capacitações com todos os agentes de segurança em todas as províncias com o objetivo de auxiliá-los a identificar situações na qual possa estar ocorrendo o Tráfico de Pessoas.

Além dos casos de tráfico de pessoas, existem os casos de contrabando de imigrantes, entrada irregular de imigrantes e falsificação de documentos com fortes características de tráfico de pessoas, mas sem comprovação desse crime. Segundo os relatos da Justiça Federal (UR08), entre 2009 e 2013, foram mais de 20 situações flagradas de contrabando de imigrantes ou de entrada irregular de imigrantes. A maior parte desses casos é de africanos (senegaleses, ganeses), haitianos e chineses, que entraram no país pela Argentina. Estes últimos são os mais flagrados tentando entrar na Argentina de forma irregular, em grupos de seis ou mais pessoas; já os africanos e haitianos em grupos menores, normalmente de três pessoas.

O Conselho Tutelar (UR15) relatou o caso de um argentino que foi preso com documentos falsos de crianças que seriam usadas para o tráfico de bebês. De acordo com a Polícia Fe-

deral (UR16), em Julho de 2012, catorze estrangeiros foram notificados a saírem do país, dos quais cinco eram senegaleses, quatro chineses, dois argentinos, um nigeriano, um sul-africano e um peruano. Já entre os que não puderam ingressar no Brasil, estão catorze colombianos, cinco equatorianos, quatro haitianos, dois senegaleses, um australiano e um mexicano. A Polícia Rodoviária Federal (UR21) relatou que, em 2013, durante uma fiscalização na BR290, encontraram três senegaleses que entraram irregularmente no Brasil.

Do lado argentino, o Juizado Federal de Paso de los Libres (UR14) relatou que, em 2013, foram apreendidos dois grupos de estrangeiros que foram enquadrados no crime contrabando de imigrantes. No total eram 61 chineses e foram encontrados na estrada para Buenos Aires.

Segundo a Justiça Federal (UR08) e a Polícia Federal (UR16), além de Uruguaiana, outros locais foram apontados como possíveis rotas do tráfico de pessoas e contrabando de imigrantes: Santana do Livramento, Itaqui, São Borja e Barra do Quaraí.

De acordo com a Justiça Federal (UR08), a Polícia Federal (UR16), a Defensoria Pública da União (UR17) e o Juizado Federal de Paso de los Libres (UR14), existem quadrilhas criminosas especializadas no tráfico de pessoas e contrabando de imigrantes, com possível envolvimento da máfia chinesa. A rota utilizada pelos chineses para entrar na Argentina origina-se na Província de Fujian, na China. Depois, seguem para Dubai ou França e entram pelo Brasil de avião por São Paulo ou Rio de Janeiro, com visto de turista. Daí se dirigem a Uruguaiana de ônibus, onde o grupo se encontra e cruzam a fronteira em direção a Argentina. Existe ainda a participação de brasileiros e argentinos no alojamento e transporte desses chineses. Já a entrada no Brasil pela Argentina acontece principalmente com os senegaleses, ganeses, haitianos e, em menor número, os chineses. Os entrevistados acreditam que essas pessoas que entram no Brasil são utilizadas como “mulas” de drogas. A travessia utilizada é a mesma para quem entra ou sai do país, via terrestre (linha de ônibus regular, caminhonete, táxi, caminhão) ou de barco pelo Rio Uruguai. Os senegaleses, ganeses e haitianos se direcionam a São Paulo ou Rio de Janeiro.

Em relação ao trabalho escravo rural, em 2014, apenas uma autuação foi realizada através de denúncia, conforme relatado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (UR19). O entrevistado relatou que nunca encontrou um estrangeiro em situação de trabalho irregular nos últimos cinco anos.

3. Mobilidade e Migrações no Arco Sul – Resumo dos principais achados

A pesquisa identificou importante movimentação fronteiriça de paraguaios e brasileiros e, em menor proporção, de argentinos, em Foz do Iguaçu. Atualmente essa mobilidade apresenta os seguintes vetores principais - brasileiros trabalhando no comércio em Ciudad del Este, brasileiros fazendo compras diárias em Ciudad del Este, paraguaios vindo ao Brasil para trabalhar (ambulantes, esmoleres, construção civil, serviços, empregadas domésticas e babás), paraguaios em busca de serviços públicos (especialmente saúde e documentação), argentinos vindo ao Brasil para trabalhar (comerciantes, artesãos e malabaristas). Mais recentemente, parece estar havendo um retorno de brasileiros idosos, buscando o convívio de familiares ou o apoio do Sistema Único de Saúde e da Assistência Social. Passam pela cidade, em função da Delegacia da Polícia Federal, solicitantes de refúgio sobretudo de origem haitiana, que permanecem na cidade apenas o tempo necessário para receber o protocolo de seu pedido. Além disso, há um trânsito intenso na região em função do turismo para as Cataratas e do turismo de compras.

Ou seja, em termos de migrações internacionais, Foz parece se caracterizar como uma área de passagem, de média importância. As exceções são os libaneses e chineses, com colônias antigas na cidade, e nacionais dos países vizinhos que ali se fixam provavelmente por estabelecerem relações de parentesco e afinidade com brasileiros ou em função de trabalho. Embora o Censo de 2010 identifique que residem na cidade 18.781 pessoas com local de residência diferente do último censo, Foz do Iguaçu registra diminuição populacional de -0,09% entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, passando de 258.389 para 256.088 habitantes.

Como é comum a outras cidades de fronteira, Foz vê oscilar o fluxo de pessoas em função de questões de câmbio mais ou menos favorável e de políticas públicas mais ou menos benéficas. Atualmente fala-se muito, na cidade, do Projeto Beira Foz, que objetiva coibir a criminalidade no trecho de 21 quilômetros de fronteira entre a Ponte da Amizade e o Marco das Três Fronteiras. Trata-se de projeto com grande potencial econômico. Serão construídos parques, restaurantes, avenidas, hotéis, condomínios residenciais e atividades esportivas e de lazer. Vivem na área cerca de 2.500 famílias, que deverão ser realocada.

Outro assunto que mobiliza a cidade é a possibilidade de instalação de uma zona franca, esperança do comércio de Foz para poder fazer frente ao comércio de Ciudad del Este. Esta possibilidade, somada às previsões de crescimento econômico do Paraguai, pode alterar nas próximas décadas a demografia da cidade e os deslocamentos populacionais na região, dentro da lógica econômica comum a muitas regiões de fronteira

Já Uruguiana é uma cidade de passagem dos estrangeiros e não de fixação. A interação

com a cidade de Paso de Los Libres pode ser classificada como sinapse, que é caracterizada pela presença de interações marcadas por fluxos transfronteiriços intensos vinculados ao trabalho e serviços de consumo coletivo.

Os dados coletados indicam que há entrada irregular (indocumentada) no Brasil de migrantes senegaleses, ganeses, haitianos e chineses, na maioria homens, pela Argentina, que se dirigem a São Paulo e Rio de Janeiro.

Os estrangeiros que saem do Brasil em direção à Argentina são na sua maioria chineses, tanto homens quanto mulheres, em grupos de cinco ou mais pessoas, com o objetivo de chegar a Buenos Aires e o que os motiva é, quase sempre, encontrar trabalho no destino final. Alguns dos chineses entram no Brasil com visto de turista, outros possuem vistos falsificados, chegam de avião e se encaminham a Uruguaiana para realizar a travessia para a Argentina.

Os brasileiros que saem do Brasil em direção à Argentina na sua maioria buscam trabalho na cultura de arroz e essa travessia é realizada sazonalmente na época do plantio e coleta. Os profissionais do sexo brasileiros também atravessam a fronteira para trabalhar do outro lado da fronteira.

Alguns casos de tráfico de pessoas foram identificados tanto no lado brasileiro como no lado argentino, o que demonstra a necessidade de um trabalho de enfrentamento na região.

Referências Bibliográficas

- Adiala, C. S. M (2006). *Efeitos de Políticas Públicas em Cidades de Fronteira: Uruguaiana e Santana do Livramento (RS)*. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFRJ. Instituto de Geografia. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/.../Geografia-politica/01.pdf>. Acesso em: 24/11/2014.
- Arruda, Aline Maria Thomé (2007). *A presença libanesa em Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai)*. Dissertação de Mestrado, Centro de Estudos Comparados sobre as Américas/UNB.
- Augustini, Josiane & Nogueira, Vera Maria Ribeiro (2010). A descentralização da política nacional de saúde nos sistemas municipais na linha de fronteira Mercosul. *Serviço Social e Saúde*. n° 102, abr/junh.
- Azevedo, Suelen (2012). O transfronteiriço e o atendimento público de saúde na fronteira Brasil/Paraguai. *Perspectiva Geográfica*. UNIOESTE. v. 7. n°. 8, s. pp.
- Bourdieu, Pierre (1997). O espaço dos pontos de vista. In: P. Bourdieu (org.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cazola L. H. O. ; Pícoli, R.P.; Tamaki E. M.; Pontes E. R. J. C. & Ajalla M. E. (2011). Atendimentos a brasileiros residentes na fronteira Brasil-Paraguai pelo Sistema Único de Saúde. *Rev Panam Salud Publica*. v. 29. n°. 3. pp.185–190.
- Champagne, Patrick (1997). A Visão Mediática. In: P. Bourdieu (org.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Gadelha, Carlos Augusto & Costa, Laís (2007). Integração de fronteiras: a saúde no contexto de uma política nacional de desenvolvimento. *Caderno de Saúde Pública*. v.23. suplemento 2. pp. S214-S226.
- Giovanella, Ligia; Guimarães, Luisa; Nogueira, Vera Maria Ribeiro; Lobato, Lenaura de Vasconcelos Costa & Damacena, Giseli Nogueira (2007). Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do MERCOSUL na perspectiva dos secretários municipais de saúde. *Caderno de Saúde Pública*. v.23. suplemento 2. pp. S251-S266.
- Dal Prá, Keli Regina (2006). *Transpondo fronteiras: os desafios do assistente social na garantia do acesso à saúde no MERCOSUL*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. Porto Alegre.
- Lemões, Marcos Aurélio Matos (2012). *Sistema Integrado de Saúde em região de Fronteira: desafios do acesso da população aos serviços de atenção primária à saúde*. Trabalho de conclusão

são do curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão em Saúde. Porto Alegre.

- Marista - Rede De Solidariedade (2014). *Infância, adolescência e direitos: enfrentamento á violência sexual em Foz do Iguacu*. Curitiba.
- Mocellin, M. C.; Herédia, V. B. M.; Gonçalves, M. C. S. (2012). Migrantes da fronteira: entre dois mundos. *Métis: História & Cultura*. v. 11. n°. 22, pp. 141-159.
- Müller, K. (2005). Espaços conurbados de fronteiras nacionais: leituras de jornais locais. *Intexto*. v. 2, n°. 13, 1-16. Disponível em: www.seer.ufrgs.br/intexto/article/download/4209/4467. Acesso em: 24/11/2014.
- PAIR MERCOSUL (2010). *Relatório PAIR-Mercosul Rio Grande do Sul – 2010*. Disponível em: http://mercosul.ledes.net/site/pt_BR/index.php?toSection=15&ItemID=11. Acesso em: 24/11/2014.
- Pinheiro-Machado, Rosana. (2006). (Re) pensando a diáspora chinesa: fluxos globais e dinâmicas locais da imigração contemporânea. *30º Encontro Anual da NAPOCS*, 24 a 28 de outubro de 2006. GT 12 – Migrações Internacionais.
- Rabossi, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese de Doutorado. PPGAS-Museu Nacional/UFRJ, 2004.
- Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania (2013). *Pesquisa ENAFRON – Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania.
- Sprandel, Márcia Anita (1991). *Brasiguaios: conflitos e identidade na fronteira Brasil-Paraguai*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional, 1991.
- Sprandel, Márcia Anita (2005). Breve genealogia sobre os estudos de fronteiras e limites no Brasil. In: Roberto Cardoso de Oliveira, Stephen G. Baines. (Org.). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: UNB, pp. 153-204.
- Sprandel, M. A.; Guimarães, A (2005). O. *Coleção de boas práticas e lições aprendidas em prevenção e erradicação da exploração sexual comercial (ESC) de meninas, meninos e adolescentes - Sensibilização e fortalecimento institucional*. Asuncion: OIT.
- Sprandel, M. A.; Linares, A. G. E. & Krauststoff, E. (Org.) (2005) . *Situação das Crianças e dos Adolescentes na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai: desafios e recomendações*. Curitiba: Itaipu Binacional/UNICEF.
- Thomas, C (1976). Conquista e povoamento do Rio Grande do Sul. *Boletim Geográfico do RS*, Porto Alegre, v. 21, n°. 19. pp. 17-27. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/3323>. Acesso em: 24/11/2014.

Volkmer, M. S (2011). Pela fronteira é incalculável o movimento: Imigrantes Europeus nas Vilas do Oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX . *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300796425_ARQUIVO_MárciaVolkmerANPUH2011.pdf . Acesso em: 24/11/2014.

Yoshihara, Cintia (2014). *Avaliação da Casa do Migrante de Foz do Iguaçu e outras Experiências de Atendimento ao Migrante - Recomendações para a implantação de Equipamentos de Atendimento ao Migrante. Relatório da Atividade de Pesquisa 1.1 do Projeto Migrações Transfronteiriças (MT Brasil)*. Brasília: ICMPD.

Capítulo Seis – Inserção Laboral de Migrantes: estado da arte e obstáculos

Duval Fernandes¹²¹

Maria da Consolação Gomes de Castro¹²²

1. Introdução e justificativa da pesquisa

Tanto em momento recente quanto no passado, o maior estímulo para a migração em direção ao Brasil estava e ainda hoje está relacionado ao trabalho (ICMPD, 2013, Silva, 2013, Baeninger, 2013). A busca por uma ocupação, se possível no mercado formal, torna-se o objetivo primordial do imigrante quando chega ao local de destino.

Ao se estudar a inserção laboral dos imigrantes nas regiões de fronteira há de se ter em conta que os municípios de fronteira nem sempre oferecem postos de trabalho que possam absorver o contingente de imigrantes que chegam às cidades. Por outro lado, a migração com fins laborais tende a estabelecer redes em regiões economicamente mais dinâmicas, na quais as oportunidades de trabalho são mais abundantes.

Apesar das informações disponíveis não permitirem estabelecer uma relação direta entre o município de entrada no território nacional e o de residência do imigrante, os dados do Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros – Sincre podem contribuir para se ter um panorama aproximado dessa situação.

No âmbito do Projeto MT Brasil, foi possível o acesso aos documentos ativos dos estrangeiros registrados no Sincre, entre 2000 e 2015.¹²³

Ao se considerar as informações sobre a unidade da federação de fronteira de entrada no Brasil e a de residência dos imigrantes dos estrangeiros com registro ativo, observa-se que a maior parte dos imigrantes internacionais opta por residir em unidade da federação diferente daquela em que entrou no país, como mostra a Tabela 6.

¹²¹ O autor é Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC Minas e Coordenador do Grupos de Estudos Distribuição Espacial da População. E-mail de contato: duval@pucminas.br.

¹²² A autora é Professora e pesquisadora da Escola de Serviço Social da PUC Minas e Coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Direitos Sociais e Migração. E-mail de contato: consolacastro@gmail.com.

¹²³ Importante salientar que esse sistema apresenta as informações relativas aos estrangeiros, em situação regular que completaram o processo que permitiu o recebimento da cédula de identidade de estrangeiro – CIE que comprova o registro. Nesse grupo não estão incluídos os estrangeiros que estão no país de forma irregular e também aqueles cujo processo de solicitação de regularização do status migratório, ainda não recebeu um parecer favorável, como é o caso dos demandantes de refúgio que aguardam o parecer do Conare.

Tabela 6. Proporção de imigrantes internacionais com registro ativo, residentes na UF de entrada, por municípios da UF selecionados 2000 a 2015

UF de entrada e residência	%	Município de residência	%
ACRE	16,3	Rio Branco	10,7
		Brasiléia	2,5
		Cruzeiro do Sul	1,2
		Outros	1,9
AMAZONAS	54,3	Manaus	38,1
		Tabatinga	9,0
		Benjamin Constant	1,4
		Outros	5,8
AMAPÁ	21,1	Macapá	14,1
		Oiapoque	5,1
		Santana	1,1
		Outros	0,8
RORAIMA	35,0	Boa Vista	32,5
		Bonfim	1,1
		Outros	1,4
RONDÔNIA	65,9	Guajará-Mirim	36,9
		Porto Velho	17,0
		Costa Marques	4,5
		Outros	7,5
PARÁ	44,5	Belém	29,5
		Ananindeua	6,0
		Barcarena	1,2
		Castanhal	1,1
		Outros	6,7
PARANÁ	20,0	Foz de Iguaçu	9,8
		Curitiba	4,3
		Outros	5,9
SANTA CATARINA	52,3	Florianópolis	22,3
		Balneário Camboriú	5,7
		Dionísio Cerqueira	5,5
		Bom Retiro	1,8
		Itajaí	1,6
		Itapema	1,4
		Outros	14,0
		RIO GRANDE DO SUL	48,8
		Santana do Livramento	5,5
		Santa Vitória do Palmar	2,8
		Caxias do Sul	2,7
		Uruguaiana	1,6
		Santa Maria	1,4
		Pelotas	1,3

		Bento Gonçalves	1,3
		Outros	19,6
MATO GROSSO DO SUL	9,6	Ponta Porã	2,2
		Campo Grande	2,1
		Corumbá	1,8
		Outros	3,5
MATO GROSSO	24,5	Cáceres	8,3
		Cuiabá	5,5
		Pontes Lacerda	2,7
		Várzea Grande	1,6
		Outros	6,4

Fonte: SINCRE/DPF/MJ, 2016

Para os estados do Amazonas, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a maioria dos imigrantes que entraram por essas unidades da federação permaneceram no estado. O Mato Grosso do Sul apresentou a menor proporção de entradas e permanências, 90,4 % dos imigrantes que escolheram esse estado como porta de entrada no país, seguiram para outros estados da federação.

Ao se observar a distribuição por município dos que fixaram residência no estado de entrada, há uma tendência à escolha de se estabelecer em municípios outros do que os de fronteira. Tal situação não ocorre em quatro estados, a saber: Rondônia, 36,9% dos que entraram pelo estado fixaram residência em Guajará-Mirim, Paraná, 9,8% dos estrangeiros que por ali entraram ficaram em Foz do Iguaçu, Mato Grosso, 8,3% na cidade de Cáceres, e Mato Grosso do Sul, 2,2% na cidade de Ponta Porã. Nas outras unidades da federação que têm fronteira internacional e foram utilizadas como ponto de entrada por imigrantes, a fixação de residência se deu em maior proporção nas capitais.

Portanto, os estudos da inserção laboral dos imigrantes devem direcionar os levantamentos para as áreas de maior fluxo dessa população, buscando contribuir, com seus resultados, na formulação de políticas públicas.

Desta forma, o projeto MT Brasil desenvolveu atividade de pesquisa específica em municípios de maior fixação de residência de migrantes em busca de trabalho, cuja metodologia e resultado serão apresentados a seguir.¹²⁴

¹²⁴ Relatório completo pode ser encontrado em: Fernandes, Castro, Faria, Silva & Rezende (2015).

2. Metodologia

O levantamento de campo foi dividido em duas fases, a primeira realizada, em cidades dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e a segunda, na cidade de São Paulo.

Na fase da pesquisa em Santa Catarina foram visitadas as cidades de Criciúma, Forquilha, Chapecó e Florianópolis. No estado do Rio Grande do Sul, as cidades de Garibaldi, Caxias do Sul e Bento Gonçalves. Na fase final do levantamento, a visita ficou restrita à cidade de São Paulo, no estado de mesmo nome.

Na região Sul, foram ouvidos 46 imigrantes das seguintes nacionalidades: Togo, África do Sul, Gana, Haiti e Senegal. Em São Paulo, os 34 migrantes ouvidos eram do Haiti, de Mali, do Congo, de Angola, da Palestina, da Síria, da Colômbia, da Nigéria e do Nepal.

A seguir serão apresentadas, de forma resumida, as impressões que foram coletadas com os imigrantes, com as entidades que os apoiam, com as autoridades governamentais e com os empresários que os contratam, na tentativa de se descrever o cenário da inserção laboral dos imigrantes no Brasil.

3. Relato da situação do imigrante

Desde 2010, o governo brasileiro vem adotando a sistemática de regularizar a situação laboral da maioria dos imigrantes que chegam ao país. Essa política visa a atender, principalmente, àqueles que demandam refúgio quando do contato com as autoridades migratórias, não só os que já estão no país como aqueles que estão em processo de entrada em território nacional.

O procedimento, com ligeira diferença, é basicamente o mesmo: ao chegar à fronteira, por exemplo, o imigrante faz saber à autoridade migratória o seu desejo de solicitar refúgio no país. A demanda de refúgio é registrada e um protocolo desse atendimento é emitido. Esse documento, considerado como documento provisório de identidade de estrangeiro, tem validade de um ano, podendo ser renovado. O protocolo permite ao demandante de refúgio o acesso à Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e ao CPF (RN nº 18/2014 – Conare).

Para facilitar o acesso dos imigrantes à CTPS, o Ministério do Trabalho ampliou o atendimento aos estrangeiros, permitindo a emissão da carteira não só nas sedes da superintendência, mas também nas gerências e nas agências regionais de trabalho (Portaria nº 04/2015) e, posteriormente permitiu que o documento fosse emitido por outros órgãos da administração pública (Portaria nº 699/2015).

Todo esse esforço teve como objetivo ampliar a inserção laboral dos imigrantes, facilitando o acesso à documentação e corrigindo distorções que aconteciam principalmente na cidade de São Paulo, local de maior afluxo de demandantes de refúgio de nacionalidade haitiana e senegalesa. No entanto, mesmo com o esforço conjugado de vários órgãos, a situação laboral dos imigrantes nas regiões pesquisadas é precária e demanda maior atenção das autoridades.

As dificuldades para a inserção no mercado de trabalho são de toda ordem, por exemplo, no que se refere à questão da certificação da qualificação profissional. Em certos países não há uma certificação formal ou um curso técnico, mas alguns imigrantes têm conhecimentos práticos de natureza técnica que são aproveitados pelas empresas.

“[...] Muitas empresas têm admitido muitos senegaleses soldadores. Aqueles que “colocam” a função soldador, tenho encaminhado para essa empresa. E essa empresa tem solicitado muito, tem dado a vaga mesmo sem apresentarem certificado. Fazem os testes, entendem da profissão. As empresas têm dado oportunidade” (CAM, Caxias do Sul, RS).

“[...] Aqui eu sou contratado como um iletrado, pois não consigo falar português. Tenho um certificado de técnico em eletricidade e trabalhei sete anos no meu país. Aqui vou ter de passar por um centro de capaci-

tação para ter um certificado em uma atividade na qual trabalhei “tous travaux” por sete anos” (Malinês, São Paulo, SP).

A preocupação de obter uma maior remuneração leva alguns imigrantes a assumirem duplas jornadas de trabalho – combinando atividades no setor formal e informal –, que podem prejudicar a manutenção do emprego. Importante salientar que tal comportamento de assumir jornadas múltiplas de trabalho é uma característica de imigrantes, inclusive de brasileiros residentes no exterior, que têm como principal projeto obter maior volume de recursos financeiros (Siqueira, 2009; Anício, 2011).

“[...] O emprego informal “normalmente” é o segundo trabalho deles. Trabalha de noite e vende de dia. Em algumas empresas a produção caiu e eles foram mandados embora. Na época da Copa tinha um que de noite fazia curso de auxiliar administrativo e de dia ele vende”. (CAM, Caxias do Sul, RS).

Alguns dos entrevistados fizeram opção por trocar o setor formal pelo informal, pois assim obtinham maiores ganhos financeiros. No entanto, essa opção de ocupação pode levar a algumas dificuldades, principalmente, quando há necessidade de comprovação da origem da renda, como no momento de realizar remessas.

“[...] Mandamos um dinheiro para o Senegal pelo Bradesco, e agora vem falar, não pode mandar maior que seu salário. Eu fui lá e conversei com algumas delas, e eles falaram que tem senegalês que manda R\$5.000,00 até R\$10.000,00 por mês. Daí o salário não é igual e eles têm dívida. Se eu mandar R\$10.000,00 pra fora, imediatamente a Receita Federal é acionada, ela vai me procurar pra saber de onde eu tirei esse dinheiro. Acho que o máximo agora é R\$2.000,00. Mas eu que não trabalho, não tenho carteira assinada, não posso mandar agora. Tenho, mas ele não quis mandar tem que mostrar o motivo do dinheiro” (Senegalês, Caxias do Sul, RS).

De modo geral, os empresários estão satisfeitos com o trabalho dos imigrantes, sendo que alguns destes conseguem se inserir em setores que muitas vezes não são abertos a todos os brasileiros, como na área de hotelaria. As vantagens dos imigrantes, principalmente africanos, é o de ter trabalhado em outros países e em atividades de interesse de setores específicos.

“[...] Quando veio o hotel XX pra cá, quando fomos visitar fomos entender melhor, é um hotel muito grande em Gramado, de uma grande rede do país. O gestor veio e disse que queria pessoas com experiência na área. Muitos ganeses já tinham passado por outros países, já tinham experiência em outros países. Alguns trabalharam em um hotel na Europa, e conseguiram a vaga. Fomos visitá-los e eu tive a informação de outros empresários que falaram deles, que estão encantados com o trabalho. Que gestor de outro

hotel veio e disse: vim aqui comprar uma briga. Agora outros hotéis estão procurando saber onde foram buscar esses profissionais, que são extremamente educados, muitos deles falam muitas línguas. Tem um que fala coreano, árabe, italiano, espanhol. Falam várias línguas” (CAM, Caxias do Sul, RS).

Se, para alguns, a situação de imigrante facilita a sua inserção no mercado de trabalho, para outros, na realidade a maioria, a situação é de extrema dificuldade, ainda mais acentuada pela falta de reconhecimento de suas qualificações profissionais. Tal ponto é considerado pelas autoridades e representantes de organizações sociais que foram entrevistados como um dos mais vulneráveis para a inserção laboral dos imigrantes, o que os direciona para atividades secundárias, caracterizadas, segundo Piore (1979), por exigirem baixa qualificação e oferecerem baixa remuneração.

“[...] Das senegalesas que eu atendi, tem uma que era enfermeira, uma que era secretária, contabilidade, era um bom trabalho, mas que aqui não vão conseguir a princípio porque não falam português. Com o tempo podem conseguir, mas em um primeiro momento, não vai conseguir trabalhar em um escritório. Então acabam indo para auxiliar de limpeza, frigorífico, muitas cabeleireiras, em restaurante. Sempre orientamos que eles vão trabalhando com outra coisa para depois fazer um curso profissionalizante na área, PRONATEC, por exemplo. Marceneiro, motorista também não conseguem” (Representante do Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul, RS).

Há ainda situações de discriminação contra o trabalhador imigrante que acontecem, segundo eles, de forma sistemática, mas que também são relatadas pelas entidades que acompanham ou mesmo que intermediam os contatos entre os imigrantes e os seus empregadores.

“[...] alguns falam que na empresa, o trabalho mais pesado é sempre deles. Se eles são pedreiros e está chovendo, quem tem que ficar lá fora sempre são eles. E que não valorizam seu conhecimento, mesmo depois que aprendem português”. (Representante do Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul, RS).

“[...] Eles tiveram dificuldades com a questão do salário, o patrão combinou tanto, e quando eles foram receber era tanto. Eles não conseguem entender a questão dos descontos do contracheque, aí as esposas ficam desconfiando dos maridos achando que eles estão gastando com mulheres”. (Representante da Cáritas, Criciúma, SC).

“[...] Esse é outro fato que acontece aqui. Os serviços que temos aqui considerados pelos imigrantes mais penosos são mais direcionados a eles,

por exemplo, não sei se vocês conhecem os procedimentos das agroindústrias de “pendura”¹²⁵. Mas também tem, às vezes, trabalhos mais penosos que a “pendura” (Presidente de Sindicato, Chapecó, SC).

Algumas dessas denúncias estão em processo de apuração pelo Ministério Público do Trabalho de Chapecó e as reclamações mais frequentes envolvem o relacionamento com as empresas e dizem respeito à prática, como a demissão de trabalhadores feita informalmente e registrada pelo empregador como demissão voluntária, e a não apresentação do contrato de trabalho em um idioma de entendimento do trabalhador, o que contribui para gerar desentendimentos no momento do acerto de contas entre ele e a empresa.

“[...] Temos também empresas que se aproveitam dos imigrantes, a gente vai assinar um contrato sem saber o que está escrito e o que significa. A gente assina sem saber o que está assinando e assim muitas empresas estão se aproveitando disso, a ignorância dos imigrantes, para pagar muito pouco com relação aos brasileiros. A empresa pode fazer também um desligamento sem motivo” (Representante da Associação de Senegaleses, Chapecó, SC).

“[...] Ainda sobre a inclusão laboral, nós não falamos sobre a exploração, dos casos de violação das leis trabalhistas, dos acertos e acordos que não... Eles vêm aqui com muitas dívidas. Teve um episódio de um que trabalhou seis meses com carteira assinada e tudo e não pagaram nada, direito nenhum. Tem que ter um advogado voluntário, a gente acaba encaminhando pra lá. Nessa semana a gente atendeu um que não tinha recebido a 2ª parcela do 13º, houve férias coletivas e a empresa não agiu dentro das normas trabalhistas. Eles acabam sendo prejudicados e recorrem aqui. Outro ficou uns dias em casa, estava cansado, mas na concepção dele não sabia que tinha que avisar a empresa. Algumas empresas faltam dar esse olhar diferenciado nesse sentido pra eles, de como são as normas da empresa em relação aos horários, férias, 13º e essas questões trabalhistas, pra que eles possam entender. Quando eles chegaram, eles pensavam que além de um bom salário, a empresa daria casa, água, luz. Tem empresas que têm um alojamento, mas não são obrigadas. Tem umas ofertas absurdas que a gente nem repassa, como querer uma mulher pra ficar em casa, pagando menos que um salário mínimo, sem carteira assinada, como se fosse mercadoria. No seminário, vinham algumas empresas e falavam: Vim buscar “tantos” (Representante do Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul, RS).

¹²⁵ Pendura é o processo de colocação das aves nos ganchos da linha de abate.

No curso das diversas entrevistas com os imigrantes, o ponto mais frequente foi o da baixa remuneração e os problemas decorrentes disso, a que se soma o pouco conhecimento da legislação trabalhista brasileira, particularmente no que se refere aos descontos incluídos no contracheque.

“[...] A gente tenta até entender, eles não querem mais trabalhar na empresa x, aí eles vão lá e pedem demissão, aí quando está tudo assinado eles questionam porque só receberam um pouco. Então nós começamos a explicar que era porque ele havia pedido demissão, e está sujeito a isso, aquilo e tal, mas mesmo assim eles não entendem. Então são duas coisas, ou eles dizem que não querem mais trabalhar lá, e não vão ou eles pedem demissão. [...]. Porque quando você pede demissão tem a questão do aviso prévio e eles não entendem isso, e então se eles não cumprem o aviso, a empresa desconta. E aí quando vão receber não tem nada, então eles ficam desesperados e vão até a gente. Então nós começamos a explicar e eles não entendem. Daí a gente manda essa bomba lá pro Ministério do Trabalho para eles explicarem certinho. Essa dificuldade que a gente está tendo deles entenderem o que é tudo, o aviso prévio, desconto, férias, décimo terceiro, o que tem direito e o que não tem” (Representante da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criciúma, SC).

Considerando as despesas que os imigrantes têm de enfrentar na sua vivência no Brasil e as obrigações familiares e dívidas no país de origem, a remuneração recebida não permite uma vida digna no país, segundo os depoimentos.

“[...] Muitos dos que trabalham não são muitos que recebem mais do que R\$1.000,00, se não fizer hora extra, alguma coisa assim. De repente recebe R\$800,00, R\$900,00. Na verdade, o que a gente recebe aqui, nenhuma casa consegui gastar tudo isso. Você ganha R\$1.000,00, manda R\$500,00 e os outros R\$500,00 consegue se sustentar. Imagina que com esses R\$500,00 que sobrou tem que pagar aluguel, fazer comida e algumas coisas daqui a pouco” (Haitiano, São Paulo, SP).

“[...] Depois de 1, 2 meses, tu recebe R\$800,00, R\$1.000,00. O que é isso? Mandou lá, sobrou 300,00 pra viver, pra sobreviver. Mas a gente se adapta. Com o tempo a gente conhece. Está aprendendo cultura brasileira. Amiga Maria está ajudando muito. Agora os dois que fizeram o curso está crescendo o salário deles”. (Senegalês, Caxias do Sul, RS).

“[...] com o salário de R\$ 900,00 fica difícil encontrar uma casa e também colocar alguma coisa dentro, como uma cama. Não há como viver com o salário” (Congolês. São Paulo, SP).

4. Autoridades governamentais e organizações sociais

O processo de levantamento de informações incorporou como atores-chave as autoridades locais, representantes de órgãos federais nas cidades visitadas e representantes de ONGs que atendem aos imigrantes.

Em se tratando de questões relacionadas ao trabalho, na maioria dos municípios, as autoridades locais estavam bem sensibilizadas com relação aos problemas dos imigrantes. No caso de São Paulo, por exemplo, o Centro de Atendimento ao Trabalhador – CAT recebe os imigrantes em estrutura especialmente preparada para atendê-los e faz a emissão das carteiras de trabalho para os estrangeiros seguindo as normas do Ministério do Trabalho, o que, em um primeiro momento, era facultado somente aos haitianos. Ainda, tratando de estruturas governamentais, o Sine de Chapecó, ligado ao governo estadual, além do atendimento aos imigrantes no que tange aos encaminhamentos às empresas, reserva um dia por semana no serviço de atendimento psicossocial para o atendimento a imigrantes, buscando assim oferecer um acompanhamento mais próximo e direto ao trabalhador estrangeiro.

Em relação às representações de órgãos da administração federal, principalmente o Ministério do Trabalho, há uma postura ambígua das gerências regionais, que são as responsáveis únicas pela emissão da carteira de trabalho para os estrangeiros, quando não há um serviço prestado por outro órgão da administração pública. Enquanto em algumas se observa uma nítida postura favorável ao imigrante, buscando proporcionar um atendimento rápido e trabalhar em sintonia com outros órgãos da administração pública e ONGs, em outras a visão não é favorável aos estrangeiros. Nesses casos, ele é percebido pelos responsáveis do órgão como um concorrente à mão de obra local no mercado de trabalho. Nessa mesma localidade, denúncias já registradas no Ministério Público do Trabalho relatando flagrantes desrespeitos à legislação trabalhista no momento da entrevista não haviam sido captadas pelo serviço de fiscalização do trabalho do Ministério do Trabalho. Essas diferenças de postura assinalam a necessidade de sensibilização dos responsáveis dos órgãos para a importância da incorporação da mão de obra imigrante no mercado de trabalho local e para a sua vulnerabilidade nesse processo de inserção.

As organizações não governamentais que tratam do atendimento aos imigrantes. Buscam, na medida do possível, auxiliar na sua inserção laboral. Nos levantamentos foi possível observar situações diversas conforme a localidade pesquisada. Naquelas onde há maior cooperação entre as diversas entidades locais, o trabalho dessas organizações é mais eficaz, em outras, onde as instituições não conseguem avançar na construção de rede com as entidades públicas, o trabalho fica restrito a algumas atividades. Foram encontradas ONGs com estruturas mais avançadas do que aquela disponibilizada pelo poder público, como no caso da Missão Paz, de São Paulo; mas também situações nas quais a instituição só tinha condições de auxiliar na

obtenção da documentação necessária para a inserção no mercado de trabalho e a contratações aconteciam por meio de redes sociais ou de contatos pessoais dos técnicos da organização.

No caso da Missão Paz, há uma metodologia que vem sendo muito respeitada pelos diferentes atores, na preparação para intermediar o diálogo e a possibilidade de contratação entre trabalhadores e empresários. Esse processo, que foi construído contando com a participação de imigrantes, chegou mesmo a definir um “salário mínimo”¹²⁶ que deveria ser o piso a se considerar nas conversas entre imigrante e empresário interessado na sua contratação. Como a Missão Paz tem uma ampla estrutura de acolhimento, que envolve não só o apoio a questões do trabalho, mas também o abrigo e o auxílio a diversas demandas de imigrantes, a criação do serviço de mediação da inserção no mercado de trabalho, eixo trabalho, foi um desdobramento natural dessas atividades, e passou a ser incorporado aos serviços prestados pela entidade em São Paulo, espelhando o leque de atividades da ordem dos padres scalabrinianos em outras partes do mundo.

Como alternativas aos problemas percebidos, as autoridades locais e representantes de organizações sociais apresentaram algumas propostas de ação ao governo para combater parte dos obstáculos à inserção laboral dos imigrantes, com destaque para a intensificação das fiscalizações trabalhistas em empresas que empregam muitos imigrantes, a tradução de documentos e procedimentos trabalhistas, assim como a disponibilização de cursos de português para estrangeiros nas regiões que contam com grande quantidade de imigrantes.

“[...] Talvez alguma coisa, ou um rigor maior por parte do governo em relação a quem emprega, porque aí salvaguarda a questão da exploração, o fato deles dizerem que trabalham de cabeça baixa, tudo isso é uma imagem de explorado, de dominação, isso tudo é muito triste. Então eu acho que tem que ter um rigor um pouco maior por parte do empregador. A gente precisa ter um ambiente que faça um pouco essa triagem de pessoas para o trabalho, o que eu acho que Caxias já tem. Não sei se é só a casa de passagem, também não sei se ele teria que ficar ligado somente a um órgão público que faz um pouco essa checagem de gente que chega. Por exemplo, um campo de trabalho dos frigoríficos, está um pouco fora da realidade física deles. Eu lembro que a maioria deles aqui no inverno estava se estreitando de frio e eu fico imaginando eles em um frigorífico. A gente entra em um supermercado e quase morre de frio perto dos congelados, e agora imagina pra eles que vivem em países quentes. Eu acho que a gente deveria ter um espaço ou um órgão que ficasse responsável por isso no município, que olhasse de onde ele vem pra encaminhar” (Representante da Cáritas, Criciúma, SC).

¹²⁶ Em abril de 2015 o “salário mínimo” estipulado pelos imigrantes era de R\$ 1.100,00.

“[...] O desenvolvimento de um projeto que dê uma nivelada na acessibilidade da comunicação, seja para eles o português, seja para os atendentes outra língua que também possa facilitar a comunicação. Com o francês nós podemos chegar mais próximo de mais grupos” (Representante do Centro de Referência dos Direitos Humanos, Chapecó, SC).

As falas das autoridades locais e de representantes de organizações sociais no que concerne à inserção laboral dos imigrantes demonstraram de forma geral, mais desafios do que oportunidades. Os desafios indicam caminhos de ação para as autoridades públicas e agentes sociais no sentido de reduzir as vulnerabilidades, de fortalecer a inserção e de garantir a manutenção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Nesse contexto, o aproveitamento dos diferenciais positivos oferecidos pelos imigrantes e mencionados pelos entrevistados se transforma em elementos-chave para uma inserção efetiva dos imigrantes no mercado de trabalho.

5. Diálogos com empresas

Durante o processo de levantamento de dados, procurou-se ouvir também os empresários ou seus representantes que contratavam os imigrantes internacionais. Algumas empresas não quiseram conceder entrevistas e outras, mesmo concordando em conversar sobre a contratação de imigrantes, pediram para que a entrevista não fosse gravada. Buscou-se diversificar o ramo de atividades das empresas contatadas, de forma a permitir uma visão mais ampla da situação laboral dos imigrantes. Foram entrevistados representantes do setor de Recursos Humanos de dois frigoríficos, de uma empresa do ramo da construção civil, de uma indústria metálica, de uma agroindústria de hortaliças e de uma empresa alimentícia. Quatro empresas são da região Sul e duas da região Sudeste.

O número de estrangeiros contratados não é elevado, variando de 2% a 18% do número total de trabalhadores das empresas. Algumas estão em plena expansão e com grande oferta de postos de trabalho que não são preenchidos por brasileiros ou mesmo estrangeiros, o que acontece no setor da agroindústria alimentícia. No setor da construção civil, que, no momento da pesquisa, já vivia um ciclo de retração, o número de contratações acontece em ritmo mais lento, chegando, em alguns momentos, a ter maior número de demissões, senão vejamos na Tabela 7:

Tabela 7. Número de trabalhadores, trabalhadores imigrantes e porcentagem de trabalhadores imigrantes nas empresas.

Empresa	Nº de trabalhadores	Nº de imigrantes	% de Imigrantes
A (agroindústria - RS)	900	156	17,3%
B (agroindústria - SC)	5000	500	10%
C (comércio de alimentos - SP)	210	12	5,71%
D (construção - SC)	800	10	1,25%
E (indústria metalúrgica - RS)	75	3	4%
F (agroindústria - RJ)	820	49	5,97%

A razão para a contratação dos imigrantes é praticamente a mesma para todas as empresas e se resume à necessidade de preencher vagas existentes. Os empresários viram nesse grupo a oportunidade de atender a demanda crescente por mão de obra.

“[...] Como a cidade começou a receber vários imigrantes e a gente tinha uma carência de mão de obra a gente acabou recrutando, ou às vezes eles mesmos procuravam a empresa e a gente avaliava a situação deles e focava nas pessoas que estavam regulares. Então aproveitamos a mão de obra deles nos canteiros de obra, alguns vieram pra cá com faculdade mas na verdade eles vieram para trabalhar no serviço pesado, braçal e alguns estão na empresa até hoje. A gente chegou ao auge

de ter 19 imigrantes” (Representante de empresa de construção civil, Criciúma, SC).

“[...] Em um primeiro momento eles apareceram, a gente não foi atrás. Começaram a vir. Foram chegando na região e foram vindo. Como nosso ramo ainda tem uma rotatividade bastante alta, a gente pegou como mão de obra normal. E muitas vezes entram naquela dúvida: falta de mão de obra brasileira. Não é falta de mão de obra brasileira, eles apareceram aqui e a gente foi contratando. Foi contratando e estão aí. A gente acaba tendo uma rotatividade maior. E nós, por estarmos em uma região que tem uma maior oportunidade de emprego, então o pessoal está aqui, aparece uma oportunidade melhor em outro lugar, eles vão e a gente vai tendo vaga. A gente sempre tem vagas em aberto. [...] Fazemos abate Halal. Os primeiros estrangeiros vieram inclusive para o abate Halal, que era um que tem que ser de religião muçulmana. Mas esses vieram especificamente para uma determinada área de trabalho” (Representante de agroindústria, Garibaldi, RS).

“[...] Foi no começo do ano passado a mão de obra aqui estava complicada e aí a gente resolveu ir atrás dos imigrantes, porque eu fiquei sabendo que tinha muita gente aqui procurando trabalho, eu até falei com o diretor da empresa, ele faz parte do sindicato dos metalúrgicos, aí eu consegui alguns contatos de um pessoal que ajudam eles, a gente viu que eles tinham bastante qualificação” (Representante de empresa metalúrgica, Caxias do Sul, RS).

Em termos da nacionalidade dos imigrantes contratados, a predominância era de haitianos, mas, na maioria dos casos, foi assinalada a presença de pessoas de outras nacionalidades, principalmente naqueles ramos de negócio que deveriam atender a alguma exigência de ordem religiosa, como o abate “*halal*”.

“[...] A maioria deles são haitianos. Já tivemos portugueses e outros imigrantes do Congo, africanos, europeus, e agora veio aquela leva de haitianos pra cá e a gente acabou contratando alguns, só que quando contratamos eles, eles já estavam legais no país, então não fizemos o trabalho de recrutamento lá no Acre” (Representante de empresa de construção civil, Criciúma, SC).

“[...] Haitianos e os sangradores que são de Bangladesh. Senegal, Bangladesh e Haiti. Mas em ordem de quantidade, é haitiano em primeiro lugar, é mais que 50% eu acho que uns 60 a 70% de haitianos” (Representante de agroindústria, Garibaldi, RS)

“[...] Eles são do Senegal. Na realidade o diretor da empresa preferiu con-

tratar senegaleses. Na realidade foi porque ele tem contato com outros diretores de outras empresas e eles falaram bem do trabalho realizado pelos senegaleses” (Representante de empresa metalúrgica, Caxias do Sul, RS).

A contratação dos imigrantes não segue a mesma forma em todas as empresas. A rede social dos imigrantes pode contribuir nas contratações via indicações fornecidas por estrangeiros que já trabalham na firma. Foi possível detectar a percepção da chegada dos imigrantes na comunidade, que é precedida pelas informações veiculadas pela mídia indicando a presença dos imigrantes tanto na comunidade como em locais fora dos estados, o que gera um movimento de busca por mão de obra. Em dois casos, a empresa chegou a enviar representantes ao Acre para contratar trabalhadores no abrigo de Brasília e, em um segundo momento, foi buscar os imigrantes em São Paulo, ofertas de vagas essas intermediadas pela Missão Paz. Uma vez realizadas as primeiras contratações, o fluxo de imigrantes se amplia em direção aos locais com maior oferta de emprego, reduzindo assim os custos das empresas na captação da mão de obra.

Importante notar que o Sine nem sempre foi uma opção utilizada pelos empresários para a contratação de trabalhadores.

“[...] Eu no começo, em 2012, o nosso quadro de vagas era grande e eu cheguei a estudar a hipótese de ir buscar eles no Acre, só que quando eu percebi que a cidade estava cheia de imigrantes buscando emprego daí eu desisti de ir. Então a única coisa que fizemos foi ir à Polícia Federal, porque muitos estavam procurando ela para se regularizarem aqui” (Representante de empresa de construção civil, Criciúma, SC).

“[...] Via SINE veio muito pouco. O que acontece? Vem uma pessoa, a gente contrata. Ele já traz um amigo. É meio que indicação. A gente fomenta, como nós sempre temos alguma vaga, a gente fomenta, que se alguém tiver amigos, pessoas que são comprometidas, que querem trabalhar sério, a gente convida pra estar com a gente, mas a pessoa não tem nenhuma responsabilidade [...] A gente já fez uma vez porque abriu um turno novo. Aí eu tive que contratar 400 pessoas em dois meses, um mês. Operação de guerra. Aí vai carro de som, prêmio pra quem indica e a pessoa fica, mas aí é uma situação pontual. Normalmente não. [...] Normalmente vem alguém por indicação, trabalhamos com o SINEs, a gente sempre tem vaga aberta no SINE, mas não vem tanto pelo SINE, é mais indicação” (Representante de agroindústria, Garibaldi, RS).

“[...] Através de uma associação que tem aqui em Caxias do Sul. E também tem o CAM, não sei se você já ouviu falar, é um Centro de Atendimento ao Migrante. Esta associação sempre manda currículo para a gente” (Representante de empresa metalúrgica, Caxias do Sul, RS).

Os representantes das indústrias que foram entrevistados, de maneira geral, revelaram que estavam satisfeitos com a contratação dos trabalhadores imigrantes. Alguns até sinalizaram que há uma postura muito positiva deles em relação ao trabalho.

“[...] Tem um rapaz que trabalha na cozinha o horário deles era 09h00min da manhã, mas eles chegaram às 07h00min e já começavam a trabalhar e não marcavam hora nem nada. Aí quando a gente questionava eles diziam que estavam lá para trabalhar. Foi difícil convencê-los a entrar às 09h00min. Eles estão sempre prontos e com eles não tem falta de serviço” (Comércio de alimentos - São Paulo, SP).

“[...] E aí a gente veio fazer uma experiência com o primeiro grupo dos refugiados e a gente teve uma grande surpresa, nem a gente esperava que fosse ser do jeito que está sendo – eles além de trabalharem muito bem, eles são muito comprometidos e agradecidos. Eles têm um carinho muito grande pela empresa, eles são agradecidos, eles entendem que eles têm que trabalhar direto pra compensar a oportunidade que a gente dá pra eles de trabalho, essa é a visão que eu tenho dessas pessoas que estão com a gente lá” (Agroindústria, Teresópolis, RJ).

Quando perguntados sobre os problemas que encontraram no momento da contratação desses imigrantes, não há uma resposta única, mas é possível perceber que as respostas estavam mais relacionadas com o tipo de atividade desenvolvida, que exige menor ou maior disciplina. Outra situação muito relatada diz respeito ao “choque cultural” em relação às normas de higiene e à legislação trabalhista brasileira. Um ponto considerado sensível pelos entrevistados foram as desavenças que aconteciam entre os imigrantes de nacionalidades diferentes ou mesmo entre pessoas de uma mesma nacionalidade.

“[...] No começo a gente teve que administrar bastante conflitos, as vezes entre eles mesmos eles brigavam. Tivemos uma situação em que, cada um deles pagava o aluguel, e um deles trouxe a esposa, e eles começaram a falar que ele teria que pagar a cota dela também. Então aí a gente tinha que entrar e administrar esses conflitos” (Representante de empresa de construção civil, Criciúma, SC).

“[...] Agora eu vejo que já reduziu. Não sei se é porque já estão a mais tempo no Brasil, mas os primeiros foram muito difícil a cultura. Em questão de higiene, até que em um primeiro momento tivemos um trabalho muito forte com a assistência social, pra enquadrar eles junto ao meio dos brasileiros. Eles não tomavam banho, não lavavam as roupas, não trocavam de roupa, vinham e os brasileiros começaram a reclamar: Ah, tem que ficar do lado dessas pessoas, tem cheiro diferente, não sei o que [...] Até pra eliminar

isso aí, a gente fez todo um trabalho de acompanhamento com os estrangeiros, ensinando, desde tomar banho, sabonete, sabão em pó pra lavar roupa, ilustrativo. Eles lavavam roupa e largavam no chão. E daí vinham com as roupas lavadas e já ficavam sujas. Já tivemos brigas aqui dentro. O duro é entender porque estão brigando. O problema é que quando tem problema com um, tem com todo mundo...Tipo uma tribo, sabe?! Um tinha algum problema, todos paravam o que estavam fazendo, iam tudo ver o que tinha acontecido e tal, daí administrar isso aí... Era meio complicado. Mas agora acalmou. A gente falou, refalou que não pode, que não é porque um teve um problema que todo mundo tinha que ir ver o que acontecia. O salário base é x , mas depois tu recebe x menos 2, porque tem os impostos. Isso eu acho que seria importante de achar uma forma de já mostrar isso pra eles. Porque pra nós fica muito difícil, porque a linguagem é um fator complicado a comunicação. Tem os malandros, os bons e os não tão bons. E os não tão bons que fomentam que não é assim, que tem que ser diferente. Eu não sei se eles se fazem, ou desconhecem mesmo. Da legislação trabalhista brasileira. Isso às vezes a gente tem que explicar, reexplicar e eles não querem entender. Por exemplo, sobre a rescisão, de algumas vezes estarem enganando, nós somos muito corretos com todos os nossos colaboradores, mas aí acontece isso. Término de contrato. Ele não vai receber os três meses de término de contrato. E teve uma situação que o cara não aceitava. Vocês estão me roubando. Então eu disse: vai no sindicato, vou te dar o nome do presidente do sindicato, que é o representante da classe operacional, não tem problema nenhum. A presidente me ligou: Maria (nome fictício), como é que tem essa situação? Porque estava tudo correto mas o cara não aceitava, que tinha que pagar mais. Isso era oito e meia. Me ajuda. Não tinha nada de errado, só que eu não sei se eles não entendem, se eles vêm aqui achando que vão entrar no trabalho e já vão ganhar rios de dinheiro, eu não sei, mas eles acham que a gente está enganando. Eles não têm noção de como é a legislação aqui. Outra questão, no primeiro momento, vieram muitos homens pra cá. No começo não vinha mulher. Só que depois começaram a trazer as esposas. E elas vêm e engravidam. É fato. Eu não sei se por conta disso eles vão ter um visto diferente, ou benefício diferente... 90% das mulheres engravidam. E nós tentamos falar, não é que não pode transar, mas tem que usar os métodos anticoncepcionais, senão vai ter filhinho. Fizemos um trabalho forte com nossa psicóloga, com o pessoal do RH... Não queriam nem saber. Se negam a usar qualquer método anticoncepcional, não querem usar nada. Fizemos um trabalho com o posto de saúde, veio aqui deu palestras sobre sexualidade, e tudo mais. Não querem saber. Elas querem ter filho. E todas engravidam. Tanto que o nosso índice de maternidade aumentou muito depois” (Representante de agroindústria, Garibaldi, RS).

“[...] A dificuldade maior que a gente encontra é na transferência do dinheiro. É um pouco complicado isso porque eles tem que ter conta aberta, a pessoa do lado de lá também tem que ter a conta e isso é o mais difícil de conseguir organizar, mas agora já está mais organizado” (Agroindústria, Teresópolis, RJ).

“[...] Não tem tensão com os brasileiros. É entre eles. Não é contra brasileiros. Normalmente as brigas são entre eles. Nunca vi eles querendo brigar com um brasileiro. Sempre é entre eles. [...] Teve um caso no ano passado. Deu uma briga entre haitianos e senegaleses. Não sei o [...] mas se pegaram, a gente demitiu. Tu vê, a gente tem mil pessoas num parque industrial, deixa briga ser normal, vira um ringue de guerra. Então até pra moralizar, a gente pegou e não, a gente não aceita esse tipo de coisa aqui. E depois daquilo acalmou. Então está bem tranquilo” (Agroindústria, Garibaldi, RS).

Interessante observar que todos os entrevistados declararam que a empresa realizou algum tipo de preparação para receber os imigrantes, que ia desde a preocupação em traduzir para o francês algumas das normas da empresa até mesmo a palestras e campanhas de sensibilização dos funcionários para o correto recebimento dos estrangeiros.

“[...] Todo mundo acolheu bem eles, tiveram funcionários que se reuniram, juntaram cobertores, colchões, pra doar pra eles. Acabaram acolhendo e ajudando, então não vi uma resistência deles não, pelo contrário, foram bem recebidos e acolhidos e as pessoas ajudaram eles” (Representante de empresa de construção civil, Criciúma, SC).

“[...] A gente fez aquele trabalho de tradução do francês para o controle de qualidade [...] Na verdade, nós tivemos o Ministério do Trabalho forneceu uma cartilha que tinha as principais palavras em português para crioulo, que não é nem o francês, é o crioulo. Então traz essa cartilha, a gente traduz todas as nossas de segurança, qualidade, normas principais, no idioma deles. Normalmente cartaz saem em dois tipos, sai em português e sai na língua deles. Quando a gente não sabe, põe a palavra em francês. E agora a gente até pensou nisso. Como o número é muito menor das pessoas que os outros, a gente ainda não estava fazendo em inglês. Normalmente a gente faz em português ou francês ou crioulo. Tanto que o contrato desses estrangeiros são feitos em francês. O contrato de trabalho a gente já faz em francês pra depois não dizer que não entendeu. Como você dá um contrato em português pra alguém que não fala português?” (Representante de agroindústria, Garibaldi, RS).

“[...] Quando a gente foi contratar o pessoal a gente fez uma reunião com os coordenadores e expomos o perfil dos novos funcionários, a situação deles, e expliquei pra eles que talvez aqui seja a única esperança deles e eles iam fazer de tudo para ficar” (Comércio de alimentos, São Paulo, SP).

Ao se perguntar aos representantes das empresas como avaliavam comparativamente o trabalho dos imigrantes e dos brasileiros, a maioria revelou uma visão mais favorável em relação ao trabalhador estrangeiro no que se refere ao comprometimento com a empresa, no sentido de uma permanência mais prolongada no quadro de trabalhadores do que os brasileiros, e com assiduidade maior.

“[...] No começo eles mostravam uma motivação muito grande, o pessoal até ficou preocupado, mas depois eles foram se acomodando e adaptando à cultura e hoje não fazem muita diferença não. No início eles faziam hora extra, eles vieram pra trabalhar e era isso que eles faziam, agora eles já estão um pouco mais exigentes” (Construção Civil, Cricúma, SC).

“[...] Em termos de assiduidade, acho que eles são um pouco mais assíduos, isso a gente percebe, não faltam ao trabalho, mas eles têm um ritmo mais lento do que o trabalhador brasileiro [...] No começo, eles querem muito dinheiro. Por exemplo, se puder fazer hora extra aqui, todos querem fazer. Mas tu tem que segurar. Chegou uma época em que eles entravam sem ser pedido, apareciam no sábado sem autorização. Os haitianos vinham aqui: Não, mais eu querer dinheiro. Queriam hora extra. Pra botar na cabeça que não, nós não podemos, a empresa não pode mais fazer. Quando precisamos fazemos uma lista, porque eles entravam sem ser autorizados, fora de horário. Eles querem dinheiro. É até bom porque eles não faltam, porque se faltar dá menos ainda. O estrangeiro não contribui para o nosso absenteísmo. A gente tinha um certo receio – porque eles são mais calmos – em termos de malandragem. O brasileiro, tem muito malandro, se tem um bico pra ganhar 30,00 no dia, ele falta e vai, o haitiano não. O trabalho deles é aqui” (Agroindústria, Garibaldi, RS).

“[...] A gente percebeu que eles vêm para trabalhar e mandar dinheiro para a família eles não estão aqui para diversão, então eles têm bastante força de vontade para aprender. Eles são bem esforçados” (Representante de empresa metalúrgica, Caxias do Sul, RS).

Tanto nos relatos dos empregadores como dos imigrantes fica evidente que um dos motivos do projeto migratório é o trabalho, visando melhores condições de vida para si e para a família. Diante deste propósito, levam a sério o trabalho e manifestam constante força de vontade para aprender novos ofícios e o estudo do idioma, compreendendo que este é fundamental para a sua inserção laboral e sua integração social.

6. Resumo dos principais achados e considerações finais

Vimos que desde 2010, o governo brasileiro vem adotando a sistemática de regularizar a situação laboral da maioria dos imigrantes que chegam ao país, visando atender principalmente, àqueles que demandam refúgio. O Ministério do Trabalho e Previdência Social, inclusive, ampliou o atendimento permitindo a emissão da carteira não só nas sedes da superintendência, mas também nas gerências e nas agências regionais de trabalho e, posteriormente permitiu que o documento fosse emitido por outros órgãos da administração pública. Esse esforço teve como objetivo ampliar a inserção laboral dos imigrantes, facilitando o acesso à documentação e corrigindo distorções.

No entanto, mesmo com o esforço conjugado de vários órgãos, a situação laboral dos imigrantes nas regiões pesquisadas é precária e demanda maior atenção das autoridades.

Dentre as dificuldades ou obstáculos levantados, destaca-se:

- **Certificação da qualificação profissional:** há migrantes com conhecimento técnico em determinados profissões que em seus países de origem não demandam certificação, mas que não conseguem ocupação nas suas devidas profissões no Brasil, por não terem certificado. Há outros que possuem certificação, mas que não conseguem o reconhecimento destes diplomas ou competências técnicas, tendo em vista exigências tais como tradução juramentada e consularizada dos diplomas e certificados. A tradução juramentada custa caro e a consularização de documentos deve ser feita no país de origem, também demandando recursos para tanto;
- **Dificuldade de ingresso em cursos técnicos:** em regra, os cursos do sistema S, oferecidos até gratuitamente pelos programas do MT, exigem comprovação do ensino fundamental (minimamente) e conhecimento do português. Evidentemente, os imigrantes não atendem estes requisitos;
- **Discriminação:** o fato de ser imigrante já é um obstáculo para sua inserção no mercado de trabalho, acentuado pela falta de reconhecimento de suas qualificações profissionais. Isto faz com que os imigrantes sejam alocados em atividades secundárias, que não são realizadas por brasileiros; cuja remuneração é mais baixa. Ainda faz com que os mesmos sofram diversas formas de discriminação no trabalho, a exemplo, ficando com as atividades mais pesadas ou insalubres na cadeia de produção;
- **Desconhecimento da língua e dos direitos trabalhistas:** os imigrantes se queixam de não entender os descontos no contracheque e também denunciam práticas abusivas, tais como dispensas que foram registradas como demissões voluntárias. Mas pouco tem a dizer no momento que estas violações acontecem pois não tem conhecimento da língua;

- **Nacionalidades e as dificuldade de adaptação:** alguns empresários relataram situações de indisciplina e desavenças, relacionando estes comportamentos à determinadas nacionalidades. Isto faz com que imigrantes de determinadas nacionalidades fiquem conhecidos negativamente, dificultando mais ainda seu acesso ao mercado de trabalho em caso de nova contratação.

Estes obstáculos tem ainda algumas consequências na vida dos imigrantes, tais como:

- **Dupla jornada para obter maior recurso financeiro:** há migrantes que assumem duplas jornadas, combinando atividades no setor formal e informal, e prejudicando a manutenção dos seus empregos formais, posto que seu rendimento diminui;
- **Opção pelo setor informal:** tendo em vista que o setor informal proporciona uma renda maior, alguns preferem trocar o setor formal pelo informal. No entanto, isto também os prejudica, pois não conseguem comprovar renda quando necessário, a exemplo, ao enviar recurso para o exterior ou ao tentar adquirir algum bem financiado;
- **Endividamento:** a baixa remuneração não permite que os mesmos alcancem o montante de recursos esperados para fazer frente às obrigações assumidas com os familiares que ficaram em sua terra Natal e aos custos relativos à sobrevivência no Brasil;
- **Moradias precárias:** para poupar parcela da renda, os imigrantes acabam em condições de moradia bem precárias;
- **Alta mobilidade:** a procura por melhores condições de trabalho ou, simplesmente, por um salário maior faz com que estes estejam sempre mudando de emprego.

Vimos ainda que na maioria dos municípios, as autoridades locais estavam bem sensibilizadas com relação aos obstáculos dos imigrantes à inserção laboral, e portanto procuram facilitar o acesso ao mercado de trabalho, ao menos no que diz respeito a regularização migratória e documentação trabalhista.

Mas há locais em que os imigrantes são vistos pelas próprias autoridades públicas como concorrentes à mão de obra local, tendo seu acesso já dificultado pelos próprios órgãos públicos. No entanto, em algumas regiões, como o Sul do Brasil, a chegada dos imigrantes veio resolver um problema de escassez de mão de obra que poderia se tornar crônico em alguns setores, como na indústria agroalimentar. As difíceis condições de trabalho e os baixos salários não estimulavam a inserção da mão de obra local nos postos de trabalho, que vieram a ser ocupados pelos imigrantes.

Já no que diz respeito a assistência oferecida a estes imigrantes para superar estes obstáculos, nos diversos municípios visitados ficou clara a preocupação das autoridades locais com a presença destes imigrantes. No entanto, não há uma reação padrão: enquanto em algumas cidades é possível constatar uma forte parceria entre governo e sociedade civil no intuito de

se buscar soluções conjuntas, em outras, a política de assistência social vê o imigrante como população de rua e as opções de auxílio oferecidas, como o albergamento, não atendem às necessidades dos imigrantes e mesmo causam constrangimentos e controvérsias.

Os imigrantes, por sua vez, estando ciente das dificuldades, levam a sério o trabalho e manifestam constante força de vontade para aprender novos ofícios e o estudo do idioma, compreendendo que este é fundamental para a sua inserção laboral e sua integração social.

Finalmente, a pesquisa mostrou, assim como visto nos municípios de fronteira, a existência de redes que atuam no sentido de cooptar os imigrantes e, por meio de subterfúgios, tentam convencê-los das vantagens de se buscar oportunidade de trabalho no Brasil. No entanto, quando do contato com a realidade local, esses imigrantes se vêem em situações de extrema vulnerabilidade, pois assumem dívidas, que não poderão ser pagas com as ocupações oferecidas no mercado de trabalho brasileiro, e trazem a esperança de toda a família, na possibilidade da realização profissional e manutenção de fluxo de remessas internacionais que não acontecerão.

Referências bibliográficas

- Anício, Luciana Martins (2011). *O Imigrante Internacional de Retorno e sua inserção no mercado de trabalho: Um estudo entre as Microrregiões Teófilo Otoni e Poços de Caldas*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós- Graduação em Geografia. Tratamento da Informação Espacial. Disponível em: <http://www.sistemas.pucminas.br/BDP/SilverStream/Pages/pg_ConstItem.html>.
- Baeninger, Rosana (2013). Notas acerca das migrações internacionais no século 21. In Rosana Baeninger (org) *Migrações Internacionais*. pp 9 – 22. Nepo/Unicamp
- Fernandes, Duval Magalhães; Castro, Maria da Consolação Gomes de; Faria, Andressa Virginia de; Silva, Romerito Valeriano da & Rezende, Filipe (2015). *Necessidades e Obstáculos para a Inserção Laboral e a Integração Social dos Imigrantes – Estudo de Caso em Cidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Município de São Paulo. Relatório da Atividade de Pesquisa 2.3 do Projeto Migrações Transfronteiriças (MT Brasil)*. Brasília: ICMPD.
- ICMPD (2013). Yearbook on illegal migration, human smuggling and trafficking in central and eastern Europe. Viena 2013.
- Silva, Sidney (2013). Brazil, a new eldorado for immigrants?: the case of Haitians and the Brazilian immigration policy. In: *Urbanities*, Vol. 3, nº 2.
- Siqueira, Sueli (2009). *Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno: Brasil-Estados Unidos*. Belo Horizonte: Argvmentvm.

Capítulo Sete – Considerações Finais e Recomendações

Este Relatório de Pesquisa foi preparado no contexto do projeto “Migrações Transfronteiriças: fortalecendo a capacidade do Governo Brasileiro para gerenciar novos fluxos migratórios” (MT Brasil).

O objetivo do projeto MT Brasil é fortalecer a capacidade do Governo Federal brasileiro para melhor gerir os fluxos migratórios, com foco na assistência e integração laboral e social de grupos vulneráveis, como os retornados, migrantes e as potenciais vítimas de tráfico de pessoas.

A atividade de pesquisa 1.4 teve como objetivos específicos: identificar fluxos migratórios, causas da migração, grupos vulneráveis ao tráfico de pessoas e à exploração, e obstáculos à integração laboral dos migrantes. Para tanto, foi implementada metodologia de caráter qualitativo, além da coleta de indicadores ou dados quantitativos que pudessem descrever os espaços e os fenômenos pesquisados.

Foram pesquisados 13 municípios fronteiriços e dois em zona de fronteira. No Arco Norte, foram pesquisados os municípios de Assis Brasil, fronteira com o Peru; Brasiléia e Epitaciolândia, cidade gêmea com Cobija e fronteira com a Bolívia; Oiapoque, cidade gêmea com Saint Georges e fronteira com a Guiana Francesa; Bonfim, cidade gêmea com Lethen e fronteira com a Guiana; e Pacaraima, cidade gêmea com Santa Elena e fronteira com a Venezuela. Foram também pesquisados os municípios de Zona de Fronteira de Laranjal do Jari e Altamira.

No Arco Central, foram pesquisados os municípios de Corumbá, cidade gêmea com Puerto Suarez na Bolívia; Ponta Porã, cidade gêmea com Pedro Juan Caballero no Paraguai; Porto Murinho, cidade gêmea com Puerto Palma Chica no Paraguai; e Guajará-Mirim, cidade gêmea com Guayramerin na Bolívia. Foi também pesquisado o município de Zona de Fronteira de Cáceres (MT).

No Arco Sul foi pesquisado o município de Foz do Iguaçu, cidade gêmea com Ciudad del Leste na Argentina e Puerto Iguazu no Paraguai, além de Uruguaiana cidade gêmea com Paso de Los Libres na Argentina.

Em síntese, do referencial teórico apreende-se que a mobilidade humana, traduzida no ato de migrar, é um elemento permanente na história e na contínua relação do ser humano com o meio físico e social. Migrar é característico do ser humano, por isso a história das migrações se confunde com a própria história da humanidade.

Em área de fronteira, a mobilidade humana, e também a migração, é mais evidente. O movimento é intenso, mas nem sempre consiste em movimento migratório.

É certo que todas as migrações internacionais são deslocamentos fronteiriços: significam cruzar fronteiras internacionais, colocar os seus sujeitos em contato com outras realidades sociais, permear ou criar barreiras, produzir ou repulsar trocas culturais.

Não ao menos, a migração transfronteiriça também significa cruzar fronteiras internacionais, ao menos do ponto de vista do conceito político de fronteira. Entretanto, apresenta singularidades: nem sempre existe o animus de sair por determinado tempo ou de fixar residência em outro país. O “fronteiriço” se desloca e retorna, mantendo relações e atividades em ambos os lados da fronteira, como os deslocamentos populacionais nas zonas de fronteiras entre países vizinhos. Mas não deixa de ser um processo migratório, e se considerado como tal, permitirá que as políticas públicas sejam moldadas adequadamente.

Desta feita, a teoria das migrações também evoluiu no sentido de buscar conceitos ou tipologias que englobassem a heterogeneidade e intensidade dos movimentos migratórios, dos migrantes e dos outros atores envolvidos nos processos migratórios, as diferenciações e a volatilidade dos fluxos, dos espaços e outras dimensões. As novas modalidades migratórias, no mundo todo, demandam a incorporação de novas teorias explicativas (Silva & Menezes, 2006). Da mesma forma, o conceito de migração deve ser revisto.

É nesta esteira que o conceito de fronteira adquire novo significado. A fronteira deixa de ser uma barreira ou linha geográfica estática e passa a ser um espaço dinâmico, em constante mudança. A fronteira, finalmente, é uma forma de vida moldada pelas populações locais, que interagindo, resignificam não somente os limites, mas também a cultura, a linguagem, o lícito e o ilícito, as relações. É a fronteira em razão dos limites próprios e em função dos interesses concretos das populações locais; para além daquilo que o Estado definir como legítimo. É mais uma vez a dinâmica social e os costumes se impondo sobre o estado de Direito e o modificando.

A área de fronteira brasileira, em especial, é um espaço naturalmente dotado de complexidades, peculiaridades e dinamismo. As condições geográficas, climáticas e de vegetação, a baixa densidade demográfica, a grande extensão territorial, a distância geográfica dos grandes centros decisórios e das capitais, a dificuldade de comunicação e de acesso, a diversidade de línguas e etnias, a multiculturalidade são algumas das características que fazem com que a fronteira brasileira seja muito mais do que uma mera linha geográfica. Outras características como a diversidade dos modos de exploração econômica; a carência dos serviços públicos essenciais, a falta de coesão social e as precárias condições de cidadania, apesar de não serem exclusivas de municípios na área de fronteira, também contribuem para a complexidade encontrada neste espaço geográfico.

Mas também é um espaço único no que diz respeito a circulação de pessoas e a mobilidade. A livre circulação de pessoas entre os espaços transfronteiriços faz parte do cotidiano da-

queles que vivem principalmente nas cidades gêmeas, que residem, trabalham, buscam serviços públicos, lazer, têm relações afetivas ou familiares no Brasil e residem em país fronteiro e vice-versa; ou que realizam negócios (lícitos ou ilícitos) de um lado ou do outro da fronteira.

Ainda, as vantagens e desvantagens dos países vizinhos afetam diretamente o cotidiano da população brasileira, que por exemplo, dividem o atendimento no sistema de saúde, educação e assistência social, com residentes de países fronteiriços.

Certamente, a situação da imigração na fronteira brasileira ganhou novos contornos a partir de 2010, com a entrada dos imigrantes haitianos no Brasil. O governo brasileiro precisou voltar seu olhar para as áreas de fronteira, a fim de atender essa nova imigração, a exemplo, aumentando o número de postos de fronteira terrestre da Polícia Federal, de 12 em 2009, para 29 em 2014.

O índice de mobilidade internacional na fronteira (IMIF) também demonstra a mudança na centralidade da migração latino-americana de fronteira que era no sul do país até 2009, para a faixa amazônica. A faixa de fronteira que vai do Centro Oeste em direção às fronteiras Norte do país registraram, de maneira mais intensa, a entrada e saída de imigrantes com nacionalidades latino-americanas e demais nacionalidades como haitiana, senegalesa, congoleza.

Ou seja, os dados demonstram que a fronteira brasileira se tornou um espaço da migração transnacional, apesar da circulação fronteiriça ser mais intensa que a migração internacional.

Vimos na prática, durante as pesquisas de campo, esta tão dinâmica e complexa realidade. Em 13 dos 15 municípios pesquisados, o trabalho de campo realizado evidenciou a existência de migração internacional e outras formas de mobilidade humana. Em outros dois, quer sejam Altamira e Laranjal do Jari, foi identificada a migração interna.

É certo que algumas comunidades – **Bolívianos, especialmente na zona rural do Arco Central, árabes, libaneses, chineses, palestinos, paraguaios e argentinos - aportaram nas cidades tempos atrás.** Seriam estes então movimento históricos de migração internacional.

Mas o que prepondera é a circulação fronteiriça e a utilização da área de fronteira como trânsito para a migração internacional – **especialmente de haitianos, bengalis, senegaleses, ganeses.**

E finalmente a circulação tradicional de populações indígenas, que se estende por toda a região fronteiriça, com destaque para as cidades de Pacaraima, Bonfim e Ponta Porã. Em Bonfim há, aproximadamente, 15 comunidades indígenas, que ocupam 60% do município. Além disso, os indígenas guianenses transitam pela fronteira e procuram por serviços públicos - saúde, assistência social e educação - na sede do município. Em Pacaraima, esta constitui mais de 50% da população municipal, composta pelas etnias Macuxis, Taurepangs e Wapixanas, além dos indígenas venezuelanos que transitam pela fronteira e vêm para o Brasil

para conseguir a cidadania brasileira e, assim, buscar benefícios do governo brasileiro, tais como bolsa família, aposentadoria, benefício de prestação continuada. **Ambos os municípios fazem limite com a Terra Indígena Raposa/Serra do Sol.** A população indígena foi apontada como vulnerável por todos os entrevistados, pois os adultos apresentavam altos índices de uso abusivo de álcool e de drogas. As crianças e os adolescentes indígenas foram identificadas como as principais vítimas de abuso sexual, exploração sexual e violência física. **Em Ponta Porã encontram-se** aldeias indígenas da etnia Ayoreo às margens do rio Paraguai. Esses grupos enfrentam dificuldades de acesso a alguns serviços e de integração na sociedade local. **Guajará-Mirim** também apresenta uma população indígena expressiva, no entanto não houve destaque a circulação dessa população na região de fronteira.

Observou-se que a mobilidade fronteira acontece principalmente por questões econômicas – exploração do comércio local e interesse pelas zonas francas; serviços, como restaurantes e hotelaria; turismo; emprego ou ocupação profissional, busca por serviços públicos e reunião familiar. Em todos os municípios de fronteira pesquisados evidenciou-se a saída de brasileiros para o comércio, tendo em vista as zonas francas e a valorização da moeda brasileira. Já os estrangeiros dos países vizinhos buscam o Brasil principalmente devido aos serviços públicos da saúde, educação e assistência social. Estrangeiros dos países sul americanos também foram observados explorando o comércio local no lado brasileiro, vendendo artesanato, produtos hortifrutigranjeiros e produtos importados, principalmente nas feiras locais. Também vêm ao Brasil para trabalhar na construção civil, em serviços domésticos e como artistas de rua. Com exceção do Oiapoque, onde se evidenciou a entrada de estrangeiros da Guiana Francesa recorrendo principalmente aos serviços de hotelaria, restaurantes e ao restrito comércio local.

A geografia da fronteira por si só já favorece a mobilidade da população nas cidades pesquisadas. Além disso, segundo os entrevistados, as autoridades fronteiriças não impõem nenhuma restrição à liberdade de circulação. Com exceção do Oiapoque, onde foi observada restrição a circulação para a Guiana Francesa, haja vista a necessidade de visto.

Desta feita, a área de fronteira funciona como espaço de livre circulação para as populações locais. Isto fica ainda mais evidente no Arco Central onde a circulação é eminentemente fronteira. Talvez até mesmo pela distância geográfica das cidades de fronteira para as capitais, ou pelas dificuldades de acesso, ou pela proximidade entre as cidades fronteiriças.

Não ao menos, a área de fronteira também funciona como espaço de trânsito para alguns migrantes internacionais, cujo destino principal são os grandes centros urbanos no Brasil, como a cidade de São Paulo, e a região Sul. **Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia no Acre e Uruguaiana no Rio Grande do Sul, são definitivamente corredores de passagem para a migração internacional.** Estes vêm na sua maioria em busca de melhores condições de vida, e oportunidades de emprego e geração de renda, inclusive informais.

Além disso, destaca-se a migração temporária de estudantes brasileiros (do Mato Grosso do Sul e outros estados) para estudar medicina em universidades privadas na Bolívia.

Este movimento intenso em área de fronteira, por razões diversas, tem certamente seus **aspectos positivos**. A **integração** com os países vizinhos é um deles.

Em Assis Brasil, para além dos interesses econômicos, há um intercâmbio e uma interação sociocultural expressiva com o Peru, não só entre os cidadãos, mas também entre os governos locais.

A integração entre os brasileiros no Oiapoque e os guianeses da Guiana Francesa também é intensa, e a cidade, mesmo tendo uma infraestrutura limitada, procura criar mecanismos para incentivar e manter essa circulação, tendo em vista a entrada de recursos financeiros que geram renda e trabalho aos municípios brasileiros.

Entre Bonfim e Lethem, na Guiana, observa-se integração entre os serviços de saúde, havendo constante colaboração do serviço público brasileiro que apoia o serviço de saúde em Lethem. A saúde guianense enfrenta graves problemas devido ao isolamento geográfico e precariedade dos serviços, fazendo com que algumas pessoas sejam encaminhadas para atendimento no Brasil.

Entre Corumbá e os municípios Bolivianos, destaca-se a integração na educação. A inclusão dos(as) alunos(as) Bolivianos(as) na rede pública brasileira de educação não é entendida como uma demanda excedente que gera despesas e onera os cofres públicos. Pelo contrário, é compreendida pelos gestores e educadores da Secretaria como uma oportunidade para fortalecer a integração sociocultural entre as crianças, adolescentes e famílias brasileiras e Bolivianas. Ainda, a matriz curricular dos cursos em Corumbá inclui a disciplina de Espanhol e oferta o curso de Espanhol aos professores, para além de qualificá-los, estimular uma maior integração entre os alunos brasileiros e Bolivianos.

Em Foz do Iguaçu, a Itaipu Binacional criou, em 2003, o GT-Saúde, com o objetivo de articular as organizações governamentais e não governamentais dos países da fronteira, conjugando esforços para promover ações prioritárias de impacto nos níveis sanitários da população da área de influência de Itaipu, subsidiando a entidade na formulação e execução de suas políticas e iniciativas de responsabilidade social, contemplando a cooperação, a integração, a consonância com diretrizes dos sistemas nacionais de saúde, a ênfase na atenção primária e a busca da equidade no trato das questões de saúde. Além disso, o município sedia desde 2010 a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), criada por meio do projeto de lei de 2007, do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.¹²⁷

¹²⁷ Sobre o assunto, ver <http://www.pti.org.br/imprensa/noticias/presidente-lula-cria-unila-que-far%C3%A1-foz-iguacu%C3%A7u-um-polo-universit%C3%A1rio>, acessado em dezembro de 2014.

Outra aspecto positivo, identificado especialmente no que diz respeito a inserção laboral desses migrantes, é o desenvolvimento local posto que estes migrantes trazem consigo experiências inéditas e concordam em realizar atividades laborais cujos trabalhadores nacionais tem recusado, ocupando postos que estavam inclusive vagos na agropecuária nacional.

Mas tem também seus **aspectos negativos**.

Dentre estes, em alguns municípios observou-se o sentimento contrário da população em relação aos migrantes internacionais, cogitando-se a possibilidade de ser implementada uma política de controle rigoroso nas fronteiras para fiscalizar as migrações internacionais.

Outra queixa de alguns atores estratégicos foi a demanda de estrangeiros pelos serviços públicos no Brasil. Considerando que estes estrangeiros nem sempre têm residência no Brasil, e portanto, não são contabilizados como população local, os recursos já escassos dos serviços públicos locais ficam ainda mais comprometidos.

O receio de que estes estrangeiros ocupem os postos de trabalho dos nacionais também ficou evidente, sendo mais um motivo para sua discriminação.

Informação já revelada por outras pesquisas e também reforçada por esta foi a exploração sexual, de crianças e adolescentes principalmente, e o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, envolvendo mulheres e adolescentes em alguns municípios de fronteira, inclusive adolescentes indígenas.

É possível apontar a existência de pessoas que lucram com a movimentação de brasileiros e estrangeiros pela fronteira para trabalharem no mercado do sexo, configurando o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Também é possível alegar o tráfico de pessoas para fins de exploração laboral, nas áreas de garimpo; na zona rural executando trabalho braçal nas fazendas da região e nas carvoarias e na zona urbana da área de fronteira, na condição de empregados domésticos. A área de fronteira é também trânsito para aqueles que acabam sendo explorados nos grandes centros urbanos, a exemplo, nas oficinas têxteis da capital paulista.

Quando do levantamento de informações exclusivas sobre a inserção laboral também ficou evidente a existência dessas redes que atuam no sentido de cooptar os imigrantes e, por meio de subterfúgios, tentam convencê-los das vantagens de se buscar uma oportunidade de trabalho no Brasil, muitas vezes frustradas ao se depararem com a realidade.

A exemplo, a situação de exploração dos trabalhadores Bolívia nos grandes centros urbanos do Brasil. A situação de vulnerabilidade social vivida na Bolívia especialmente faz com que as pessoas aceitem trabalho com baixas remunerações e sem as garantias dos direitos trabalhistas, tanto na zona rural quanto na urbana.

Os dados quantitativos, no entanto, pouco revelam sobre estas formas de criminalidade e esta invisibilidade somente contribui para a negação destas realidades, vitimizando mais ainda. Outro fato que colabora para a falta de evidência do crime de tráfico de pessoas é o desconhecimento ou a dificuldade dos atores estratégicos em identificarem este tipo de crime.

O contrabando de migrantes foi identificado pelos atores estratégicos em quatro municípios – Assis Brasil, Corumbá, Oiapoque e Uruguaiana. No entanto, a ausência de marco legal que defina claramente o que é este crime acarreta na naturalização do problema, na responsabilização e criminalização das vítimas, quer sejam os migrantes “atravessados”.

Outra questão também complexa e preocupante é a migração de crianças e adolescentes, em especial haitianas, sem documentação e na companhia de adultos que legalmente não são seus responsáveis. Ou a livre circulação de crianças e adolescentes nas fronteiras, especialmente indígenas, colocando-as em situação de vulnerabilidade extrema.

O trabalho infantil, de crianças estrangeiras nas ruas das cidades fronteiriças também foi destacado pelos atores da assistência social. No entanto, estes estão sempre na companhia dos pais que de certa forma negligenciam seus filhos e as situações de risco às quais estão submetidos. Mas também o trabalho doméstico infantil, especialmente no caso de crianças paraguaias e indígenas.

Apesar das questões relacionadas às migrações, e que deveriam demandar uma certa preocupação dos atores estratégicos, o tráfico de drogas fica evidente como a maior preocupação das autoridades e dos outros atores locais, sendo frequentemente associado a liberdade de circulação. A participação de adolescentes do sexo masculino nesta atividade, na condição de mulas e usuários principalmente, foi levantada como uma preocupação. As atividades ilícitas do tráfico de drogas e do contrabando impõem medo e impotência às famílias da zona rural, em razão da violência e do recrutamento de adolescentes e jovens para o crime organizado. A participação de adolescentes brasileiros e Bolívianos no crime organizado foi uma questão levantada principalmente pelos atores estratégicos da assistência.

Os atores estratégicos locais, no entanto, reconhecem as questões múltiplas e complexas relacionadas as migrações e questionam a ausência de equipamentos públicos de assistência e acolhimento aos migrantes, como centros de referência no atendimento ou casas de passagem.

Das cidades pesquisadas, existe uma Casa do Migrante, em Foz do Iguaçu, e um Núcleo de Atendimento ao Migrante em Altamira, sendo que este último visa exclusivamente o atendimento das pessoas que não foram absorvidas pelo empreendedor de Belo Monte.

Quanto as Casas de Passagem ou Albergues que funcionam como abrigo para migrantes, existem nas cidades de Cáceres, Corumbá, Foz do Iguaçu, Ponta Porã e Uruguaiana.

Porém são equipamentos que atendem qualquer pessoa que necessite de abrigo, não somente migrantes. Os atores locais, via de regra, recorrem a sociedade civil organizada como as pastorais da mobilidade humana e as associações de migrantes em caso de necessidade.

Esta ausência de serviços de acolhimento e de orientação aos migrantes faz com que estes fiquem ainda mais expostos às situações de vulnerabilidade e exploração, o que os atores estratégicos entrevistados reconhecem. Especialmente no que diz respeito a adaptação social, a integração para o trabalho e a documentação. Especialmente a questão da certificação profissional e da regularização migratória é um ponto nevrálgico no que diz respeito a inserção no mercado de trabalho.

Outro ponto nevrálgico é o desconhecimento de línguas estrangeiras e de línguas indígenas pelos servidores públicos. Para além da ausência de espaços adequados de atendimento ou acolhimento, a dificuldade de comunicação com os estrangeiros que chegam ao Brasil, e com os indígenas que não falam português, é um grave problema. Línguas internacionalmente conhecidas e faladas como o inglês e o espanhol deveriam ser de conhecimento dos servidores públicos que atuam em região de fronteira. Alternativamente, convênios com associações de migrantes ou intérpretes poderiam ser feitos para amenizar este problema.

O desconhecimento dos estrangeiros da língua portuguesa também os deixa vulneráveis e sujeitos a violações no que diz respeito aos seus direitos trabalhistas.

Levantados os principais resultados identificados na pesquisa, há que se registrar algumas recomendações que possam contribuir para o melhor gerenciamento das questões complexas, no caminho de uma governança migratória. Segundo Mármora (1996) torna-se necessário o desenvolvimento de instrumentos legais, administrativos e de informação sobre migração, visando a atualização de normas e instituições “destinadas a absorver as necessidades e urgências dos migrantes, nos seus direitos sociais, culturais, econômicos e políticos” (Declaración de Buenos Aires, 1996).

Desta feita, algumas medidas devem ser tomadas em nível local e nacional, em busca do respeito aos direitos humanos dos migrantes e das populações locais, que também sofrem processos de transformação.

Recomenda-se:

- Capacitar os servidores dos equipamentos públicos e da sociedade civil, em municípios da área de fronteira, para o atendimento/acolhida ao migrante (incluindo refugiados, vítimas de tráfico de pessoas, migrantes em situação de contrabando). Tendo em vista que a circulação é mais evidente que a fixação em área de fronteira, seria importante que as redes locais destes municípios pudessem oferecer um mínimo de informações/orientação e prestar a acolhida emergencial necessária, ainda que o atendimento não fosse continuado, posto que os migrantes acabam não se fixando em área de fronteira. O importante é que

as informações mínimas necessárias sejam fornecidas pelo primeiro ponto de contato do migrante com a rede local, diminuindo assim sua vulnerabilidade e o risco de exploração;

- Os cursos de capacitação devem ser customizados. Como visto na pesquisa, em alguns municípios, há um fluxo maior de migrantes internacionais em trânsito para os grandes centros urbanos, a exemplo, os municípios do Acre e do Rio Grande do Sul. Já nos municípios do Arco Central, a circulação fronteiriça é mais comum, ainda com a presença de migrantes internacionais, mas dos países vizinhos. Há municípios onde a presença e circulação de trabalhadores migrantes, nacionais e internacionais (garimpeiros, agricultores, mineradores, profissionais da construção civil) é mais evidente, necessitando de capacitação mais voltada para os direitos dos trabalhadores e a integração laboral. Há municípios onde a violação dos direitos da mulher ficam mais evidentes. Em municípios com maior população indígena, deve-se dar uma atenção especial as peculiaridades relacionadas a circulação desta população;

- Recomenda-se o levantamento de pesquisas já realizadas nos municípios de fronteira não contemplados por esta pesquisa, para melhor compreensão das realidades locais;

- Outrossim, recomenda-se a realização de breves diagnósticos nos municípios fronteiriços que não foram contemplados por esta pesquisa e que não estejam sendo pesquisados por outras instituições, para melhor entender a dinâmica e as necessidades locais. A mesma metodologia desta pesquisa pode ser utilizada. As pesquisas e diagnósticas tem extrema relevância tendo em vista que retratam a situação local em tempo real, político, de ação social e de urgências sociais. Há que se considerar que há uma vivência histórico-cotidiana da fronteira de difícil tradução para os não-fronteiriços (Sprandel e Guimarães, 2005) e os diagnósticos são instrumentos eficazes de informação para os gestores políticos e públicos.

- Visto que os adolescentes estão em situação de vulnerabilidade em todas as cidades pesquisadas, investir em propostas de intervenção com vistas a reconhecer o seu protagonismo, resultando na construção de novos projetos de vida e compatíveis com o desenvolvimento social, físico e emocional destes. A exemplo, o projeto Vira Vida;

- Incluir nos processos de formação dos servidores públicos, especialmente da saúde, assistência social e segurança pública, conteúdos relacionados as ações de atendimento, prevenção, defesa e responsabilização em relação à Exploração Sexual de crianças e adolescentes, tendo em vista a identificação de casos em todos os municípios pesquisados;

- Intensificar ações de atendimento, defesa e responsabilização de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, implantando o Programa de Ações Integradas e Referenciais para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PAIR).

- Nos municípios onde Casas do Migrante, Centros de Fronteira e PAAHM (Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante) foram/estejam sendo implementados, dotá-los da infraestrutura, equipamentos, recursos humanos e materiais educativos/pedagógicos necessários,

tendo em vista que estes devem ser os equipamentos públicos de referência para o atendimento aos migrantes;

- Nos municípios onde não tenham sido implementados equipamentos de referência no atendimento ao migrante, dotar os serviços sociais (CRAS, CREAS e Espaços de Abrigamento como Casas de Passagem, especialmente) e os Conselhos Tutelares com maior infraestrutura, equipamentos, recursos humanos e materiais educativos/pedagógicos, tendo em vista que são os equipamentos públicos que poderiam prestar uma atenção mais qualificada e contínua aos migrantes, incluindo crianças e adolescentes;
- Capacitar equipes da assistência social para prestar o atendimento volante em áreas de maior circulação de migrantes internacionais, promovendo o atendimento no primeiro contato destes com o território nacional, e ações preventivas;
- Promover a colaboração/integração/articulação entre os equipamentos públicos e a sociedade civil para o melhor atendimento ao migrante (inclusive o migrante de etnia indígena). O princípio desta integração pode se dar através de cursos de capacitação, reuniões periódicas, criação de Comitês Locais de apoio ao Migrante, que congreguem entidades federais, estaduais, municipais, ONGs e ativistas dos direitos humanos, para trabalho em rede que permita um fluxo de atendimento racional e protetivo. Pode se dar também através da criação de um banco de dados com informações sobre entidades e associações de imigrantes que possam colaborar com o setor público no atendimento ao migrante, via fornecimento de informação, apoio para a obtenção de documentos, inclusive no país de origem, ou simplesmente interpretação de idiomas. A língua é um passo muito importante no atendimento, sendo a realização de convênios/parcerias com associações de intérpretes, escolas de línguas e intérpretes da língua indígena essencial;
- Alternativamente, incentivar os serviços públicos dos mais diversos, que atendem migrantes, a incorporar em suas equipes técnicas, nacionais dos países com maior fluxo de imigrantes, de forma a agilizar o atendimento e possibilitar ao imigrante um atendimento em seu idioma.
- Realizar levantamento estatístico da população da região de fronteira (possivelmente pelo IBGE), incluindo também estimativas dos migrantes em circulação, permitindo assim previsão orçamentária e repasse de recursos mais apropriado às demandas locais, com o objetivo de oferecer atendimento de qualidade aos migrantes em circulação, sem prejudicar o atendimento da população local;
- Dotar os serviços de segurança pública com maior infraestrutura, equipamentos, recursos humanos e treinamento para o enfrentamento aos crimes que acontecem em região de fronteira, especialmente o tráfico de drogas, o tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes;
- Finalmente, a descontinuidade na execução das políticas públicas em *nível municipal* e a baixa capacidade de controle técnico-financeiro e administrativo por parte da sociedade civil, têm vitimizado as populações locais, incluindo os migrantes. Desta feita, é necessário se cobrar transparência dos atores locais e de se empoderar a autonomia dos municípios, com a responsabilização pelo uso dos recursos públicos.

Particularmente no que diz respeito a inserção laboral, recomenda-se:

- Criar mecanismos que possam solucionar os entraves ao reconhecimento de diplomas e certificados, a exemplo, sensibilizando as instituições de ensino de nível médio ou superior, com competência para processo estes reconhecimentos, a criar mecanismos simplificados, mais baratos e desburocratizados;
- Facilitar o acesso de imigrantes aos cursos profissionalizantes, a exemplo, fornecendo cursos de curta duração de língua portuguesa ou flexibilizando as exigências no eu diz respeito a documentação ou certificação do nível de formação;
- Capacitar os equipamentos de referência no atendimento ao migrante, nos municípios de fixação (tais como nos grandes centros urbanos ou nas regiões de maior fixação que são em regra as mais desenvolvidas, como a região Sul do país) a prestarem informações sobre os direitos e as garantias trabalhistas.

Referências Bibliográficas

Mármora, Lélío (1996). *Las políticas de migraciones internacionales*. Buenos Aires: Alianza Editorial S.A.

Patarra, Neide Lopes (2006). Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estudos Avançados*, 20 (57).

Silva, Maria Aparecida de Moraes & Menezes, Marilda Aparecida (2006). Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. Brasília: NEAD.

Sprandel, Márcia Anita & Guimarães, Arthur Oscar (2005). Coleção de boas práticas e lições aprendidas em prevenção e erradicação da exploração sexual comercial (ESC) de meninas, meninos e adolescentes - Sensibilização e fortalecimento institucional. Asuncion: OIT.

Anexo I – Indicadores dos Municípios Pesquisados

Demografia ¹					
	População	Área (km ²)	Densidade demográfica (hab/km ²)	População por gênero (m/f)	População Rural/ Urbana
Altamira - PA	99.075	159.533,730	0,62	49.819 / 49.256	14.983 / 84.092
Assis Brasil - AC	6.072	4.974,17	1,21	3.091 / 2.981	2.372 / 3.700
Bonfim - RR	10.943	8.131,26	1,35	5.880 / 5.063	7.232 / 3.711
Brasiléia - AC	21.398	3.950,01	5,43	11.037 / 10.361	7.141 / 14.257
Cáceres - MT	87.942	24.478,87	3,59	44.098 / 43.844	11.374 / 76.568
Corumbá - MS	103.703	65.163,65	1,59	52.285 / 51.418	10.251 / 93.452
Epitaciolândia - AC	15.100	1.659,23	9,12	7.626 / 7.474	4.482 / 10.618
Foz do Iguaçu - PR	256.088	615,02	416,38	124.218 / 131.870	2.126/ 253.962
Guajará-Mirim - RO	46.632	24.855,724	1,67	23.451 / 23.181	7.219 / 39.413
Laranjal do Jari - AP	39.942	31.107,89	1,28	20.434 / 19.508	2.038 / 37.904
Oiapoque - AP	20.509	22.650,20	0,91	10.712 / 9.807	6.657 / 13.852
Pacaraima - RR	10.434	8.062,45	1,3	5.408 / 5.026	5.921 / 4.513
Ponta Porã - MS	77.872	5.335,08	14,6	38.492 / 39.380	15.805 / 62.067
Porto Murtinho - MS	15.372	17.780,21	0,86	8.234 / 7.138	5.313 / 10.059
Uruguaiana - RS	125.435	5.720,47	21,94	61.009 / 64.426	8.020 / 117.415

Desenvolvimento Humano ²							
	IDHM 2010	Faixa do IDHM	IDHM longevidade	IDHM renda	IDHM educação	Renda per capita (R\$)	GINI
Altamira - PA	0,665	Médio	0,811	0,662	0,548	492,05	0,56
Assis Brasil - AC	0,588	Baixo	0,770	0,578	0,456	291,33	0,61
Bonfim - RR	0,626	Médio	0,809	0,597	0,509	329,22	0,72
Brasília - AC	0,614	Médio	0,770	0,619	0,485	376,07	0,58
Cáceres - MT	0,708	Alto	0,813	0,691	0,633	590,43	0,53
Corumbá - MS	0,700	Alto	0,834	0,701	0,586	627,10	0,55
Epitaciolândia - AC	0,653	Médio	0,771	0,654	0,553	467,83	0,60
Foz do Iguaçu - PR	0,751	Alto	0,858	0,748	0,661	842,26	0,53
Guajará-Mirim - RO	0,657	Médio	0,823	0,663	0,519	494,69	0,54
Laranjal do Jari - AP	0,665	Médio	0,801	0,641	0,573	432,92	0,55
Oiapoque - AP	0,658	Médio	0,779	0,693	0,527	598,38	0,69
Pacaraima - RR	0,650	Médio	0,788	0,624	0,558	388,35	0,74
Ponta Porã - MS	0,701	Alto	0,812	0,708	0,598	653,36	0,60
Porto Murtinho - MS	0,666	Médio	0,830	0,677	0,526	539,19	0,61
Uruguaiana - RS	0,744	Alto	0,863	0,722	0,661	714,26	0,57

Mobilidade Populacional e Migrações			
	Índice de Eficácia Migratória ³	Brasileiros no país fronteiriço ⁴	Estrangeiros no município (por país de origem) ⁵
Altamira - PA	0,1505	n/a	n/a
Assis Brasil - AC	0,0013	5 Bolívia, 18 Peru	5 Argentina, 67 Peru
Bonfim - RR	0,0225	28	6 Colômbia, 345 Guiana, 10 Guiana Francesa, 8 Japão, 5 Reino Unido, 3 Venezuela (377 no total)
Brasileia - AC	0,0013	111 Bolívia, 1 Peru	96 Bolívia, 51 Peru
Cáceres - MT	-0,0710	164	315 Bolívia, 28 Itália, 12 Japão, 32 Paraguai, 10 Portugal, 12 Turquia (total de 409)
Corumbá - MS	0,0712	113	22 Argentina, 968 Bolívia, 9 Chile, 9 Itália, 57 Jordânia, 11 Líbano, 116 Paraguai, 80 Portugal, 11 Síria (total de 1.283)
Epitaciolândia - AC	0,0013	66	246 Bolívia, 6 Itália, 6 Japão, 7 Paraguai
Foz do Iguaçu - PR	0,0845	113 Argentina, 416 Paraguai	34 nacionalidades representadas, em um total de 8.769 estrangeiros. As populações mais representativas são: 4.482 Paraguai, 1.992 Líbano, 779 Argentina, 564 China e 122 Japão
Guajará-Mirim - RO	0,0307	141	1.317 Bolívia, 22 Trinidad e Tobago
Laranjal do Jari - AP	0,2870	31 Guiana Francesa / 17 Suriname	10 Guiana Francesa / 13 Peru
Oiapoque - AP	0,2870	81 Guiana Francesa (mais 14 França)	75 Guiana Francesa (mais 70 França), 21 Peru, 9 República Dominicana, 8 Suriname, 8 Venezuela
Pacaraima - RR	0,0225	13	6 Colômbia, 13 Guiana, 5 Peru, 56 Venezuela (total de 80)
Ponta Porã - MS	0,0712	158	2.545 Paraguai, 91 China, 84 Líbano, 54 Japão, 28 Argentina, 14 Jordânia, 12 Síria, 11 Uruguai, 11 Bangladesh (total de 2.759)
Porto Murtinho - MS	0,0712	37	551 Paraguai, 12 Panamá
Uruguaiana - RS	-0,0687	161	11 Alemanha, 397 Argentina, 9 Bolívia, 23 Chile, 10 China, 11 Egito, 12 Itália, 40 Japão, 25 Jordânia, 44 Líbano, 16 Líbia, 181 Uruguai (total de 779)

	Vulnerabilidade Social ⁶					Educação ⁷			
	População Economicamente Ativa PEA (no. / %)	Taxa de desocupação (%)	Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais (%)	Área de ocupação principal	Pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal (%)	Crianças de 0 a 5 anos fora da escola (%)	Crianças de 6 a 14 anos fora da escola (%)	Crianças de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa (%)	
Altamira - PA	42.300 / 67,97	6,36	36,26	Serviços (43,02%)	47,22	64,00	6,87	14,78	
Assis Brasil - AC	1.990 / 58,18	6,98	30,78	Serviços (51,80%)	54,51	69,00	14,93	31,26	
Bonfim - RR	3.632 / 62,73	5,89	22,04	Agropecuária (44,01%)	57,82	69,00	8,12	23,54	
Brasília - AC	7.787 / 59,4	5,43	29,99	Serviços (37,61%)	57,34	73,00	9,81	20,36	
Cáceres - MT	38.516 / 65,00	8,46	54,43	Serviços (45,30%)	37,94	65,00	2,20	12,63	
Corumbá - MS	46.695 / 68,08	7,87	55,57	Serviços (50,75%)	34,77	62,00	5,34	13,63	
Epitaciolândia - AC	6.076 / 65,55	6,27	31,95	Serviços (38,33%)	52,65	69,00	6,32	14,46	
Foz do Iguaçu - PR	127.076 / 72,34	6,47	58,71	Serviços (51,64%)	30,48	56,00	3,64	6,81	
Guajará-Mirim - RO	26.056 / 62,55	7,07	49,28	Serviços (51,64%)	42,17	77,00	6,87	16,36	
Laranjal do Jari - AP	10.228 / 68,74	10,93	48,14	Serviços (39,46%)	36,42	72,00	2,39	16,41	
Oiapoque - AP	8.221 / 70,70	7,78	29,63	Serviços (38,10%)	47,7	60,00	4,01	16,07	
Pacaraima - RR	3.200 / 59,63	4,66	30,67	Serviços (42,79%)	47,26	58,00	6,99	20,56	
Ponta Porã - MS	34.992 / 71,17	4,80	42,39	Serviços (41,96%)	42,19	72,00	3,13	10,89	
Porto Murtinho - MS	6.248 / 64,14	6,06	58,99	Serviços (37,07%)	41,23	67,00	5,91	20,42	
Uruguaiana - RS	58.039 / 46,27	8,48	61,45	Serviços (51,68%)	28,96	69,00	2,4	9,5	

	Saúde ⁸				Família			
	Taxa de fecundidade (filhos por mulher)	Mortalidade infantil / mil nascidos vivos	Mulheres de 10 a 17 que tiveram filhos (%)	Mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família (%) ⁹	Vulneráveis e dependentes de idosos (%) ¹⁰	Crianças com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 (%) ¹¹	Bolsa Família - Quantidade de famílias atendidas ¹²	
Altamira - PA	2,4	17,27	4,78	29,79	2,82	15,67	10.584	
Assis Brasil - AC	2,9	24,30	5,97	34,98	2,02	11,40	1.049	
Bonfim - RR	3,5	16,10	8,37	29,71	6,50	41,61	1.690	
Brasília - AC	2,7	24,20	5,05	22,80	3,68	19,43	3.382	
Cáceres - MT	2,2	17,40	3,05	14,92	2,46	7,15	7.102	
Corumbá - MS	2,6	17,75	3,58	22,83	2,83	7,05	7.470	
Epitaciolândia - AC	2,6	24,10	4,76	23,07	2,53	16,90	1.683	
Foz do Iguaçu - PR	2,1	10,83	2,42	20,07	1,75	2,94	11.896	
Guajará-Mirim - RO	2,6	14,10	3,71	22,46	1,73	15,30	5.100	
Laranjal do Jari - AP	3,6	16,80	7,14	34,98	2,02	11,40	5.510	
Oiapoque - AP	3,7	20,0	4,94	40,36	3,33	29,04	2.066	
Pacaraima - RR	3,6	16,8	4,72	20,58	5,70	48,77	1.582	
Ponta Porã - MS	2,3	20,10	3,96	27,75	2,26	9,33	7.394	
Porto Murtinho - MS	2,6	18,10	4,31	29,15	2,52	14,49	1.272	
Uruguiana - RS	2,3	11,8	3,33	22,33	2,11	7,23	7.237	

	Populações Tradicionais ¹³			Exploração e Violações - Trabalho			Exploração e Violações - Gênero		
	População Indígena rural	População Indígena urbana	População Indígena total por gênero (m/f)	Lista Suja do Trabalho Escravo - número de empresas ¹⁴	Número de trabalhadores resgatados ¹⁵	Registro de atendimentos do disque 180 ¹⁶	Relatos de Violência ¹⁷	Número de denúncias disquede 100 ¹⁸	
Altamira - PA	2.888	823	1.884 / 1.827	5	75	14.673	403	5.178	
Assis Brasil - AC	415	141	270 / 286	0	0	425	7	377	
Bonfim - RR	4.304	344	2.435 / 2.213	sem dados	0	81	0	164	
Brasília - AC	5	127	65 / 67	0	0	425	51	377	
Cáceres - MT	0	132	61 / 71	1	3	3.646	198	1.808	
Corumbá - MS	204	194	210 / 188	1	10	4.722	688	1.979	
Epitaciolândia - AC	1	6	4 / 3	0	0	425	13	377	
Foz do Iguaçu - PR	1	405	210 / 196	0	0	22.316	643	4.322	
Guajará-Mirim - RO	3.770	228	2.064 / 1.934	sem dados	9	383	29	898	
Laranjal do Jari - AP	0	75	40 / 35	0	0	809	42	141	
Oiapoque - AP	5.137	432	2.872 / 2.697	0	23	809	35	141	
Pacaraima - RR	5.43	355	2.985 / 2.800	sem dados	0	81	2	164	
Ponta Porã - MS	152	47	96 / 103	1	5	4.722	243	1.979	
Porto Murtinho - MS	1.367	3	734 / 636	4	44	4.722	15	1.979	
Uruguaiana - RS	13	118	65 / 66	sem dados	4	19.697	365	6.125	

Fontes dos Indicadores:

- ¹ IBGE Cidades (<http://www.cidades.ibge.gov.br>)
- ^{2, 6, 7, 8, 9, 10, 11} Atlas Brasil - PNUD, Fundação Joao Pinheiro, IPEA - (<http://www.atlasbrasil.org.br>)
- ³ IBGE Migrações (<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?tema=migracoes>)
- ^{4, 5} Dados fornecidos pela Polícia Federal a pedido do ICMPD. Números de 2010
- ¹² Caixa Econômica Federal (https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp)
- ¹³ IBGE, Sistema SIDRA (<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3175&z=c-d&o=7>)
- ¹⁴ Repórter Brasil (<http://reporterbrasil.org.br/listasuja>) - Atualmente suspenso por ordem do Supremo Tribunal Federal
- ¹⁵ Repórter Brasil (<http://reporterbrasil.org.br/dados/trabalhoescravo>)
- ¹⁶ Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, dados cumulativos por unidade da federação entre 2006 e 2009 (<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/indicadores/indicadores-nacionais/central-de-atendimento-a-mulher-ligue-180/balanco-da-central-de-atendimento-a-mulher-2006-a-2009>)
- ¹⁷ Dados fornecidos pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres a pedido do ICMPD. Números cumulativos entre 2012 e 2014
- ¹⁸ Secretatia Especial dos Direitos Humanos, Cartilha Disque 100. Números cumulativos por unidade da federação entre 2003 e 2009 (http://www.carinhodeverdade.org.br/pub/pdf/cartilha_disque_100.pdf)

Glossário dos Indicadores:

Densidade Demográfica, densidade populacional ou população relativa é a medida expressada pela relação entre a população e a superfície do território. É geralmente expressada em habitantes por quilômetro quadrado.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano do município.

Índice de Eficácia Migratória mede a capacidade de absorção de população de determinado território. Varia entre -1 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior. Ao contrário, quando o indicador for próximo de -1, significa maior evasão populacional. Valores próximos a zero indicam a ocorrência de rotatividade migratória.

Taxa de Fecundidade é o número médio de filhos que uma mulher deverá ter ao terminar o período reprodutivo (15 a 49 anos de idade).

Mortalidade infantil é o número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1000 crianças nascidas vivas.

Renda per capita é a razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010.

Proporção de Vulneráveis à Pobreza é a proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Índice de GINI mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos é a razão entre as pessoas que vivem em domicílios vulneráveis à pobreza (com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010) e nos quais pelo menos metade da renda domiciliar provém de moradores com 65 anos ou mais de idade e a população total que reside em domicílios vulneráveis à pobreza e com pelo menos uma pessoa idosa multiplicado por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza é a razão entre as pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis à pobreza e a população vulnerável à pobreza nessa mesma faixa etária (15 a 24 anos), multiplicado por 100. Define-se como vulnerável à pobreza a pessoa que mora em domicílio com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

Anexo II – Roteiro para caracterização da Mobilidade Populacional / Fluxos Migratórios

1. Descrição da situação local:

População, economia local, aspectos políticos, situação geográfica.

2. Vias de Acesso/Transportes:

Quais as vias de acesso do município (diretas e outras), meios de transporte mais utilizados, localidades intermediárias, distâncias percorridas, facilidade de acesso ao país vizinho.

3. Quanto à migração / mobilidade humana nas fronteiras:

- Relacionada a algum tipo de ocupação / trabalho
- Relacionada a algum tipo de violação / exploração (laboral, sexual, etc.)
- Relacionada a algum tipo de violência / criminalidade (tráfico de pessoas, contrabando de migrantes, atividades ilícitas, tráfico de drogas, etc.)
- Relacionada a circunstâncias políticas / econômicas
- Movimentação previsível de populações tradicionais/locais (visita a parentes, festividades, acesso a serviços, etc.) - populações transfronteiriças
- Fluxos recentes ou mais antigos - mudanças de padrão
- Quanto às pessoas - pertencem a algum grupo específico (étnico, nacional - faixa etária - gênero - familiar/individual, população local ou migrantes de outros estados)
- Fator de classe / vulnerabilidade - especificidade dos deslocamentos na fronteira
- Situação de documentação - saber dos direitos diferenciais dos migrantes (Mercosul, etc.)
- Quais demandas criam a movimentação - saúde, educação, trabalho, etc. (outras como refúgio, desastres naturais, ameaças políticas, etc.).
- Há situações de preconceito / xenofobia envolvidas - visão da população local

Anexo III – Roteiro para descrição de equipamentos sociais/rede de assistência

1. Classificação (Governamental / ONG - classista, religiosa, etc.) - breve histórico
2. População beneficiária
3. Critérios de triagem e atendimento
4. Serviços e Atividades oferecidas
5. Espaço Físico / Estrutura / Localização / Instalações / Facilidade de acesso / Acessibilidade
6. Especialidades e Equipe (incluir formação profissional, capacitação em outros idiomas)
7. Conhecimento das questões - preparo da equipe e capacitação geral
8. Forma de divulgação dos serviços
9. Conexão a redes de atendimento e assistência - Referenciamento
10. Sistema de registro de Informações (atendimento, avaliação dos usuários, etc.)
11. Meios de financiamento / isenção do trabalho realizado / sustentabilidade / institucionalidade (evita proselitismo, instrumentalização política, etc.)
12. Instrumentos de acessos a direitos (divulgação, conscientização, práticas, etc.)
13. Opinião / Avaliação de usuários e pessoas atendidas
14. Avaliação do pesquisador - observação do funcionamento (recomendações) - descrição de especificidades locais

Anexo IV – Formulário de Visita

Nome da Instituição:	Classificação:
Endereço:	
Contato:	
Campo de Atuação:	Público Beneficiário:
Histórico:	
Localização e facilidade de acesso:	
Estrutura e Instalações:	
Equipe e capacitação:	
Serviços, Atividades e apoios oferecidos:	
CrITÉrios de Triagem e atendimento:	
Sistema de Informação e registro de dados:	
Divulgação do trabalho / Conexão com a rede de assistência:	
Institucionalidade / Sustentabilidade e meios de financiamento:	
Avaliação de entrevistado / funcionários:	
Avaliação de Usuários:	
Avaliação do pesquisador / observações da visita:	

Anexo V – Atores entrevistados nos municípios de fronteira pesquisados
Anexo V.1 – Atores entrevistados em Assis Brasil, Brasiléia e
Epitaciolândia (Acre)

Registro de Atividades Visitas e Entrevistas – Assis Brasil				
Cód.	Instituição	Atividade	Participantes	Data e horário
AS01	Conselho Tutelar. Rua Rafael Martins Leal, s/n, Centro. Tel.: (68) 3548-1487. E-mail: ctassisbrasil@gmail.com	Entrevista	01- Jackson Camelo Uchoa / Presidente; 02- Vanda Araújo de Amorim / Conselheira	10 de Setembro – 09h
AS02	Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Av. Presidente Getúlio Vargas, 500, Centro. Tel.: (68) 3548-1197	Entrevista	01- Gerson Severino da Silva / Coordenador Técnico Local	10 de Setembro – 10h
AS03	Associação do Povo Manchineri. Av. Presidente Getúlio Vargas, 500, Centro. Tel.: (68) 3548-1197	Entrevista	01- Maria Rosangela Manchineri / Coordenadora	10 de Setembro – 11h
AS04	Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. Rua Rafael Martins Leal, s/n, Centro.	Entrevista e Visita Institucional	01- Irisleuda da Costa Rufino Castro / Coordenadora	10 de Setembro – 14h
AS05	Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS. Rua Getúlio Vargas, s/n, Centro.	Entrevista e Visita Institucional	01- Angelina Souza da Silva / Coordenadora	10 de Setembro – 15h
AS06	Secretaria Municipal de Saúde. Rua Dom Giocondo Maria Grodi, 425, Centro. Tel.: (68) 3548-1414. E-mail.: semsab.ab@gmail.com	Entrevista	01- Dorivan Souza Ribeiro / Secretário	15 de Setembro – 14h
AS07	Secretaria Municipal de Educação. Rua Dom Giocondo Maria Grodi, 243, Centro. E-mail: semec.ab.ac@gmail.com	Entrevista	01- Simoninha Nascimento de Moraes / Coordenadora Administrativa	15 de Setembro – 15h
AS08	Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo. Rua Raimundo Chaad, s/n, Centro. Tel.: (68) 3548-1452. E-mail: goversani@hotmail.com	Entrevista	01- Cláudia Domingos Barriga / Padre	16 de Setembro – 9h
AS09	Posto de Fiscalização tráfego Internacional Terrestre, Delegacia de Polícia Federal, Aduana Brasil/Peru, Km 01, sala da Polícia Federal. (68) 9957-8912 e 9284-4615. E-mail: frank.flcb@dpf.gov.br	Entrevista	01- Frank Lincoln C. Botelho / Escrivão e Responsável pelo Posto de Assis Brasil	16 de Setembro – 11h

Registro de Atividades Visitas e Entrevistas – Brasiléia				
Cód.	Instituição	Atividade	Participantes	Data e horário
BR01	Secretaria Municipal de Assistência Social. Av. Geni Assis, 466, Centro. Tel.: (68) 3546-4638. E-mail: semcas-Brasiléia@gmail.com	Grupo Focal	01- Marisanta Rodrigues da Silva / Secretária; 02- Márcia Karine B.P. Freitas / Coordenadora CRAS; 03- Djailson Américo de Oliveira Souza / Coordenador CREAS	09 de Setembro – 14h
BR02	Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. Rua João Jovino, 476, Eldorado. Tel.: (68) 3546-5787. E-mail: karine-pessoa2@hotmail.com	Grupo Focal	01- Márcia Karine B.P. Freitas / Coordenadora CRAS 02- Marisanta Rodrigues da Silva / Secretária; 03- Djailson Américo de Oliveira Souza / Coordenador CREAS	09 de Setembro – 14h
BR03	Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS. Rua Doze de Outubro, s/nº, Três Botequins. Tel.: (68) 3546-4739. E-mail: djahilson_americo@hotmail.com	Grupo Focal	001- Djailson Américo de Oliveira Souza / Coordenador CREAS 02- Marisanta Rodrigues da Silva / Secretária; 03- Márcia Karine B.P. Freitas / Coordenadora CRAS	09 de Setembro – 14h
BR04	Centro de Referência de Atendimento a Mulher – CRAM. Rua José Kairala, 42, Centro. Tel.: (68) 3546-4306. E-mail: creamaltoacre@gmail.com	Entrevista e Visita Institucional	01- Sheyvane dos Santos Magalhães / Coordenadora	09 de Setembro – 16h
BR05	Ministério Público do Estado do Acre / Promotoria de Justiça da Comarca de Brasiléia. Rua Francisco das Chagas, 780, Centro. Tel.: (68)3548-1355. E-mail: ineto@mp.ac.gov.br, mteixeira@mp.ac.gov.br, dpimentel@mp.ac.gov.br	Grupo Focal	01- Ilton Maximiano Peres Neto / Promotor de Justiça Criminal e Civil de Epitaciolândia e Assis Brasil; 02- Maria Fátima Ribeiro Teixeira / Promotora de Justiça Criminal de Brasiléia; 03- Diana Soraia Tabalipa Pimentel / Promotora de Justiça Civil de Brasiléia	11 de setembro – 14h
BR06	10º Batalhão da Polícia Militar. Av. Rui Lino, s/n, Centro. Tel.: (68) 3546-6500. E-mail: estene.teixeira@ac.gov.br	Entrevista	01- Estene Barbosa Teixeira / Major da Polícia Militar de Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia	11 de Setembro – 16h
BR07	Polícia Civil. Rua Raimundo Chaar, 550, 425, Centro. Tel.: (68) 3548-1122. E-mail: cristiano.bastos@ac.gov.br	Entrevista	01- Cristiano Ferreira de Bastos / Coordenador da Regional Alto Acre, Delegado de Polícia de Brasiléia e Substituto de Epitaciolândia	12 de Setembro – 09h

BR08	Secretaria Municipal de Educação. Rua Dois de Novembro, 102, Raimundo Chaar. Tel.: (68) 3546-4643. E-mail: semecBrasiléia@yahoo.com.br	Entrevista	01- Cláudia Domingos Barriça / Padre	16 de Setembro – 9h
BR09	Secretaria Municipal de Educação. Rua Dois de Novembro, 102, Raimundo Chaar. Tel.: (68) 3546-4643. E-mail: semecBrasiléia@yahoo.com.br	Entrevista	01- Denise Moreira A. Nascimento / Gerente Técnica	15 de Setembro – 10h
BR10	Conselho Tutelar. Rua Quatro de Março, 363, Eldorado. Tel.: (68) 3546-5494. E-mail: conselhotutelar@brac@gmail.com	Grupo Focal	01- Maricléia Siqueira Ribeiro / Conselheira; 02- Marcileny Rodrigues Barreto / Conselheira; 03- Aldenir da Costa Silva / Conselheira	15 de Setembro – 11h
BR11	Vara Tribunal de Brasiléia. Av. Geny Assis, s/n, Centro. Tel.: (68) 3546-3307. E-mail: vacri1br@tjac.jus.br	Entrevista	01- Clóvis de Souza Lodi / Juiz de Direito de Brasiléia, Juiz Substituto de Assis Brasil e Eptaciolândia	17 de Setembro – 09h

Registro de Atividades Visitas e Entrevistas – Epitaciolândia				
Cód.	Instituição	Atividade	Participantes	Data e horário
EP01	Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. Rua São Sebastião, 880, José Hassem. Tel.: (68) 3546-4995. E-mail: semciasepitaciolandia@gmail.com	Entrevista e Visita Institucional	01- Cláudia França do Nascimento / Coordenadora; 02- Maria José Nogueira de Oliveira Cruz / Assistente Social	11 de Setembro – 08h
EP02	Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS. Av. Santos Dumont, 405, Centro. Tel.: (68) 3546-5414. E-mail: creasepitaciolandia@gmail.com	Grupo Focal e Visita Institucional	01- Daiene Vieira / Administrativo; 02- Adiene Ribeiro / Assistente social; 03- Analda Rego / Psicóloga; 04- Francisco de Assis / Educador Social	11 de Setembro – 10h
EP03	Secretaria Municipal de Saúde. Rua Geraldo Saraiva, 570, Aeroporto. Tel.: (68) 3546-4741	Entrevista	01- Ana Adélia Alves Guimarães / Diretora Administrativa	12 de Setembro – 11h
EP04	Secretaria Municipal de Educação. Av. Santos Dumont, 1.200, Centro. Tel.: (68) 3546-5375. E-mail: semedepitaciolandia@bol.com.br	Entrevista	01- Cleison Gomes de Alencar / Coordenador de Ensino Fundamental	12 de Setembro – 14h
EP05	Conselho Tutelar. Rua Dom Júlio Mattioli, 110, Centro. E-mail: soaresmarines@hotmail.com	Entrevista	1- Liliane Viana Cavalcante / Presidente; 2- Marines Soares / Conselheira	12 de Setembro – 15h
EP06	Polícia Federal. Av. Santos Dumont, 2.000 Centro. Tel.: (68) 3546-5131 / 3546-3204/3546-4213.	Entrevista	1- Valdir Celestino da Costa / Delegado; 2- Rejane Nivic / Delegada	16 de Setembro – 15h
EP07	Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Rua do Lazer 108, Aeroporto. Tel.: (68) 3546-5241.	Entrevista	1- Sebastião Ferreira de Oliveira / Presidente	16 de Setembro – 17h

V.2 – Atores entrevistados em Laranjal do Jari e Oiapoque (Amapá)

Registro de Atividades Visitas e Entrevistas – Laranjal do Jari				
Cód.	Instituição	Atividade	Participantes	Data e horário
LJ01	Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM), Rua Alvorada, nº 956, Agreste. Tel.: (96)3621-1177. E-mail: jaquemetameta@yahoo.com.br	Entrevista e Visita a entidade	01 – Jaqueline Gonçalves / Coordenadora e Psicóloga	07 de Maio – 08h
LJ02	União Brasileira de Mulheres não possui sede. (96) 9188-7953 e 9130-5247. E-mail arthur.furtdo28@gmail.com	Entrevista	01 - Edna Souza / Coordenadora das Organizações	07 de Maio – 09h
LJ03	ONG Reaja não possui sede. (96) 9188-7953 e 9130-5247. E-mail arthur.furtdo28@gmail.com	Entrevista	01 - Edna Souza / Coordenadora das Organizações	07 de Maio – 09h
LJ04	Delegacia de Polícia Civil. Av. Progresso nº 1176, Agreste. Tel.: (96) 3621-1113 e 3621-1948	Entrevista	01- Abraão Trani de Almeida / Delegado titular da Infância e Juventude e Interino da Civil e Mulher	07 de Maio – 10h
LJ05	Fórum da Comarca de Laranjal do Jari - Vara do Juizado Especial Cível e Criminal. Av. Tancredo Neves, S/N, Agreste, Tel.: (096) 3621-1463 e 8138-7493. E-mail juiz.zeeber@jjap.jus.br	Entrevista	01- Zeeber Lopes Ferreira / Juiz de Direito	07 de maio – 11h
LJ06	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Avenida Tancredo Neves, nº 1052, Centro. Tel.: (96) 9132-8700 e 9108-8700, e-mail: rose_morango@hotmail.com	Entrevista e Visita Institucional	01- Francisca das Chagas Andrade / Coordenadora	07 de maio – 14h
LJ07	Secretaria Municipal de Assistência Social. Av. Liberdade, 804- Bairro: Agreste. Tel.: (96) 9129-7666 e (96) 3621-1102. E-mail marilucia.mary@bol.com.br	Grupo Foccol	01- Marilúcia Soares de Oliveira / Secretária 02- Marlindo Barbosa dos Santos / Coordenador CREAS 03- Inezilda Souza / Assistente Social do CREAS 04-Simone Cunha / Assistente Social do CRAS	07 de maio – 15h

LJ08	Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil Leves e Pesados, Mobiliários e Madeiros de Jari. Av. Tancredo Neves, 1092, Centro. Tel.: (96) 3621-1092. E-mail sintracomvajcas@hotmail.com	Entrevista	01- Júnior Gleidson Barbosa / Vice-Presidente	07 de maio – 16h
LJ09	Fundação Jari. Tel. (96) 9122-2287, 9181-1430 e (93) 3735-1140. E-mail socosta@fundaçãoorsa.org.br e sumaiaocosta@gmail.com	Entrevista e Visita Institucional	01- Sumaia de Oliveira Costa / Assistente Social	08 de maio – 08h
LJ10	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Avenida Liberdade, nº 804, Agreste. Tel.: (96) 9130-6980, e-mail: marionsantos@hotmail.com	Visita Institucional	01- Marlindo Barbosa dos Santos / Coordenador	08 de maio – 14h
LJ11	Secretaria Municipal de Saúde. Rua Aracaju, s/nº, Bairro Cajari. Tel.: (96) 9127-0705. E-mail irlaniqueiroga@hotmail.com e saúde@laranjaldojari.ap.gov.br	Grupo Focal	01- Irlandy Queiroga de Souza / Secretaria 02- Benedito Pantoja Sacramento / Coordenador da Atenção Básica	08 de maio – 15h
LJ12	Ministério Público Estadual. Av. Emílio Médici, s/n Agreste. Tel.: (96) 3621-1415. E-mail fabia.martins@mpap.mp.br e laranjaldojari@mpap.mp.br	Entrevista	01- Fábria Regina Rocha Martins / Promotora de Justiça	08 de maio – 16h
LJ13	Instituto Federal Amapá. Rua Nilo Peçanha, 1263, Bairro Cajari. E-mail raimunda.pedrosa@ifap.gov.br	Visita Institucional	01- Raimunda Conceição Rosa Pedrosa / Chefe de Gabinete	08 de maio – 17h
LJ14	Secretaria de Educação. Rua Emílio Ribas, 2093, Bairro Agreste. Tel.: 9133-1055 E-mail acsouza_ap@hotmail.com	Entrevista	01- Angelina Conceição Souza / Secretária	09 de maio – 8h
LJ15	Unidade da Polícia Comunitária - 11º Batalhão da Polícia Militar. Rua da Usina, s/n, bairro Malvinas. Tel.: (96) 9137-6795 E-mail. tenserafin@bol.com.br	Entrevista	01- Jaimilson de Almeida Serafim / Tenente	09 de maio – 12h
LJ16	Conselho Tutelar. Rua Vitória Régia, nº 2.380, Agreste. Tel.: (96) 9138-6505, 9106-3329 e 9161-5873	Grupo Focal	01- Rosana Costa dos Santos / Presidente 02- Kátia Samara / Conselheira Tutelar 03- Rosicléia Souza / Conselheira Tutelar 04- Claudiléia Lima / Conselheira Tutelar 05- Neilson Almeida / Conselheira Tutelar	09 de maio – 14h

LJ17	11º Batalhão da Polícia Militar. Av. Rio Jari, 1313, Centro. Tel.: (96) 3621-1490	Entrevista	01- Erielton Gonçalves de Oliveira / Tenente Coronel	09 de maio – 15h
LJ18	Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Amapá – NETP. Av. Padre Júlio Maria Lombaerd, 810, Centro. Macapá/AP. Tel.: (96) 3225-8578. E-mail: traficodepessoas@sejusp.ap.gov.br	Entrevista	01- Talyta Pontes / Coordenadora Interina	12 de maio – 9h

Registro de Atividades Visitas e Entrevistas – Oiapoque				
Cód.	Instituição	Atividade	Participantes	Data e horário
OP01	Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM), Rua Getúlio Vargas, 1.034, Nova Esperança. Tel.: (96)8808-9148. E-mail: jane.miller@hotmail.com	Entrevista e Visita Institucional	01 – Jane Miller Borralo Aguiar / Coordenadora	12 de Agosto – 08h
OP02	Poder Judiciário Federal / Justiça Federal do Amapá / Subseção Judiciária de Oiapoque/AP. Rua Santos Dumont, 769, Centro. Tel.: (96) 3521-1618. E-mail: 01vara.opq@trfl.jus.br	Entrevista	01 – Rafaela Marques Rodrigues Melo / Diretora de Secretaria	12 de Agosto – 10h
OP03	Delegacia de Polícia Civil. Rua Joaquim Caetano da Silva, 715, Centro. Tel.: (96) 3521-2936 e 3521-2935. E-mail: delegado.fabio@policiacivil.ap.gov.br	Entrevista	01 – Fábio Araújo de Oliveira / Delegado Adjunto Criminal	12 de Agosto – 11h
OP04	Secretaria Municipal de Assistência Social. Rua Joaquim Caetano da Silva, 460, Centro. Tel.: (96) 3521-2733. E-mail: gloriariadealmeida@hotmail.com	Grupo Focal	01- Glória Maria de Almeida Oliveira / Secretária 02- Antônio Maurício Brasil Guedes / Secretário Adjunto	12 de Agosto – 12h
OP05	Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS. Av. Presidente Kennedy, 460, Centro. Tel.: (096) 3521-2733. E-mail: jaquemnguedes@gmail.com.br	Grupo Focal e Visita Institucional	01- Jaqueline Maia Mery Guedes / Coordenadora	12 de Agosto – 14h
OP06	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Avenida Veiga Cabral, 103, Centro. Tel.: 3521-2640. E-mail: gloriariadealmeida@hotmail.com	Grupo Focal e Visita Institucional	01- Umbelina Francisco dos Santos / Coordenadora	12 de Agosto – 15h
OP07	Ministério Público do Estado do Amapá / Promotoria de Justiça da Comarca de Oiapoque. Av. Presidente Kennedy, 30, Centro. Tel.: (96) 3521-1525 e 3521-1713. E-mail: Oiapoque@mpap.mp.br	Entrevista	01- Alberto Eli Pinheiro / Promotor de Justiça	12 de Agosto – 16h
OP08	Conselho Tutelar. Av. Veiga Cabral, 260, 260, Centro. Tel.: (96) 3521-2525 e 9914-9248. E-mail: elinaldo-frota@hotmail.com	Entrevista	01- Elinaldo Costa Barbosa Frota / Presidente	12 de Agosto – 17h
OP09	Polícia Federal. Av. Rio Branco, 500, Centro, Tel.: (96) 3521-1380 e 8115-1981. E-mail: carlos.cafb@dpf.gov.br	Entrevista	01- Carlos Alberto Farias Borges / Agente da Polícia Federal / Responsável pelo Núcleo de Operações da PF	13 de Agosto – 08h

OP10	Associação Comercial de Oiapoque	Entrevista	01- Roberto Queiroz de Souza / Presidente	13 de Agosto – 10h
OP11	Secretaria Municipal de Educação. Av. Caraci Nunes, 311, Centro. Tel.: (96) 8805-2648 e 8129-2539. E-mail: noslinda42@hotmail.com	Entrevista	01- Edmilson do Socorro Martins Brazão	13 de Agosto – 11h
OP12	Cooperativa de Transportes Turísticos	Entrevista	01- José Domingos / Presidente	13 de Agosto – 14h
OP13	12º Batalhão da Polícia Militar. BR 156, 156, Universitário. Tel.: (96) 3521-1151. E-mail: comando12bp-moiapoque@hotmail.com	Entrevista	01- Francileide da Conceição / Tenente 02- Manoel Pena de Carvalho / Tenente	13 de Agosto – 15h
OP14	Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Av. Veiga Cabral, 468, Centro. Tel.: (96) 3521-1923 E-mail: funaioyk@gmail.com	Entrevista	01- Domingos Santa Rosa / Técnico Agrícola	13 de Agosto – 16h
OP15	Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional do Oiapoque, BR 156, Universitário. Tel.: (96) 3251-2113 e 3251-2504. E-mail oiapoque@unifap.br	Entrevista e Visita Institucional	01- Nariton Alberto Ferreira Soares / Coordenador de Gestão Administrativa e Financeira	14 de Agosto – 08h
OP16	Paróquia Nossa Senhora das Graças. Tel.: (96) 9935-5509 e 8805-9580	Entrevista	01- Aparecido Luís de Souza / Padre	14 de Agosto – 09h
OP17	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Rua Onório Silva, 470, Centro. Tel.: (96) 3521-2136.	Entrevista	01- Fernando Forti / Chefe Substituto da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)	14 de Agosto – 11h
OP18	Secretaria Municipal de Saúde / Vigilância Epidemiológica. Av. Caripunas, 988, Centro. Macapá/AP. E-mail: carlos.sampaio@saude.gov.br e carlossampaio.23@gmail.com	Entrevista	01- Carlos Luiz Amoras Sampaio / Diretor de Endemias	14 de Agosto – 14h
OP19	Polícia Rodoviária Federal / Unidade Operacional Oiapoque. BR 156.	Entrevista	01- Roberto Nascimento Campos Sales	14 de Agosto – 15h
OP20	34º Batalhão de Infantaria da Selva – Exército Brasileiro. Rua Marechal Rondon, s/n, Clevelândia do Norte. Tel.: (96) 3521-1555. E-mail: llucastm@gmail.com	Entrevista	01- Lucas Thiago Moreira / Capitão	14 de Agosto – 16h
OP21	Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Amapá – NETP. Av. Padre Júlio Maria Lombaerd, 810, Centro. Macapá/AP. Tel.: (96) 3225-8578. E-mail: traficodepessoas@sejusp.ap.gov.br	Entrevista	01- Catiucia Amaral / Coordenadora	11 de Agosto – 8h

Anexo V.3 – Atores entrevistados em Altamira (Pará)

Registro de Atividades Visitas e Entrevistas – Altamira				
Cód.	Instituição	Atividade	Participantes	Data e horário
AL01	Polícia Federal Rua Marília, 2770 Bairro Uirapuru. CEP: 68374-120 Altamira/PA Fone: (0xx93) 3515-5846 E-Mail: dpf.atm.srpa@dpf.gov.br	Entrevista	Delegado Mário Sérgio	13/05, 10h
AL02	Ministério Público Federal Avenida Tancredo Neves, nº 3303, bairro Jardim Independente II. CEP:68.372-222. Fone: (93) 3515-2526 E-mail: altamira@prpa.mpf.gov.br	Entrevista	Procuradora Bruna Menezes Gomes da Silva	12/05, 16h
AL03	Ministério Público Federal Idem	Entrevista	Procuradora Thais Santi Cardoso da Silva	17/05, 15h
AL04	Ministério Público Estadual Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651 - São Sebastião, Altamira - PA, 68372-005 Fone: (93) 3515-3959	Entrevista	Promotor Rodrigo Aquino	15/05, 15h
AL05	Secretaria de Trabalho e Promoção Social Ginásio do Bairro Brasília Fone: (93)3515-7382	Entrevista	Secretária Rute Barros Sousa	19/05, 14h
AL06	Secretaria Municipal de Educação Ginásio do Bairro Brasília Fone: (93)3515-2306/1033	Entrevista	Secretária Suely Silva Rodrigues	20/05, 9h
AL07	Secretaria de Saúde Travessa Paulo Marques, 192 Fone: (93)3515-1850	Entrevista	Secretário Valdecir Aranha Maia	12/05, 10h
AL08	CRAS Avenida Tancredo Neves, 4016 Telefone: (93)35158727. Email: crasaltamira@yahoo.com.br	Entrevista	Assistente Social - não quis se identificar	19/05, 17h
AL09	CRAS Idem	Entrevista	Psicólogo - não quis se identificar	19/05, 17h
AL10	Movimento de Mulheres de Altamira Rua Anchieta 2092, Bairro do Perpétuo Socorro. CEP.68371-190	Entrevista	Antônia Martins	20/05, 16h30

AL11	Instituto Sócio Ambiental Rua dos Missionários, 2589, Esplanada do Xingu.	Entrevista	Advogado Leonar- do Amorim	19/05, 10h
AL12	Movimento Xingu Vivo Travessa Lindolfo Aranha (es- quina com a Avenida 7 de setem- bro) Fone: (93)3515-2927	Entrevista	Irmã Ignêz	14/05, 9h
AL13	Conselho Indigenista Missioná- rio Travessa Lindolfo Aranha (es- quina com a Avenida 7 de setem- bro)	Entrevista	Pe. Patrício	14/05, 10h30
AL14	Companhia Norte Energia Escritório localizado na Subesta- ção Bairro Mutirão. (93)3502-4400	Entrevista	Gerente do Meio Socioeconômico -Luciana Soares / Advogado Thiago de Moura Bandeira	13/05, 15h
AL15	FUNAI Rua Coronel José Porfírio, 2533 Tel. (93)3515-4305	Entrevista	Coordenadora Re- gional da Funai em Altamira - Estella Libardi de Souza	16/05, 15h
AL16	Núcleo de Atendimento ao Mi- grante (Projeto da Norte Energia) Avenida Perimetral, próximo à churrascaria Bom Preço.	Entrevista	Coordenadora Ma- rielle Bonneterre	20/05, 14h
AL17	Vara do Trabalho de Altamira Avenida Tancredo Neves, 2776, Independente II. Telefone: (93)35151987, vta- ltamira.dir@trt8.jus.br	Entrevista	Diretor de Secre- taria Jdivan Rosa dos Santos	12/05, 17h
AL18	INCRA – Posto Avançado de Al- tamira Travessa Agrário Cavalcante, 479, Recreio	Entrevista	Procuradora Ana Alice	14/05, 15h
AL19	INCRA – Posto Avançado de Al- tamira Idem	Entrevista	Funcionária Dona Laura	14/05, 15h30
AL20	Museu Nacional Email: ericmacedo@gmail.com	Entrevista	Pesquisador de doutorado - Eric Macedo	17/05, 17h
AL21	CRAS II Rua Joaquim Acácio, 630. Bairro Brasília	Entrevista	Assistente Social -não quis se identi- ficar	15/05, 10h
AL22	Universidade Federal do Pará (Campus Altamira) Rua José Porfírio, nº 2515, no Bairro de São Sebastião CEP: 68.370-000 Altamira – PA	Entrevista	Prof. Assis da Cos- ta Oliveira	Contato por e-mail

AL23	Núcleo de Apoio ao Migrante (SEMUTS/Norte Energia) Avenida Perimetral, próximo à churrascaria Bom Preço.	Grupo Focal	Coordenadora Marielle Bonneterre e outras 3 funcionárias	20/05, 15h
------	---	-------------	--	------------

Anexo V.4 – Atores entrevistados em Bonfim e Pacaraima (Roraima)

Registro de Atividades Visitas e Entrevistas – Bonfim				
Cód.	Instituição	Atividade	Participantes	Data e horário
BO01	Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social-SETRABES Avenida Mário Homem de Melo, 2310 - Mecejana - Boa Vista - RR (95) 3623-4244 (95) 99112-2130 E-mail: socorro.santosrr@gmail.com	Entrevista	01 – Maria do Socorro Batista dos Santos	09 de Fevereiro – 11h
BO02	Prefeitura Municipal de Bonfim Av. Rodrigo José da Silva, 37. Centro (95) 3552-1233 (98) 98436-1551 E-mail: lisetespies@hotmail.com	Entrevista	01 – Lisete Spies - Prefeita	18 de Fevereiro – 14h
BO03	Conselho Tutelar (95) 98113-3362 Rua Maria Deolinda Franco Megias s/n, Centro E-mail: luciany.conselheira@gmail.com	Entrevista e Visita	01 – Luciany Oliveira da Silva - Presidente	19 de Fevereiro – 10h
BO04	CRAS – Centro de Referência de Assistência Social (95) 9138 7921 Endereço: Rua João Lopes Magalhães, s/nº - Bairro: Centro E-mail: crasbonfim2014@hotmail.com	Entrevista e Visita	01- Sandira Evangelista de Magalhães - Coordenadora	19 de Fevereiro -14h
BO05	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). (95) 98112-5144 Rua Rodrigo José da Silva, nº 37. Email: creasbonfim@outlook.com	Entrevista e Visita	01- Daniele Trindade Barbosa - Coordenadora.	20 de Fevereiro – 10h

BO06	Secretaria Municipal de Educação Av. Rodrigo José da Silva, 37. Centro (95) 3552-1233 995) 98122-2036 E-mail: britosgv@hotmail.com	Entrevista	01- Cleudimar Brito dos Santos – Secretária	20 de Fevereiro – 14h
BO07	Comitê Estadual de Enfrentamento ao abuso, Exploração e Tráfico de Pessoas para fins Sexuais do Estado de Roraima Avenida Capitão Ene Garcez, 2413 - Aeroporto, Boa Vista – RR flavio.corsini@ufr.br (95) 3621 3156	Entrevista	01- Flávio Corsini /Coordenador	23 de Fevereiro – 14h
BO08	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa LGBT-RR Avenida Mário Homem de Melo, 2310 - Mecejana - Boa Vista – RR (95) 99121-2271	Entrevista	01- Sílvia Reis /Presidente	24 de Fevereiro – 9h

Registro de Atividades Visitas e Entrevistas – Pacaraima				
Cód.	Instituição	Atividade	Participantes	Data e horário
PA01	Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social-SETRABES Avenida Mário Homem de Melo, 2310 - Mecejana - Boa Vista - RR (95) 3623-4244 (95) 99112-2130 E-mail: socorro.santosrr@gmail.com	Entrevista	01 – Maria do Socorro Batista dos Santos/	09 de Fevereiro – 11h
PA02	Prefeitura Municipal de Pacaraima Rua Monte Roraima, S/N - Vila Nova E-mail: prefeito@pacaraima.rr.gov.br (95) 3592-1268	Entrevista	01 - Altemir da Silva Campos/ Prefeito	10 de Fevereiro – 15h
PA03	Hospital Municipal (95) 3592-1268 Rua Caribe SN, Pacaraima, RR (95) 3592-1160 E-mail: prefeitura@pacaraima.rr.gov.br	Entrevista	01 - Helder Fernandes de Amorim/ Diretor do Hospital Délio de Oliveira Tupinambá (HDOT)	10 de Fevereiro – 16h
PA04	Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social (95) 9138 7921 Endereço: Rua Xaparú, S/N - Vila Nova E-mail: prefeitura@pacaraima.rr.gov.br	Entrevista	01- Socorro Maria Lopes dos Santos/ Secretária	11 de Fevereiro -10h
PA05	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Rua Ilzo Montenegro, S/N - Vila Nova (95) 99133-9766 prefeitura@pacaraima.rr.gov.br	Entrevista e Visita a entidade	02- Josileny Silva Souza/ Assistente Social do CRAS .	11 de Fevereiro – 14h
PA06	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Rua Monte Roraima s/n. (95) 3592-1787 (95) 99144-8999 E-mail: leiapinheiro@ig.com.br	Entrevista e Visita a entidade	01- Ediléia Pinheiro Bezerra / Coordenadora	12 de Fevereiro – 9h
PA07	Conselho Tutelar Rua Guiana, 210, Centro. (95) 99125-2399 darlucilene@hotmail.com	Entrevista e Visita a entidade	01- Darlucilene da Silva Pinto Pena Forte/ Presidente	12 de Fevereiro – 14h

PA08	Polícia Federal Av. Brasil s/n - Pacaraima - BR - 174 (095) 3592-1163	Entrevista	01- Diego José Pires Bretas França / Delegado Chefe	13 de Fevereiro – 9h
PA09	Consejo de Protección del Niño y del Adolescente Santa Elena do Uiarén (Venezuela) maf999@hotmail.com	Entrevista	01- Maria Fernanda Borges / Assistente Social	13 de Fevereiro – 15h
PA10	Comitê Estadual de Enfrentamento ao abuso, Exploração e Tráfico de Pessoas para fins Sexuais do Estado de Roraima Avenida Capitão Ene Garcez, 2413 - Aeroporto, Boa Vista – RR flavio.corsini@ufr.br (95) 3621 3156	Entrevista	01- Flávio Corsini / Coordenador	23 de Fevereiro – 14h
PA11	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa LGBT-RR Avenida Mário Homem de Melo, 2310 - Mecejana - Boa Vista – RR (95) 99121-2271	Entrevista	01- Silvia Reis / Presidente	24 de Fevereiro – 9h

Anexo V.5 – Atores entrevistados em Guajará-Mirim (Rondônia)

Registro de Atividades, Visitas e Entrevistas – Guajará-Mirim (RO)				
Cód.	Instituição	Atividade	Participantes	Data e Horário
GM01	Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) Av. Estevão Correa nº 5763, Jardim Esmeraldas (69) 3541-1107	Visita à Entidade/ Entrevistas	01 – Marinézia Luiza de Souza Silva/ Coordenadora do CRAS 02 – Ivanete Rangell/ Agente de Saúde 03 – Mauro/ Pedagogo 04 – Solange Rocha da Silva/ Enfermeira 05 – Fátima Ayela Mendes/ Do Lar (imigrante)	04/03/2015, 8h
GM02	Pastoral do Migrante Rua Costa Marques nº 571, Centro (69) 8431-1349	Visita à Entidade/ Entrevista	01 – Lola A. Rodriguez/ Coordenadora da Comissão Diocesana Brasil Bolívia (CDBB)	04/03/2015, 10h30
GM03	1º Cartório de Registro Civil Av. Lewerger nº 2731, Serraria (69) 3541-3020	Entrevista	01 – Rodrigo Leite de Souza/ Oficial Substituto 02 – Joel Luís Antunes de Charles/ Tabelião	04/03/2015, 13h30
GM04	Consulado Boliviano no Brasil Av. Beira Rio nº 505, Centro (esquina com Av. XV de Novembro) (69) 3541-8622 ivillabernal@hotmail.com	Entrevista	01 – Haisen Ribera Leigue/ Cônsul da Bolívia no Brasil	04/03/2015, 14h30
GM05	Polícia Federal Av. Presidente Dutra nº 108	Entrevista	01 – Gabriel Fuchs/ Delegado Federal 02 – Abrahão Fumega/ Agente de Polícia Federal	04/03/2015, 16h
GM06	Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Av. Marechal Deodoro nº 854, Bairro Industrial (69) 3541-5546 Secretária Municipal Ester Maria Martins Lopes ester.semtas.gm@gmail.com - (69) 8413-9054	Visita à Entidade/ Entrevistas	01 – Maria Amélia/ Assistente do CREAS 02 – Russely Manguary Ribeiro/ Beneficiário 03 – Elaine Fernandes/ Diretora de Assistência Social do Município 04 – Ester Maria Martins Lopes/ Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social 05 – Conceição Carneiro/ Funcionária da Secretaria de Trabalho e Assistência Social	05/03/2015, 10h

GM07	Fundação Nacional do Índio (FUNAI) Av. Constituição nº 542 (69) 3541-2149	Entrevista	01 – Adilson Santos/ Coordenador Regional da FUNAI	05/03/2015, 14h30
GM08	Ministério do Trabalho (MT) – Agência Regional Rua Costa Marques nº 567 (69) 3541-2170 / 3541-6577 jose.f.filho@mte.gov.br	Visita à Entidade/ Entrevista	01 – José Francisco Oliveira Filho/ Coordenador Regional do MT	05/03/2015, 16h
GM09	Justiça Federal Av. Duque de Caxias nº 2409, Bairro Santa Luzia (69) 3541-1718/3423	Entrevista	01 – Jeyme Ferreira da Silva e Blanco/ Diretora Substituta	06/03/2015, 9h
GM10	Consulado Brasileiro em Guayaramerín (591) 3855-3766 jose.donizete@itamary.gov.br	Entrevista	01 – José Donizete/ Cônsul Interino 02 – Hélio Oliveira Cantuária/ Vice-Cônsul	06/03/2015, 11h
GM11	Pastoral da Terra Av. Presidente Dutra nº 493 (69) 3541-6368 cimigimirim@yahoo.com.br	Entrevista	01 – Gil/ Coordenador	06/03/2015, 16h
GM12	Aldeia Indígena (sem contato)	Visita/ Entrevista	01 – Marcos/ Líder Indígena	07/03/2015, 10h
GM13	Prefeitura de Guajará-Mirim Av. XV de Novembro nº 930, Centro (69) 3541-3583	Entrevista	01 – Dúlcio Mendes/ Prefeito Municipal 02 – Cleude/ Vice-Prefeita do Município	09/03/2015, 10h
GM14	Secretaria Municipal de Saúde Hospital Regional de Guajará-Mirim Av. Duque de Caxias nº 1720 - (69) 3541-2424 Secretário Luiz Xavier Nascimento semsau@guajaramirim.ro.gov.br - (69) 8413-9044	Visita à Entidade/ Entrevista	01 – Alexsandra Tanaka/ Coordenadora Geral de Saúde 02 – Luiz Xavier Nascimento/ Secretário Municipal de Saúde	09/03/2015, 11h

GM15	Fórum Municipal da Comarca de Guajará-Mirim, Fórum Ministro Nelson Hungria – 2ª Vara Cível Av. XV de Novembro s/n, Serraria (69) 3541-2389/2438	Entrevista	01 – Dr. Paulo José do Nascimento Fabrício/ Juiz Titular da 2ª Vara Cível de Guajará-Mirim	09/03/2015, 13h
GM16	Secretaria Municipal de Educação Av. XV de Novembro nº 930, Centro (69) 3541-1516 semed@guajaramirim.ro.gov.br	Visita à Entidade/ Entrevista	01 – 02 – 03 – Sâmia Gonçalves de Melgar/ Secretária Municipal de Educação	09/03/2015, 15h
GM17	6º Batalhão da PM Av. Duque de Caxias nº 1848, Bairro 10 de Abril (69) 3541-2621	Entrevista	01 – Coronel Israel/ Chefe da PM de Guajará-Mirim 02 – Tenente Barros/ Responsável local pela ENAFRON	10/03/2015, 9h30
GM18	Conselho Tutelar Av. XV de Novembro nº 2811, Bairro Caetano (69) 3913-1523	Visita à Entidade/ Entrevista	01 – Francivaldo Dourado Gomes/ Conselheiro Tutelar	10/03/2015, 11h
GM19	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) Av. Antônio Correia da Costa nº 842, Bairro Industrial (69) 3541-2021	Entrevista	01 – Márcia Maria Krause Romero Maia/ Delegada	10/03/2015, 11h30
GM20	Secretaria Municipal de Defesa Civil Av. Leopoldo de Matos nº 231	Entrevista	01 – Marcelo Alves Rodrigues/ Coordenador de Defesa Civil do Município	10/03/2015, 13h
GM21	Associação dos Imigrantes Bolivianos de Guajará-Mirim (sem endereço)	Entrevista	01 – Rolando Añez Parada/ Presidente da Associação dos Imigrantes Bolivianos de Guajará-Mirim	10/03/2015, 14h30
GM22	Fórum Municipal da Comarca de Guajará-Mirim, Fórum Ministro Nelson Hungria – 1ª Vara Criminal	Entrevista	01 – Dra. Juliana Paula Silva da Costa Brandão/ Juíza Titular da 1ª Vara Criminal de Guajará-Mirim	10/03/2015, 18h
GM23	Ministério Público Estadual Av. Dr. Mendonça Lima nº 919	Entrevista	01 – Fernando Ishikawa/ Promotor Público 02 – Fernanda Alves Pöppl/ Promotora Pública Titular da 2ª Promotoria de Guajará-Mirim	10/03/2015, 19h30

GM24	Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim – Coordenação do Programa Bolsa Família Av. XV de Novembro nº 930, Centro (69) 3541-3583	Entrevista	01 – Ildair Menezes/ Coordenador do Bolsa Família	11/03/2015, 10h
------	--	------------	---	--------------------

Anexo V.6 – Atores entrevistados em Cáceres (Mato Grosso)

Registro de Atividades Visitas e Entrevistas – Cáceres				
Cód.	Instituição	Atividade	Participantes	Data e horário
CA01	Centro de Referência em Direitos Humanos, Rua dos Caçadores, 484. Tel.: (65) 3222-1568, E-mail: crdh@unemat.br	Entrevista e Visita Institucional	01 – Edna Luiza Almeida Sampaio / Coordenadora e Professora Dra. Da UFMS	12 de Fevereiro – 11h
CA02	Polícia Federal, Av. Getúlio Vargas, 2.125, COC. Tel.: (65) 3223-6300, 3223-4161, E-mail: dpf.cm.cae.srmt@dpf.gov.br. e Gabriel.gnvr@dpf.gov.br	Entrevista	01 – Gabriel Revoreda / Escrivão	10 de Fevereiro – 09h
CA03	1º Posto da Polícia Rodoviária Federal, BR 174 - Km 06. Tel.: (65) 3223-3894. E-mail: del03.mt@prf.gov.br	Entrevista	01 – Mário Antônio Barros de Assis / Policial Rodoviário Federal	13 de Fevereiro – 09h
CA04	Delegacia de Polícia Civil. Rua Comandante Balduino, 2.150, Jd. São Luís. Tel.: (65) 3223-1953, 3223-6173, E-mail: dedmcac@pjc.mt.gov.br e alessandrahmarques@pjc.mt.gov.br	Entrevista	01- Alessandra Marques Alecrin / Delegada Regional	13 de Fevereiro – 10h
CA05	Ministério Público do Trabalho. Tel.: (65) 3223-6674. E-mail: leda.klein@mpt.gov.br	Entrevista	01- Leda Maria Meire do Carmo Klein / Analista Processual	12 de Fevereiro – 16h
CA06	Centro de Referência de Especializado de Assistência Social (CREAS), Rua dos Operários, 600, Centro. Tel.: (65) 3222-2937. E-mail: creas_cac@hotmail.com	Grupo Focal e Visita Institucional	01- Odilei Gomes / Coordenador 02- André Pereira / Psicólogo 03- Franciane Lopes / Psicóloga 04- Fabiane Medeiros / Assistente Social 05- Rosana Fusetti / Assistente Social	10 de Fevereiro – 15h
CA07	Secretaria Municipal de Assistência Social. Av. Getúlio Vargas, 1.890, Santa Isabel. Tel.: (65) 3223-1500. E-mail smas@cpsb@hotmail.com	Entrevista	01- Eliane Batista / Coordenadora de Gestão	10 de fevereiro – 15h

CA08	Defensoria Pública Federal. Rua general Osório, 41, Centro. Tel.: (65) 3221-2300. E-mail: hendrikus.garcia@dfu.gov.br	Entrevista	01- Hendrikus Simões Garcia / Defensor Público Federal	12 de Fevereiro – 15h
CA09	Tribunal Regional Federal de Justiça. E-mail: daniel.furquim@trfl.jus.br e mauro.patini@trfl.jus.br	Entrevista	01- Mauro César Garcia Patini / Juiz Federal 02- Daniel de Souza Furquim / Técnico Judiciário	12 de Fevereiro – 10h
CA10	Centro de Referência de Assistência Social 1 (CRAS), Rua Ouro Verde, s/n, Bairro DNER. Tel.: (65) 3223-3529, e-mail: as.cras1@hotmail.com	Grupo Focal e Visita Institucional	01- Luiz de Matos / Coordenador 02- Lucilene Rodrigues / Coordenadora	10 de fevereiro – 15h
	Centro de Referência de Assistência Social 2 (CRAS), Rua dos Madereiros, s/n, Bairro Cavachada II. Tel.: (65) 3222- 3529, e-mail: as.cras2@hotmail.com			
CA11	Secretaria Municipal de Saúde. Av. Getúlio Vargas, s/n, Vila Mariana. Tel.: (65) 9923-1212 e 3223-1500. E-mail: kishi.caceres@gmail.com	Entrevista	01- Wilson Kishi / Secretário	09 de fevereiro – 14h
CA12	Ministério Público Federal, Rua São Pedro, 336, Cavalhada I, Tel.: (65) 3222-3205, 3222-3203, E-mail: anabraganca@mpf.mp.br	Entrevista	01- Ana Carolina H. Bragança / Procuradora da República	10 de Fevereiro – 10h
CA13	Defensoria Pública Estadual. Rua 13 de Julho, 120, Bairro Centro. Tel.: (65) 3223-7005. E-mail: maurofilho@dp.mt.gov.br	Entrevista	01- Mauro Cezar Duarte Filho / Defensor Público Estadual	13 de Fevereiro – 17h
CA14	Secretaria de Educação. Av. Getúlio Vargas, 1.895, Vila Mariana. Tel.: (65) 3223-1500. E-mail: smecaceres@gmail.com e nelcieliete@gmail.com	Entrevista	01- Nelci Eliete Longhi / Secretária	12 de Fevereiro – 8h
CA15	Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua. Sem sede. Tel.: (65) 9912-9885 e 9919-9885. E-mail: shirleycostamarques@hotmail.com	Entrevista	01- Shirley Cavaleira Costa / Presidente e representante do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	11 de Fevereiro – 10h
CA16	Conselho Tutelar. Rua Tiradentes, 403, Centro. Tel.: (65) 3223-1072. E-mail: conselho-tutelarcac@hotmail.com	Entrevista e Visita Institucional	01- Raul Camilo Garcia / Presidente	09 de fevereiro – 15h

CA17	Polícia Militar. Rua Sete de Setembro, 558, Centro. Tel.: (65) 3223-1261, E-mail: cr6@pm.mt.gov.br e alessandro@pm.mt.gov.br	Entrevista	01- Alessandro Ferreira da Silva / Coronel	11 de fevereiro – 09h
CA18	Ordem dos Advogados do Brasil, Rua General Osório, 150, Centro. Tel.: (65) 9608-7808 e 3222-3589	Entrevista	01- Eduardo Surtica de Lima / Presidente	10 de maio – 18h

Anexo V.7 – Atores entrevistados em Ponta Porã (Mato Grosso do Sul)

Registro de Atividades Visitas e Entrevistas – Ponta Porã	
Oficiais / Governo	<p>Casa dos Conselhos</p> <p>Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CAM)</p> <p>Centro Regional de Mujeres de Pedro Juan Caballero – Paraguai</p> <p>CODENI de Pedro Juan Caballero – Paraguai</p> <p>Conselho Tutelar</p> <p>Consulado do Brasil em Pedro Juan Caballero</p> <p>Consulado do Paraguai</p> <p>Coordenadoria de Política para as Mulheres de Dourados</p> <p>Coordenadoria de Proteção Social Básica</p> <p>CREAS</p> <p>Departamento de Polícia Especializada</p> <p>Funai Regional de Ponta Porã</p> <p>Ministério Público Federal</p> <p>Polícia Militar</p> <p>Secretaria de Assistência Social</p> <p>Secretaria Municipal de Educação</p> <p>Secretaria Municipal de Saúde</p> <p>Viva Mulher e Casa Abrigo de Dourados</p>
Sociedade Civil Organizada	<p>Comissão Católica de Fronteira (Igreja Católica)</p> <p>Associação de Gays, Lésbicas e Transexuais de Dourados (AGLTD)</p> <p>Pastoral Carcerária de Dourados</p> <p>Centro de Reabilitação Radical</p> <p>Centro de Acolhida Masculino da Igreja Restauração de Vidas</p> <p>Centro de Acolhida Feminino da Igreja Restauração de Vidas</p>

Anexo V.8 – Atores entrevistados em Foz do Iguaçu (Paraná)

Registro de Atividades Visitas e Entrevistas – Foz do Iguaçu		
OFICIAIS/ GOVERNO	Pessoa entrevistada	Data/local
FZ1	Joel de Lima – Assessor do Diretor Geral Brasileiro, responsável pela área de Responsabilidade Social de Itaipu Binacional	Itaipu, 19 de agosto
FZ2	Lígia Neves– Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente (PPCA) de Itaipu Binacional	Itaipu, 19 de agosto
FZ3	Maria Emília Medeiros de Souza- PPCA de Itaipu Binacional	Itaipu, 19 de agosto
FZ4	Márcio Bortolini- PPCA de Itaipu Binacional	Itaipu, 19 de agosto
FZ5	Criviam Siqueira- Programa de Incentivo à Equidade de Gênero de Itaipu	CRAM, 22 de agosto
FZ6	Silvana Bidutti – Gerente da Divisão de Secretaria Executiva do Hospital Ministro Costa Cavalcanti	HMCC, 19 de agosto
FZ7	Luciane Ferreira – Diretora Geral do Patronato Municipal Penitenciário de Foz do Iguaçu	Patronato Municipal Penitenciário, 20 de agosto. Ala Feminina da Cadeia Pública Laudemir Neves, 21 de agosto.
FZ8	Alexandre Calixto da Silva – Diretor Técnico do Patronato Municipal Penitenciário de Foz do Iguaçu	Patronato Municipal Penitenciário, 20 de agosto
FZ9	Aline – Assistente Social do Patronato Municipal Penitenciário de Foz do Iguaçu	Patronato Municipal Penitenciário, 20 de agosto
FZ10	Alessandra Andrade Royer – Pedagoga do Patronato Municipal Penitenciário de Foz do Iguaçu	Patronato Municipal Penitenciário, 20 de agosto
FZ11	Carlos Magno de Melo Albuquerque – Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde
FZ12	Miguel – Agente Penitenciário	Cadeia Pública Laudemir Neves
FZ13	José Carlos Rolim de Moura – Coordenação Especial de Gestão do SUAS - Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Assistência Social, 20 de agosto
FZ14	Rozmari Teixeira do Amaral – Coordenadora da Proteção Social Especial- Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Assistência Social, 22 de agosto.
FZ15	Rosani Ramos da Silva – Coordenadora do Centro de Referência Especializada de Assistência Social/ CREAS – PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos)	CREAS- PAEFI, 22 de agosto

FZ16	Anderson Vargas de Lima – Departamento de Polícia Federal / Chefe Substituto do Núcleo de imigração de Foz do Iguaçu	Polícia Federal, 21 de agosto
FZ17	Fátima Rejane Luiz Dalmagro – Coordenadora do Centro de Referência em Atendimento à Mulher em Situação de Violência/CRAM	CRAM, 22 de agosto
FZ18	Gilberto Braga - Gerente do Ministério do Trabalho	MT, 22 de agosto.
FZ19	Patrícia Mauad Patruni - Procuradora do Trabalho- 9ª. Região – PTM-Foz	PTM-Foz, 20 de agosto
FZ20	Vanderlei Avelino Rodrigues - Procurador do Trabalho – 9ª. Região – PTM – Foz	PTM-Foz, 20 de agosto
FZ21	Terezinha Maria Mezzalira– Coordenadora da Casa do Migrante	Casa do Migrante – 25 de agosto
FZ22	Heraldo Arruda – Cônsul do Brasil em Ciudad del Este	Consulado do Brasil em Ciudad del Este – 25 de agosto
FZ23	Sérgio Dantas - Conselheiro	Consulado do Brasil em Ciudad del Este – 25 de agosto
FZ24	Frederico Oliveira - Secretário	Consulado do Brasil em Ciudad del Este – 25 de agosto
FZ25	Jean Cleverson Toledo Domingues – Coordenador do Centro Pop (CREAS-IV)	Centro Pop – 25 de agosto
FZ26	Robson Adriani Santos Nascimento. Coordenador do Programa Mão Amiga (abrigo SMAS)	Mão Amiga, 25 de agosto
FZ27	Enfermeira NI - Residência Inclusiva (abrigo SMAS)	Residência Inclusiva
FZ27B	Rosa, investigadora e Mestre em Relações Internacionais	Delegacia da Mulher
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA		
FZ28	Suely Regina Firman Ruiz/ Rede Proteger - assistente social, referência.	Café/ 18 de agosto
FZ29	Sadi Buzarelo – Presidente do Conselho Municipal de Saúde, ex- Secretário Municipal de Saúde (1997-2000), integra o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Segurança Pública e o CODEFOZ.	Centro Tecnológico de Itaipu, 19 de agosto
ACADEMIA		
FZ30	Elis Palma Priotto – Unioeste	Café, 20 de agosto.
POULAÇÃO BENEFICIÁRIA		
FZ31	Amilton Illes – agricultor	Linha Engenheiro Pinto, Capanema (PR), 23 de agosto.
-	Mulheres paraguaias e venezuelanas detidas ou presas na cadeia Pública Laudemir Neves	21 de agosto

Anexo V.9 – Atores entrevistados em Uruguaiana (Rio Grande do Sul)

Registro de Atividades Visitas e Entrevistas – Uruguaiana				
Cód.	Instituição	Atividade	Participantes	Data e horário
UR01	Secretaria Municipal de Educação Izabel Cristina Gonçalves de Medeiros Travessa Brasil Lago, 2338. (55) 3412-3172	Entrevista	01 - Izabel Cristina Gonçalves de Medeiros/ Coordenadora das Secretarias Escolares e do Meio Rural	09/06 – 9:00 hs
UR02	Secretaria Municipal de Ação Social Elton Vinícius Nicolas da Rocha (55) 3414-0032 R. Quinze de Novembro, 1882.	Entrevista	01 - Elton Vinícius Nicolas da Rocha/ Secretário Municipal de Ação Social 02 - Andréa Oliari/ Assessora do Secretário Municipal de Ação Social 03 –Márcia Ancinello/ Coordenadora CREAS	09/06 – 14:00 hs
UR03	Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito Divino Lindomar Martins Barbato (55) 3413-4542 - 3411-5600 Rua Eustáquio Ormazabal, 1508	Entrevista	01 – Divino Lindomar Martins Barbato/ Agente Administrativo	10/06 – 8:30 hs
UR04	Agencia de Empregos Regina Iara Fernandes Saldanha (55) 3411-8762 Esplanada da Estação (Antiga Estação Férrea), Rua: Andradas 2381	Entrevista	01- Regina Iara Fernandes Saldanha/ Chefe da Agência de Intermediação de Empregos	10/06 – 11:00hs
UR05	Departamento de Habitação Lidiane Borin R. Quinze de Novembro, 1882. (55) 3413-8540	Entrevista	01- Lidiane Borin / Assistente social do Departamento de Habitação.	10/06 – 15:00hs
UR06	Conselho Municipal de Assistência Social Lidiane Borin R. Quinze de Novembro, 1882. (55) 3413-8540	Entrevista	01- Lidiane Borin/ Conselheira do Conselho Municipal de Assistência Social	10/06 – 15:00hs

UR07	Porto Seco – ELOG Logística Darlan Ribeiro Souza BR 290, Km 718 (55) 3412-7200	Entrevista	01 - Darlan Ribeiro Souza/ Supervisor Administrativo	11/06 – 8:30hs
UR08	Justiça Federal Guilherme Beltrami Rua General bento Martins, 1733. (55) 3412-7411	Entrevista	01- Guilherme Beltrami/ Juiz federal da 1 Vara	11/06 – 10:00hs
UR09	Ministério Público do Rio Grande do Sul Rodrigo de Oliveira Vieira Rua General Hipólito, 3448. (55) 3412-5851	Entrevista	01- Rodrigo de Oliveira Vieira/ Promotor de Justiça	11/06 – 13:00hs
UR10	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Elenice Freitas R. Quinze de Novembro, 1882. (55) 3412-6038	Entrevista	01- Elenice Freitas/ Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	11/06 – 14:00hs
UR11	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Cláudia Pires R. Quinze de Novembro, 1882. (55) 3412-6038	Entrevista	01- Cláudia Pires/ Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	11/06 – 16:00hs
UR12	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Olíbio Estevão Nunes de Freitas Av. Pres Getúlio Vargas, 2908. (55) 3412-3195	Entrevista	01 - Olíbio Estevão Nunes de Freitas/ Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	12/06 – 9:00hs
UR13	Secretaria Municipal de Saúde Desrrie Luciana Azambuja Fan Avenida Pres. Vargas , 4845 (55) 3411-6277	Entrevista	01- Desrrie Luciana Azambuja Fan/ Diretora de Saúde 02- Maria Aparecida de Medeiros Bofill/ Psicóloga do Projeto de Fronteira DST-AIDS	12/06 – 14:00hs

UR14	Juzgado Federal de Primera Instancia de Paso de Los Libres Pablo Carlos Balzante De los 108 N° 837 Teléfono: 421544	Entrevista	01- Pablo Carlos Balzante/ Secretário de Direitos Humanos do Juzgado Federal de Primera Instancia de Paso de Los Libres	13/06 – 9:00hs
UR15	Conselho Tutelar Margaret Mezdri Rua Sete de Setembro 1712. (55) 3412 60 99	Entrevista	01- Margaret Mezdri/ Presidente do Conselho Tutelar	13/06 – 14:00hs
UR16	Polícia Federal André Luiz Martins Epifânio R General Vitorino, 1736 (55) 3414-9000	Entrevista	01- André Luiz Martins Epifânio / Delegado da Polícia Federal de Uruguai	16/06 – 9:00hs
UR17	Defensoria Pública da União André George Freire da Silva Rua General Bento Martins, 1733. (55) 8431-7009	Entrevista	01- André George Freire da Silva/ Defensor Público Federal 02- Rodrigo Collares Tejada/ Defensor Público Federal	16/06 – 13:00hs
UR18	CREAS Márcia Ancinello Rua Treze de Maio, nº 2068 (55) 3412-5604	Entrevista e Visita	01 - Márcia Ancinello / Coordenadora do CREAS	16/06 – 15:00hs
UR19	Ministério do Trabalho e Emprego Vitor Ferreira Rua dos Andradas, 1387 (55)3412-2751	Entrevista	01 - Vitor Ferreira/ Chefe da área de Fiscalização	17/06 – 9:00hs
UR20	UNIPAMPA - Campus Uruguai Josefine Busanello BR 472 - Km 592 (55) 3421-8440	Entrevista	01- Josefine Busanello/ Coordenadora do Curso de Enfermagem	17/06 – 11:00hs
UR21	Polícia Rodoviária Federal Raul da Silva Leviski Ponte Internacional (55) 3411-0449	Entrevista	01- Raul da Silva Leviski/ Chefe Operacional do Núcleo de Policiamento e Fiscalização	17/06 – 15:00hs
UR22	CRAS – Cabo Luís Quevedo Paula Cândido Carvalho Rua Doutor Adir Machado Mascia, 556 (55)3414-2441	Entrevista	01- Paula Cândido Carvalho/ Coordenadora do CRAS	18/06 – 8:00hs

UR23	Albergue Municipal Paula Cândido Carvalho Rua Doutor Adir Machado Mascia, 556 (55)3414-2441	Entrevista e Visita	01- Paula Cândido Carvalho/ Coordenadora do Albergue	18/06 – 9:00hs
UR24	Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher (DEAM) Carolina Bortolotti Huber Av. Pres Getúlio Vargas, 3905 Sem telefone	Entrevista	01- Carolina Bortolotti Huber/ Delegada Titular da DEAM	18/06 – 11:00hs
UR25	SOS Mulher Carol Ane Jardim Guimarães R. Domingos José de Almeida, 3593. (55) 3412-3954	Entrevista e Visita	01- Carol Ane Jardim Guimarães/Presidente da SOS Mulher	18/06 – 14:00hs
UR26	Posto da Mulher Silma Alfano Bitencourt Av. Pres Getúlio Vargas, 3905 (55) 3411-9461	Entrevista	01- Silma Alfano Bitencourt/ Coordenadora do Posto da Mulher	18/06 – 16:00hs

